

observatório de luta contra a pobreza cidade de Lisboa

RELATÓRIO 2011

Ficha Técnica

Título: Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa – Relatório 2011

Edição:

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa

EAPN Portugal – Rede Europeia Anti Pobreza

Rua Soeiro Pereira Gomes, Edifício América, nº 7 Apt 311

1600-196 Lisboa

Tlf: 217986449

Email: observatoriopobreza@eapn.pt

www.observatorio-lisboa.eapn.pt

Autores

Sérgio Aires (coord.)

Catarina Cruz

Paulo Santos

Jordi Estivill (consultor)

Arranjo Gráfico:

make_up design – Augusto Pires

Data de Edição: 2012

Apoios: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Índice

A. Relatório 2011

I. Introdução	5
1. População	9
1.1 Demografia	9
1.1.1 Introdução	9
1.1.2 Pontos de Destaque	11
1.1.3 Evolução da População em Portugal	12
1.1.3.1 Envelhecimento da População	13
1.1.3.2 Estrutura Familiar	16
1.1.3.3 Evolução da Imigração em Portugal	17
1.1.4 A População na Cidade de Lisboa	22
1.1.4.1 Envelhecimento da população	26
1.1.4.2 Estrutura familiar	33
1.1.4.3 População imigrante	35
1.1.5 Conclusões e Recomendações	37
1.2 População Sem-Abrigo	40
1.2.1 Introdução	40
1.2.2 Pontos de Destaque	41
1.2.3 As Pessoas Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa	42
1.2.4 Conclusões e Recomendações	44
2. Mercado de Trabalho	46
2.1 Emprego	46
2.1.1 Introdução	46
2.1.2 Pontos de Destaque	47
2.1.3 Os Trabalhadores no Concelho de Lisboa	48
2.1.3.1 Lisboa começa a perder trabalhadores	48
2.1.3.2 Qualificações mais elevadas dos trabalhadores de Lisboa	50
2.1.3.3 Lisboa com trabalhadores mais velhos	51
2.1.3.4 Maior ganho mensal mais elevado com maior desigualdade	52
2.1.4 Estabelecimentos no Concelho de Lisboa	55
2.1.4.1 Lisboa começa a perder locais de trabalho	55
2.1.4.2 Perfis territoriais da oferta de emprego no concelho de Lisboa: a desigualdade no território	58
2.1.5 Conclusões e Recomendações	67
2.2 Desemprego	68
2.2.1 Introdução	68
2.2.2 Pontos de Destaque	69
2.2.3 Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal	70
2.2.4 Desemprego no Concelho de Lisboa	76
2.2.4.1 Desempregados inscritos nos centros de emprego – 2011	76
2.2.4.1.1 Evolução por trimestre e por freguesias	76
2.2.4.1.2 Níveis de escolaridade, estrutura etária e género	78
2.2.4.1.3 Desempregados à procura do 1º emprego	82
2.2.4.1.4 Desempregados de longa duração	84
2.2.5 População Imigrante Desempregada Inscrita nos Centros de Emprego	86
2.2.6 Conclusões e Recomendações	88

3. Prestações Sociais.....	91
3.1 Rendimento Social de Inserção	91
3.1.1 Introdução.....	91
3.1.2 Pontos de Destaque	92
3.1.3 Evolução do Número de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Portugal nos últimos anos	93
3.1.4 Os Beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Lisboa	97
3.1.4.1 Evolução do número de beneficiários do rendimento social de inserção	97
3.1.4.2 Rendimento social de inserção e estrutura familiar	103
3.1.4.3 População imigrante e rendimento social de inserção.....	105
3.1.5 Conclusões e Recomendações.....	109
3.2 Subsídio de Desemprego.....	111
3.2.1 Introdução.....	111
3.2.2 Pontos de Destaque	112
3.2.3 Evolução do Número de Beneficiários de Subsídio de Desemprego (2008-2011)	113
3.2.4 Evolução do Número de Beneficiários com Subsídio de Desemprego no Concelho de Lisboa	115
3.2.4.1 População imigrante e subsídio de desemprego	120
3.2.5 Conclusões e Recomendações.....	122
3.4 Complemento Solidário para Idosos	123
3.4.1 Introdução.....	123
3.4.2 Pontos de Destaque	124
3.4.3 Complemento Solidário para Idosos nos últimos 2 anos	125
3.4.3.1 O complemento solidário para idosos no concelho de Lisboa.....	127
3.4.4 População Estrangeira e Complemento Solidário para Idosos (CSI)	129
3.4.5 Conclusões e Recomendações.....	130
3.5 Pensões da Segurança Social	131
3.5.1 Introdução.....	131
3.5.2 Pontos de Destaque	132
3.5.3 Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.....	133
3.5.3.1 Evolução do número de pensionistas por tipologia de pensão.....	133
3.5.3.2 Valor médio anual das pensões da segurança social	135
3.5.5 Conclusões e Recomendações.....	136
4. Equipamentos Sociais	138
4.1.1 Introdução.....	138
4.1.2 Pontos de Destaque	139
4.1.3 Os Equipamentos Sociais na cidade de Lisboa	140
4.1.4 Conclusões e Recomendações.....	143
B. Caderno Temático	
1. Habitação	147
1.1 Introdução.....	147
1.2 Pontos de Destaque	149
1.3 Políticas e Programas Nacionais de Habitação	150
1.3.1 Principais programas de âmbito nacional implementados até à década de 90.....	150
1.3.2 PROHABITA.....	152
1.3.3 Programas de Reabilitação Urbana	152
1.3.4 Plano Estratégico de Habitação 2008-2013.....	153
1.3.5 Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)	154

1.3.6	Programa de Emergência Social.....	154
1.3.7	Políticas e Programas de Habitação no Município de Lisboa.....	155
1.3.7.1	Plano Director Municipal (PDM)	155
1.3.7.2	Programa Local de Habitação de Lisboa (PLH).....	155
1.3.7.3	Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024.....	157
1.3.8	Caracterização do Parque Habitacional.....	158
1.3.8.1	Edifícios	158
1.3.8.1.1	Número Total de Edifícios	158
1.3.8.1.2	Idade Média dos Edifícios	159
1.3.8.1.3	Índice de Envelhecimento dos Edifícios	160
1.3.8.1.4	Imóveis em Ruína/Mau Estado e Devolutos no Concelho de Lisboa	161
1.3.8.2	Alojamentos.....	162
1.3.8.2.1	Número Total de Alojamentos, Tipo e Forma de Ocupação e Contratos de Arrendamento.....	162
1.3.8.2.2	Contratos de Arrendamento	164
1.4	Habitação Social.....	169
1.4.1	Caracterização do Parque Habitacional de Habitação Social.....	169
1.4.1.1	Parque habitacional social na cidade de Lisboa	170
1.5	Encontros do Observatório.....	174
1.6	Conclusões e Recomendações.....	179
2.	Educação.....	182
2.1	Introdução.....	182
2.2	Pontos de Destaque	183
2.3	Sistema Educativo Português	184
2.4	Educação nos dias de hoje... ..	185
2.5	Indicadores de Educação Nacional e Região de Lisboa.....	187
2.5.1	Número de Estabelecimentos de Ensino	187
2.5.1.1	Natureza Institucional dos Estabelecimentos de Ensino	189
2.5.2	Número de Alunos Matriculados por Grau de Ensino.....	190
2.5.3	Número de Alunos Matriculados por Tipo de Ensino	192
2.5.4	Taxa de Analfabetismo e Abandono Escolar	194
2.5.5	Taxa Bruta e Real de Escolarização	196
2.5.6	Taxa de Retenção e Desistência	199
2.5.7	População Residente por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo.....	200
2.6	Conclusões e Recomendações.....	201
	Anexos.....	203
	Índice de Gráficos.....	204
	Índice de Tabelas.....	206
	Índice de Ilustrações.....	207
	Bibliografia.....	208

I. INTRODUÇÃO

Em 2007 o Observatório publicou o seu primeiro Relatório sobre a situação socioeconómica da cidade de Lisboa, conseguindo compilar e avaliar um conjunto relevante de dados sobre o Concelho e fazê-lo desagregando boa parte deles ao nível das freguesias. Conseguiu-se, assim, pela primeira vez reunir informação dispersa por uma variedade de fontes de informação, por vezes de acesso pouco facilitado e, simultaneamente, sistematizar um conjunto de indicadores por freguesia, algo raro de encontrar à época.

O Observatório conseguiu, deste modo, traçar um primeiro retrato de Lisboa, marcando o início de um filme que se pretendia vir realizar ao longo dos anos.

Depois de em 2009 se ter procedido à actualização de alguns dos dados, beneficiando já de uma maior disponibilidade por parte dos serviços centrais para a disponibilização de informação, nomeadamente junto dos serviços da Segurança Social, julgou-se agora ter chegado o momento de produzir um novo Relatório sobre a situação socioeconómica na cidade de Lisboa com dados reportados a 2011.

Não havendo uma periodicidade prevista para a elaboração deste tipo de Relatórios, que visam reunir informação quantitativa de forma exaustiva, a escolha deste ano para a elaboração do II Relatório do OLCPL ficou a dever-se, essencialmente, a duas razões principais.

A primeira, ao facto de em 2011 se realizarem os dois Censos decenais: o *XV Recenseamento Geral da População* e o *V Recenseamento Geral da Habitação*. O facto de dados determinantes para a caracterização do país em que vivemos serem produzidos com um intervalo de 10 anos, incompatível com a velocidade das transformações sociais, políticas e económicas que as nossas sociedades vão vivendo, torna ainda mais imperiosa a obrigatoriedade de os conhecer e avaliar rapidamente, mesmo que nas fases provisórias do tratamento dos dados. Sabendo-se que os dados “pré-provisórios” e “provisórios” estariam disponíveis no final de 2011, impunha-se de imediato o seu tratamento, deixando para o final de 2012 o *upgrade* do Relatório com os dados definitivos.

A segunda razão que sustenta a elaboração deste Relatório, com um carácter exaustivo e transversal (à semelhança do primeiro), é o facto de a evolução da situação social e económica do País se ter alterado profunda e rapidamente, implicando mudanças significativas na qualidade de vida das populações, agravando a extensão e a intensidade da pobreza e aumentando fortemente o risco de pobreza junto de estratos sociais que viviam, até então, longe dessa ameaça. Há, por isso, necessidade de captar os principais sinais dessa mudança em áreas sensíveis e fundamentais para a actual qualidade de vida das populações e para o seu futuro.

Deste modo, pretende-se com este Relatório sistematizar a informação mais recente sobre um largo conjunto de indicadores e a sua evolução ao longo da última década, com base nos resultados dos Censos, caracterizar a evolução de alguns desses indicadores no decurso do ano 2011, com base na informação dos serviços centrais da Segurança Social e do IEFP, e adiantar propostas de reflexão e acção no âmbito do combate à pobreza e exclusão social.

Com este propósito, o II Relatório do OLCPL (2011) aborda, numa primeira parte, a evolução de diversos indicadores referentes às seguintes áreas: População (demografia e população sem-abrigo), Mercado de Trabalho (emprego e desemprego) e Prestações Sociais (subsídios de desemprego, Rendimento Social de Inserção, Complemento Solidário para Idosos e pensões). É ainda feita referência à rede de equipamentos sociais disponíveis no Concelho. Pretende-se com esta abordagem sistematizar a informação disponível mais pertinente sobre os temas abordados de modo a reflectir sobre eles e procurar caminhos que permitam promover a melhoria (1) do conhecimento produzido, (2) das respostas existentes ou a implementar e, por consequência, (3) das condições de vida das populações, em particular das mais vulneráveis.

A segunda parte do Relatório é constituída por abordagens temáticas sobre duas áreas: Habitação e Educação.

A Habitação porque, apesar de o direito à Habitação sempre ter constituído um problema para os grupos sociais mais vulneráveis, tanto no que diz respeito à garantia de acesso como à sua qualidade, é de prever que o actual contexto de crise agudize ainda mais as dificuldades desses grupos sendo ainda de esperar que famílias até agora arredadas deste problema venham a ser afectadas de forma particularmente grave. É também de prever que esta situação imponha alterações de políticas e medidas e sua articulação bem como a redefinição dos papéis dos diversos actores nelas intervenientes. O debate sobre estas questões, que teve em conta a realidade particular da cidade de Lisboa, contou com a colaboração de diversos protagonistas locais e nacionais, nomeadamente pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, representantes de organizações, investigadores e entidades responsáveis pela definição de políticas para a cidade de Lisboa.

A Educação porque se sentiu a necessidade de sistematizar informação relevante sobre este tema, decisivo nos processos de exclusão e de inclusão social e, nas últimas décadas no nosso País, central nos processos de democratização e de modernização fundamentais no combate à pobreza de modo sustentado e duradouro. Aliás, sendo certo que a pobreza não pode ser explicada apenas por uma causa, é também seguro que, como diversos estudos demonstram, existe uma forte relação entre a pobreza e o nível de instrução sendo a sua incidência tendencialmente maior nas famílias menos qualificadas e escolarizadas, facto que tende a reproduzir-se entre gerações. A luta contra a pobreza passa, assim, necessariamente, pelo combate em defesa do direito à Educação, pelo que o Observatório dedicará uma permanente atenção a este tema.

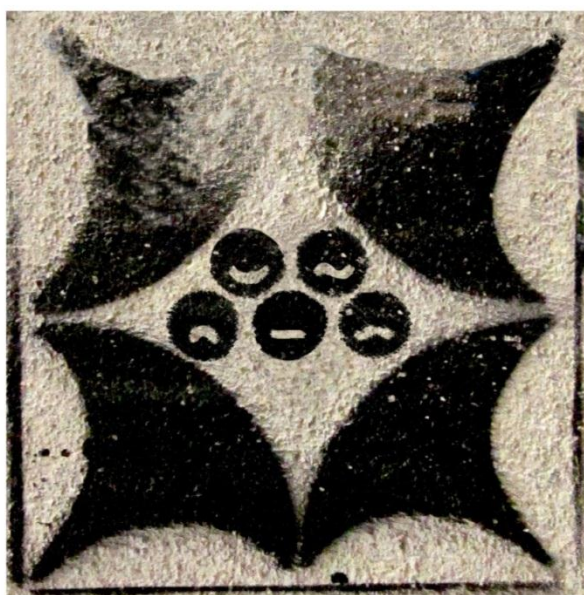
Este Relatório enquadra-se num conjunto mais diverso de iniciativas que o Observatório desenvolve nas quais se destacam a promoção de formas de participação de diversos actores, com destaque para as pessoas em situação de vulnerabilidade social (de que a abordagem das questões relativas à Habitação é exemplo). Destas iniciativas destacam-se os contactos com actores locais (Juntas de Freguesia, Associações, Redes Sociais) e a constituição, em 2011, de um sistema de acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social a serem acompanhadas ao longo dos anos¹.

O II Relatório do OLCPL (2011) deve ser, assim, entendido como um dos vários instrumentos que o Observatório produz no sentido de enfrentar os enormes desafios que se lhe colocam.

De facto, perante o actual cenário de maior empobrecimento dos cidadãos, do surgimento de novos grupos em situação de risco ou vulnerabilidade de pobreza, em contexto de contenção orçamental, e, acima de tudo, num momento onde a Observação Social perde valor face a necessidades aparentemente mais urgentes, não é fácil ser um Observatório. Mas, por outro lado, é também uma enorme oportunidade para fazer valer e demonstrar as enormes potencialidades de um instrumento desta natureza. É precisamente por essa razão que as actuais dificuldades, ao invés de nos desanimarem ou fazerem desmobilizar, nos fortalecem e nos fazem acreditar ainda mais na necessidade de irmos mais longe, seja em termos de produção de conhecimento, seja na busca de soluções, de propostas e de recomendações para a acção concreta.

¹ “Barómetro de Pessoas que se encontram em situação vulnerável”, estudo desenvolvido em parceria com o Dinâmia-CET, que envolve 74 famílias residentes na cidade de Lisboa. Ver <http://observatorio-lisboa.eapn.pt/documentos.php>.

A. Relatório 2011



POPULAÇÃO

1. POPULAÇÃO

1.1 Demografia

1.1.1 Introdução

A evolução demográfica no Concelho de Lisboa tem suscitado duas preocupações recorrentemente realçadas ao longo das últimas décadas: a perda progressiva de população e o seu gradual e constante envelhecimento. É sabido que uma população que não cresce, ou que diminui os seus efectivos, tende a envelhecer sobretudo, como aconteceu em Lisboa, quando a diminuição da população se deveu a um movimento migratório que arrastou os activos jovens, em idade fecunda, para fora da cidade.

As consequências desta situação são diversas, entre as quais se destacam:

- O afastamento geracional que se produz e o rompimento ou enfraquecimento de redes sociais com a consequente maior fragilização de populações idosas já por si vulneráveis e, em simultâneo, a insuficiência de apoio familiar aos casais jovens com filhos, penalizando sobretudo aqueles que possuem menos recursos económicos;
- A diminuição de comércio e serviços nos locais humanamente desertificados e envelhecidos cuja população possui manifesta falta de mobilidade;
- A necessidade de deslocações diárias prolongadas e dispendiosas entre casa e trabalho, entre a periferia e a cidade, o que penaliza sobretudo os trabalhadores pobres ou com baixas remunerações;
- Uma resposta massificada dos serviços de cuidados com as crianças nas zonas suburbanas, com consequências negativas na qualidade desses serviços;
- A pressão acrescida sobre os serviços públicos. Nas zonas suburbanas, pela dimensão das respostas necessárias e dos altos investimentos exigidos; nas zonas urbanas despovoadas e envelhecidas, pela necessidade de respostas de proximidade individualizadas, dispendiosas e de difícil coordenação;
- A degradação patrimonial das zonas mais antigas da cidade e consequente degradação da qualidade de vida dos seus moradores;
- A necessidade de construção massiva suburbana, em altura, impessoal e pouco motivadora para o desenvolvimento de laços de vizinhança e comunitários.

Uma evolução demográfica com estas características penaliza a qualidade de vida da população em geral mas, sobretudo, daqueles que se revelam mais vulneráveis, particularmente por razões económicas. Daí o OLCPL focar particular atenção nestes dois processos tantas vezes associados – despovoamento da cidade e envelhecimento da sua população – e que têm marcado a evolução demográfica da cidade nas últimas décadas.

Sabendo não ser suficiente contrariar estes processos para melhorar a qualidade de vida num dado território, fazê-lo constitui condição fortemente facilitadora para o conseguir, pelo que os dados disponíveis que indiciem alteração de algumas tendências verificadas nas últimas décadas na cidade de Lisboa merecerão particular atenção neste Relatório e no futuro próximo.

Neste sentido, e tendo em conta a influência que os fluxos migratórios e as suas características poderão ter na evolução destas tendências, procuraremos caracterizá-los e monitorizá-los, dedicando especial atenção às comunidades imigrantes e ao seu papel na vida da cidade.

Lista de Indicadores:

População Residente Região de Lisboa (1981-2011)
Peso Relativo do Concelho de Lisboa na AML
População de Lisboa por Género
População de Lisboa por Grupos Etários
População de Lisboa por níveis de escolaridade
Idosos que vivem sós ou com outros Idosos
Índice de Dependência de Idosos
Índice de Dependência de Jovens
Famílias Clássicas por Dimensão
Famílias Institucionais
População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa
Nacionalidades da População Estrangeira Residente

1.1.2 Pontos de Destaque

- A tendência para a quebra de população verificada no Concelho de Lisboa nas últimas décadas, apesar de se manter, diminuiu fortemente (quebra de cerca de 18% entre 1991 e 2001 para 3% entre 2001 e 2011);
- São 14 as freguesias do Concelho em que se verificou aumento da população residente, 5 das quais do centro da cidade. Em 12 destas 14 freguesias registou-se uma diminuição do Índice de Envelhecimento;
- Em 31 freguesias do Concelho o Índice de Dependência de Idosos diminuiu. Em 9 freguesias do centro da cidade registou-se, em simultâneo, a diminuição do Índice de Dependência de Idosos (menos idosos face à população activa) e um aumento do Índice de Dependência de Jovens (mais jovens face à população activa);
- A percentagem de idosos que vivem sós ou em coabitação exclusivamente com outros idosos atinge 64,8% dos idosos residentes na cidade (percentagem superior às registadas no Distrito, na Área Metropolitana e no País), o que corresponde a 6,5% da população da cidade;
- No Concelho de Lisboa verifica-se um número muito elevado de famílias com 1 pessoa (35%), as quais representam um número superior a qualquer das outras categorias de famílias. Esta percentagem é muito superior à registada no País (21,4%), na Área Metropolitana (25,6%) e no Distrito (26,6%);
- O número das “famílias institucionais” (famílias que residem num alojamento colectivo, incluindo as unipessoais) aumentou em 24,7%, um aumento assinalável que ilustra bem tanto a necessidade de uma população cada vez mais envelhecida recorrer a apoios institucionais, como o aumento da capacidade de resposta verificada nesta área, tanto por iniciativa pública como privada.

1.1.3 Evolução da População em Portugal

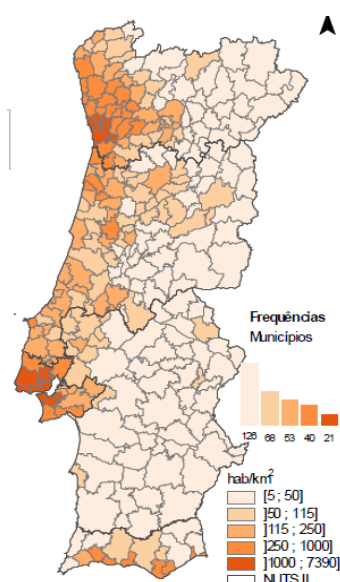
Os resultados provisórios do XV Recenseamento Geral da População de 2011² registam a existência em Portugal de 10.561.614 residentes, o que constitui um aumento do número de residentes de cerca de 2% graças aos fluxos de imigração, acentuando-se o despovoamento do Centro e, em maior grau, do Alentejo, enquanto a Região Autónoma da Madeira e, sobretudo, o Algarve, registam acréscimos de população relevantes. A Região de Lisboa e a Região Autónoma da Madeira são as únicas que registam valores positivos simultaneamente nas Taxas de Crescimento Natural e Migratório.

Tabela Nº 1: Dinâmica de Crescimento 2001-2011

	Crescimento Efectivo	Saldo Natural	Saldo Migratório	Taxa de Crescimento Efectivo	Taxa de Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Migratório
Portugal	199.736	17.527	182.209	2	0	2
Continente	172.470	10.912	161.558	2	0	2
Norte	2.420	48.062	-45.642	0	1	-1
Centro	-21.371	-62.625	41.254	-1	-3	2
Lisboa	154.001	63.402	90.599	6	2	3
Alentejo	-17.846	-38.511	20.665	-2	-5	3
Algarve	55.266	584	54.682	14	0	14
R.A. Açores	4.339	4.783	-444	2	2	0
R.A. Madeira	22.927	2.023	20.904	9	1	9

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Ilustração 1: Densidade Populacional por Município - 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

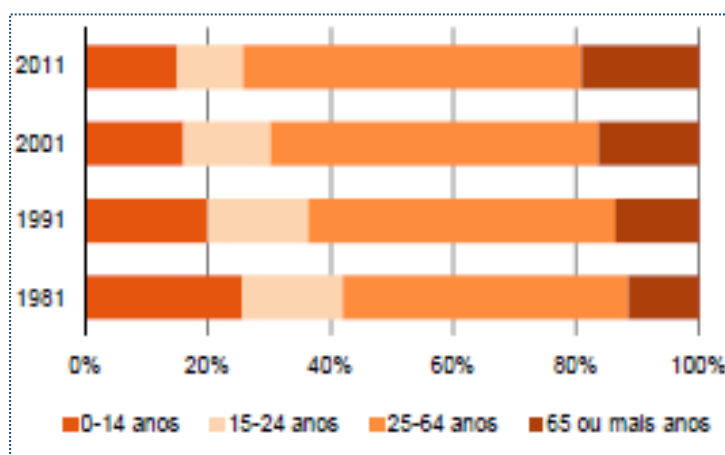
Entre 2001 e 2011 mantém-se a tendência para a litoralização da população e sua concentração nas grandes áreas metropolitanas, verificando-se que as zonas predominantemente rurais perdem população em todo o País. Existem 126 Municípios com densidades populacionais que variam entre os 5 e os 50 habitantes por quilómetro quadrado. No litoral (excepto na costa alentejana) verifica-se elevada densidade populacional, em particular em torno de Lisboa e Porto, existindo mesmo 21 Municípios cuja densidade populacional se situa entre os 1.000 e os 7.390 habitantes por quilómetro quadrado, em franco contraste com os Municípios do interior. É na Região de Lisboa que se localizam os Municípios com os maiores aumentos de densidade populacional entre 2001 e 2011.

² Em 2011 foram realizados dois Censos: o "XV Recenseamento Geral da População" e o "V Recenseamento Geral da Habitação", no seu conjunto designados pelo INE por "Censos 2011".

1.1.3.1 Envelhecimento da População

O envelhecimento da população do País agravou-se nesta década, devido tanto à diminuição da população jovem como ao aumento da população idosa (duplo envelhecimento). Em 1981 a população mais jovem (dos 0 aos 14 anos) representava perto de 25% do total e a mais idosa 11,4%, enquanto em 2011 os mais jovens não passavam dos 15% e os mais idosos atingiam os 19%. Na última década o número de idosos cresceu cerca de 19%, totalizando 2,23 milhões de pessoas, o que representa perto de 20% da população total registada em 2011 em Portugal.

Gráfico N° 1: Estrutura da População por Idades (1981-2011)

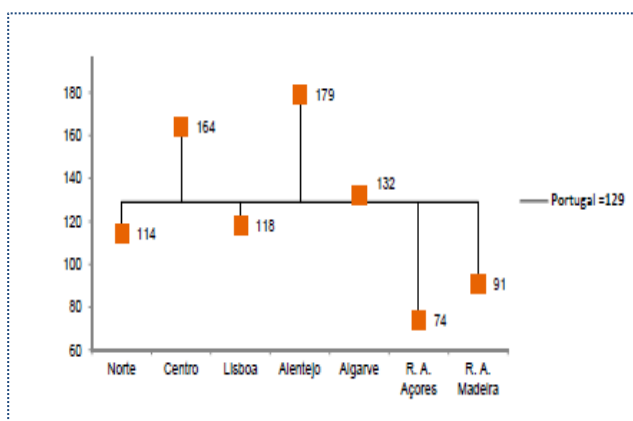


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

Esta evolução na estrutura demográfica da população provocou um agravamento do Índice de Envelhecimento³. Em 2001 havia 85 municípios com o Índice de Envelhecimento menor ou igual a 100 enquanto em 2011 esse valor é de apenas 45 municípios. A Região de Lisboa regista um Índice de Envelhecimento de 118 idosos para cada 100 jovens, inferior ao verificado a nível nacional (129) e nas Regiões do Centro e Alentejo.

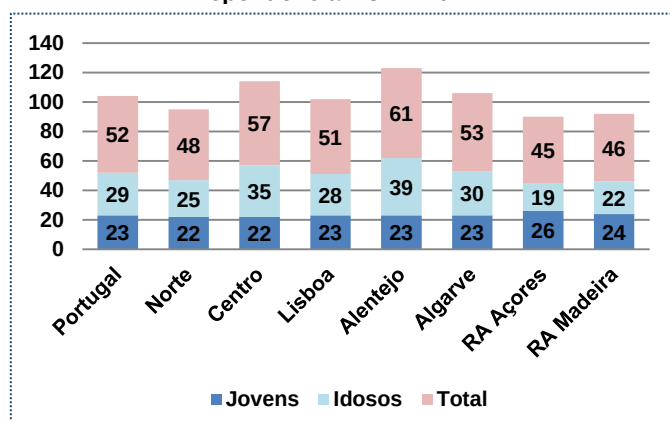
O aumento do Índice de Dependência de Idosos provocou o aumento do Índice de Dependência Total⁴, apesar de o Índice de Dependência de Jovens⁵ ter diminuído, fruto da redução do número de

Gráfico N° 2: Índice de Envelhecimento por NUT 2 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Gráfico N° 3: Índice de Dependência NUT II 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

³ Índice de Envelhecimento: proporção do número de idosos em relação ao número de jovens, expresso normalmente no número de idosos por cada 100 jovens.

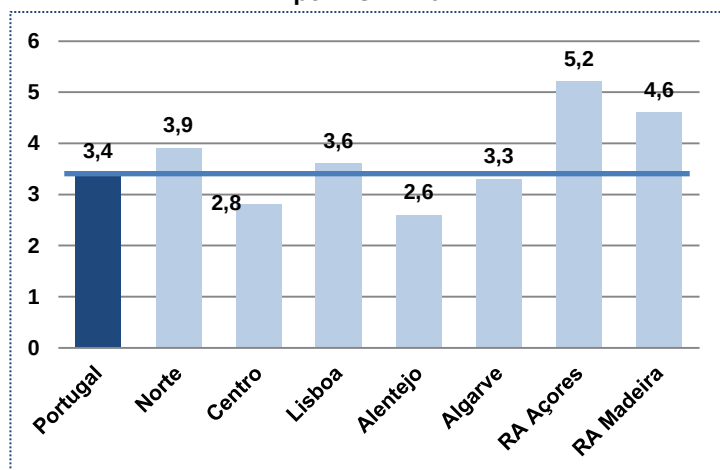
⁴ Índice de Dependência Total: número de pessoas em idade não activa (abaixo dos 15 anos ou acima dos 64 anos) por cada 100 habitantes em idade activa.

⁵ Índice de Dependência de Jovens: proporção do número de jovens (dos 0 aos 14 anos) em relação com o número de pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos).

residentes desta faixa etária.

Entre 2001 e 2011 diminuiu a proporção de pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos) por cada indivíduo idoso (65 ou mais anos) Esta relação, denominada Índice de Sustentabilidade Potencial, era de 4,1 em 2001 (ou seja, havia 4,1 pessoas em idade activa para cada idoso), enquanto em 2011 regista um valor de 3,4. As Regiões do Centro, Alentejo e Algarve apresentam valores ainda mais baixos, havendo mesmo 4 municípios que possuem apenas cerca de 1 pessoa em idade activa para cada idoso. Na Região de Lisboa este índice situa-se muito próximo do existente no conjunto do País.

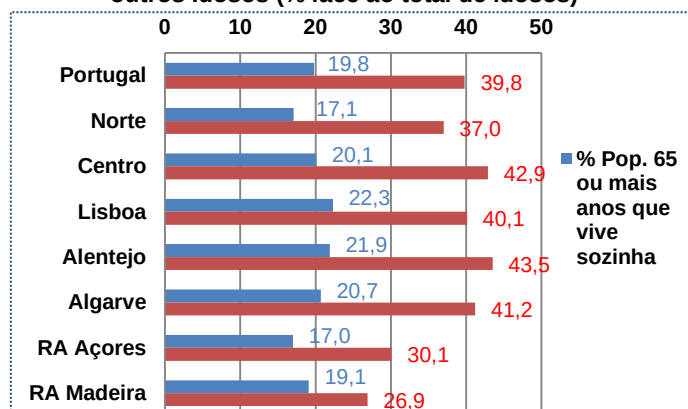
Gráfico N° 4: Índice de Sustentabilidade Potencial por NUT II 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

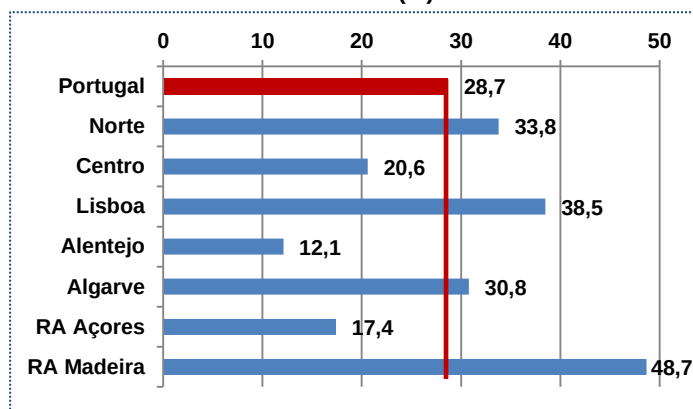
Para além do aumento do peso da população idosa, o número de idosos que vivem sós aumentou perto de 29% entre 2001 e 2011. Em 2011 cerca de 12% da população residente e perto de 60% da população idosa vive só (400.964 pessoas) ou em companhia exclusiva de outros idosos (804.577 pessoas).

Gráfico N° 6: População Idosa que vive sozinha ou com outros Idosos (% face ao total de idosos)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (cálculos OLCPL)

Gráfico N° 5: Variação da População Idosa que Vive Sozinha 2001-2011 (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

O número de pessoas com 65 ou mais anos que vive só aumentou na Região de Lisboa 38,5%, sendo esta a segunda Região a registar maior aumento percentual de pessoas nesta situação. Por sua vez, o número de idosos que vivem exclusivamente com pessoas do mesmo grupo etário aumentou 27,5% na última década, tendo o maior aumento sido registado na região Norte (41%), seguida da Região de Lisboa (35,8%) e da Madeira (35,1%).

Esta variação fez com que a Região de Lisboa seja a que regista em 2011 a maior percentagem de população idosa que vive só (22,3%), sendo a quarta região (depois do Centro, Alentejo e Algarve) a registar maior percentagem de idosos que vivem na companhia de outras pessoas da mesma faixa etária (40,1%), o que significa que na Região de Lisboa mais de metade (62,4%) da população idosa vive só ou em companhia de outros idosos.

Este acréscimo de pessoas idosas que vivem nestas circunstâncias levou a que se registasse também um aumento (de 28,3%) nos alojamentos familiares habitados exclusivamente por pessoas com mais de 64 anos, num total de 797.851 alojamentos, o que representa 20% do total de alojamentos ocupados. Nesta faixa etária diminui a proporção do número de homens em relação a mulheres, facto que aliás se verificou em todos os escalões etários.

De facto, Portugal conheceu uma diminuição do Índice de Masculinidade⁶ (passando de 93,4 para 91,5 homens para cada 100 mulheres), existindo apenas oito concelhos em todo o País em que o número de homens é superior ao de mulheres. Como principais explicações para esta tendência apontam-se a menor esperança de vida masculina à nascença e a sobremortalidade masculina.

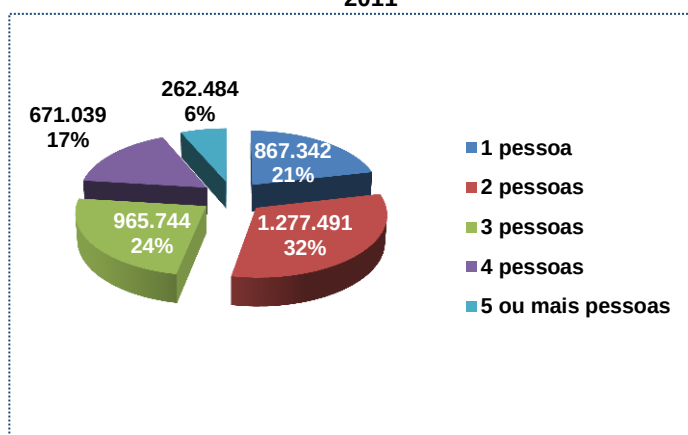
⁶ Índice de Masculinidade: residentes do sexo masculino/residentes do sexo feminino X 100.

1.1.3.2 Estrutura Familiar

Os dados provisórios dos Censos 2011 revelam que, em comparação com 2001, aumentou o número de famílias clássicas⁷ (em 10,8%) sendo hoje as famílias menos numerosas do que há 10 anos atrás (média de 2,6 pessoas por família, contra 2,8 em 2001), aumentando a percentagem das famílias com 1 ou 2 pessoas. As famílias com apenas 1 pessoa representam 35% das famílias residentes em Lisboa, acima da média nacional (21,4%), mas longe de alguns Municípios do interior onde as famílias unipessoais chegam a atingir 41,4%.

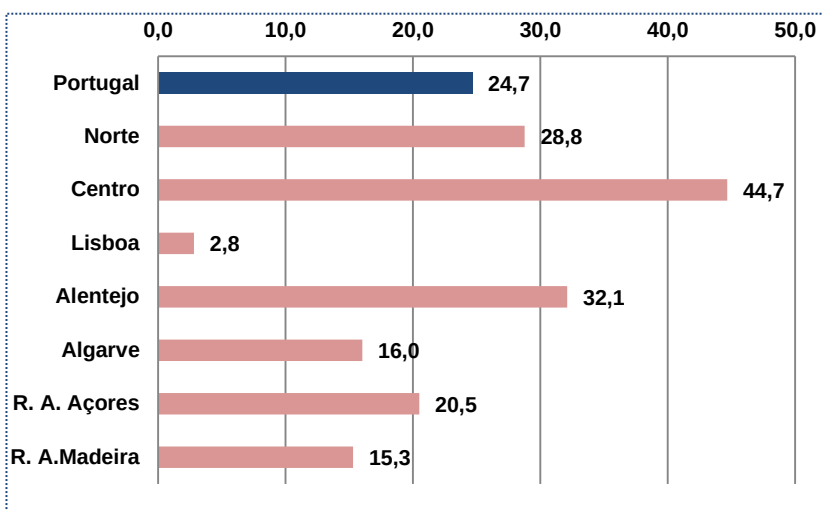
De realçar que o número das “famílias institucionais” aumentou em 24,7%, um aumento assinalável que ilustra bem, tanto a necessidade de uma população cada vez mais envelhecida recorrer a apoios institucionais, como o aumento da capacidade de resposta verificada nesta área, tanto por iniciativa pública como privada. Os Censos 2011 referenciam 4.832 famílias (considerando as unipessoais) que vivem em instituições em todo o País, sendo que as Regiões que apresentaram maior aumento percentual de pessoas nesta situação foram as Regiões do Centro e do Alentejo, sendo a Área Metropolitana de Lisboa aquela onde se verificou um aumento muito baixo por comparação com as restantes.

Gráfico N° 7: Famílias Clássicas por Dimensão em Portugal 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Gráfico N° 8: Variação Famílias Institucionais 2001-2011 (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

Tabela N° 2: Famílias Institucionais 2011

Famílias Institucionais 2011	
Região	Nº
Portugal	4.832
Norte	1.235
Centro	1.477
Lisboa	1.171
Alentejo	543
Algarve	152
R.A. Açores	141
R. A. Madeira	113

Fonte: INE, Censos 2011

⁷ Famílias clássicas: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

1.1.3.3 Evolução da Imigração em Portugal

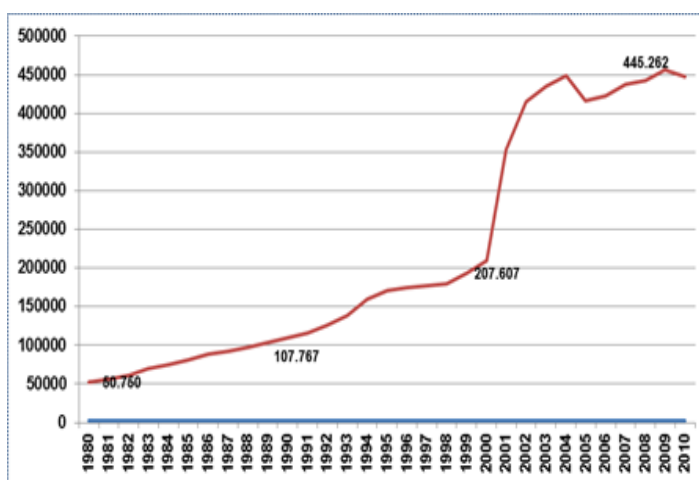
De país de cariz predominantemente de emigração até à década de 60, Portugal passou a partir dos anos 80 a ser também um país de imigração.

No início da década de 80 assiste-se à chegada de cidadãos oriundos das ex-colónias, constituindo comunidades que continuam a consolidar-se em território nacional na década de 90.

No início do século XXI é a imigração proveniente do Brasil que se destaca juntamente com os novos fluxos de imigração oriundos do Leste europeu, sobretudo provenientes da Ucrânia e da Roménia.

A evolução do número de imigrantes residentes que se registou em 30 anos é reveladora da atracção que o País exerceu nestas décadas: de cerca 50 mil imigrantes residentes em 1980 passaram, em 2010, a ser 445.262. O crescimento positivo verificado só foi quebrado em 2005 e 2010.

Gráfico N° 9: Evolução da Imigração em Portugal (1980-2010)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O decréscimo que se verifica em 2010 está associado, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), à ocorrência simultânea de diversos factores, designadamente o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa (desde a última alteração à Lei da Nacionalidade⁸), a crise económica e financeira que Portugal enfrenta (redução do investimento e do emprego), bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente, o Brasil e Angola), que levou ao aumento de pedidos de abandono voluntário.

Em 2010 houve um acréscimo, face ao ano anterior, de 7,2% de notificações para abandono voluntário. Também o programa de apoio ao retorno voluntário registou, neste período, um aumento de 46,7%, sendo a população de nacionalidade brasileira quem mais recorreu a este programa.

⁸ Lei Orgânica n.º 2/2007, de 17 de Abril

**Tabela Nº 3: Evolução da Imigração em Portugal
(1980-2010)**

Nacionalidades da População Estrangeira Residente em Portugal - 2010		
N		
445.262		
Brasil	119.363	26,8
Ucrânia	49.505	11,1
Cabo Verde	43.979	9,9
Roménia	36.830	8,3
Angola	23.494	5,3
Guiné-Bissau	19.817	4,5
Reino Unido	17.196	3,9
China	15.699	3,5
Moldávia	15.641	3,5
São Tomé e Príncipe	10.495	2,4

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Quanto à atribuição da nacionalidade portuguesa, em 2010 foram solicitados 32.415 pedidos de parecer, tendo sido emitidos 17.376 pelo SEF, dos quais 17.095 foram positivos. Esse ano registam-se em Portugal 443.005 imigrantes com título de residência e 2.207 cidadãos estrangeiros cujos vistos de longa duração foram prorrogados.

Os países de origem mais representados são o Brasil (119.363), Ucrânia (49.505), Cabo Verde (43.979), Roménia (36.830), Angola (23.494) e Guiné-Bissau (19.817), sem que se verifiquem alterações nas dez principais nacionalidades face ao ano precedente. O Reino Unido, China, Moldávia, São Tomé e Príncipe constituem igualmente comunidades de dimensão assinalável a residir em território nacional. Este grupo de dez nacionalidades totaliza 79,1% da população estrangeira com permanência regular em Portugal (352.019 indivíduos).

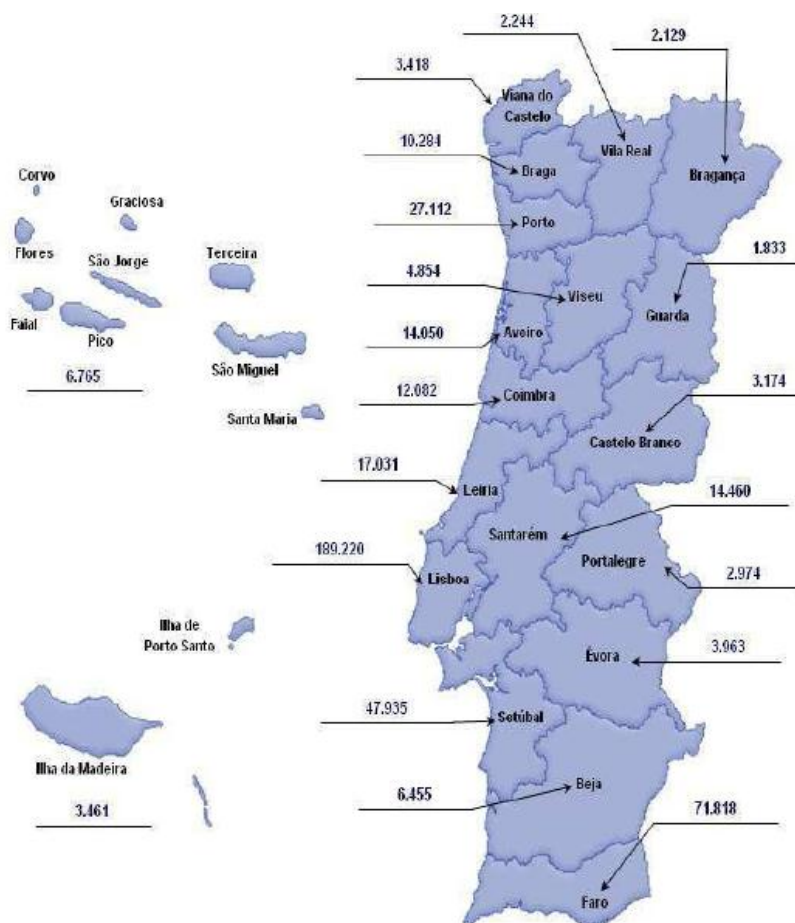
Com um aumento de 2,7% face ao ano anterior, o Brasil confirma em 2010 o crescimento da sua comunidade em território nacional, fenómeno que ocorre desde o início do presente século, representando 26% da comunidade estrangeira presente em Portugal.

Sendo os elementos do sexo masculino quem tendencialmente inicia o processo de migração, as primeiras décadas são dominadas pela sua presença. Contudo, e devido sobretudo ao reagrupamento familiar, esta prevalência tem sido atenuada e, em 2010, a presença feminina já se pode equiparar à masculina (49% mulheres e 51% homens).

Quanto à idade, a população estrangeira residente em Portugal em idade activa ascendia, em 2010, a 85,5%, representando a faixa etária dos 20 aos 39 anos, 47,8% e a dos 0 aos 14 anos 10,2%, dados que evidenciam tratar-se de população maioritariamente jovem.

É sobretudo na zona litoral do país que a fixação da população imigrante é mais notória, destacando-se os distritos de Faro (71.818), Setúbal (47.935) e, com grande concentração desta população, Lisboa (189.220).

Ilustração 2: Distribuição Geográfica da População Estrangeira Residente em Portugal (2010)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2010

É no Distrito de Lisboa que se concentra mais de 40% da população imigrante residente em Portugal, se bem que registando um pequeno decréscimo do seu peso entre 2006 e 2010, registando quebras em 2007 e 2010, neste último ano acompanhando a tendência registada a nível nacional.

Tabela N° 4: População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa (2006-2010)

População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa		
Ano	Portugal	Distrito de Lisboa
2006	420.189	189.234
2007	435.736	188.516
2008	440.277	190.423
2009	454.191	196.798
2010	445.262	189.220

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

De acordo com o que se verifica a nível nacional, também no Distrito de Lisboa é a comunidade brasileira a que se encontra em maior número, representando 28,5% da população imigrante residente, o dobro da segunda comunidade presente, a cabo-verdiana.

O número de imigrantes oriundos da Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola registaram em 2010 um decréscimo no Distrito de Lisboa de 13,3%, 12,0% e 11,5%, respectivamente.

Tabela N° 5: Principais Nacionalidades da População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa (2010)

Nacionalidades da População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa- 2010		
	N	
	189.220	
Brasil	53.872	28,5
Cabo Verde	26.835	14,2
Angola	15.282	8,1
Guiné-Bissau	14.534	7,7
Roménia	13.877	7,3
Ucrânia	13.062	6,9
São Tomé e Príncipe	6.465	3,4
China	5.788	3,1
Moldávia	5.005	2,6
Índia	3.519	1,9

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Destaca-se o crescimento, em 2009, do número de pedidos de autorização de residência, sobretudo na região de Lisboa. Contudo, em 2010, o panorama alterou-se e o número de população estrangeira que solicitou o estatuto de residente sofreu uma diminuição (menos 16% do que o registado em 2008) sendo quase todos os pedidos oriundos da região de Lisboa, (97,9%, equivalentes a 50.747 pedidos).

Apenas com os dados de 2011 (ainda não disponíveis no momento de realização deste relatório) perceberemos se esta diminuição do número de pedidos e a sua concentração em Lisboa se mantém.

De realçar que em toda esta análise estão ausentes os dados dos imigrantes indocumentados, importantes para percebermos a real dimensão da população imigrante em Portugal e do papel que desempenha no País e no Concelho de Lisboa.

1.1.4 A População na Cidade de Lisboa

Atendendo aos dados provisórios dos Censos 2011, é notório o aumento da população na Região de Lisboa, a qual entre 1981 e 2011 conheceu um incremento de 13,7% (mais 339.423 pessoas), de acordo com a tendência registada a nível nacional.

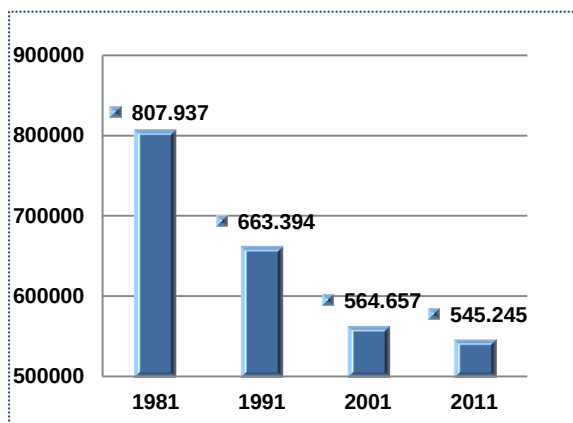
Tabela Nº 6: Evolução da População Residente Região de Lisboa (1981-2011)

Zona Geográfica	População Residente			
	1981	1991	2001	2011
Portugal	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.561.614
Continente	9.336.760	9.375.926	9.869.343	10.047.083
Norte	3.410.099	3.472.715	3.687.293	3.689.609
Centro	2.301.514	2.258.768	2.348.397	2.327.580
Lisboa	2.482.276	2.520.708	2.661.850	2.821.699
Alentejo	819.337	782.331	776.585	757.190
Algarve	323.534	341.404	395.218	451.005
R.A. Açores	243.410	237.795	241.763	246.746
R.A. Madeira	252.844	253.426	245.011	267.785

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

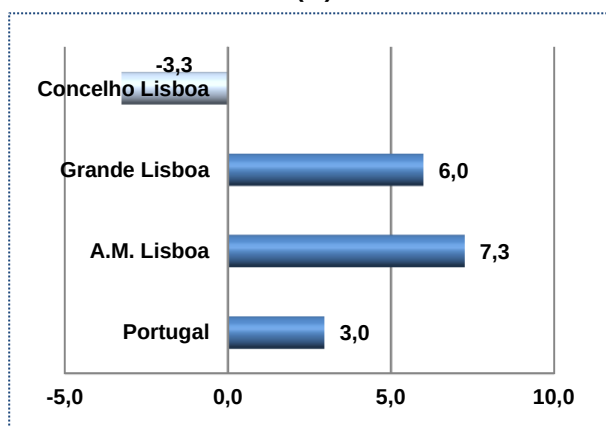
O Concelho de Lisboa, no entanto, ao contrário do que se verificou no País, na Área Metropolitana e no Distrito, conheceu uma diminuição da sua população em 17.026 residentes, somando 547.631 habitantes, registando uma perda de 3,3% de mulheres e de 2,7% de homens, os quais continuam a ser minoritários no Concelho.

Gráfico Nº 10: Evolução População Lisboa (Nº)



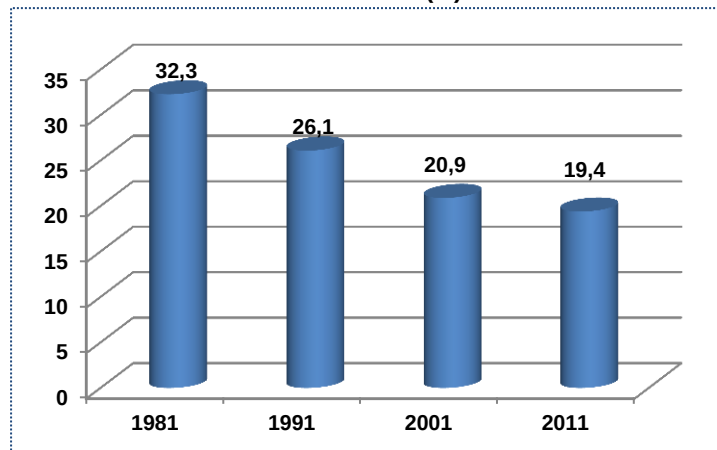
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

Gráfico Nº 11: Evolução População 2001-2011 (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

Gráfico N° 12: Peso Relativo do Concelho de Lisboa na AML (%)



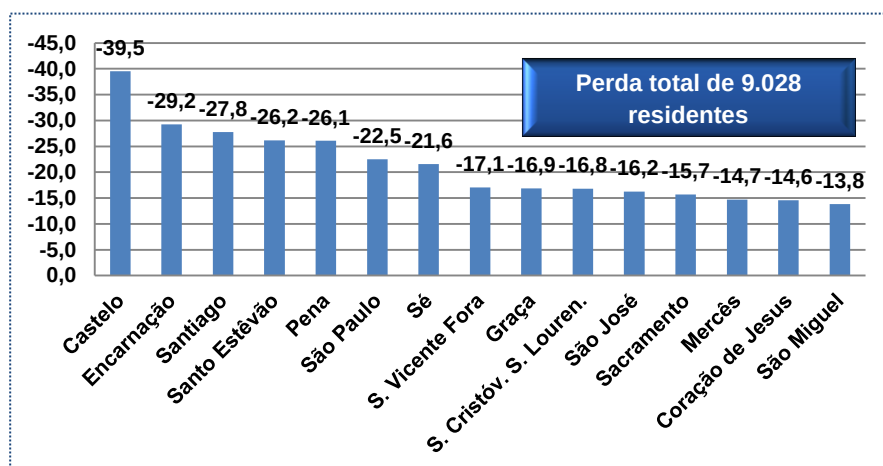
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

Esta perda de população acontece apesar de o Município de Lisboa estar rodeado por um conjunto de concelhos que viram aumentar significativamente o número dos seus residentes, ao ponto de serem aqueles que mais cresceram a nível nacional entre 2001 e 2011, como os casos de Alcochete (crescimento de 35%), Mafra (41,2%), Montijo (31%) e Sesimbra (30,9%).

De facto, o Município de Lisboa não beneficia desse movimento da população devido, em grande parte, aos custos da habitação existentes na Capital, facto concomitante com o alastramento do sector terciário na cidade em zonas tradicionais de habitação, em simultâneo com a melhoria de ligações rodoviárias que ligam a capital a outros municípios da Região.

Tal como o Concelho de Lisboa no seu conjunto, também as freguesias do centro da cidade continuaram a perder população, verificando-se que as 15 freguesias que apresentam percentagens mais elevadas de perda de população (diminuição entre cerca de 14% a perto de 40%) são precisamente desta zona da Capital, perdendo no seu conjunto cerca de 9.000 habitantes.

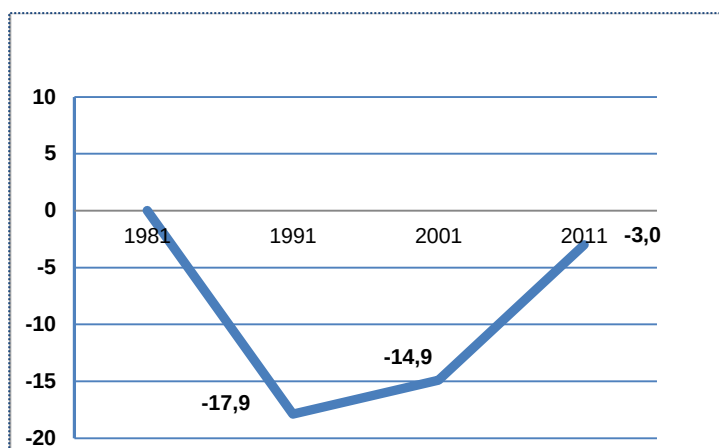
Gráfico N° 13: Freguesias de Lisboa com Evolução mais Negativa (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

Apesar destes indicadores poderem revelar uma continuidade na evolução demográfica da cidade no sentido da diminuição da sua população, existem, no entanto, alguns dados que podem indiciar estagnação ou alteração dessa tendência, os quais merecem maior atenção e implicam análises futuras mais detalhadas.

Gráfico N° 14: Variação População Lisboa 1981-2011 (%)

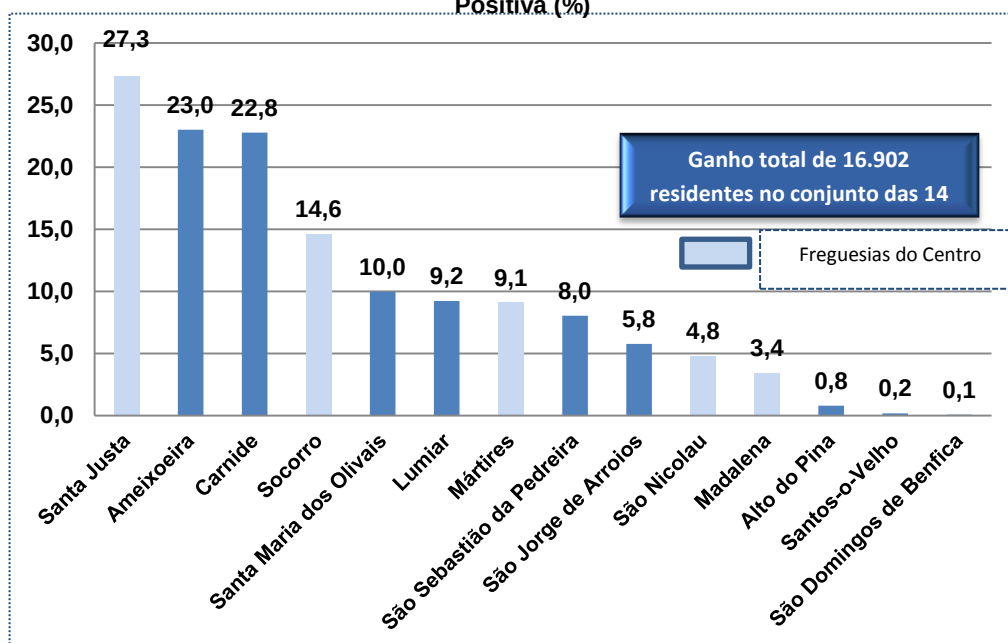


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (cálculo OLCPL)

De facto, é de realçar a forma como a cidade registou em 2011 uma diminuição da tendência de perda de população que se verificava nas últimas décadas. Lisboa conheceu neste ano uma diminuição muito menos acentuada do seu número de residentes que anteriormente, o que poderá ser indício do facto de podermos estar na presença do início de uma reversão, ou pelo menos do estancamento, da perda acentuada de população da cidade.

Entre 1991 e 2001 apenas 4 Freguesias haviam registado aumento do número de residentes, enquanto no período compreendido entre 2001 e 2011 registou-se aumento de perto de 17.000 residentes em 14 das freguesias do Concelho (cerca de $\frac{1}{4}$ das 53 Freguesias). Note-se que destas freguesias apenas duas contrariavam desde 1981 a tendência de perda de população verificada na cidade (Carnide e Lumiar). A Ameixoeira, ao registar em 2011 um aumento de cerca de 2.000 habitantes, ultrapassa mesmo o número de residentes que possuía 30 anos antes.

Gráfico N° 15: Variação População 2001-2011 - Freguesias com Evolução Positiva (%)

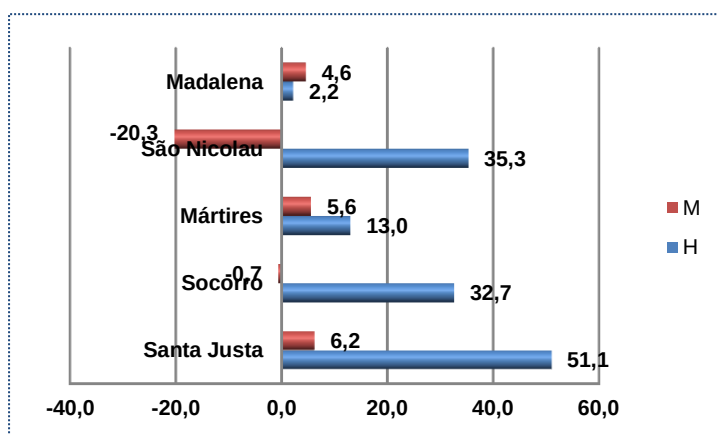


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

Outro dado a reter, e a merecer atenção, é o facto de 5 das 14 freguesias que aumentam a sua população se localizarem no centro da cidade (três delas com aumento de residentes superior a 9%), verificando-se que a Freguesia que registou maior aumento percentual de residentes em todo o Concelho ser desta zona da Capital (Santa Justa).

Nas cinco Freguesias do centro da cidade que registaram aumento de população, o número de residentes do sexo masculino aumentou em média perto de 16%, enquanto os do sexo feminino apenas 7%, havendo mesmo três casos de aumentos percentuais de residentes do sexo masculino superiores a 30%, sendo um deles superior a 50% (Santa Justa).

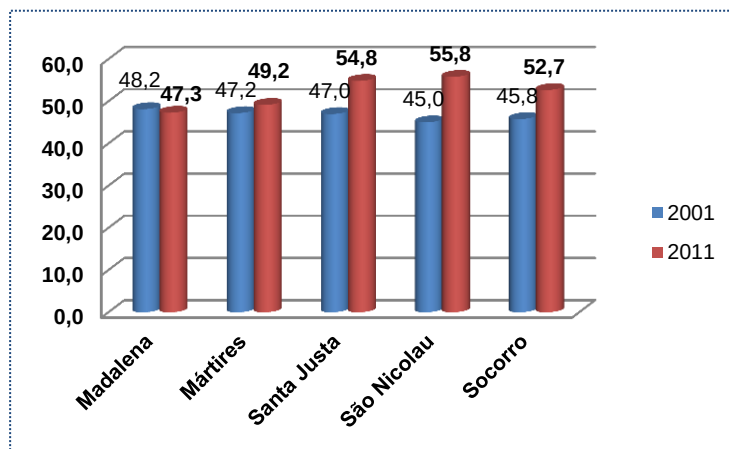
Gráfico N° 16: Variação da População por género Freguesias do Centro de Lisboa (2001-2011) (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

Esta variação fez com que em 4 destas 5 freguesias o número de residentes do sexo masculino ultrapassasse actualmente os do sexo feminino, o que não se verificava em qualquer delas em 2001.

Gráfico N° 17: Variação População Masculina nas Freguesias do Centro de Lisboa (2001-2011) (%)

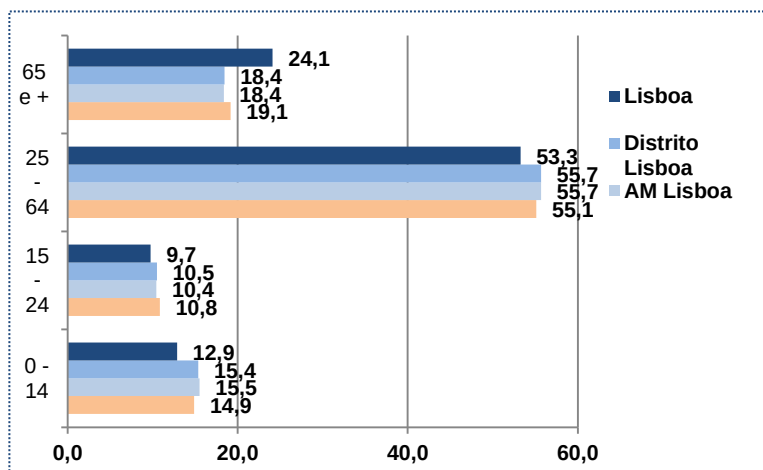


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

1.1.4.1 Envelhecimento da população

Lisboa continua a ter uma população envelhecida quando comparada com o Distrito, a Área Metropolitana e o País, sendo, entre estas unidades territoriais, aquela que possui o maior peso percentual no escalão etário mais elevado (65 ou mais anos) e o menor peso em todos os outros escalões etários, em particular nos residentes entre os 0 e os 24 anos.

Gráfico N° 18: População de Lisboa por Grupos Etários (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (cálculo OLCPL)

Tabela N° 7: Escalões Etários - Concelho de Lisboa

Escalões Etários Lisboa	
Idade	Nº
65 e +	132.054
25 - 64	291.689
15 - 24	53.385
0 - 14	70.503

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Este envelhecimento da população é agravado pelo facto de, em 2011, dos 132.054 idosos residentes no Concelho de Lisboa, 85.508 viverem sós ou acompanhados exclusivamente por outras pessoas do mesmo escalão etário constituindo 64,8% dos idosos residentes na cidade, percentagem superior à verificada no Distrito, na Área Metropolitana e no País. No Concelho cerca de 15% (35.470) dos alojamentos ocupados são habitados por uma pessoa idosa que vive só.

Tabela Nº 8: Idosos que Vivem Sós ou com Outros Idosos. Alojamentos Só com Idosos - Concelho de Lisboa

Concelho de Lisboa Idosos que vivem sós ou com outros idosos Alojamentos só com idosos	Nº
A residir sós ou com outros idosos	85.508
<i>A residir com outros idosos</i>	<i>35.470</i>
<i>A residir com um outro idoso</i>	<i>50.038</i>
Alojamentos familiares em que todos são idosos	60.128
Total de Idosos do Concelho	132.054

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

A existência de idosos que vivem sós ou na companhia de outros idosos, muitas vezes associada à zona histórica da cidade, é um facto que se expande um pouco por todo o Concelho. Existem freguesias em diferentes zonas da Capital com percentagens elevadas de idosos nestas condições, como se pode verificar com base no seu peso percentual face à população da respectiva freguesia. Existem casos em que os idosos que vivem sós ou acompanhados de outros idosos correspondem a 20% ou mais do total de residentes na freguesia e a 70% ou mais do total de idosos da freguesia.

Tabela Nº 10: Freguesias em que Idosos que Vivem Sós ou com outros Idosos ultrapassa os 20%

Freguesias	TOTAL Idosos sós ou c/ outros idosos	% Total sobre a população
Santiago	216	24,1
São Miguel	343	22,4
Alvalade	1.958	22,1
Santo Estevão	323	21,4
São João de Brito	2.412	20,6
Santo Condestável	3.124	20,5
Santa Engrácia	1.063	20,3
Alcântara	2.809	20,1
São Vicente de Fora	712	20,1
São João de Deus	1.971	20,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011

Tabela Nº 9: Freguesias em que Idosos Isolados ou que Vivem com Outros Idosos representam 70% ou mais dos Idosos Residentes

Freguesias	%
São Miguel	78,1
Santo Estêvão	74,4
Santa Engrácia	73,8
Santo Condestável	72,3
São Vicente de Fora	71,1
São João de Deus	70,3
Mercês	70,0
Alcântara	70,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (cálculo OLCPL)

Perto de 27% dos idosos do Concelho de Lisboa vivem sozinhos, mas existem freguesias onde essa percentagem ultrapassa os 40%, como São Miguel (44,6%) e Santo Estevão (44%).

Outras freguesias, no entanto, registam uma percentagem inferior à do Concelho de idosos que vivem sós ou exclusivamente com outras pessoas da mesma idade. Estão nestas condições 19

freguesias das quais 10 são do centro da cidade. Nestas 19 freguesias encontram-se, como seria de esperar, algumas das de maior dimensão, com população mais jovem, incluindo todas as da periferia Norte e Oriental da cidade⁹.

Tabela Nº 11: Idosos que Residem Sós ou com Outros Idosos

Freguesias	Total Idosos sós ou com outros idosos	Total sobre a população freguesia (%)
Charneca	762	7,7
Mártires	29	7,8
Carnide	1.944	8,3
Ameixoeira	1.079	9,1
São Nicolau	112	9,1
Marvila	3.526	9,3
Madalena	83	9,3
Santa Justa	37	9,4
Lumiar	3.973	9,7
Sacramento	88	11,9
São Paulo	389	14,3
Sé	130	14,3
Alto do Pina	1.490	14,4
São Mamede	804	14,8
Santa Catarina	559	15,0
Santa Maria dos Olivais	7.710	15,1
Socorro	464	15,1
Campolide	2.358	15,3
S.Sebastião da Pedreira	976	15,4
<i>Freguesias do Centro da cidade</i>		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011
(cálculo OLCPL)

Também o Índice de Dependência de Idosos¹⁰ registado no Concelho continua a apresentar-se muito elevado quando comparado com a Grande Lisboa, a sua Área Metropolitana e com o País, apesar deste indicador ter registado um agravamento claramente inferior ao verificado nestas unidades territoriais.

⁹ Segundo as zonas territoriais da Rede Social de Lisboa, a Norte encontram-se as Freguesias de Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca, Lumiar e S. Domingos de Benfica, e na Zona Oriental Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais.

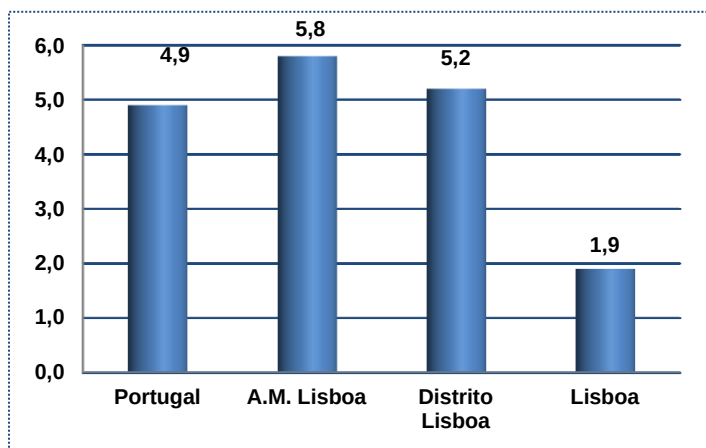
¹⁰ Índice de Dependência de Idosos : relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Tabela Nº 12: Índice de Dependência de Idosos

Local de Residência 2011	IDIdosos
Portugal	29,0
A.M. Lisboa	27,8
Grande Lisboa	27,9
Concelho Lisboa	38,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011

Gráfico Nº 19: Agravamento do Índice de Dependência de Idosos (2001-2011) (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011 (cálculo OLCPL)

O Índice de Dependência de Jovens¹¹, por sua vez, apresenta no Concelho de Lisboa os valores mais baixos quando comparado com os valores registados no Distrito, na AML e no País, tal como já acontecia em 2001, ou seja, destas unidades territoriais é aquela possui menos jovens (0 aos 14 anos) para cada 100 pessoas em idade activa (dos 15 aos 64 anos).

Tabela Nº 13: Índice de Dependência de Jovens

Local de Residência 2011	IDJovens
Portugal	22,6
A.M. Lisboa	23,5
Grande Lisboa	23,3
Concelho Lisboa	20,4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011

Sendo clara a tendência para o envelhecimento da população do Concelho registada nos últimos anos é, no entanto, necessário realçar que o Censos 2011 comporta dados que deverão merecer atenção particular já que existem sinais pontuais de rejuvenescimento da população que deverão ser acompanhadas no futuro próximo.

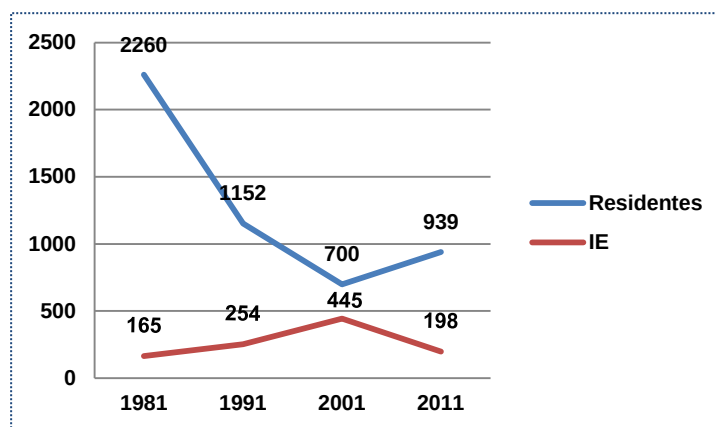
De facto, na maioria das freguesias onde se verificou um aumento da população, este fez-se acompanhar do seu rejuvenescimento, invertendo a tendência anteriormente verificada nestas freguesias do incremento do Índice de Envelhecimento que, aliás, desceu no conjunto do Concelho, entre 2001 e 2011 (de 203 para 187).

Nas 14 Freguesias que viram a sua população aumentar, 12 delas (85,7%) conheceram uma diminuição do Índice de Envelhecimento, sendo que aquela em que se verificou o maior aumento percentual de população, Santa Justa, baixou de forma clara o valor deste Índice, registando agora uma relação de 198 idosos para cada 100 jovens (em vez dos 254 verificados em 1991 e dos 445

¹¹ Índice de Dependência de Jovens: relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

registados em 2001). Recorde-se que entre 1991 e 2001 Santa Justa foi uma das freguesias que tinha perdido maior percentagem da população (menos 39,2%). Ou seja, a forte diminuição da população fez-se acompanhar de um acentuado aumento do Índice de Envelhecimento (entre 1991 e 2001) e o aumento do número dos seus residentes fez baixar claramente esse Índice (entre 2001 e 2011).

Gráfico N° 20: Evolução dos Residentes e do Índice de Envelhecimento em Santa Justa



Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos

Mais de 50% das freguesias ⁽³¹⁾ registaram uma diminuição deste Índice, sendo que destas, metade (15 freguesias) são do centro de Lisboa.

Tabela N° 14: Freguesias com Redução do Índice de Dependência de Idosos (2001-2011)

Freguesias	% Var.	Freguesias	% Var.
Santa Justa	-27,8	Penha de França	-6,8
São Nicolau	-26,6	Anjos	-6,3
Madalena	-16,8	Santo Estêvão	-6,1
São José	-11,5	São Paulo	-5,1
Sé	-11,0	Castelo	-5,0
Santos-o-Velho	-10,8	Pena	-5,0
Santa Catarina	-9,9	São Mamede	-4,8
São João de Deus	-9,4	Mercês	-4,5
S. Sebastião da Pedreira	-9,1	S. Cristóvão e S. Lourenço	-3,1
São Jorge de Arroios	-8,6	Coração de Jesus	-2,8
Campo Grande	-7,8	São João de Brito	-2,2
Socorro	-7,8	Lapa	-2,2
Alvalade	-7,2	Prazeres	-1,8
Sacramento	-7,0	Santa Isabel	-1,7
Mártires	-6,8	Encarnação	-1,3
		N. Senhora de Fátima	-0,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos (cálculo OLCPL)

Quanto à evolução do Índice de Dependência de Jovens, verifica-se que 8 (57%) das 14 Freguesias que registaram aumento de população conheceram um aumento deste Índice, o que significa existirem hoje mais jovens em relação à população em idade activa do que em 2001.

Tabela Nº 15: Evolução IDJ nas Freguesias com Aumento de Residentes (2001-2011)

Freguesias (que registaram aumento de residentes)	Var. IDJ 2001-2011 (%)
Madalena	7,8
Ameixoeira	6,1
Santa Maria dos Olivais	5,1
São Domingos de Benfica	3,8
São Sebastião da Pedreira	3,7
São Jorge de Arroios	3,7
Santa Justa	1,1
Santos-o-Velho	0,5
Socorro	0,0
Lumiar	0,0
Alto do Pina	-0,3
Mártires	-0,7
Carnide	-1,4
São Nicolau	-1,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos
(cálculo OLCPL)

Existem ainda 23 freguesias do Concelho (43%) que conheceram um aumento do Índice de Dependência de Jovens (aumentou o número de jovens em relação à população activa) e, em simultâneo, uma diminuição do Índice de Dependência de Idosos (diminuiu o número de idosos em relação à população activa). Destas, 9 freguesias (cerca de 40%) são do centro da cidade.

**Tabela N° 16: Variação IDJ e IDI por Freguesias
(2001-2011)**

Freguesias que subiram IDJ e desceram IDI	IDJ	IDI	IDTotal
Santa Justa	1,1	-27,8	-26,9
Santos-o-Velho	0,5	-10,8	-10,3
Madalena	7,8	-16,8	-9,1
Socorro	0,0	-7,8	-7,8
Sé	4,7	-11	-6,4
Anjos	0,8	-6,3	-5,6
São João de Deus	4,0	-9,4	-5,5
São Sebastião da Pedreira	3,7	-9,1	-5,5
São Jorge de Arroios	3,7	-8,6	-5,0
Campo Grande	3,4	-7,8	-4,5
Penha de França	2,6	-6,8	-4,4
Pena	0,9	-5,0	-4,2
Sacramento	3,0	-7,0	-4,1
Mercês	1,3	-4,5	-3,3
Alvalade	4,5	-7,2	-2,9
Encarnação	0,1	-1,3	-1,3
Coração de Jesus	2,5	-2,8	-0,4
São Mamede	5,2	-4,8	0,3
Lapa	4,4	-2,2	2
São João de Brito	4,4	-2,2	2,1
Nossa Senhora de Fátima	3,3	-0,7	2,3
Santa Isabel	4,5	-1,7	2,7
Prazeres	6,3	-1,8	4,4

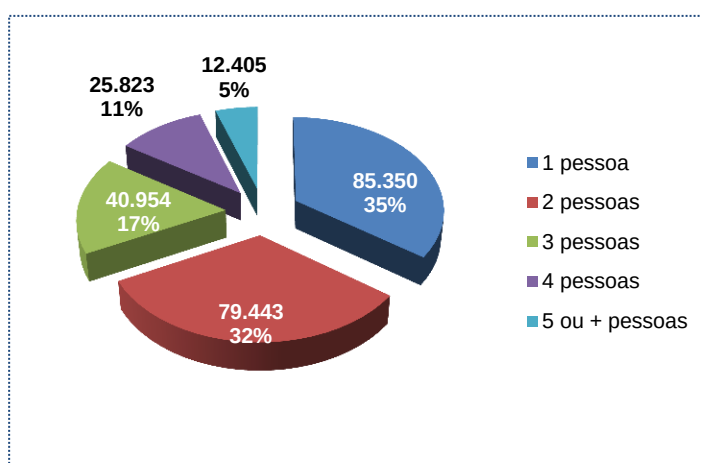
Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011 (cálculo OLCPL)

1.1.4.2 Estrutura familiar

Verificou-se na última década em Portugal a tendência para a diminuição do número de pessoas por agregado familiar, registando-se um aumento do número de famílias unipessoais.

Acompanhando esta tendência, regista-se no Concelho de Lisboa um número elevado de famílias com 1 pessoa, categoria que apresenta um número superior a qualquer das outras, correspondendo 35% das famílias clássicas, muito superior ao registado no País (21,4%), na Área Metropolitana (25,6%) e no Distrito (26,6%). Isto, apesar do Concelho ter conhecido, entre 2001 e 2011, um aumento deste tipo de famílias inferior ao verificado na região de Lisboa.

**Gráfico Nº 21: Famílias Clássicas por Dimensão
Concelho Lisboa**

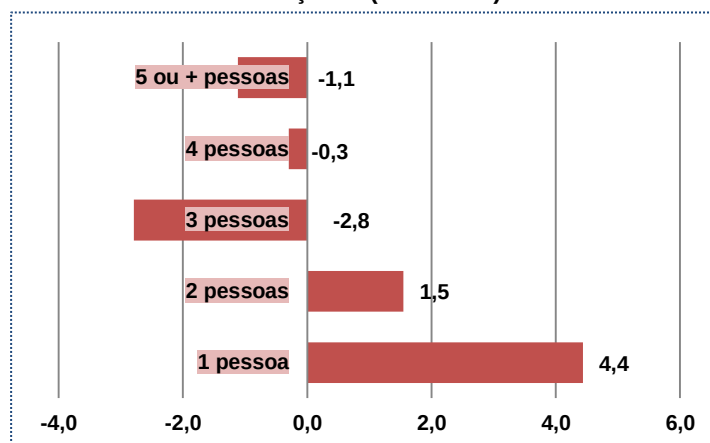


Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011 (cálculo OLCPL)

Recorde-se que já em 2001 as famílias com esta dimensão no Concelho representavam 30,5%, com um número muito próximo das famílias com 2 pessoas e cuja percentagem também aumentou entre 2001 e 2011. Apenas em 10 freguesias da cidade diminuiu o número de famílias com apenas 1 pessoa no período decorrido entre os dois Censos mais recentes.

Em simultâneo, as famílias com três, quatro, cinco ou mais pessoas diminuíram, acompanhando a tendência registada a nível nacional de diminuição da dimensão das famílias no período compreendido entre 2001 e 2011.

**Gráfico Nº 22: Dimensão Famílias no Concelho de Lisboa
Variação % (2001-2011)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística Censos 2011 (cálculo OLCPL)

É difícil, à data da redacção deste relatório, aprofundar o significado deste aumento do número de famílias com apenas 1 pessoa em Lisboa já que não há, neste momento, possibilidade de realizar cruzamentos entre este dado e outros, como a idade e o género, que poderiam ajudar a conhecer melhor esta evolução e as suas eventuais variações entre freguesias com características diversas.

As famílias institucionais, por sua vez, diminuíram no Concelho de Lisboa (menos 18,8%), ao contrário do que sucedeu a nível nacional e em cada uma das Regiões do País. No entanto, a Região de Lisboa conheceu um aumento muito baixo quando comparado com o restante território nacional.

1.1.4.3 População imigrante

Analisando a população estimada pelos anuários Estatísticos de 2009 e 2010, constata-se que da população residente no concelho de Lisboa cerca de 8% são imigrantes com estatuto legal de residente, percentagem muito superior à registada a nível nacional (cerca de 4%). De facto, constata-se que a AML exerce, tal como em relação à população em geral, uma forte atracção, agrupando 50% dos imigrantes residentes no País. Na cidade de Lisboa residem perto de 10% dos estrangeiros com residência legal em Portugal.

Entre 2009 e 2010, verifica-se uma redução do número de imigrantes, tal como já foi referido anteriormente¹², contudo a cidade de Lisboa registou uma perda inferior (-1,5%) àquela que se verificou na Área Metropolitana (-3,9), na Grande Lisboa (-4%) e a nível nacional (-1,9%).

Tabela Nº 17: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

	População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente					
	2009			2010		
	Total	H	M	Total	H	M
Portugal	451.742	233.280	218.462	443.055	224.489	218.566
AML	230.334	116.649	113.685	221.353	109.645	111.708
Grande Lisboa	184.180	93.461	90.719	176.793	87.858	88.935
Concelho Lisboa	43.777	22.555	21.222	43.142	21.854	21.288

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região de Lisboa

A diminuição do número de população estrangeira com estatuto legal de residente não permite por si só afirmar que existiu uma saída de população imigrante de Portugal. Esta variável tem de ser analisada tendo em conta outros indicadores, tais como o número de pessoas estrangeiras que conseguiram obter a nacionalidade portuguesa. Mas é de supor que a conjuntura económica, para além de refrear a vinda de novos imigrantes, leve a que outros, residentes em Portugal, troquem este país por outro com melhores oportunidades, seja regressando ao país de origem, seja procurando países em crescimento económico.

Destaca-se o grande crescimento entre 2008 e 2009 do número de pedidos de estatuto de residente, sobretudo na região de Lisboa. Enquanto em Portugal o número destes pedidos teve um crescimento de 2,2%, na região de Lisboa foi superior a 100%. No Concelho de Lisboa o destaque vai para a população do sexo feminino que registou um crescimento de 133,8%.

¹² Ver Ponto Evolução da Imigração em Portugal, pág. 16 e segs.

Tabela Nº 18: População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente - Variação %

	População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente – Variação %		
	2008-2009		
	HM	H	M
Portugal	2,2%	-8,3%	14,4%
AML	116,2%	96,0%	138,8%
Grande Lisboa	137,1%	113,7%	163,6%
Concelho de Lisboa	105,0%	80,2%	133,8%

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Região de Lisboa (cálculo OLCPL)

A leitura dos números aqui apresentados deverá sempre ter em conta que pecarão por defeito já que não contabilizam os imigrantes indocumentados, fundamentais para se perceber a real dimensão da população imigrante no concelho de Lisboa e no País.

1.1.5 Conclusões e Recomendações

Dos dados analisados realça-se o facto de se verificar uma diminuição da intensidade de perda de residentes do Concelho, com um número elevado de freguesias cuja população aumentou sendo algumas delas do centro da cidade, nas quais se verificou também um rejuvenescimento da sua população.

A atracção de novos moradores, jovens, pelo centro da cidade, pode estar ligada a um fenómeno de gentrificação¹³ que começou já a ser sinalizado há alguns anos atrás, relacionado com a valorização de um determinado “estilo de vida” urbano¹⁴. Coloca-se a questão de saber se haverá nestes dados indícios de um abrandamento da tendência para a suburbanização, que deixou o centro da cidade entregue aos mais idosos e detentores de menores recursos, e sinais de uma fase em que a recuperação de algum edificado, colocado no mercado a preços elevados, expulsa do centro aqueles que têm menos recursos, atraindo uma classe média com poder de compra e apreciadora de um ambiente marcado por referências históricas, “pitorescas”, próximas de focos dinâmicos de oferta cultural diversificada e atractiva.

Em simultâneo, dever-se-á tentar compreender que peso poderá ter a procura por esta zona da cidade de jovens com formação superior, em início de carreira, que optam por fixar-se em Lisboa pelas oportunidades de realização profissional que a cidade pode proporcionar, em articulação com um “estilo de vida” valorizado por uma faixa etária jovem, que procura habitação digna, mas acessível no centro de Lisboa (jovens que vivem sós em casas de pequena dimensão ou que partilham a casa com outros nas mesmas circunstâncias)?

E que peso poderá ter tido a fixação de imigrantes no centro da cidade, sabendo que algumas das suas freguesias abrangem zonas onde populações imigrantes possuem estratégias que passam pela sua fixação (com base, sobretudo, no comércio), o que as distingue de outras correntes de imigração que procuram trabalho por conta de outrem e facilmente se deslocam acompanhando a oferta de emprego. Ou seja, até que ponto o peso da imigração que se verifica nestas zonas e as suas estratégias próprias poderão contribuir para o que se passou na última década nalgumas freguesias do centro de Lisboa?

Os novos moradores serão também atraídos pela proximidade do local de trabalho ou de estudo, existente ou potencial, tanto pelo menor tempo das deslocações diárias, como pelo seu menor custo¹⁵. Note-se que em 2001 o Concelho de Lisboa era o único do Distrito em que a maioria da população trabalhava no próprio Concelho (87,7%)¹⁶, o que reduz substancialmente o tempo de deslocação entre a residência e o local de trabalho: em 2001, 32% dos trabalhadores de Lisboa demoravam até 15 minutos nesta deslocação, enquanto em Sintra apenas 2,5% o faziam no mesmo tempo¹⁷.

Os sinais de reversão da tendência de perda de população e do seu rejuvenescimento deverão ser seguidos e avaliados ao longo do tempo, no sentido de verificar se serão algo meramente conjuntural

¹³ O processo de gentrificação poderá ser resumido como a conversão de zonas residenciais de classes socialmente marginalizadas ou desfavorecidas do centro da cidade para uso residencial da classe média com maior capital económico e cultural.

¹⁴ Romana Xerez, em 2008, afirmava: “Recentemente a entrada selectiva de novos residentes para o centro, introduz uma nova dinâmica de centralidades: pós suburbanização. Este fenómeno revela a importância dos “estilos de vida” como elemento importante na transformação das centralidades. O gosto de viver no centro, associado a alguns grupos, reforça a importância da gentrificação na dinâmica das novas centralidades.” In *Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa*, VI Congresso Português de Sociologia, 25 a 28 de Junho de 2008.

¹⁵ Infelizmente apenas possuímos, à data da redacção deste Relatório, os dados dos Quadros de Pessoal referentes a 2009, sendo de supor que existiram fortes alterações desde essa data. No entanto, tendo em conta a variação do número de estabelecimentos por freguesia entre 2003 e 2009, verifica-se que 9 freguesias do centro registaram aumento do número de estabelecimentos sendo que em 4 delas essa variação foi superior à registada no Concelho (8,9%): Mercês (10,3), Castelo (14,3), S. Cristóvão e S. Lourenço (21,1) e Sacramento (29,8).

¹⁶ Enquanto em todos os outros era claramente minoritária a população que trabalhava no Concelho de residência (apenas entre 16% a 23%).

¹⁷ Ver *Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa*, Romana Xerez, VI Congresso Português de Sociologia, 25 a 28 de Junho de 2008 e *Dispersão Urbana e Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa*, Nuno Marques da Costa, CEG, Universidade de Lisboa, V Congresso da Geografia Portuguesa, Universidade do Minho – Guimarães, 14 a 16 de Outubro de 2004

ou, pelo contrário, constituem indícios de uma tendência a ser promovida pelas políticas públicas e pela iniciativa privada.

Este seguimento e avaliação implicarão por parte do OLCPL um conhecimento mais aprofundado das freguesias em que estas alterações mais se evidenciaram, através do contacto directo com actores locais e com outras fontes de dados que permitam fundamentar uma análise qualitativa, compreensiva e explicativa, destas eventuais transformações.

No sentido de melhor entender as dinâmicas que parecem surgir no centro de Lisboa há que aprofundar a sua análise recorrendo a outras variáveis, como a naturalidade dos residentes e dos seus pais, por forma a apurar o peso que a fixação de população de origem estrangeira pode estar a assumir nessas dinâmicas.

A confirmarem-se os indícios da existência de uma reversão na tendência para o envelhecimento da população de algumas freguesias do centro da cidade e aumento da sua população, bem como do número dos menores de 15 anos face à população activa, as políticas públicas e a iniciativa privada deverão necessariamente ter em conta essa questão de modo a assegurar respostas adequadas a uma população mais jovem, com as suas necessidades específicas.

Os diagnósticos e planos a serem desenvolvidos no Concelho deverão dar particular atenção a estas questões, procurando confirmar se esta tendência se mantém e sinalizar o conjunto de factores que, em articulação, a poderão ter facilitado, de modo a reforçá-lo e replicá-lo noutras freguesias da cidade com características semelhantes.

Facto que também merece ser melhor compreendido é o do aumento das famílias unipessoais que representam 35% das famílias do Concelho. Sendo de supor que um elevado número destas famílias será constituída por pessoas idosas, será interessante perceber qual o peso nestas famílias de pessoas em idade activa e a evolução do seu número desde o Censos anterior e, face a isso, perceber em que grau este elevado número de pessoas só estará relacionado com tendências de reconversão familiar, com novos residentes (jovens estudantes ou recém-licenciados, imigrantes) ou com outros factores a sinalizar.

O OLCPL deverá destacar atenção especial à análise desta questão assim que estiverem disponíveis outros dados referentes aos Censos 2011, explorando hipóteses de cruzamentos entre variáveis que ajudem a conhecer melhor estas famílias.

Estas questões não poderão, no entanto, fazer esquecer que Lisboa continua a ser uma cidade demograficamente envelhecida, na qual mais de metade dos idosos vive só ou acompanhado unicamente por outras pessoas de mesma idade, situação que não se restringe às freguesias mais antigas do Concelho.

Seguramente que nem todos estes idosos serão pessoas em situação de carência económica e com ausência de redes sociais de apoio, mas muitos destes necessitarão de respostas accionadas pela comunidade no sentido de assegurar a qualidade de vida a que têm direito, mas não têm acesso.

A sinalização da população idosa em situação de carência, o diagnóstico das suas necessidades e consequente adaptação ou criação de respostas adequadas é um esforço que deverá ser prosseguido por todas as entidades com responsabilidades nesta área (financiadores, decisores, executores), reforçando as respostas de proximidade, individualizadas, articulando os diversos meios disponíveis tanto no que se refere à coerência na intervenção territorial como na complementaridade das diversas acções, de modo a aumentar a eficácia e a eficiência da acção neste domínio.

No que se refere aos dados disponíveis sobre a população idosa ***é urgente rever a definição do grupo etário com as idades mais elevadas (64 ou mais anos) já que, face à maior longevidade que a população tem conhecido nas últimas décadas, entre os maiores de 64 anos existem grupos etários que devem ser diferenciados, algo muito importante na sinalização de pessoas ou famílias que pela sua maior idade apresentam maiores riscos de vulnerabilidade.***

Também a redução do número de “famílias institucionais” carece de melhor esclarecimento já que ao contrário do aumento considerável da sua percentagem no País e um ligeiro aumento na Região, verifica-se a sua redução tanto na Grande Lisboa como, sobretudo, no Concelho. Esta diminuição poderá dever-se a diversas variáveis, sendo provavelmente difícil isolar cada um com o seu respectivo peso. ***Mas será necessário identificar factores que possam estar na origem da diminuição das famílias institucionais como, entre outros possíveis de equacionar: insuficiência de oferta (obrigando ao recurso a respostas existentes noutras regiões) e, neste caso, avaliar a desadequação das respostas às necessidades definindo formas de a contrariar; desenvolvimento nas últimas décadas de respostas alternativas de proximidade que retraíram a procura da institucionalização; alterações demográficas que levam à diminuição desta necessidade***, ou outras que se possam equacionar na posse de outros dados.

1.2 População Sem-Abrigo

1.2.1 Introdução

O trabalho junto da população sem-abrigo é identificado como um dos três principais desafios que se colocam às políticas de protecção e inclusão social europeias e, por este motivo, considerado uma prioridade na agenda da União Europeia. Neste sentido, em Março de 2008 o Parlamento Europeu aprovou uma Declaração Escrita com o compromisso de os Estados Membros solucionarem a situação das pessoas sem-tecto até 2015.

Portugal, como Estado Membro da União Europeia, assumiu este objectivo, constando a problemática da população sem-abrigo no seu Plano Nacional para a Inclusão 2008-2010.

A ausência, até então, de orientações políticas e normas legais neste domínio a nível nacional fez com que as respostas existentes fossem maioritariamente de intervenção de emergência, existindo uma lacuna grande no estabelecimento e desenvolvimento de estratégias integradas de prevenção, inserção e autonomização.

A Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo (2009-2015)¹⁸ surge, assim, como consequência da tomada de consciência sobre um problema do qual não se conhecia devidamente todas as suas dimensões assumindo-se, por isso, um défice de adequação e integração das respostas. A operacionalização destina-se a ser implementada a nível local no âmbito das Redes Sociais com base em planos específicos e adequados às necessidades locais, incidindo sobre três áreas específicas: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento.

A nível europeu vieram a surgir várias resoluções e declarações do Parlamento Europeu e do Comité Económico e Social que reflectem a vontade de promover a construção de uma estratégia europeia integrada dirigida à inclusão social da população sem-abrigo.

Em Portugal, no Plano Nacional de Reformas Portugal 2020 (aprovado em Conselho de Ministros em Março 2011)¹⁹, é referenciada como objectivo a promoção da reinserção da população sem-abrigo, através de um acompanhamento personalizado e da elaboração de planos individuais de (re)inserção, apesar de não haver indicações no que se refere ao horizonte temporal, a indicadores de execução, e à dotação orçamental para esta medida.

Seguindo as recomendações da Estratégia Nacional, a Rede Social de Lisboa criou a Plataforma Pessoa sem-abrigo que desenhou, em 2009, o *Plano Cidade Para a Pessoa Sem-Abrigo Lisboa*.

Existindo um *deficit* no desenvolvimento de estratégias integradas que contemplem a prevenção, a inserção e a autonomização, o *Plano Cidade para a Pessoas Sem-Abrigo de Lisboa* pretende desenvolver um novo modelo de intervenção através da reorganização e optimização da rede de equipamentos e serviços, pautado por uma intervenção integrada que privilegie a qualificação da intervenção.

A intervenção junto das pessoas sem-abrigo, devido à importância que tem na cidade de Lisboa, é uma das áreas prioritárias referenciadas pela Rede Social. Contudo, há a lamentar que desde a existência do *Plano Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo* ainda não existam dados concretos que possam ser alvo de análise e permitam ter um conhecimento mais profundo sobre o fenómeno na cidade de Lisboa.

¹⁸ Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo - Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015, GIMAE – Grupo Interinstitucional de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia, 2010, Instituto da Segurança Social, I.P.

¹⁹ Ver ponto Crescimento Inclusivo – Objectivo de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais do Plano Nacional de Reformas Portugal 2020.

Lista de Indicadores:

Tipos de situação das pessoas sem-abrigo

Número de pessoas sem-abrigo identificadas na cidade de Lisboa

Caracterização demográfica da população sem-abrigo na cidade de Lisboa quanto ao género, idade e nacionalidade

Número de contactos registados pelas equipas de rua na cidade de Lisboa

1.2.2 Pontos de Destaque

- Ao longo do ano 2007 foram identificadas no Registo Geral de Utentes 1.187 pessoas sem-abrigo
- A população sem-abrigo da cidade de Lisboa é maioritariamente do sexo masculino (83,2%), em idade activa (68,8% das pessoas contactadas tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos) e solteiros (43,9%).
- A maioria é de nacionalidade portuguesa (78,2%)
- Da população estrangeira identificada, 36,5% são provenientes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e 34,7% dos países do leste europeu
- Em 2007 registou-se maior incidência de pessoas sem-abrigo nas freguesias que se situam na zona antiga da cidade. As zonas mais procuradas por esta população, apesar de não serem zonas em que pernoitam, são Martim Moniz, Santa Apolónia, Intendente, Praça do Comércio e Cais do Sodré,
- A maioria da população sem-abrigo encontra-se a viver na rua (56,9%) e apenas 29,3% se encontra numa das respostas existentes, tais como, quartos ou pensões pagos pela Santa Casa da Misericórdia (18,6%); em Centros de Acolhimento Temporário de permanência longa (7,2%) e Centros de Acolhimento Temporário com tempo de permanência definido (3,5%).

1.2.3 As Pessoas Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa

Os últimos disponíveis à data da redacção deste documento constam do relatório anual do Plano de Monitorização e Avaliação 2007, apresentado pelo Grupo de Trabalho Motivação e Encaminhamento (GTME), promovido pela Câmara Municipal de Lisboa, permitem, dentro das várias condicionantes já referidas, efectuar uma caracterização da população sem-abrigo da cidade de Lisboa, considerando como sem-abrigo as pessoas sem tecto, sem casa, em habitação insegura ou habitação inadequada, as quais foram contactadas na rua pelas equipas ou pelas equipas de atendimento social.

Tabela Nº 19: Tipos de Situação como Sem-Abrigo

	Tipos de Situação como sem-abrigo com maior Representação	
	Nº	%
Rua	1431	56,9
Centro de Acolhimento Temporário (tempo de permanência definido)	87	3,5
Centro de Acolhimento Temporário (permanência longa)	180	7,2
Alojamento Precário	469	18,6
A Viver Temporariamente com Família/Amigos (não por opção)	94	3,7
Ocupação Ilegal de Prédios	92	3,7

Fonte: Relatório Grupo de Trabalho Motivação e Encaminhamento (GTME), 2007

Dos dados obtidos pode-se constatar a ineficácia e inadequação das respostas, já que a maioria dos sem-abrigo estava a viver na rua no momento do contacto (56,9%), sendo que apenas 29,3% se encontrava numa das respostas existentes, tais como quartos ou pensões pagos pela Santa Casa da Misericórdia (18,6%), Centros de Acolhimento Temporário de permanência longa (7,2%) e Centros de Acolhimento Temporário com tempo de permanência definido (3,5%).

Ao longo de 2007 foram identificadas no Registo Geral de Utentes do Grupo de Trabalho Motivação e Encaminhamento (GTME) 1.187 pessoas sem-abrigo num total de 3.023 contactos registados. Destes, 500 tiveram origem no atendimento social realizado pelas equipas técnicas e os restantes 2.523 pelas equipas de rua revelando a importância que estas desempenham na identificação e contacto com esta população.

Geograficamente os contactos foram estabelecidos com maior incidência nas freguesias que se situam na zona antiga da cidade (casco histórico e baixa) como é o caso dos Anjos (286), Socorro (241), São Paulo (214), Madalena (209), Santa Engrácia (181), São José (173), São Jorge de Arroios (153), Santa Justa (144) e Mercês (130). A freguesia do Lumiar é a única que se distingue da tendência da “centralidade” desta realidade, apresentando 122 pessoas sem-abrigo recenseadas.

É de salientar que estes locais de contacto não se reportam apenas aos locais de pernoita mas também aos locais de permanência e de atendimento pelo que, e como o Relatório indica, “(...) *alguns dos locais aqui indicados apresentam valores inflacionados devido à presença das carrinhas das equipas de rua, não representando apenas as pessoas que aí pernoitam ou permanecem, mas também aqueles que aí se dirigem à procura de apoio específico dado pelas equipas de rua,*

nomeadamente refeições, vestuário ou cuidados de saúde."²⁰. Os locais onde mais pessoas foram contactadas são os seguintes: Martim Moniz, Santa Apolónia, Intendente, Praça do Comércio e Cais do Sodré.

A análise de caracterização demográfica permite verificar que os sem-abrigo na cidade de Lisboa são maioritariamente do sexo masculino (83,2%), em idade activa (68,8% das pessoas contactadas tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos) e solteiros (43,9%).

No que diz respeito à nacionalidade, a maioria são portugueses (78,2%), existindo 31,8% de estrangeiros provenientes de mais 40 países, sendo os mais representativos os que vêm dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (36,5%) e dos países do Leste Europeu (34,7%).

²⁰ Relatório Anual do Plano de Monitorização e Avaliação 2007, Grupo de Trabalho Motivação e Encaminhamento

1.2.4 Conclusões e Recomendações

A existência de população sem-abrigo é um problema predominantemente urbano, sendo Lisboa e Porto²¹ as principais cidades portuguesas onde esta problemática está mais presente.

Apesar de existirem alguns estudos efectuados (oficiais, académicos e relatórios produzidos por instituições) sobre esta população, torna-se difícil conhecer o fenómeno na sua totalidade²², também pelo facto de o próprio conceito adoptado por diferentes entidades ser distinto, questão que a Estratégia Nacional para a Pessoa Sem-Abrigo procurou contrariar em 2009 através da definição de um conceito a ser adoptado por todos.

O deficit de conhecimento sobre a população sem-abrigo apresenta-se, assim, como a primeira limitação para delinear uma estratégia eficaz que combata o problema de forma multidisciplinar. Há, por isso, que estabilizar mecanismos de recolha e análise de informação que permitam aprofundar o conhecimento sobre esta população e assegurar a avaliação das intervenções desenvolvidas.

Consideramos, tal como a Estratégia Nacional para a Pessoa Sem-Abrigo, que o primeiro passo é ***a uniformização do conceito e a articulação dos procedimentos metodológicos adoptados por todas as instituições que trabalham com a população sem-abrigo para que se assegure a complementaridade e a comparabilidade dos estudos realizados.***

Outra questão que está associada à problemática das pessoas sem-abrigo em Portugal, sendo generalizada em todas as cidades onde este problema se verifica, também referenciada na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, é a desadequação de respostas assistencialistas e padronizadas que não têm tido atenção às especificidades e necessidades de cada caso e situação impedindo um trabalho eficaz de intervenção.

Revela-se assim urgente a criação de outro tipo de respostas alternativas, ajustadas às necessidades, e que tenham em conta as diferentes problemáticas associadas às pessoas sem-abrigo, nomeadamente problemas de saúde mental, alcoolismo, droga, desemprego, entre outros. Sendo a situação de sem-abrigo multidisciplinar, a sua abordagem também tem de o ser, exigindo respostas sociais específicas e integradas.

Sendo o trabalho junto desta população uma prioridade assumida a nível nacional e local, ***os planos concebidos deverão conter, de forma clara, os objectivos, os horizontes temporais definidos para a concretização desses objectivos, indicadores de execução (indicadores de estrutura, de processo e de resultados) e a dotação financeira destinada à sua concretização.***

²¹ De acordo com Estudo dos Sem-Abrigo, 2005, Lisboa, Instituto Segurança Social, I.P., a população Sem-Abrigo no distrito de Lisboa era de 48% e no Porto de 16%

²² A nível nacional o único estudo conhecido é o elaborado em 2005 pelo Instituto da Segurança Social: Estudo dos Sem-Abrigo, 2005, Lisboa, Instituto Segurança Social, I.P.



MERCADO
DE
TRABALHO

2. MERCADO DE TRABALHO

2.1 Emprego

2.1.1 Introdução

Em parceria com o Observatório das Desigualdades, responsável pelo tratamento de dados e elaboração do respectivo Relatório²³, o Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa promoveu um trabalho de análise das informações disponibilizadas pelos Quadros de Pessoal das empresas do Concelho de Lisboa de modo a desenvolver uma análise diacrónica (2003-2009) que permitisse conhecer a oferta de emprego existente no Concelho, a caracterização sociodemográfica dos seus trabalhadores, os níveis remuneratórios praticados, a caracterização dos estabelecimentos existentes e sua distribuição pelas freguesias de Lisboa.

Este trabalho teve também como finalidade conhecer as desigualdades existentes no Concelho, no que se refere ao seu território e às características sociodemográficas dos seus trabalhadores.

A análise realizou-se desagregando os dados ao nível da Freguesia (algo só possível a partir dos Quadros de Pessoal de 2003) e procurou caracterizar perfis económico-espaciais, em que a variável “freguesia” foi tida como unidade de análise, dando origem a uma tipologia constituída por quatro perfis.

Apesar de muitos trabalhadores do Concelho não serem nele residentes, é certo que a grande maioria dos seus moradores em idade activa trabalha em Lisboa (perto de 90%), pelo que quando se caracteriza a população trabalhadora do Concelho conhece-se, por consequência, a inserção profissional dos seus moradores.

Neste Relatório daremos conta das principais conclusões deste estudo, sem aprofundarmos a análise por freguesias, destacando os aspectos mais relevantes para a caracterização da oferta de emprego no Concelho entre 2003 e 2009 (o último ano disponível à data da redacção deste Relatório).

Pretendemos no futuro ir actualizando esta análise à medida que forem sendo conhecidos os dados dos Quadros de Pessoal de anos mais recentes²⁴, conscientes de que nos últimos dois anos (2010 e 2011) terá havido uma inversão em tendências anteriormente verificadas em consequência da situação económica, algo que já é detectável, como destacaremos, em algumas variáveis referentes a 2009.

Lista de Indicadores:

Caracterização dos trabalhadores no concelho de Lisboa:

- número de trabalhadores
- habilitações literárias
- grupos etários

Ganho mensal dos trabalhadores no concelho de Lisboa

Estabelecimentos no concelho de Lisboa:

- número e caracterização
- tipologia (perfis económico-espaciais)

²³ Desigualdade de remuneração nas freguesias do Concelho de Lisboa (2003-2009), Margarida Carvalho, Renato Miguel do Carmo (Coordenação científica), 2011.

²⁴ A versão integral do Relatório poderá ser consultada e impressa em www.observatorio-lisboa@eapn.pt.

2.1.2 Pontos de Destaque

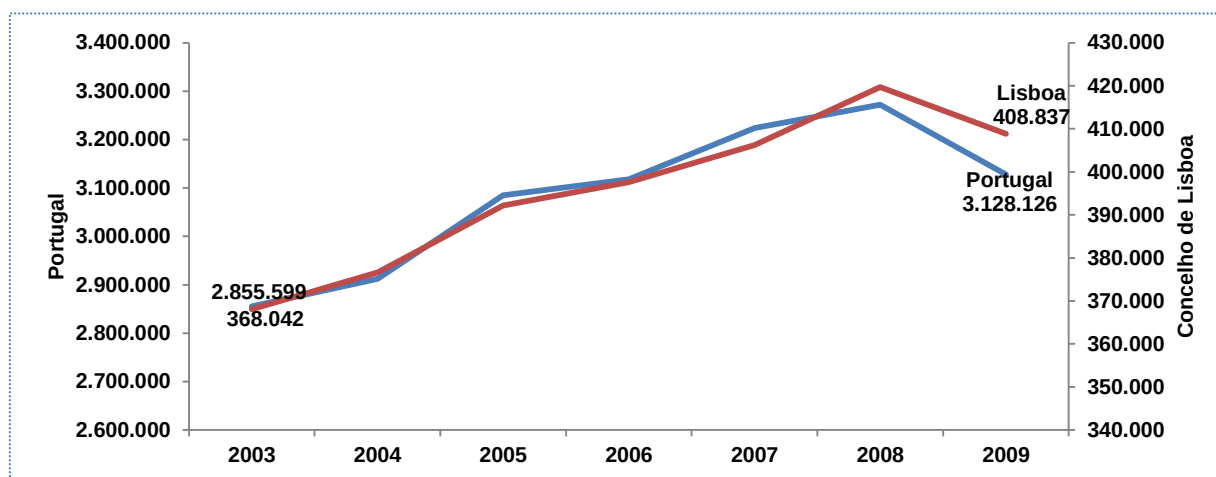
- Entre 2008 e 2009 o Concelho de Lisboa perdeu 11.000 trabalhadores, depois de anos consecutivos em que o seu número cresceu;
- As mulheres trabalhadoras no Concelho de Lisboa ultrapassam em 2008 ligeiramente os 50%, pela primeira vez desde 2003, chegando em 2009 aos 51,2%;
- Uma percentagem elevada dos trabalhadores do Concelho possui o Ensino Superior (28%), representando o dobro da percentagem verificada a nível nacional;
- O envelhecimento dos trabalhadores do Concelho é inquestionável, correspondendo a classe etária dos 35 ou mais anos, em 2009, a 60% dos trabalhadores do Concelho;
- Existe em Lisboa maior desigualdade de rendimentos do que no País chegando os ganhos médios mais elevados a ser 6,7 vezes superiores aos ganhos médios mais baixos;
- A desigualdade entre géneros, tendo por referência o ganho médio, é superior no Concelho de Lisboa do que a registada no País durante todo o período considerado, tanto em valores absolutos como percentuais

2.1.3 Os Trabalhadores no Concelho de Lisboa

2.1.3.1 Lisboa começa a perder trabalhadores

Em 2009 trabalhavam no Concelho de Lisboa 408.000 pessoas, o que corresponde a um acréscimo no número de trabalhadores de 11% em relação a 2003, evolução que acompanhou a tendência registada a nível nacional (aumento de 10%).

Gráfico N° 23: Evolução do número de trabalhadores no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)



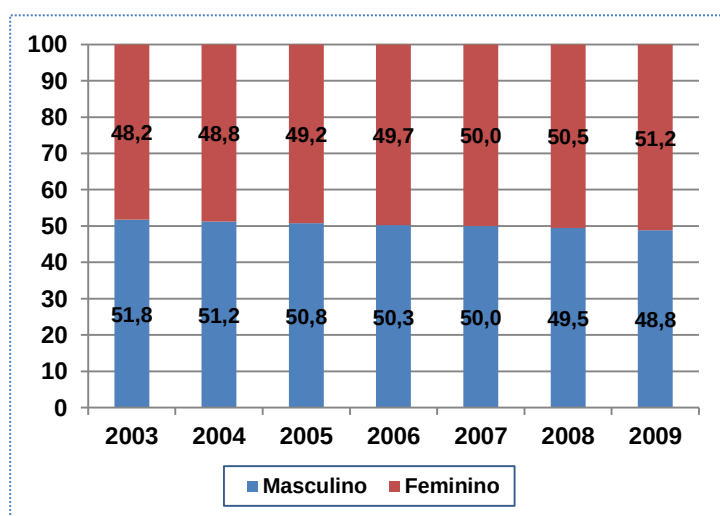
Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

No entanto, é de realçar a quebra verificada entre 2008 e 2009, tanto no País como no Concelho que perdeu, em apenas um ano, 11.000 trabalhadores. Recorde-se que a Taxa de Desemprego, que havia decrescido entre 2007 e 2008 cresce em 2009 para 9,5 não parando de subir até hoje (12,7 em 2011, enquanto era de 6.3 em 2003)²⁵. Daí que seja de esperar que esta queda no número de trabalhadores verificada em 2009 se tenha acentuado nos anos mais recentes interrompendo claramente a evolução positiva registada entre 2003 e 2008.

A percentagem de mulheres trabalhadoras no Concelho de Lisboa ultrapassa em 2008 ligeiramente os 50%, pela primeira vez na série temporal considerada, chegando em 2009 aos 51,2%, consequência de um aumento gradual desde 2003, ano em que representavam cerca 48% daqueles que trabalhavam neste Concelho.

²⁵ Ver Ponto Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal, pág. 67.

Gráfico N° 24: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por Sexo (%) - (2003-2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

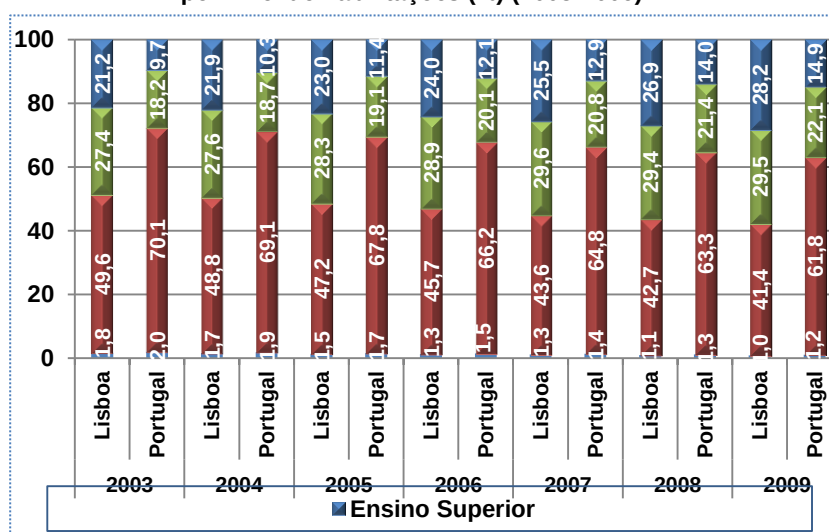
Os dados disponíveis não permitem aferir as causas deste aumento, mas tal facto poderá estar ligado ao tipo de sectores de actividade mais afectados pela situação económica e ao menor custo que continua a representar o emprego feminino, algo que, no entanto, não é possível neste momento apurar.

2.1.3.2 Qualificações mais elevadas dos trabalhadores de Lisboa

Uma percentagem elevada dos trabalhadores do Concelho possui o Ensino Superior (28%), representando o dobro da percentagem verificada a nível nacional, se bem que em ambos os casos esta percentagem fosse gradualmente aumentando ao longo dos anos em análise, à medida que foram diminuindo os trabalhadores com o Ensino Básico que, no entanto, continuam a ser maioritários a nível nacional (61,8%), rondando em Lisboa os 40% dos trabalhadores. Os trabalhadores com nível de qualificação inferior ao 1º ciclo, por sua vez, diminuíram, tanto a nível nacional como no Concelho confinando-se a uma percentagem quase residual, próxima de 1%.

Verifica-se, assim, que entre 2003 e 2009 o nível de habilitações dos trabalhadores empregados aumentou.

Gráfico N° 25: Trabalhadores de Portugal e do Concelho de Lisboa por nível de habilitações (%) (2003-2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

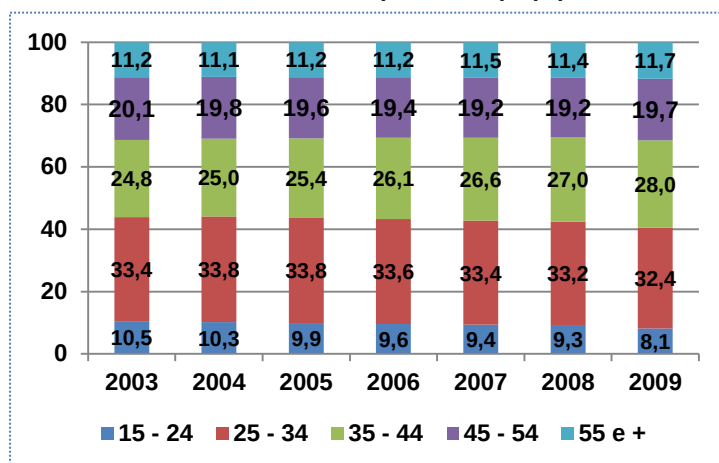
Note-se que é entre os trabalhadores com qualificações inferiores ao 1º ciclo que se regista a menor Taxa de Emprego registada em 2011 entre os diversos escalões etários (19%, sendo nestes trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos se regista uma Taxa de Desemprego superior a 30%)²⁶.

²⁶ Ver Ponto Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal, pág. 67.

2.1.3.3 Lisboa com trabalhadores mais velhos

O envelhecimento dos trabalhadores do Concelho é em visível, apesar do intervalo de tempo analisado ser relativamente curto. Os dois escalões até aos 34 anos perderam peso percentual sobre o total de trabalhadores, enquanto o escalão dos 35 aos 44 anos conheceu um aumento de 3,2 pontos percentuais. No caso dos trabalhadores com 45 a 54 anos houve um ligeiro decréscimo (de 20,1% para 19,7%), enquanto os trabalhadores com 55 e mais anos aumentaram meio ponto percentual.

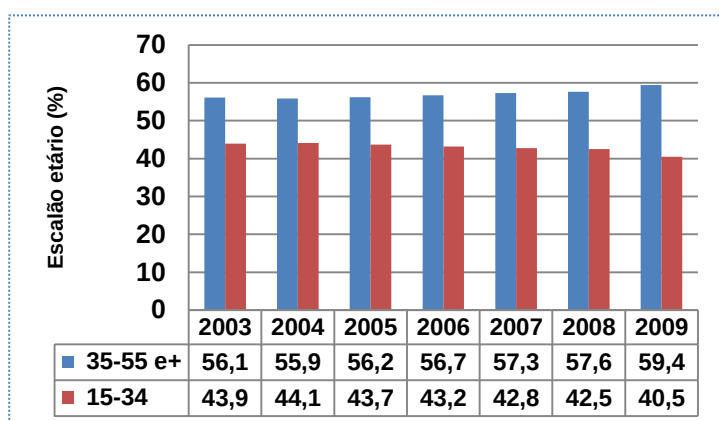
Gráfico N° 26: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por Escalões Etários (2003-2009) - (%)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Se atendermos ao conjunto de trabalhadores com 35 ou mais anos, comparando-o com o conjunto daqueles que possuem menos de 35 anos, torna-se mais evidente esta evolução: o escalão etário mais velho viu a sua percentagem subir em 3,3%. Com esta evolução os trabalhadores com 35 ou mais anos constituem perto de 60% dos trabalhadores do Concelho.

Gráfico N° 27: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por dois Escalões Etários (%) (2003-2009)

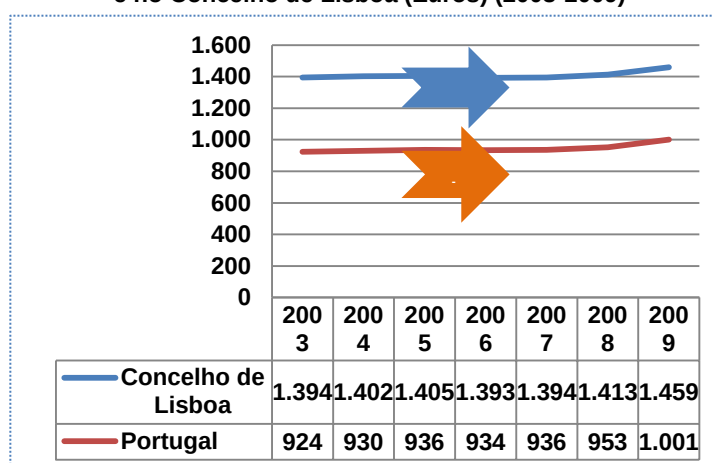


Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

2.1.3.4 Maior ganho mensal mais elevado com maior desigualdade

Os dados dos *Quadros de Pessoal* permitem aferir o ganho mensal dos trabalhadores, ou seja, as suas remunerações acrescidas de outras componentes (prestações regulares e prestações extraordinárias). Comparando o ganho médio mensal dos trabalhadores do Concelho de Lisboa com os do País, constata-se claramente que o ganho médio mensal verificado em Lisboa é muito superior ao de Portugal, se bem que, ao longo de todo o período considerado, a sua taxa de crescimento tenha sido a nível nacional (8,3%) muito mais elevada do que a registada no Concelho (4,7%).

Gráfico N° 28: Evolução do ganho médio mensal em Portugal e no Concelho de Lisboa (Euros) (2003-2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

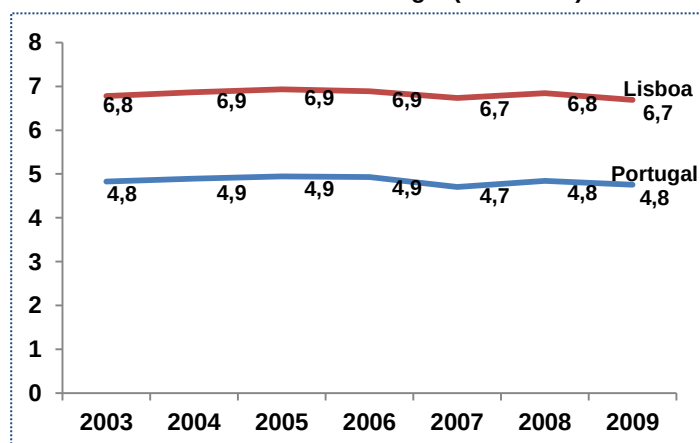
Atendendo ao ganho médio mensal por quintil²⁷, verifica-se que Lisboa apresenta maior diferença do que a registada no País entre os 20% de trabalhadores com os ganhos médios mais baixos (1º quintil) e os 20% que possuem os ganhos médios mais elevados (5º quintil), se bem que, em ambas as unidades territoriais exista uma diferença assinalável entre os ganhos médios destes dois grupos de trabalhadores.

De modo a apurar a desigualdade na distribuição do rendimento (Rácio S80/S20²⁸), se atendermos à proporção do rendimento auferido pelos 20% da população com maiores rendimentos (5º quintil) com o auferido pelos 20% com menores rendimentos (1º quintil), constata-se que pouco (em Lisboa) ou nada (no País) se alterou entre 2003 e 2009, verificando-se ao longo de todo este período uma clara diferença entre o Concelho e o País. Existe em Lisboa maior desigualdade de rendimentos do que no País: enquanto em 2009, na capital os trabalhadores com ganhos médios mais elevados recebiam 6,7 vezes mais que os que auferem ganhos médios mais baixos, no País esta diferença era de 4,8 vezes.

²⁷ Ganho médio mensal por quintil – discrimina-se o ganho médio mensal por grupos que agregam cada 20% dos trabalhadores, ordenados pelo ganho auferido. Assim, o 1º quintil reúne os 20% de trabalhadores com os salários médios mais baixos e o 5º quintil aqueles que possuem os salários médios mais altos.

²⁸ O Rácio S80/S20 permite comparar o rendimento total equivalente recebido por 20% da população com maior rendimento equivalente com o recebido por 20% da população com menor rendimento equivalente.

Gráfico N° 29: Evolução do Rácio S80/S20 no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)

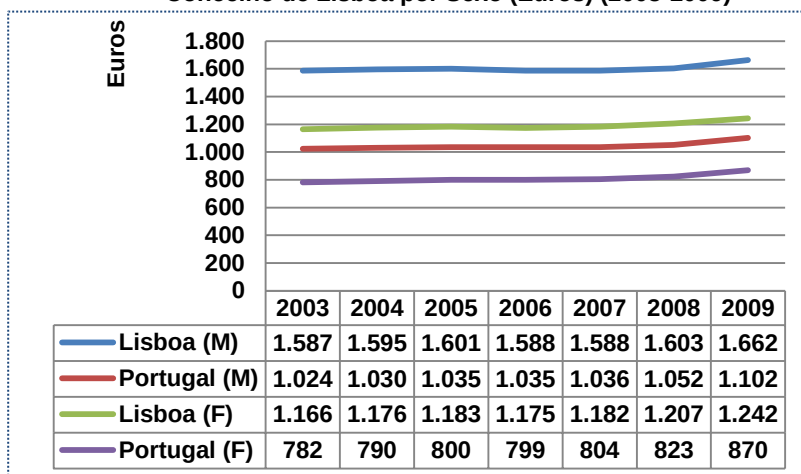


Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

A desigualdade de rendimentos é também notória entre os géneros, tanto no Concelho de Lisboa como em Portugal.

O ganho médio mensal mais elevado pertence aos trabalhadores masculinos do Concelho de Lisboa. Pelo contrário, o rendimento do trabalho das mulheres em termos nacionais é, ao longo do período aqui analisado, sempre inferior ao dos homens e mesmo inferior ao ganho médio das mulheres que exercem a sua actividade no Concelho de Lisboa.

Gráfico N° 30: Evolução do Ganho Médio Mensal em Portugal e no Concelho de Lisboa por Sexo (Euros) (2003-2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

A diferença entre os ganhos médios mensais das mulheres e dos homens é sempre superior em Lisboa do que no restante País, tanto em termos absolutos como percentuais, se nem que diminuindo sempre ao longo dos anos.

**Tabela Nº 20: Diferença do Ganho Médio entre Homens e Mulheres (€ e %)
(2003-2009)**

Território	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Lisboa (%)	36,1	35,6	35,3	34,3	34,3	32,8	33,8
Portugal (%)	30,9	30,4	29,4	28,9	25,9	27,8	26,7
Lisboa (€)	421 €	419 €	418 €	406 €	406 €	396 €	420 €
Portugal (€)	242 €	240 €	235 €	232 €	213 €	229 €	232 €

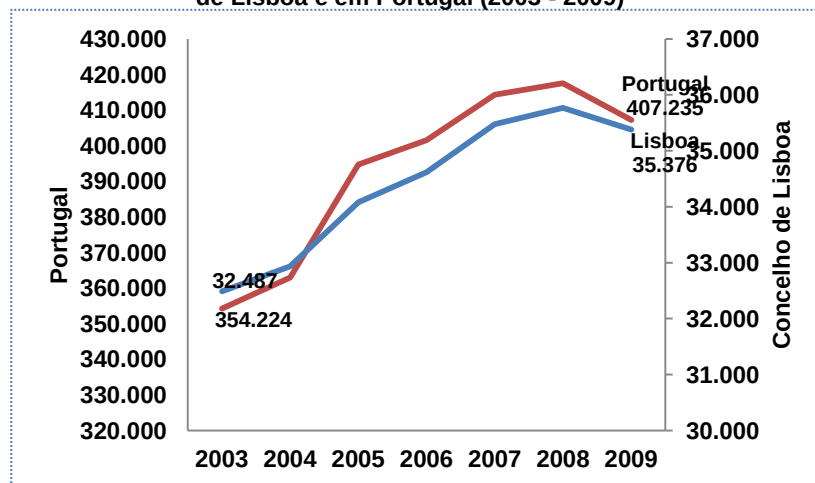
Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

2.1.4 Estabelecimentos no Concelho de Lisboa

2.1.4.1 Lisboa começa a perder locais de trabalho

Entre 2003 e 2009 o número de estabelecimentos no Concelho de Lisboa conheceu um crescimento similar ao verificado em Portugal. De 32.487 estabelecimentos no ano 2003, o Concelho de Lisboa passou a albergar 35.376 estabelecimentos em 2009.

Gráfico N° 31: Evolução do Número de Estabelecimentos no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003 - 2009)

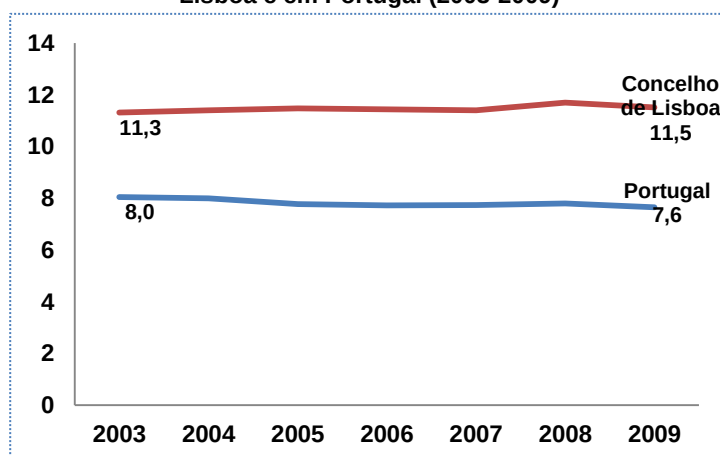


Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Entre 2008 e 2009 observa-se, no entanto, tanto em Lisboa, como em Portugal, um decréscimo no número de estabelecimentos. Tal como anteriormente foi referido em relação ao número de trabalhadores, o facto de os dados posteriores a 2009 não estarem ainda disponíveis impede que se avancem com certezas.

A dimensão média dos estabelecimentos no Concelho de Lisboa, medida pelo seu número de trabalhadores, é muito superior à média nacional. No ano 2009, a média de trabalhadores por estabelecimento era de 11,5 no Concelho de Lisboa, enquanto em termos nacionais era de 7,6. Para além disso, no período aqui considerado assiste-se a uma ligeira diminuição da dimensão média dos estabelecimentos em Portugal (de 8 para 7,6), enquanto em Lisboa se observa um pequeno acréscimo (de 11,3 para 11,5).

Gráfico Nº 32: Evolução da Dimensão Média dos Estabelecimentos (número de trabalhadores) no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

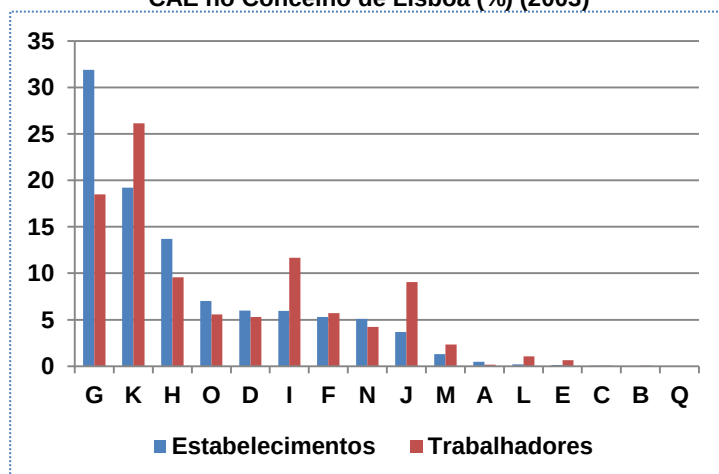
Em 2003 cerca de um terço (31,9%) dos estabelecimentos do Concelho de Lisboa dedicavam-se a actividades na área do “*Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico*”. Já a percentagem de trabalhadores a exercer a sua profissão em estabelecimentos nesta área era de 18,5%.

A área de actividade (codificada com base na Classificação de Actividade Económica²⁹) que reúne uma maior percentagem de trabalhadores no Concelho de Lisboa em 2003 é a das “*Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*”, com uma percentagem de 26,1% dos trabalhadores do Concelho. A esta categoria correspondem 19,2% dos estabelecimentos³⁰.

²⁹ A. Agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B. Pesca; C. Indústrias extractivas; D. Indústrias transformadoras; E. Produção e distribuição de electricidade, gás e água; F. Construção; G. Comércio por grosso e retalho, reparação de veículos automóveis motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico; H. Alojamento e restauração (restaurantes e similares); I. Transportes, armazenagem e comunicações; J. Actividades financeiras; K. Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L. Administração Pública, defesa e segurança social obrigatória; M. Educação; N. Saúde e acção social; O. Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; P. Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio; Q. Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

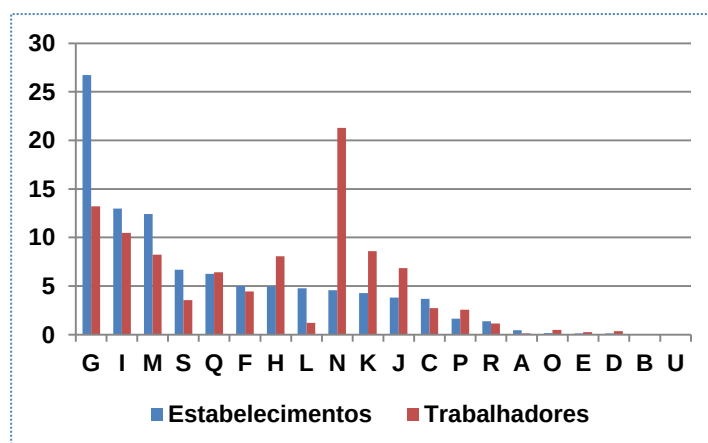
³⁰ A CAE foi revista entre os dois anos aqui considerados, pelo que cada um dos gráficos apresenta uma classificação distinta.

Gráfico N° 33: Estabelecimentos por CAE e Trabalhadores por CAE no Concelho de Lisboa (%) (2003)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Gráfico N° 34: Estabelecimentos por CAE e Trabalhadores por CAE no Concelho de Lisboa (%) (2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

As “*Actividades administrativas e dos serviços de apoio*” agregam 23,1% dos trabalhadores e 4,6% dos estabelecimentos de Lisboa. Também com alguma importância no total de estabelecimentos estão os que se dedicam ao “*Alojamento, restauração e similares*” (13%) e às “*Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*” (12,5%) e que concentram 10,5% e 8,2% dos trabalhadores, respectivamente³¹.

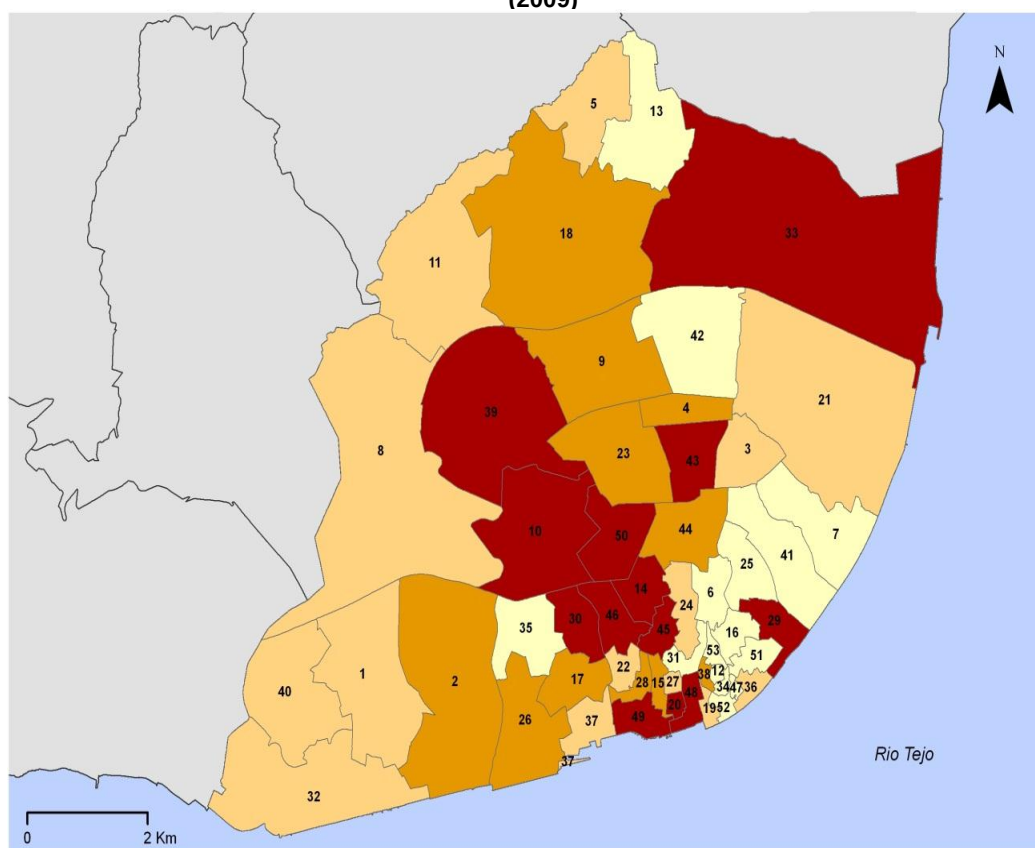
³¹ **A.** Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; **B.** Indústrias extractivas; **C.** Indústrias transformadoras; **D.** Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; **E.** Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; **F.** Construção; **G.** Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; **H.** Transportes e armazenagem; **I.** Alojamento, restauração e similares; **J.** Actividades de informação e de comunicação; **K.** Actividades financeiras e de seguros; **L.** Actividades imobiliárias; **M.** Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; **N.** Actividades administrativas e dos serviços de apoio; **O.** Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; **P.** Educação; **Q.** Actividades de saúde humana e apoio social; **R.** Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas; **S.** Outras actividades de serviços; **T.** Actividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e actividades de produção das famílias para uso próprio; **U.** Actividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

2.1.4.2 Perfis territoriais da oferta de emprego no concelho de Lisboa: a desigualdade no território

Considerando o número elevado de freguesias em Lisboa, bem como a variedade de estabelecimentos nelas sediados, realizou-se uma análise exploratória em busca da definição de perfis económico-espaciais. A análise de *clusters*, em que a variável “*freguesia*” foi tida como unidade de análise e as variáveis “*ganho médio mensal*”, “*CAE do estabelecimento*” e “*dimensão do estabelecimento*” como variáveis caracterizadoras, foi a metodologia que permitiu definir quatro tipos de perfis de configuração dos estabelecimentos económicos nas freguesias do Concelho de Lisboa.

A distribuição dos quatro perfis encontrados pode ser visualizada do seguinte modo:

Ilustração 3: Tipologia dos Estabelecimentos nas Freguesias do Concelho de Lisboa (2009)



Tipologia dos estabelecimentos

- Maior dimensão; actividades administrativas e financeiras; salários elevados
- Dimensão média; actividades administrativas e financeiras; salários médios
- Dimensão média; comércio e actividades administrativas; salários médios
- Pequena dimensão; comércio e restauração; salários baixos

Legenda:

1 - Ajuda; 2 - Alcântara; 3 - Alto Do Pina; 4 - Alvalade; 5 - Ameixoeira; 6 - Anjos; 7 - Beato; 8 - Benfica; 9 - Campo Grande; 10 - Campolide; 11 - Carnide; 12 - Castelo; 13 - Charneca; 14 - Coração De Jesus; 15 - Encarnação; 16 - Graça; 17 - Lapa; 18 - Lumiar; 19 - Madalena; 20 - Mártires; 21 - Marvila; 22 - Mercês; 23 - Nossa Senhora de Fátima; 24 - Pena; 25 - Penha de França; 26 - Prazeres; 27 - Sacramento; 28 - Santa Catarina; 29 - Santa Engrácia; 30 - Santa Isabel; 31 - Santa Justa; 32 - Santa Maria de Belém; 33 - Santa Maria dos Olivais; 34 - Santiago; 35 - Santo Condestável; 36 - Santo Estêvão; 37 - Santos-o-Velho; 38 - São Cristóvão e São Lourenço; 39 - São Domingos de Benfica; 40 - São Francisco Xavier; 41 - São João; 42 - São João de Brito; 43 - São João de Deus; 44 - São Jorge de Arroios; 45 - São José; 46 - São Mamede; 47 - São Miguel; 48 - São Nicolau; 49 - São Paulo; 50 - São Sebastião da Pedreira; 51 - São Vicente de Fora; 52 - Sé; 53 - Socorro.

Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Como evidenciado neste Mapa, com base nesta Tipologia, as freguesias ficam agrupadas da seguinte forma:

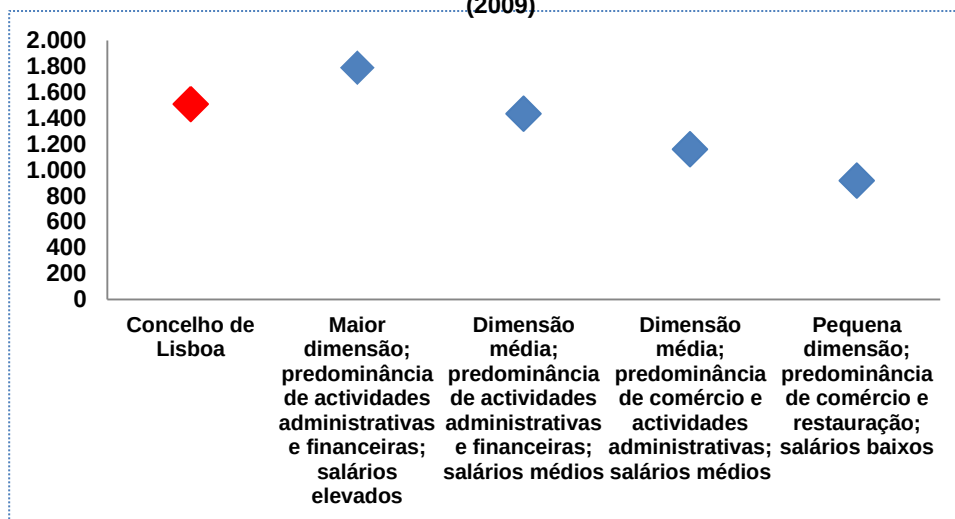
Tabela Nº 21: Freguesias do Concelho de Lisboa segundo a Tipologia de Estabelecimentos

Tipologia	Freguesias
Maior dimensão; actividades administrativas e financeiras; salários elevados	10 - Campolide; 14 - Coração De Jesus; 20 - Mártires; 29 - Santa Engrácia; 30 - Santa Isabel; 33 - Santa Maria Dos Olivais; 39 - São Domingos de Benfica; 43 - São João de Deus; 45 - São José; 46 - São Mamede; 48 - São Nicolau; 49 - São Paulo; 50 - São Sebastião da Pedreira.
Dimensão média; actividades administrativas e financeiras; salários elevados	2 - Alcântara; 4 - Alvalade; 9 - Campo Grande; 15 - Encarnação; 17 - Lapa; 18 - Lumiar; 23 - Nossa Senhora de Fátima; 26 - Prazeres; 28 - Santa Catarina; 38 - São Cristóvão e São Lourenço; 44 - São Jorge de Arroios.
Dimensão média; comércio e actividades administrativas; salários médios	1 - Ajuda; 3 - Alto do Pina; 5 - Ameixoeira; 8 - Benfica; 11 - Carnide; 19 - Madalena; 21 - Marvila; 22 - Mercês; 24 - Pena; 27 - Sacramento; 32 - Santa Maria de Belém; 36 - Santo Estêvão; 37 - Santos-o-Velho; 40 - São Francisco Xavier.
Pequena dimensão; comércio e restauração; salários baixos	6 - Anjos; 7 - Beato; 12 - Castelo; 13 - Charneca; 16 - Graça; 25 - Penha de França; 31 - Santa Justa; 34 - Santiago; 35 - Santo Condestável; 41 - São João; 42 - São João de Brito; 47 - São Miguel 51 - São Vicente de Fora; 52 - Sé; 53 - Socorro.

Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Quanto ao ganho médio mensal nos quatro *clusters* identificados e na totalidade do Concelho de Lisboa, apenas o *cluster* “Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados” apresenta um ganho médio mensal superior à média do Concelho. No *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos” o ganho mensal é inferior em 875 Euros ao verificado no primeiro *cluster*.

Gráfico Nº 35: Ganho Médio Mensal dos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)



Fonte: : Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Nota1: Trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

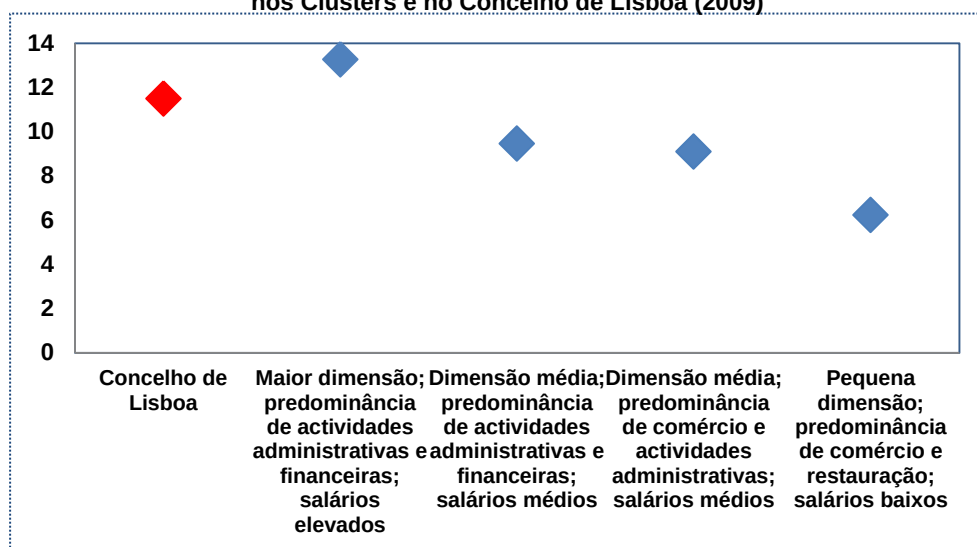
Em termos de dimensão, ou seja, do número médio de trabalhadores nos estabelecimentos, o *cluster* “Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados” aparece uma vez mais em primeiro lugar, com um valor (13,1) superior ao que, em média, se verifica no Concelho (11,5). Os estabelecimentos do *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos” têm, em média, 6,2 trabalhadores

Quanto às categorias da Classificação das Actividades Económicas (CAE) mais relevantes para a definição dos quatro *clusters*, a categoria do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” aglomera 13,2% dos estabelecimentos do Concelho. Mas nos *clusters* “Dimensão média; predominância de comércio e actividades administrativas; salários médios” e “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos”, o seu peso é de 18,8% e 18,9%, respectivamente.

A CAE “Alojamento, restauração e similares” que, no Concelho corresponde a 10,5% dos estabelecimentos, apresenta uma percentagem de 25,3% no *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos”.

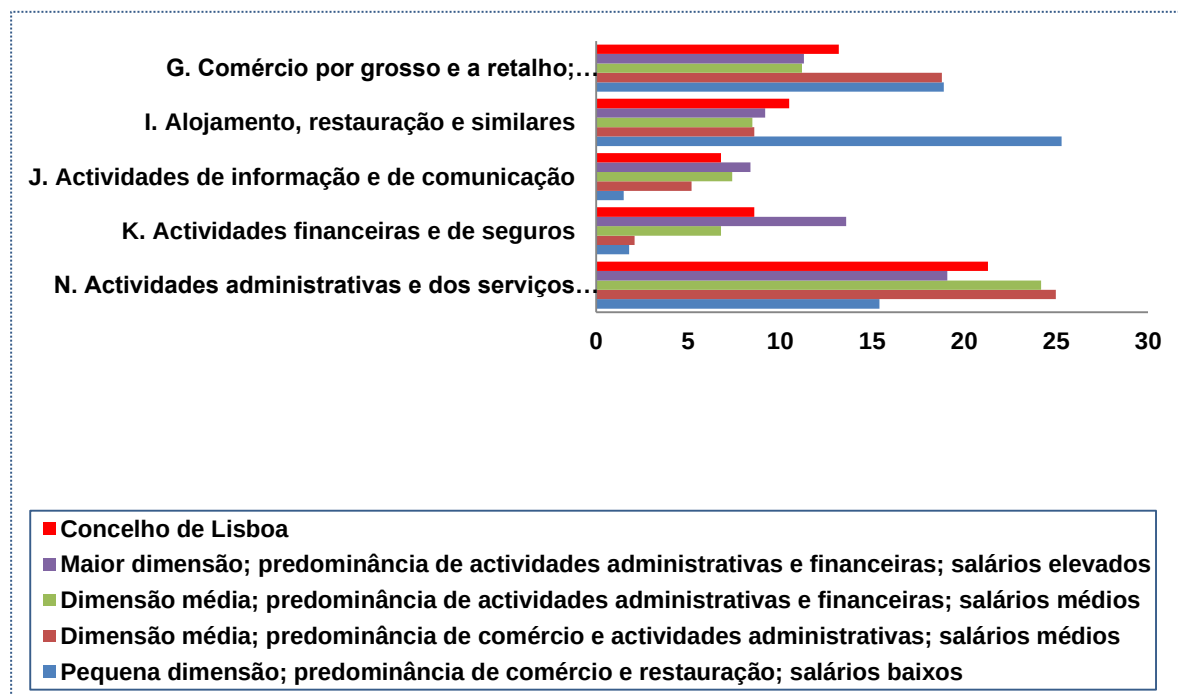
As “Actividades financeiras e de seguros” correspondem a 13,6% dos estabelecimentos do *cluster* “Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados”, enquanto na totalidade do Concelho essa percentagem é de 8,6%.

Gráfico N° 36: Dimensão Média dos Estabelecimentos (n° de trabalhadores) nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)



Fonte: : Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Gráfico N° 37: Importância das CAE nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009)

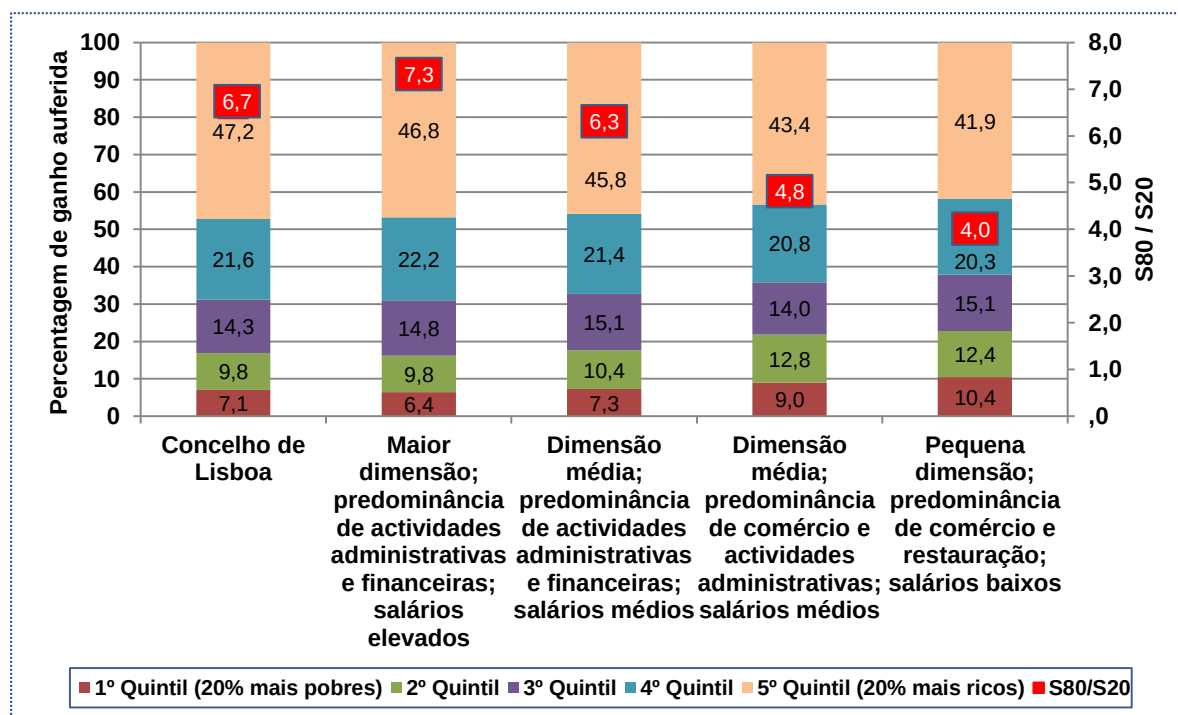


Fonte: : Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”
 Nota: para esta representação gráfica foram seleccionadas as CAE mais importantes para a definição dos *clusters*. Para cada *cluster* e para o Concelho de Lisboa as percentagens dizem respeito ao peso de cada uma das CAE nesse subgrupo.

Quanto à parte do ganho total auferida pelos quintis de trabalhadores é no *cluster* “*Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados*” que o rácio S80/S20 é mais elevado: 7,3. Isto significa que a parte auferida pelos 20% mais ricos é sete vezes superior à parte auferida pelos 20% mais pobres. Neste *cluster* o grupo dos 20% de trabalhadores com o ganho médio mais elevado congrega 46,8% do ganho total.

O *cluster* onde este indicador de desigualdade é menos elevado é o “*Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos*”: Neste *cluster* os 20% mais pobres detêm 10,4% do ganho total, a percentagem mais elevada dos quatro *clusters*. Ou seja, sendo este o *cluster* com o ganho médio mensal mais baixo, é também aquele onde existe menor desigualdade salarial entre os trabalhadores.

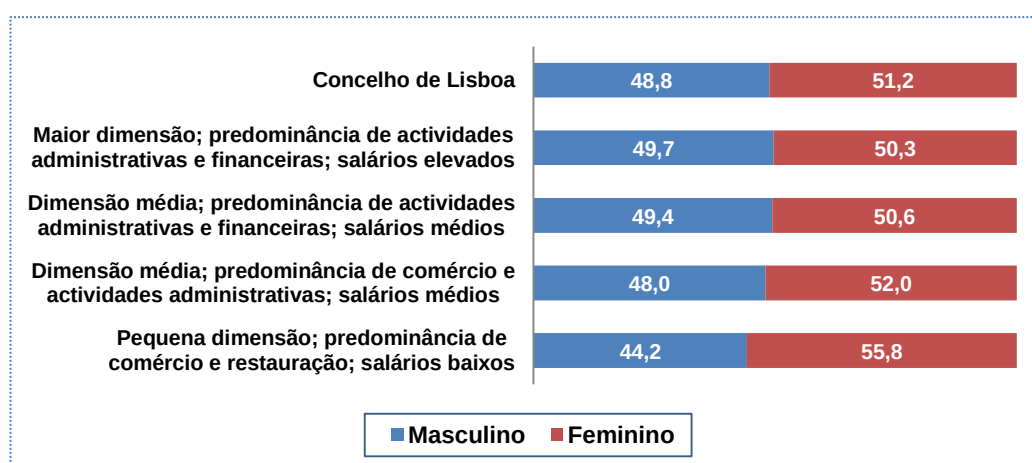
Gráfico N° 38: Percentagem de Ganho Auferida pelos Quintis e S80/S20 nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

O cruzamento dos *clusters* com o sexo dos trabalhadores mostra uma distribuição equilibrada entre homens e mulheres, embora estas estejam em maioria em todos eles. O *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos” é aquele onde a percentagem de mulheres é mais elevada: 56,8%.

Gráfico N° 39: Sexo dos Trabalhadores nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)



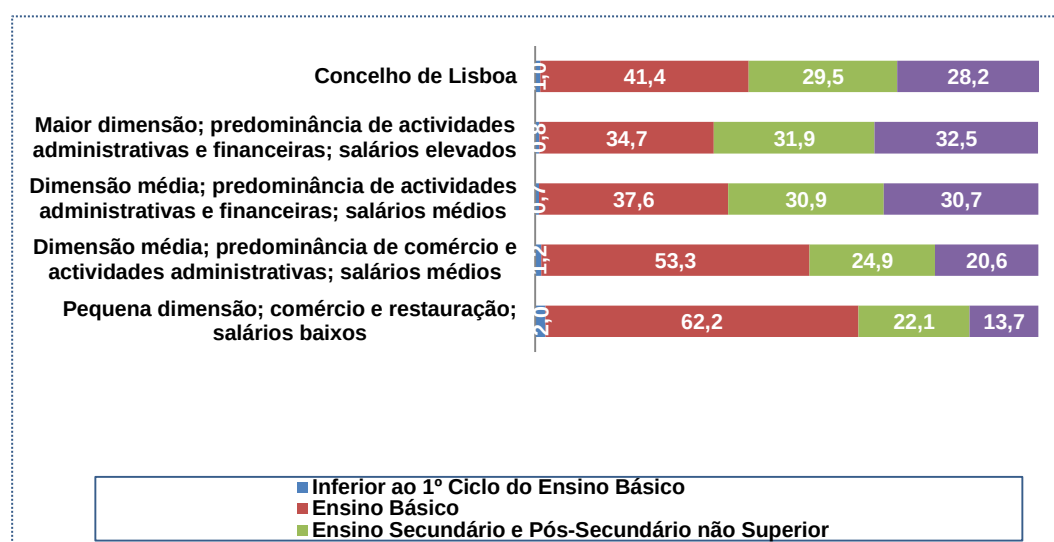
Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Ao contrário do que acontece com o sexo, em termos de habilitações escolares as diferenciações entre *clusters* são mais marcadas. No *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos” os trabalhadores com o Ensino Básico são majoritários (62,2%), enquanto os que têm o ensino superior representam apenas 13,7%.

Com cerca de cinco pontos percentuais acima do valor médio registado para o Concelho, o *cluster* “Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados” surge com uma percentagem de trabalhadores com o Ensino Superior de 32,5%. Neste cluster os trabalhadores com habilitações ao nível do Ensino Básico não chegam aos 35%, o que é a percentagem mais baixa da tipologia.

O *cluster* “Dimensão média; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários médios” apresenta um perfil em termos de habilitações semelhante ao “Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados”.

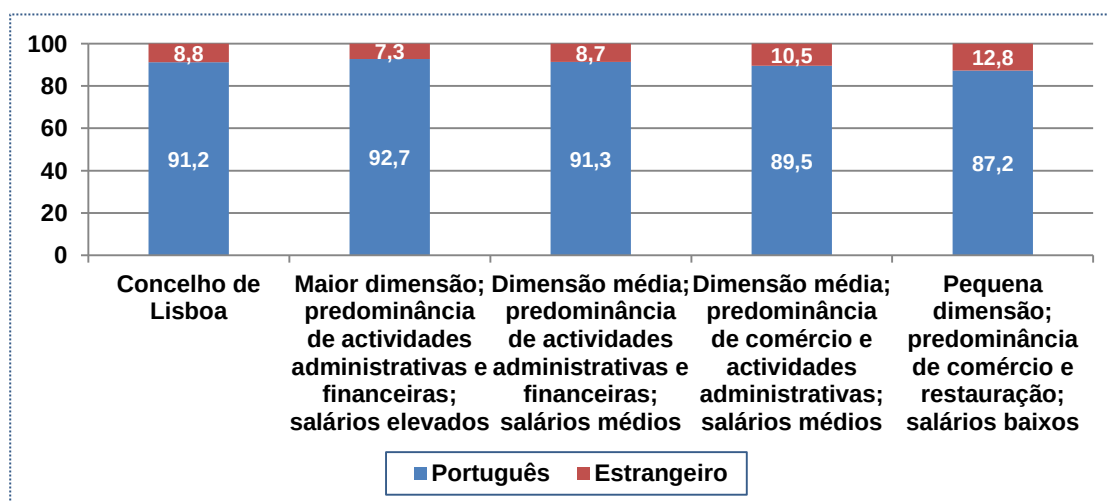
Gráfico N° 40: Habilitações dos Trabalhadores nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)



Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Os trabalhadores de nacionalidade portuguesa estão, como seria de esperar, em clara maioria em todos os *clusters*. É de sublinhar a percentagem relativamente elevada que os trabalhadores de nacionalidade estrangeira têm no *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos”: 12,8%.

Gráfico Nº 41: Nacionalidade dos Trabalhadores (português/estrangeiro) nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009)



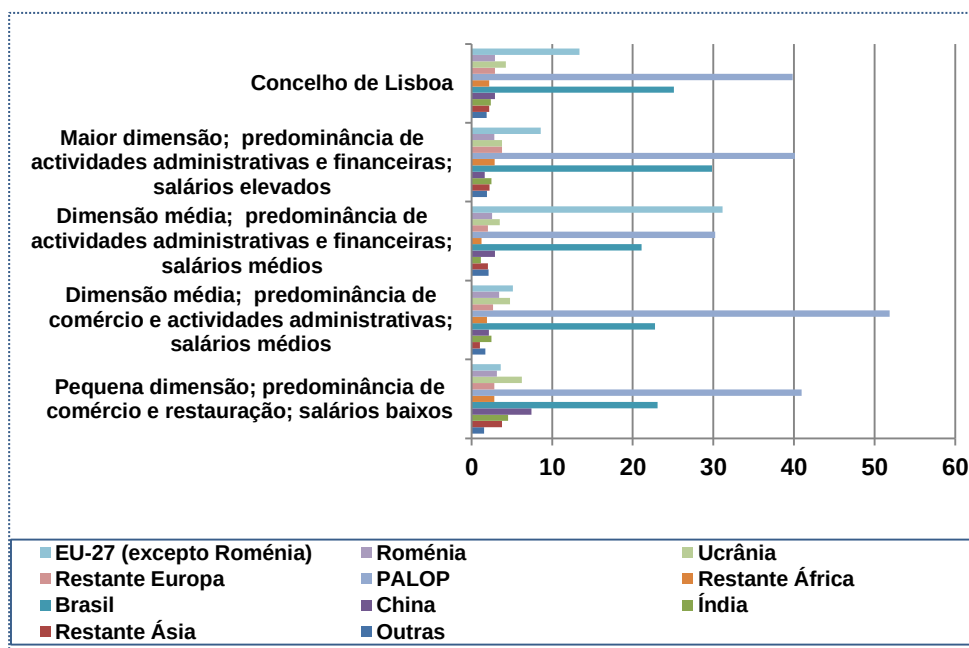
Fonte: Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Quanto aos trabalhadores de nacionalidade não portuguesa, os trabalhadores oriundos dos PALOP que, no Concelho representam 39,9% dos trabalhadores de nacionalidade estrangeira, ascendem aos 51,9% no *cluster* “Dimensão média; predominância de comércio e actividades administrativas; salários médios”.

Os trabalhadores oriundos de países da União Europeia (à excepção da Roménia) representam 31,2% dos trabalhadores estrangeiros no *cluster* “Dimensão média; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários médios”, mais do dobro do valor que, em média, assumem no Concelho (13,4%).

É de destacar também a percentagem de trabalhadores de nacionalidade chinesa no *cluster* “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos”: 7,2% do total de trabalhadores estrangeiros. Esta nacionalidade representa 2,9% dos trabalhadores estrangeiros no Concelho de Lisboa.

Gráfico N° 42: Nacionalidade dos Trabalhadores Estrangeiros nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009)



Fonte: : Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

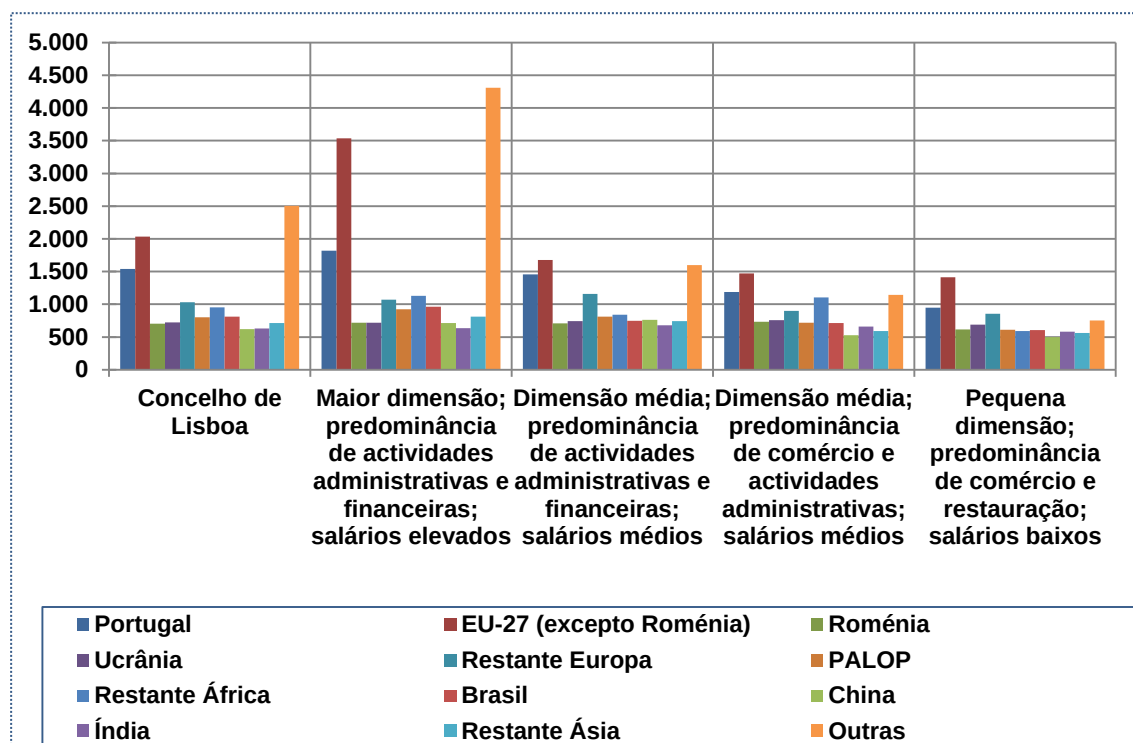
Base: trabalhadores de nacionalidade não portuguesa.

Se se considerar o ganho médio dos trabalhadores por nacionalidade, destaca-se, em primeiro lugar, o grupo de “outras nacionalidades” no *cluster* “*Maior dimensão; predominância de actividades administrativas e financeiras; salários elevados*” com um ganho médio mensal de 4.309 Euros. Este grupo agrega trabalhadores de várias nacionalidades, numericamente pouco expressivas, mas que, em alguns casos, apresentam ganhos médios mensais muito superiores à média do conjunto dos trabalhadores. É o caso dos oriundos dos Estados Unidos que, neste *cluster* auferem, em média, 6.653 Euros, mas que representam apenas 27 trabalhadores.

Neste mesmo *cluster* destaca-se também o ganho médio dos trabalhadores oriundos da União Europeia (à excepção da Roménia): 3.536€. Com o terceiro ganho médio mais elevado no *cluster* estão os trabalhadores portugueses (1.819€).

No cluster “Pequena dimensão; predominância de comércio e restauração; salários baixos” o ganho médio mensal é mais baixo para todas as nacionalidades. Aqui, o grupo que surge numa posição mais desfavorecida é o dos trabalhadores de nacionalidade chinesa, com um ganho médio mensal de 498 Euros.

Gráfico Nº 43: Ganho Médio nos Clusters e no Concelho de Lisboa por Nacionalidade (Euros) (2009)



Fonte: : Relatório “Desigualdades de remuneração nas freguesias do concelho de Lisboa (2003-2009)”

Nota1: Trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

Nota2: valores a preços correntes.

2.1.5 Conclusões e Recomendações

A grande desigualdade entre Lisboa e no resto do País acompanha a grande desigualdade dentro do Concelho: entre géneros, entre os trabalhadores com os ganhos médios mais baixos e os mais altos.

A concentração em Lisboa de quadros superiores de grandes empresas, com ganhos médios extremamente altos, faz com que a média de ganhos no Concelho, muito elevada em relação à média nacional, “esconda” os salários baixos praticados em diversos sectores. Quando comparamos os ganhos médios dos melhor remunerados, os trabalhadores de Lisboa auferem mais 54% do que os do restante País, mas quando comparamos os ganhos médios dos trabalhadores com remunerações mais baixas, os de Lisboa auferem mais 8% do que os do conjunto do País.

Seria interessante conhecer melhor as razões para o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho do Concelho (51,2% em 2009), quando eram antes de 2008 minoritárias, aferindo se haverá alguma relação entre as remunerações mais baixas auferidas pelas trabalhadoras e esta alteração na sua proporção, e em que sectores em que esta alteração é mais acentuada.

Quanto ao número de estabelecimentos localizados no Concelho de Lisboa, a inflexão verificada entre 2008 e 2009 com a redução do seu número, simultânea com a redução de 11.000 trabalhadores, poderá indiciar que os efeitos da situação económica recessiva irão prolongar ou mesmo acentuar essa tendência com a consequente diminuição da oferta de emprego. ***Será interessante sinalizar os sectores que foram mais atingidos por esta regressão de modo a detectar os mais vulneráveis perante a actual conjuntura económica.***

Os dados analisados realçam a fragilidade de inserção no mercado de trabalho dos trabalhadores com menores níveis de habilitações. ***Seria importante cruzar este indicador com os escalões etários já que a associação entre baixo nível de habilitações e escalões etários mais envelhecidos fragiliza duplamente estes trabalhadores.***

O facto de 31,5% dos trabalhadores possuir 45 ou mais anos e de os três escalões etários mais elevados (trabalhadores com 35 ou mais anos) corresponder a perto de 60% dos activos empregados no Concelho, ***implica ter especial atenção aos trabalhadores com estes escalões etários que possuirão maior dificuldade de regresso ao mercado de trabalho uma vez caídos em situação de desemprego.***

Acompanhar a evolução destes e de outros dados através da análise da informação presente nos Quadros de Pessoal torna-se fundamental para perceber as alterações ocorridas no mercado de trabalho ao longo dos anos sobretudo em tempos de crise económica como a que estamos a viver.

2.2 Desemprego

2.2.1 Introdução

Para analisar a situação dos desempregados no Concelho de Lisboa optou-se por proceder a um breve enquadramento com base na análise da taxa de desemprego a nível nacional destacando a sua evolução ao longo dos anos e a sua incidência por género, escolaridade e escalão etário. Esta análise foi realizada com base nos dados disponibilizados pelo INE.

Em relação ao Concelho de Lisboa focou-se a análise na evolução trimestral do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego em 2011, com enfoque sobre o género, a escolaridade e o escalão etário, procedendo-se, sempre que pertinente, a uma análise por freguesia de residência dos inscritos. Mereceram atenção particular os dados relativos aos desempregados à procura de 1º emprego e aos desempregados de longa duração, dois dos grupos mais vulneráveis entre os desempregados. Esta análise foi realizada com base nos dados disponibilizados pelo IEFP referentes ao Concelho, ao Distrito e ao Continente.

Como referido, esta informação tem por base os desempregados inscritos nos Centros de Emprego, contabilizados como desempregados de acordo com os critérios do IEFP, o que significa que não abrange todas as pessoas efectivamente desempregadas.

Lista de Indicadores:

Taxa de Desemprego (2000-2001):

- por género
- por nível de escolaridade
- por escalão etário

Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego:

- por género
- por nível de escolaridade
- por escalão etário
- por tempo de desemprego – 1º emprego*
 - por género
 - por escalão etário
- por tempo de desemprego – mais de 12 meses -*
Desempregados de Longa Duração
 - por género
 - por escalão etário
 - por habilitações literárias

Evolução Trimestral 2011

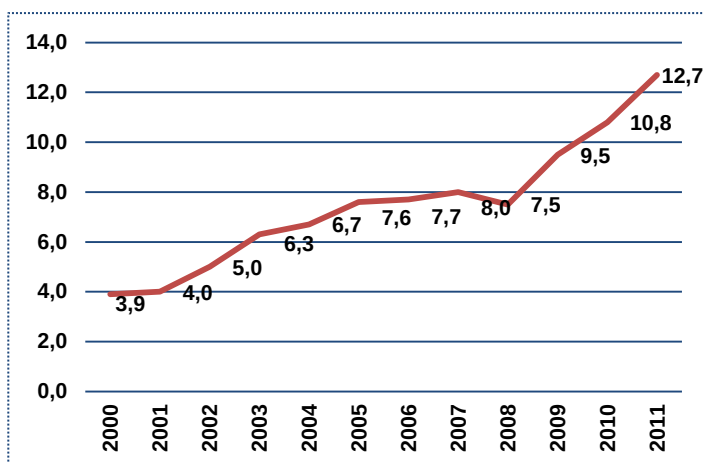
2.2.2 Pontos de Destaque

- Taxa de desemprego aumenta continuamente desde 2000, atingindo valores únicos na história recente;
- O aumento da taxa de desemprego poderia ser ainda maior não fosse a vaga de emigração que atingiu valores só comparável com o sucedido nos anos 60 do século passado;
- Aumento superior a 10% no número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego do Concelho de Lisboa entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011;
- Metade dos desempregados da cidade de Lisboa concentra-se em 10 freguesias;
- A maioria dos desempregados no concelho de Lisboa possui qualificações inferiores ao 1º ciclo, sendo que aqueles que se encontram à procura do 1º emprego correspondem ao dobro do verificado na Grande Lisboa e no Continente;
- No Concelho de Lisboa o número de desempregados com o ensino superior é mais elevado do que no distrito e em Portugal Continental, sendo mais do dobro do que o verificado na Grande Lisboa e no Continente;
- Os desempregados mais jovens (com menos de 25 anos) são os que registam a menor percentagem dos desempregados na cidade, contudo, entre o 1º e o 4º trimestre de 2011 são os que conheceram um aumento percentual maior;
- O Escalão entre os 35 e os 54 anos é a faixa etária onde, no Concelho de Lisboa, existe maior concentração de desempregados (12.330 pessoas);
- Os homens constituem a maioria dos desempregados no Concelho de Lisboa;
- O número de desempregados à procura do 1º emprego aumentou 10,4% ao longo do ano 2011;
- 11% dos desempregados à procura do 1º emprego têm mais de 34 anos;
- 26,6% dos desempregados à procura do 1º emprego possuem o Ensino Superior, o dobro da percentagem registada na Grande Lisboa (13,4%) e muito maior do que a Portugal continental (10,7%);
- No Concelho de Lisboa, comparado com a Área Metropolitana e Portugal continental, regista a maior percentagem de Desempregados de Longa Duração em pessoas com grau de escolarização inferior ao 1º ciclo e com o Ensino Superior;
- Em Lisboa, 14,5% dos Desempregados de Longa Duração (DLD) possuem o Ensino Superior, mais do triplo do registado em Portugal Continental (6%);
- Existem cerca de 15% de DLD com menos de 35 anos.

2.2.3 Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal

Desde 2000 que o desemprego em Portugal conheceu um agravamento rápido e contínuo, passando de uma taxa de 3,9% em 2000 para atingir os 12,7% em 2011. Segundo os mais recentes dados do EUROSTAT, referentes a Fevereiro de 2012, a taxa de desemprego em Portugal, atingiu neste período os 15%. Este aumento da taxa de desemprego está relacionado com dificuldades que a nossa economia conheceu face ao conjunto da União Europeia, provocando a redução da taxa de emprego, sobretudo na indústria transformadora, que revelou bem neste período as suas fragilidades estruturais, devendo ao sector de serviços o facto de a redução verificada não ter sido ainda maior. Situação que terá tendência a agravar-se.

Gráfico N° 44: Taxa de Desemprego Portugal (2000-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Esta redução da taxa de emprego na indústria transformadora penalizou sobretudo os homens, se bem que as mulheres continuassem a ser mais de 50% do total de desempregados. Este incremento do desemprego masculino levou a que a taxa de desemprego entre os homens, em 2011, seja 4 vezes superior à registada em 2000, e que em 2011, pela primeira vez no período considerado, a diferença em relação à taxa de desemprego feminino seja inferior a um ponto percentual.

**Tabela N° 22: Taxa de Desemprego em Portugal
por Género**

Taxa de Desemprego em Portugal				
Ano	Total	Masc.	Fem.	Dif. Fem-Masc
2000	3,9	3,1	4,9	1,8
2001	4,0	3,2	5,0	1,8
2002	5,0	4,1	6,0	1,9
2003	6,3	5,5	7,2	1,7
2004	6,7	5,8	7,6	1,8
2005	7,6	6,7	8,7	2,0
2006	7,7	6,5	9,0	2,5
2007	8,0	6,6	9,6	3,0
2008	7,5	6,5	8,8	2,3
2009	9,5	8,5	10,2	1,7
2010	10,8	9,8	11,9	2,1
2011	12,7	12,4	13,1	0,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

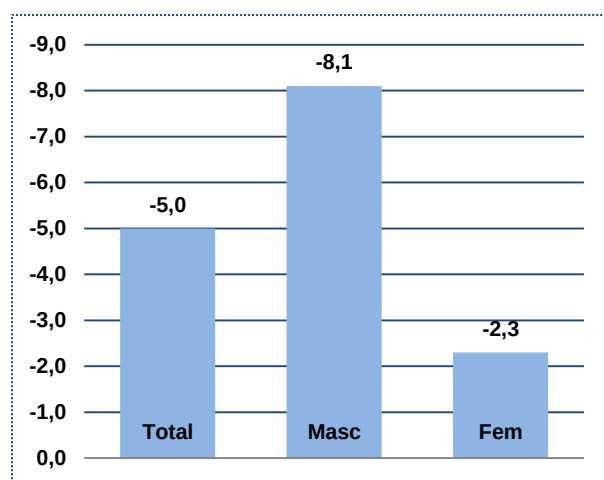
Assim, nestes onze anos a diferença entre a taxa de emprego feminina e a masculina diminuiu 5,8 graças à forte diminuição da taxa de emprego masculina registada no mesmo período, tendo diminuído 8,1 pontos percentuais.³²

**Tabela N° 23: Taxa de Emprego em Portugal por
Género (2000-2011)**

Taxa de Emprego em Portugal				
Ano	Total	Masc.	Fem.	Dif. Fem-Masc
2000	58,5	67,6	50,3	17,3
2001	59,1	68,0	50,9	17,1
2002	58,9	67,6	50,9	16,7
2003	58,2	66,3	50,8	14,1
2004	57,9	65,7	50,6	15,1
2005	57,5	64,9	50,8	14,1
2006	57,7	65,2	50,8	14,4
2007	57,6	64,9	50,9	14,0
2008	57,8	64,9	51,2	13,7
2009	56,1	62,3	50,4	11,9
2010	55,2	61,2	49,6	11,6
2011	53,5	59,5	48,0	11,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (cálculo OLCPL)

**Gráfico N° 45: Variação da Taxa de Emprego por
Género
(2000-2011)**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (cálculo OLCPL)

Neste período, é relevante o facto de o número dos desempregados dos dois escalões etários mais jovens (dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 34 anos) ter conhecido um aumento, bem como é notório o número elevado de desempregados maiores de 40 anos, com menor escolarização e capacidade mais reduzida de adaptação. De realçar que, em simultâneo, aumentou também a percentagem de jovens

³² De notar que em 1990 a diferença a taxa de emprego masculino era de 72,2 contra apenas 47,8 taxa de emprego feminino.

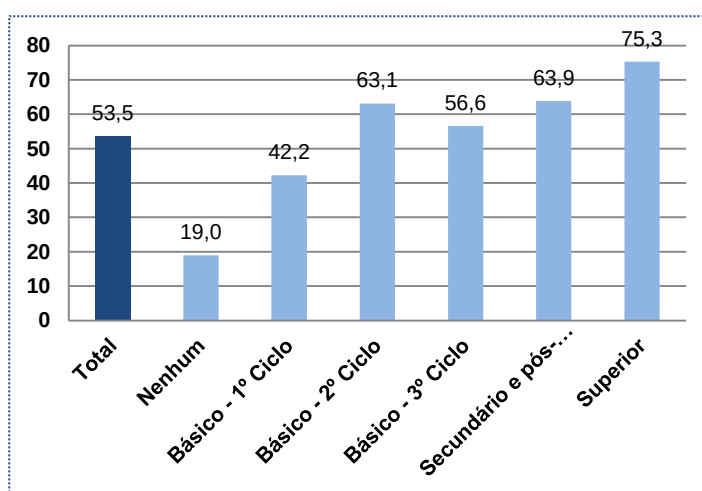
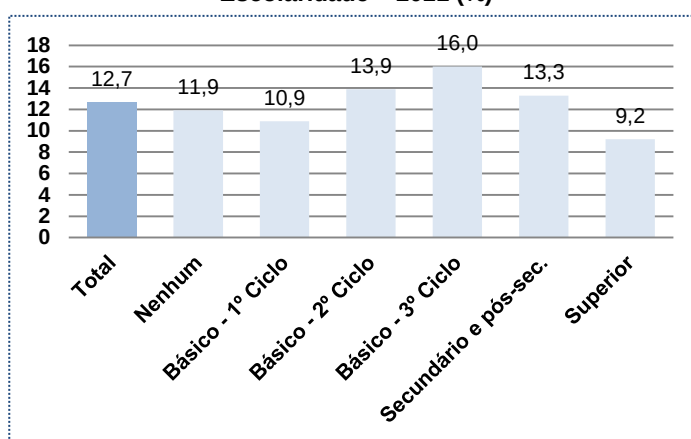
desempregados com Ensino Superior, segmento dos mais penalizados pelas políticas de contenção de novas entradas na Administração Pública, sector com grande responsabilidade pela colocação no mercado de trabalho destes jovens, mesmo que em situação precária e temporária.

Nesta década verificou-se também o agravamento da taxa de desemprego de longa duração (12 e mais meses de desemprego) e de muito longa duração (24 meses e mais de desemprego), com maior incidência entre as mulheres.

Ao longo dos trimestres de 2011 a taxa de desemprego registou um agravamento de 2,9 pontos percentuais, atingindo os 14% em Dezembro (11,1% em Janeiro desse ano), o que fez como que a taxa de desemprego anual se cifrasse nos 12,7%. E

Em termos de nível de ensino dos desempregados, aqueles que apresentam uma taxa de desemprego mais elevada são os que concluíram o 3º ciclo do Ensino Básico, facto que poderá estar relacionado com o número de jovens que terminam, ou interrompem, neste período a ligação à escola procurando ingressar no mundo do trabalho.

Gráfico N° 47: Taxa de Desemprego por Nível de Escolaridade – 2011 (%)

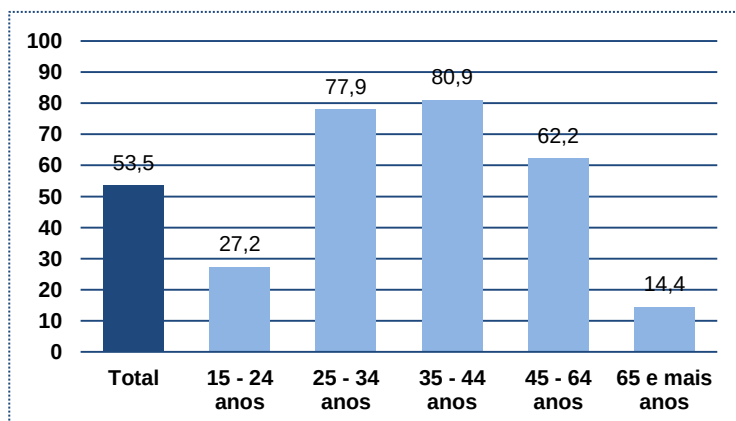


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Apesar de todas as dificuldades sentidas pelos jovens licenciados na integração no mercado de trabalho, é nas pessoas com o Ensino Superior que se regista a mais baixa taxa de desemprego, maior entre as mulheres (9,8%) do que entre os homens (8,7%). A taxa de emprego entre activos com este grau de ensino cifra-se nos 75%, muito superior à taxa total de emprego registada a nível nacional.

Com excepção óbvia dos maiores de 64 anos, são os mais jovens (dos 15 aos 24 anos) que registam a mais baixa taxa de emprego a nível nacional, cerca de metade da taxa nacional.

Gráfico N° 48: Taxa de Emprego por Escalões Etários (2011)



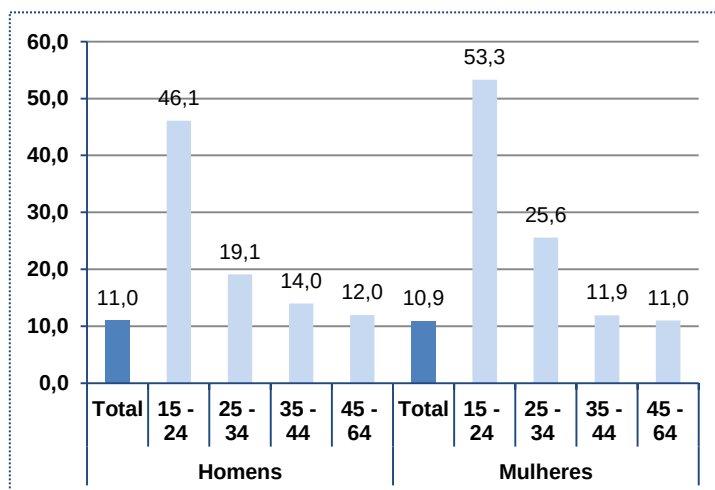
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Na fase de redacção final deste Relatório foram conhecidos os últimos dados do EUROSTAT que apontam para uma taxa de desemprego jovem em Portugal, em Fevereiro de 2012, de 35,4%, sendo o terceiro pior registo entre os países da União Europeia, apenas superado pela Espanha e pela Grécia.

Realça-se o facto de os homens apenas apresentarem uma taxa de desemprego superior ao das mulheres nos desempregados com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos sem qualquer nível de escolaridade: taxa de 21,5% nos homens e 11,7% nas mulheres.

Algo que deverá merecer atenção particular é o facto de, entre aqueles que possuem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico, serem os mais jovens (dos 15 aos 24 anos) os que apresentam maior taxa de desemprego, ultrapassando os 50% no caso das mulheres.

Gráfico N° 49: Taxa de Desemprego 1º Ciclo Ensino Básico por Escalões Etários e Género - 2011

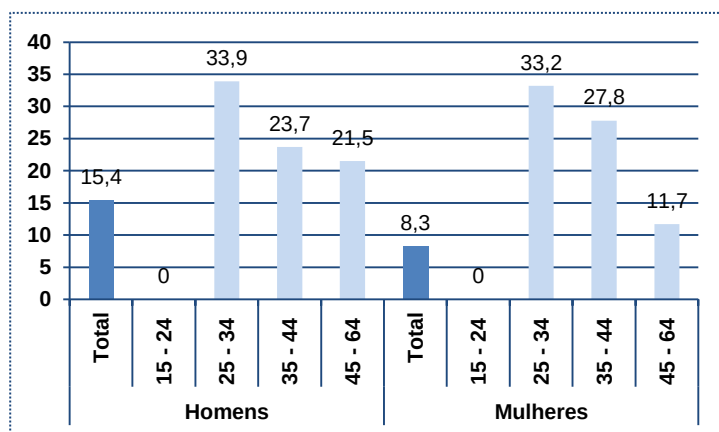


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A faixa etária mais jovem, entre aqueles que não possuem qualquer grau de escolaridade, é a dos 25 aos 34 anos³³ e é precisamente neste escalão etário que se regista a maior taxa de desemprego entre aqueles que não possuem qualquer grau de ensino completo. Ou seja, nos dois escalões mais baixos em termos de escolaridade, são os mais jovens que apresentam taxas mais elevadas de desemprego.

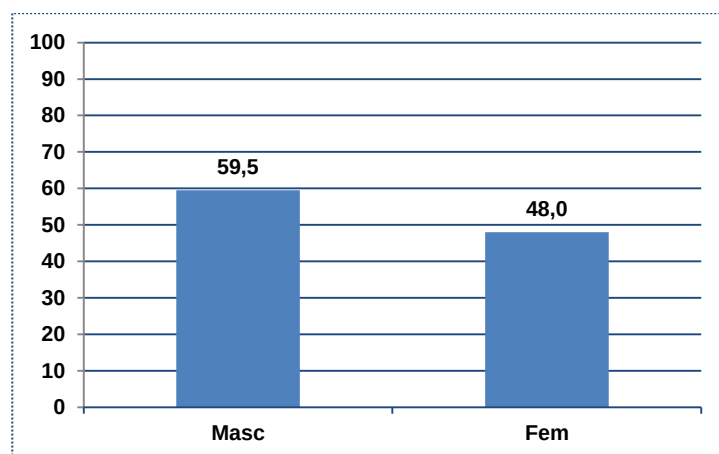
Se bem que se deva ter em conta a evolução sentida ao longo dos anos no sentido de atenuar a diferença entre géneros, a verdade é que tendo em conta o total dos activos, a taxa de emprego registada em 2011 revela de forma clara a desigualdade ainda existente no acesso ao mercado de trabalho, registando-se uma diferença de 11,5% entre as taxas de emprego feminina e masculina.

Gráfico Nº 50: Taxa de Desemprego Nenhum Nível de Ensino por Escalões Etários e Género - 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Gráfico Nº 51: Taxa de Emprego por Género – 2011



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Por fim, é importante realçar que se espera em 2012 um agravamento da situação, facto que os primeiros dados conhecidos neste ano deixam claro.

Em Fevereiro de 2012 existiam a nível nacional 648.018 desempregados inscritos nos Centros de Emprego, registando-se 10.356 novos inscritos, um aumento de 1,6% em relação a Janeiro, correspondendo a uma variação de 16,6% em relação a Fevereiro do ano anterior.

³³ Na faixa etária dos 15 aos 24 anos não existem registos de pessoas sem qualquer grau de escolaridade.

Destas novas inscrições, 37% devem-se a “*fim do trabalho não permanente*” e 20,1% a despedimento. As ofertas de emprego registadas pelo IEFP decaíram 35,4% em relação a Fevereiro de 2011 e 17,3% em relação a Janeiro de 2012, consequência da actual situação económica que, a prolongar-se, agravará certamente estes números.

É necessário ter ainda em conta que dados recentemente divulgados demonstram que em 2011 Portugal viveu a sua maior vaga de emigração desde a década de 60 do século passado, calculando-se em cerca de 150.000 as pessoas que emigraram neste ano, facto que terá amortecido o efeito sobre a evolução real do desemprego no País, pelo que se deverá complementar a análise sobre a evolução do desemprego em Portugal com o conhecimento mais detalhado do perfil dos que emigram e das condições em que o fazem.

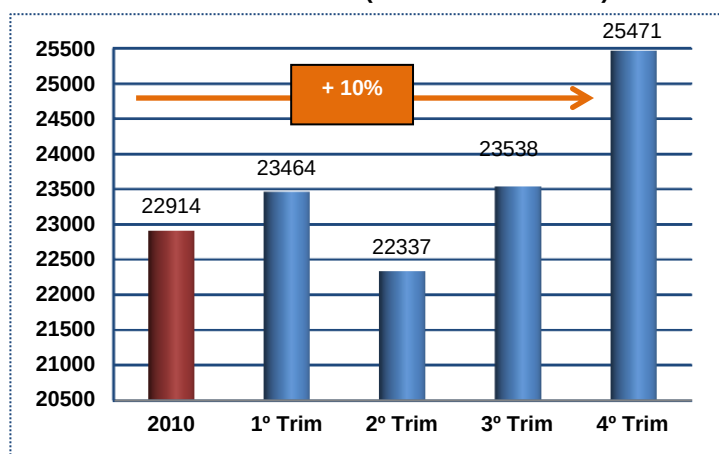
2.2.4 Desemprego no Concelho de Lisboa

2.2.4.1 Desempregados inscritos nos centros de emprego – 2011

2.2.4.1.1 Evolução por trimestre e por freguesias

No final de 2011, o Concelho de Lisboa registava 25.471 de desempregados inscritos nos Centros de Emprego, um aumento em cerca de 2.000 pessoas em relação ao 1º trimestre do ano. Se bem que com um ligeiro decréscimo no 2º trimestre, rapidamente o número de desempregados aumentou, registando-se em Dezembro desse ano um total de desempregados superior em 10% ao existente no final do ano anterior e em 8,6% ao verificado no 1º trimestre de 2011.

Gráfico N° 52: N° de Desempregados Inscritos no IEFP 2010 e Trimestres de 2011 (Concelho de Lisboa)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

A variação do desemprego entre freguesias foi muito desigual, existindo 33 freguesias que viram aumentar o número de desempregados entre as quais se destacam quatro que conheceram variações superiores a 24% (o triplo do verificado no Concelho): São João de Deus, Campo Grande, Alto do Pina e Santa Maria de Belém. De realçar, pelas suas dimensões, o aumento de 18% de desempregados inscritos nas freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais, de 15% em São Domingos de Benfica e de 14% em Benfica. No conjunto destas freguesias surgiram mais 1.375 desempregados entre Janeiro e Dezembro de 2011 somando no total do ano, apenas nestas freguesias, quase 9.000 pessoas desempregadas, o que representa cerca de 35% do desemprego declarado no Concelho.

Tabela Nº 25: Tabela 3. Freguesias com Evolução Superior a 14% do Nº de Desempregados - 2011

Evolução do Nº de Desempregados 2011				
Freguesias	1º Trim	4º Trim	Var Nº	Var %
São João de Deus	240	310	70	29,2
Campo Grande	302	389	87	28,8
Alto do Pina	403	504	101	25,1
Santa Maria de Belém	262	326	64	24,4
Santa Maria dos Olivais	1.718	2.027	309	18,0
Marvila	2.028	2.392	364	17,9
São Domingos de Benfica	931	1072	141	15,1
Benfica	1.692	1.931	239	14,1
TOTAL	7.576	8.951	1.375	21,6

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Tabela Nº 24: Percentagem Acumulada de Desemprego por Freguesia Concelho de Lisboa - 2011

Desemprego por Freguesia					
Freguesias	Feminino	Masculino	Total	% Conc.	% Acumulada
Marvila	1.011	1.381	2.392	9,4	9,4
Santa Maria dos Olivais	906	1.121	2.027	8,0	17,3
Benfica	935	996	1.931	7,6	24,9
Lumiar	693	750	1.443	5,7	30,6
São Domingos de Benfica	543	529	1.072	4,2	34,8
São Jorge de Arroios	450	557	1.007	4,0	38,8
São João	392	485	877	3,4	42,2
Carnide	392	462	854	3,4	45,6
Beato	336	490	826	3,2	48,8
Ajudá	390	434	824	3,2	52,0

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

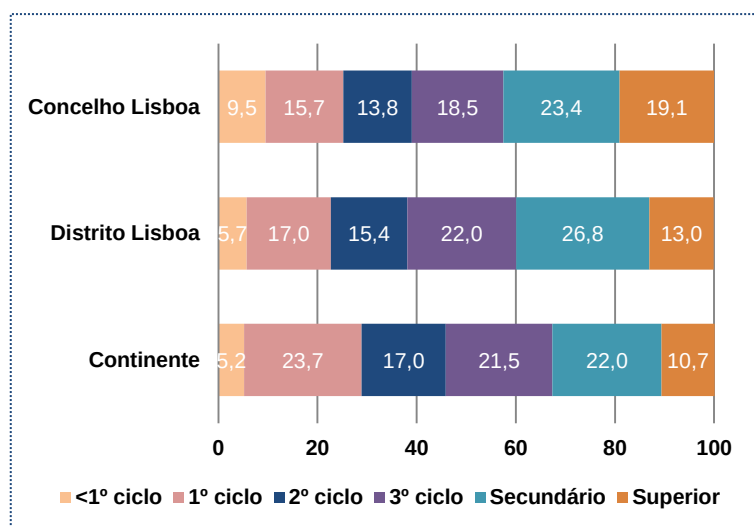
O facto de coexistirem no Concelho freguesias com grande disparidade no que se refere ao número de habitantes faz com que em apenas 10 freguesias se concentrem mais de 50% dos desempregados de Lisboa, sendo que numa delas, Marvila, com 2.392 desempregados em Dezembro de 2011, residem mais de 9% dos desempregados no Concelho.

Existem, simultaneamente, vinte freguesias que viram diminuir o número de desempregados inscritos, havendo mesmo três delas que conheceram uma diminuição superior a 20%, ainda que sejam das menos populosas do Concelho (Santiago, Sé e Castelo). De notar, que das 16 freguesias com mais de 5.000 residentes, apenas a freguesia do Beato registou redução do número de desempregados entre o início e o final de 2011, diminuindo em cerca de 10% os desempregados inscritos.

2.2.4.1.2 Níveis de escolaridade, estrutura etária e género

Dos 25.471 desempregados inscritos no 4º Trimestre de 2011, 43% possuíam o Ensino Secundário ou Superior. O Concelho de Lisboa apresentava uma percentagem mais elevada de desempregados com o Ensino Superior do que no Distrito e, sobretudo, no Continente, onde esta percentagem é perto de metade da verificada no Concelho. Também se regista em Lisboa, uma percentagem mais elevada de desempregados com escolaridade inferior ao 1º ciclo, perto do dobro da verificada nas restantes áreas territoriais em análise.

Gráfico Nº 53: Desempregados por Nível de Escolaridade – Dezembro 2011



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Tabela Nº 26: Nº Desempregados por Escolaridade – 2011

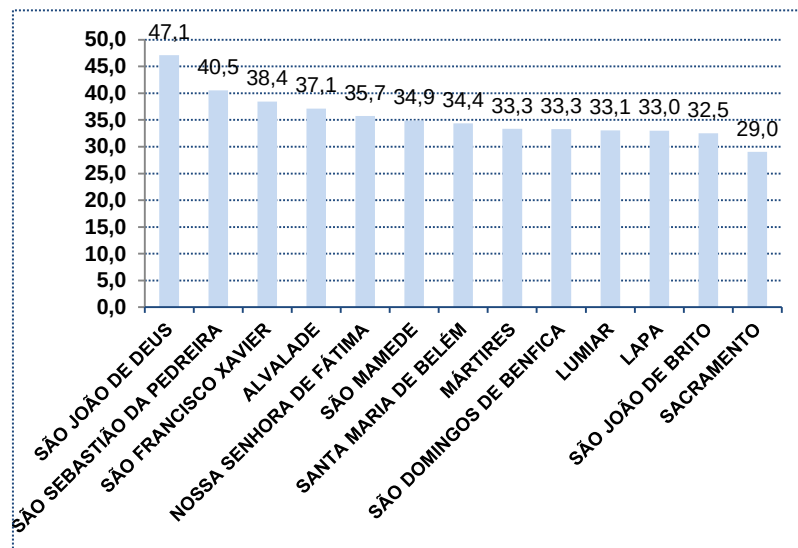
Desempregados por nível de escolaridade - 2011	
Nível	Nº
<1º Ciclo EB	2.420
1º Ciclo EB	3.988
2º Ciclo EB	3.514
3º Ciclo EB	4.708
Secundário	5.966
Superior	4.875
TOTAL	25.471

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Analisando os dados referentes à escolaridade por freguesias, a sua disparidade é tão grande que dificilmente se poderia aqui desenvolver a comparação entre si.

Apesar disso, e procurando dar realce àquelas freguesias que apresentam maior discrepância por comparação com o Concelho, constata-se que 12 apresentam uma percentagem muito elevada de inscritos com o Ensino Superior, próximo ou acima dos 30%. Duas delas ultrapassam os 40% (São Sebastião da Pedreira e São João de Deus), sendo que a última se aproxima mesmo dos 50% (146 dos seus 310 desempregados possuem Ensino Superior).

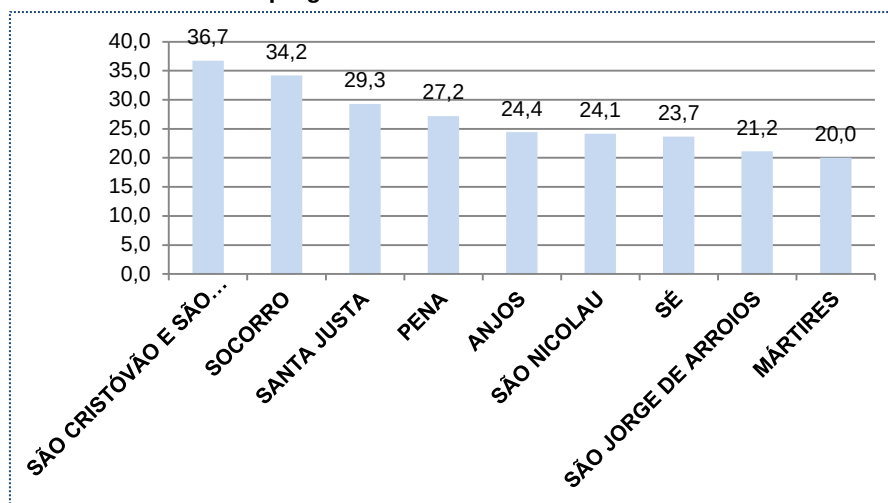
Gráfico Nº 54: Freguesias com Maior % de Desempregados com Ensino Superior



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Em relação ao nível de escolaridade mais baixo (menor que 1º ciclo), que em Lisboa representa 9,5% dos desempregados, realçam-se as freguesias mais envelhecidas pela elevada percentagem de inscritos com esse nível de escolaridade, chegando a representar em nove delas 20% ou mais dos desempregados. Com menos de 1/3 da percentagem registada no Concelho, encontram-se 10 freguesias, sendo que Lapa, São João de Deus e São Sebastião da Pedreira possuem mesmo uma percentagem inferior a 1% de desempregados nesta situação.

Gráfico Nº 55: Desempregados com < 1º ciclo no Concelho de Lisboa - 2011

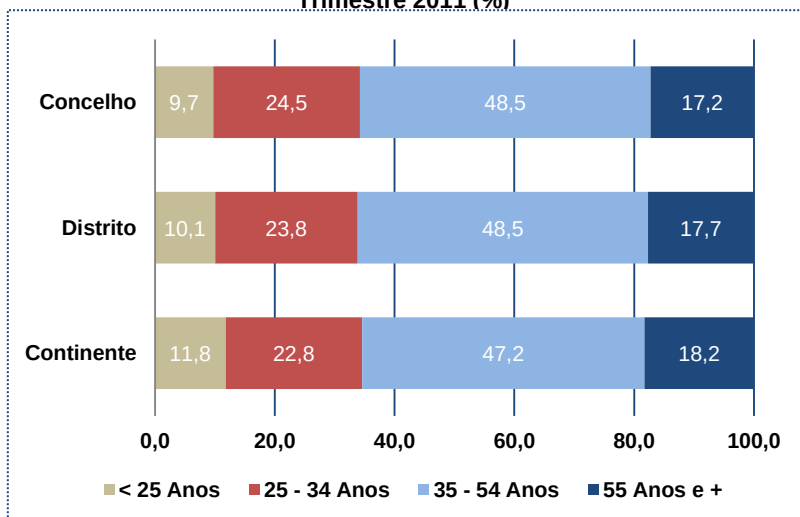


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

No final de 2011, a estrutura etária dos desempregados no Concelho de Lisboa assemelhava-se à existente no Distrito e no Continente, registando uma percentagem muito elevada no escalão entre os 35 e os 54 anos, onde se enquadram mais de 12.300 pessoas. Estas, somadas às que possuem

mais de 54 anos, totalizam 65,7% dos inscritos, constituindo um conjunto de pessoas no qual encontraremos muitos com menor grau de escolaridade e inferior capacidade de reconversão profissional, apresentando maiores dificuldades de regresso ao mercado de trabalho, particularmente num período de recessão económica e aumento do desemprego.

Gráfico N° 56: Desempregados por Escalão Etário – 4º Trimestre 2011 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Tabela N° 27: Desempregados por Escalão Etário

Desempregados por escalão etário - Lisboa 2011	
Escalão	Nº
< 25 anos	2.480
25 – 34 anos	6.240
35-54 anos	12.364
55 ou + anos	4.387
TOTAL	25.471

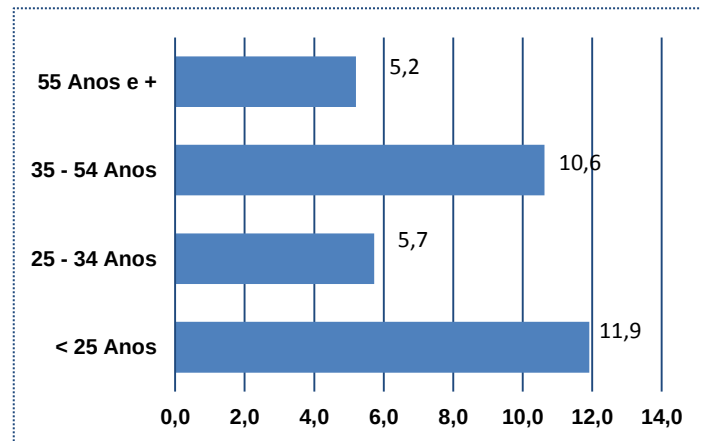
Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Apesar de os desempregados mais jovens (com menos de 25 anos) serem aqueles que registam a menor percentagem dos desempregados na cidade, são em simultâneo, os que conheceram um aumento percentual maior entre o 1º e o 4º Trimestre de 2011 (mais 264 jovens do que no início desse ano).

Infelizmente, não existe o cálculo da taxa de desemprego a nível do Concelho, pelo que não é possível compará-la com a taxa nacional. O entanto, sabendo-se que a taxa de desemprego jovem em Portugal era cerca de 30% em Dezembro de 2011, tendo registado um aumento ao longo de todo ano é de crer que o Concelho tenha acompanhado a tendência nacional tendo em conta o aumento do desemprego registado em Lisboa entre os mais jovens.

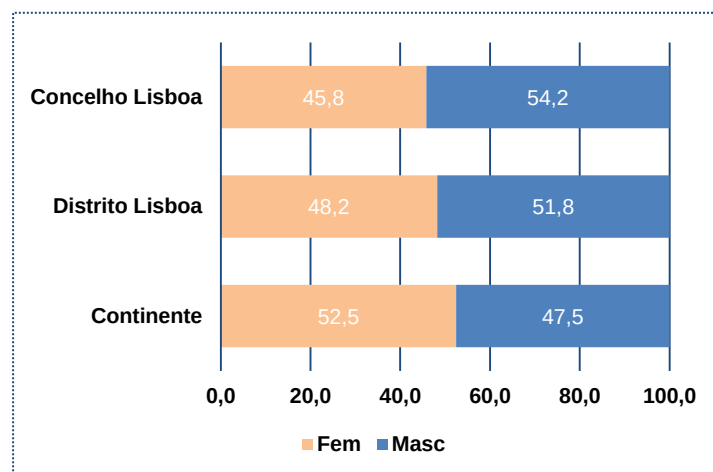
Aumentou também o número de mulheres desempregadas inscritas nos Centros de Emprego. de Lisboa, um aumento de 10%, superior ao registado nos homens (de 8%). Apesar disso os homens continuam a ser maioritários, situação semelhante à do Distrito mas oposta à do País em que as mulheres constituem a maioria dos desempregados.

Gráfico Nº 57: Evolução dos Desempregados por Escalão Etário – Concelho Lisboa (1º e 4º Trimestre)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Gráfico Nº 58: Desempregados por Género - 2011



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

As freguesias que apresentam percentagens mais elevadas de homens inscritos (com percentagens superiores a 60%) são pequenas freguesias do centro da cidade. Aquelas que mais influenciam a média de Lisboa (54,2% de homens inscritos) são as freguesias de Marvila e Santa Maria dos Olivais que, no seu conjunto, somam 3.059 homens que representam 56,2% do total de inscritos residentes nestas freguesias. Apenas em 14 freguesias se verifica que são maioritárias as mulheres nelas residentes no total de inscritos nos Centros de Emprego.

2.2.4.1.3 Desempregados à procura do 1º emprego

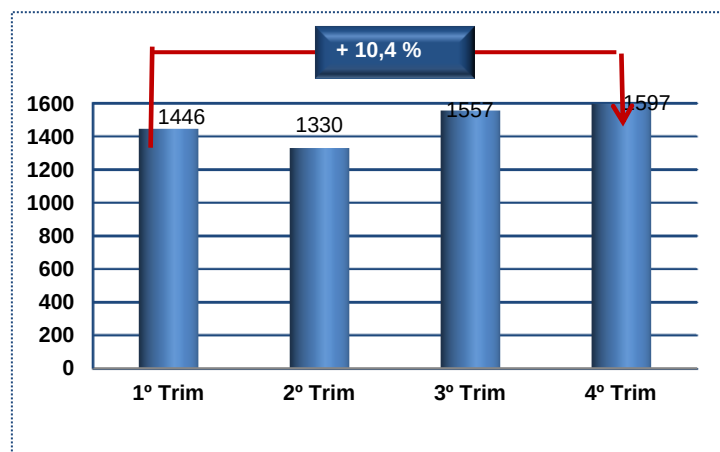
no final de 2011 aqueles que se encontravam à procura do 1º emprego no Concelho de Lisboa totalizavam 1.597 pessoas, ou seja, 6,3% dos desempregados inscritos, na sua maioria mulheres. (54%). O número destes desempregados conheceu um acréscimo de 10,4% entre Março e Dezembro de 2011, aumentando sempre em cada trimestre do ano.

Tabela Nº 28: Desempregados à Procura 1º Emprego - Género - 2011

Desempregados à Procura 1º Emprego- Género - 2011			
Trimestre s	Feminino	Masculin o	Total
1º Trim.	480	666	1.146
2º Trim.	720	610	1.330
3º Trim.	849	708	1.557
4º Trim.	861	736	1.597

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

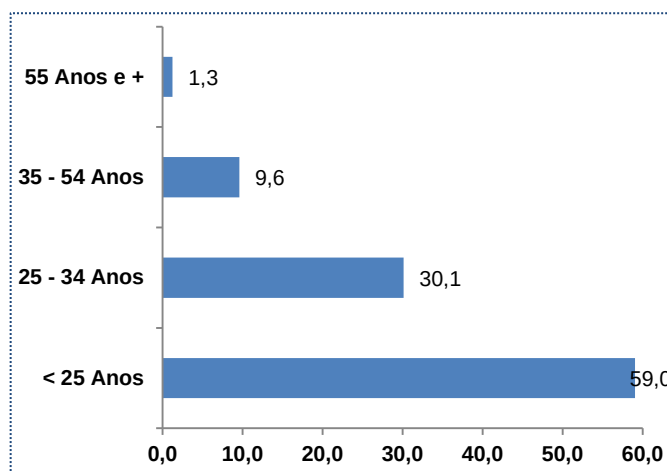
Gráfico Nº 59: Evolução Nº Desempregados 1º Emprego - 2011



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

A maioria destes desempregados, como seria de esperar, são jovens (59% possui menos de 25 anos), sublinhando-se o facto de existirem perto de 11% de pessoas à procura de 1º emprego com mais de 34 anos, o que poderá revelar um afastamento prolongado do mercado de trabalho, pelo menos na sua manifestação formal (173 pessoas em Dezembro de 2011). O número de pessoas deste escalão etário aumentou entre o início e o final do ano, em simultâneo, com o decréscimo de inscritos com idades do escalão etário dos 25 aos 34 anos.

**Gráfico Nº 60: Desempregados à Procura 1º Emprego-
Idades - 4º Trimestre 2011**

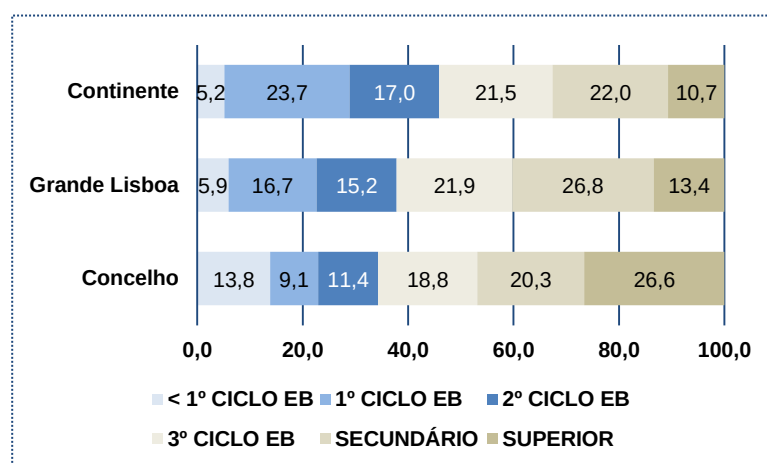


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Facto a realçar é o da elevada percentagem de desempregados à procura de 1º emprego com o Ensino Superior (26,6%, 425 pessoas), o dobro da verificada na Grande Lisboa e mais do dobro da registada no Continente.

Preocupante também a percentagem de desempregados com menos que o 1º ciclo de escolaridade que se encontram à procura do 1º emprego (221 pessoas), o dobro da que existe na Grande Lisboa (13,4%) e no Continente (10,7%). Nas três unidades territoriais em análise são mais de 20% os desempregados à procura de 1º emprego que possuem apenas o 1º ciclo ou menos que este grau de escolaridade.

Gráfico N° 61: Desempregados à Procura 1º Emprego por Habilitações – Dez 2011 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

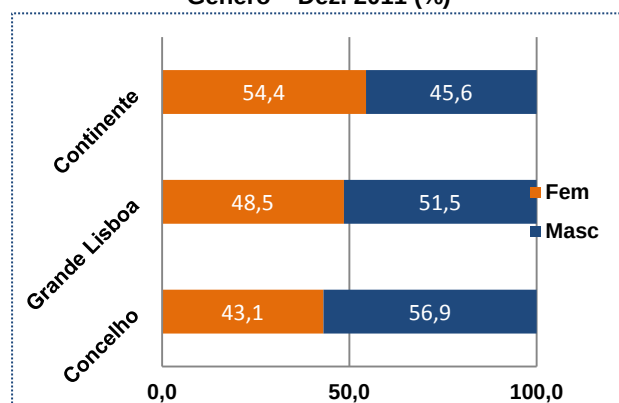
Analisando os dados por freguesia, regista-se que existem 3 freguesias não possuem qualquer desempregado nesta situação (Castelo, Madalena e Santa Justa) e 4 freguesias possuem mais de 10% (Ameixoeira, Alto do Pina, São Sebastião da Pedreira e Nossa Senhora de Fátima), a primeira das quais com 12,4%, o dobro do valor verificado no Concelho. Os dados disponíveis não permitem esclarecer se a média de idades dos residentes nestas freguesias justificará, só por si, a percentagem elevada de desempregados à procura de 1º emprego podendo, eventualmente, este afastamento em relação à média concelhia necessitar de outras variáveis explicativas.

2.2.4.1.4 Desempregados de longa duração

Em Dezembro de 2011 existiam 8.824 desempregados inscritos que procuram emprego há 12 ou mais meses (Desempregados de Longa Duração - DLD), ou seja, 37% dos inscritos, sendo a maioria do sexo masculino (56,9%).

O número de DLD registou uma diminuição de cerca de 7% (menos 686 pessoas) entre o início do ano e o mês de Dezembro, variação cujos motivos não podemos esclarecer com os dados disponíveis. De facto, não é líquido que essa diminuição se deva à entrada no mercado de trabalho, podendo ter existido situações de desistência ou de indisponibilidade para o trabalho que não podemos, neste momento, considerar com base nos indicadores disponíveis.

Gráfico N° 62: Desempregados de Longa Duração por Género – Dez. 2011 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Tabela N° 29: Desempregados de Longa Duração por Género Trimestres 2011

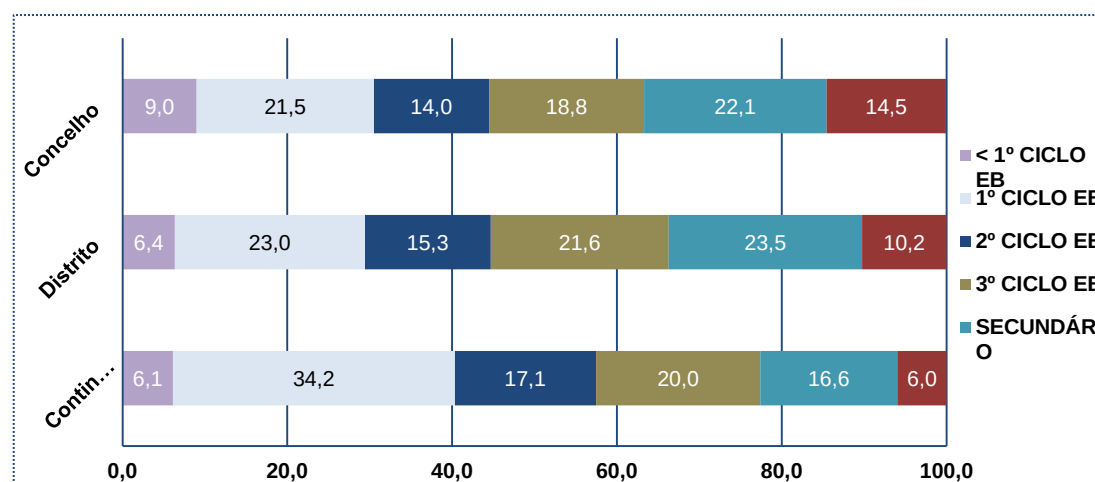
Desempregados de Longa Duração - Género - 2011			
Trimestres	Fem	Masc	Total
1º Trim.	4.088	5.422	9.510
2º Trim.	3.864	5.060	8.924
3º Trim.	3.759	4.937	8.696
4º Trim.	3.802	5.022	8.824

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

De sublinhar que no Concelho verifica-se a maior percentagem de DLD com o Ensino Superior (14,5%) registada entre os três territórios aqui comparados (Concelho, Distrito e Continente), possuindo também a percentagem mais elevada de pessoas sem o 1º ciclo.

Os DLD nas três unidades territoriais consideradas possuem na sua maioria entre os 35 e os 54 anos de idade, existindo em qualquer das escalas geográficas comparadas cerca de 15% de DLD com menos de 35 anos.

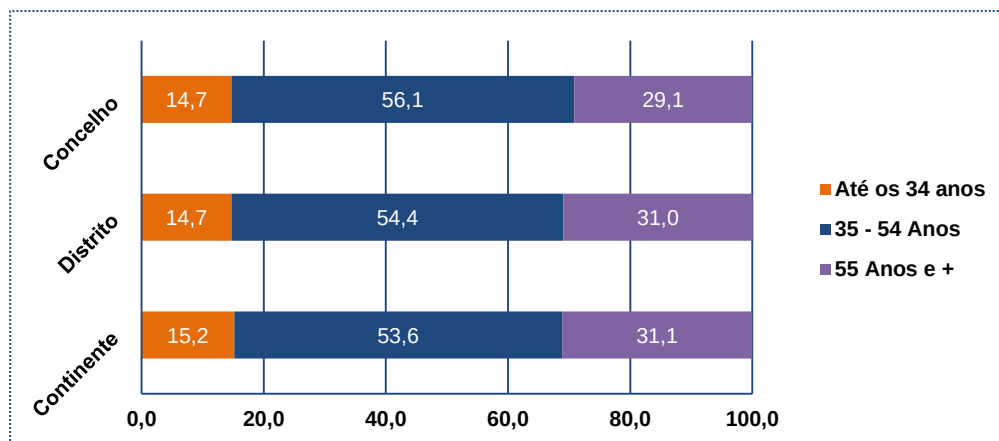
Gráfico N° 63: Desempregados de Longa Duração por Habilitações Literárias – Dez. 2011 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

Ao analisar por Freguesia a percentagem de DLD no conjunto dos desempregados inscritos, verifica-se que a sua maioria não se afasta muito da média concelhia (34,6%), havendo 42 freguesias em que esta percentagem se situa entre os 30% e os 40%.

Gráfico N° 64: Desempregados de Longa Duração por Escalão Etário – Dez. 2011 (%)

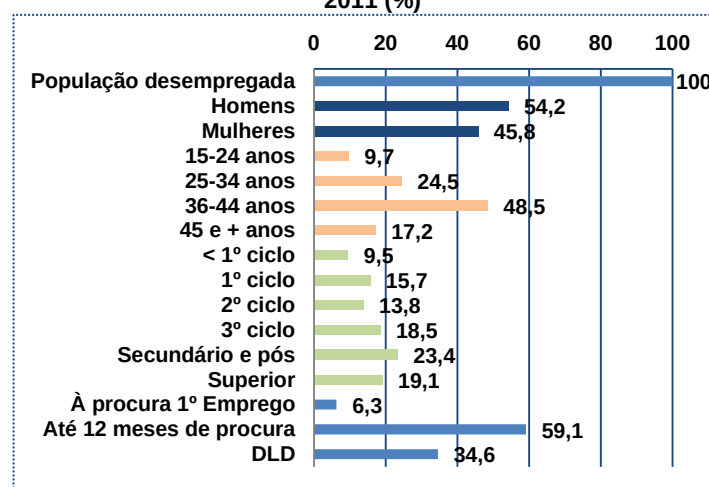


Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

No entanto, algumas freguesias apresentam valores diferentes. De realçar, pela sua excepcionalidade, a Freguesia do Castelo na qual 76% dos desempregados que procuram emprego o fazem há mais de 12 meses, facto que está seguramente relacionado com a estrutura etária dos residentes e dos desempregados desta freguesia, todos eles com idades compreendidas nos dois escalões etários mais elevados: 20 dos 25 desempregados inscritos têm mais de 35 anos. No Castelo não existe qualquer inscrito no Centro de Emprego à procura do 1º emprego. Por sua vez, a freguesia que apresenta a percentagem mais baixa de DLD no conjunto dos desempregados inscritos é a de São Cristóvão e São Lourenço, freguesia na qual 43% dos desempregados inscritos possuem menos de 35 anos de idade.

O quadro seguinte sintetiza os dados mais relevantes em relação aos desempregados inscritos em Lisboa em Dezembro de 2011.

Gráfico N° 65: Síntese do Desemprego no Concelho de Lisboa 2011 (%)



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (cálculo OLCPL)

2.2.5 População Imigrante Desempregada Inscrita nos Centros de Emprego

Da população imigrante residente em Portugal, 8,2% encontrava-se em 2010 desempregada e à procura de emprego, um aumento de 2,7% face a 2008, verificando-se ao longo dos últimos quatro anos um aumento do número de imigrantes desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Tabela Nº 30: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011) e Variação %

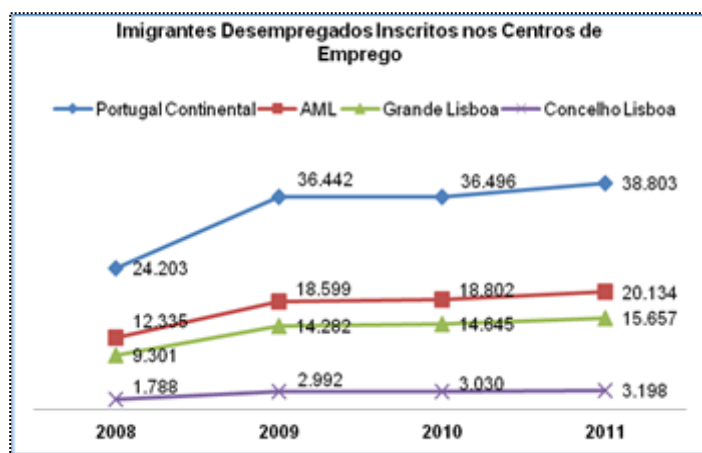
	Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego				Variação %			
	2008	2009	2010	2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2011
Portugal Continental	24.203	36.442	36.496	38.803	50,6	0,1	6,3	60,3
AML	12.335	18.599	18.802	20.134	50,8	1,1	7,1	63,2
Grande Lisboa	9.301	14.282	14.645	15.657	53,6	2,5	6,9	68,3
Concelho de Lisboa	1.788	2.992	3.030	3.198	67,3	1,3	5,5	78,9

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
(cálculo OLCLP)

Este aumento correspondeu a variações, no período 2008-2011, acima dos 60%, sendo o Concelho de Lisboa o território que conheceu uma variação mais elevada, atingindo os 79%.

Gráfico Nº 66: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011)



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

O número de imigrantes desempregados inscritos nos Centros de Emprego da região de Lisboa tem um peso muito significativo face ao valor de Portugal Continental. Deste modo, nos quatro anos aqui em análise, a Área Metropolitana de Lisboa representa cerca de 51% dos imigrantes desempregados inscritos, a Grande Lisboa tem um peso de 40% e o Concelho de Lisboa de 8%, ou seja, mais de metade dos imigrantes desempregados inscritos nos Centros de Emprego encontra-se na região de Lisboa, mais concretamente, na Área Metropolitana.

Ao especificarmos a análise por freguesias do concelho de Lisboa, constata-se que em 2011 as 10 freguesias que têm o maior número de imigrantes desempregados são a freguesia de São Jorge de

Arroios, Anjos, São João, Benfica, Penha de França, Marvila, Charneca, Ameixoeira, Santa Maria dos Olivais e Beato.

Tabela Nº 31: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011)

	Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego			
	2008	2009	2010	2011
Portugal Continental	24.203	36.442	36.496	38.803
AML	12.335	18.599	18.802	20.134
Grande Lisboa	9.301	14.282	14.645	15.657
Concelho de Lisboa	1.788	2.992	3.030	3.198
São Jorge de Arroios	156	250	274	285
Anjos	114	214	193	213
São João	80	137	151	163
Benfica	87	145	165	160
Penha de França	63	148	136	148
Marvila	74	118	116	139
Charneca	57	68	72	123
Ameixoeira	65	92	102	115
Santa Maria dos Olivais	66	109	106	113
Beato	75	132	140	112

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

2.2.6 Conclusões e Recomendações

Todos os dados mais recentes apontam para o agravamento do problema do desemprego, tanto na sua extensão como na sua duração, penalizando sobretudo os mais vulneráveis. No entanto, hoje em dia o desemprego assume características diferentes alcançando sectores sociais e profissionais, bem como perfis de pessoas, até há relativamente pouco tempo afastados deste problema.

Em simultâneo, assiste-se ao aumento acelerado do número de desempregados que atinge valores únicos na nossa história recente. De facto, Portugal caracterizava-se por possuir baixas taxas de desemprego, chegando mesmo a atingir valores de pleno emprego técnico no início desta década. A elevada taxa de desemprego verificada em 2011 é ainda mais preocupante se tivermos em conta que nesse ano se verificou uma emigração de cerca de 150.000 pessoas, valor apenas comparado com a vaga de emigração vivida na década de 60 do século passado, o que veio amortecer o efeito sobre a evolução real do desemprego no País, cuja análise deverá ser complementada com o conhecimento mais detalhado do perfil dos que emigraram, bem como das condições em que o fazem.

Apesar de continuarem a ser as pessoas com mais baixas qualificações as mais atingidas pelo flagelo do desemprego, o aumento da percentagem de jovens desempregados com Ensino Superior é uma realidade. O Concelho de Lisboa apresenta a percentagem mais elevada de desempregados com o Ensino Superior, face ao Distrito e a Portugal Continental, encontrando-se muitos destes licenciados à procura do 1º emprego (mais do dobro da percentagem verificada na Grande Lisboa e no Continente).

O desemprego dos mais jovens, com altas qualificações e em número elevado, é uma das características deste “novo” desemprego, sendo a taxa de desemprego jovem em Fevereiro de 2012 de 35,4%, a terceira mais elevada dos países da União Europeia. Na cidade de Lisboa os jovens com menos de 25 anos foram mesmo os que registaram um maior aumento percentual de desemprego entre o 1º e o 4º trimestre de 2011.

Contudo, é o escalão entre os 35 e os 54 anos a faixa etária onde mais se concentram os desempregados tanto em Lisboa como em Portugal Continental.

O agravamento da taxa de desemprego de longa duração (mais de 12 meses) e de muito longa duração (mais de 24 meses), e a sua incidência nas faixas etárias abaixo dos 35 anos (15% dos DLD possuem menos de 35 anos), é outra particularidade do desemprego em Portugal. No concelho de Lisboa verifica-se a maior percentagem de desempregados de longa duração junto da população com menos de 35 anos e com o Ensino Superior (14,5%)

Apesar das mulheres continuarem a constituir a maioria dos desempregados, a taxa de desemprego junto dos homens (em 2011 era 4 vezes superior à registada em 2000) registou um incremento significativo, estando directamente relacionado com os sectores de actividade mais afectados pela crise económica (construção, indústria), tradicionalmente empregadores sobretudo de mão-de-obra masculina. A excepção regista-se no concelho de Lisboa onde os homens constituem a maioria dos desempregados, reflectindo também as características dos sectores de actividades predominantes (secundário e terciário).

Não se prevê que este cenário de crise abrande, havendo mesmo estimativas que afirmam que a taxa de desemprego vai continuar a subir, chegando em 2012 aos 15,5% e em 2013 aos 16%. A confirmar-se esta tendência de crescimento do desemprego, as implicações sociais são preocupantes, sendo de prever:

- a intensificação da vulnerabilidade social junto dos grupos que já se encontram em situação fragilizada, provocando o aumento de casos de pobreza e exclusão social;
- o aumento do desemprego de jovens com o 3º ciclo e Ensino Secundário cujas famílias deixam de ter condições económicas para suportar a frequência do Ensino Superior;
- a “fuga” do país de população portuguesa e estrangeira, jovem e qualificada em idade activa (como se verificou em 2011);

- a alteração das características do desemprego em Portugal, tanto no agravamento da sua extensão, continuando a ultrapassar recordes históricos, como no envolvimento de novos sectores de desempregados. De facto se a transição de jovens para a vida activa era já um problema sentido, o número elevado de jovens actualmente nessa situação e as suas altas qualificações exigem novas respostas. Também o elevado número de desempregados no auge da sua vida activa é um facto que merece especial atenção.

Se surgem novos perfis de desempregados, há que definir políticas e medidas novas a nível local e nacional, mais adequadas a esta realidade que tenderá a manter-se, ou mesmo a agravar-se, nos próximos tempos. Medidas destinadas a desempregados com elevadas qualificações e a desempregados com grande experiência profissional devem ser desenvolvidas com urgência.

Se o desemprego aumenta fortemente, como temos verificado, e se a tendência que se desenha é do seu agravamento, ***para além da adopção de medidas de estímulo à economia essenciais para o crescimento e dinamização do mercado empresarial e consequente criação de emprego***, há que atender às populações com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as vítimas mais tradicionais do desemprego, ***promovendo iniciativas de alfabetização e escolarização, bem como de reconhecimento e validação de competências, apostando na (re)qualificação profissional dos desempregados, nomeadamente dos de longa duração que se encontram afastados do mercado de trabalho devido a um desajustamento de competências.***

Num momento em que o mercado de trabalho se encontra em retracção é ***fundamental que as medidas de apoio aos desempregados sejam reforçadas, particularmente junto dos mais fragilizados, sob pena de serem empurradas para a pobreza um elevado número de famílias.***



PRESTAÇÃO
SOCIAL

3. PRESTAÇÕES SOCIAIS

3.1 Rendimento Social de Inserção

3.1.1 Introdução

O Rendimento Social de Inserção (RSI) tem merecido particular atenção do OLCPL visto tratar-se de uma das Medidas mais importantes de apoio a pessoas e famílias em situação de extrema carência visando, na sua concepção, não apenas garantir um rendimento mínimo mas também promover processos de inclusão.

O RSI destina-se a pessoas que, quer pelo valor absoluto dos seus rendimentos, quer pela dimensão e composição do seu agregado familiar, não possuem meios suficientes para assegurarem “*recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional*”³⁴, o que implica que sempre que tal não seja assegurado pelos rendimentos dos próprios e pelos sistemas de protecção social já existentes (lógica de subsidiariedade), se garanta um “rendimento mínimo” que permita o acesso a esse direito.

A par deste apoio, de um valor deliberadamente baixo, espera-se que o acesso à Medida promova processos activos de inserção social e profissional que combatam as causas da pobreza. Para tal, é necessário que, para além da qualidade dos acordos de inserção, se accionem outras medidas de combate à pobreza e à exclusão social em áreas diversas, que funcionem articulada e concomitantemente, de modo a garantir o sucesso e sustentabilidade dos processos.

Lista de Indicadores:

Processos entrados e activos

Taxa de deferimento

Nº de beneficiários

Nº e Taxa de processos cessados

Nº e % de beneficiários regressados

Beneficiários por escalões etários

Beneficiários menores de 18 anos

Beneficiários com rendimento do trabalho

Valor médio das prestações por família e por beneficiário

Titulares por género

Tipo de famílias beneficiárias

Percentagem de beneficiários sobre a população residente

Beneficiários abrangidos por Acordos de Inserção

³⁴ Artigo 1.º da Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho.

3.1.2 Pontos de Destaque

- Apesar das restrições impostas, com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho, existem mais beneficiários do RSI em 2011 do que aqueles que existiam em 2006;
- No Distrito de Lisboa, tal como no País, à medida que foi aumentando a percentagem de beneficiários com prestações cessadas, foi também subindo a percentagem de regressados ao RSI, passando de cerca de 761 pessoas regressadas, em 2006, para 14.271 em 2010;
- Os beneficiários com idade igual ou inferior a 18 anos são os mais representados, com percentagens próximas dos 40%, facto que ilustra bem a importância desta Medida para crianças e jovens de famílias de baixos recursos;
- Os beneficiários que declaram rendimentos de trabalho representam entre 9% a 10% dos beneficiários activos do RSI, ultrapassando desde 2008 os 35.000 beneficiários, chegando mesmo a superar os 40.000 em 2009;
- No Concelho de Lisboa verificou-se, entre 2010 e 2011, um decréscimo de 6,4% do número de beneficiários com processamento, passando de 28.328 para 26.525 pessoas, mas no decorrer do ano 2011, entre os 1º e 4º trimestres, registou-se um aumento de 1,5%, contra uma diminuição a nível nacional no mesmo período;
- Em 2011 o Concelho de Lisboa acompanhou as oscilações, positivas e negativas, verificadas no Distrito, no entanto, sempre que se registaram descidas o Concelho diminuiu menos do que o Distrito, e sempre que se registaram subidas registou um aumento superior ao do Distrito;
- Dezassete das freguesias do Concelho de Lisboa conheceram aumentos superiores a 10% do número de beneficiários entre o início e o final de 2011;
- Em relação ao tipo de famílias beneficiárias no Concelho de Lisboa realça-se um forte peso das constituídas por pessoas sós (“isoladas”, cerca de 27% em 2011) e das monoparentais (cerca de 20%). O significado deste peso torna-se mais claro se for tido em conta que o peso percentual deste tipo de famílias no país não chega a atingir, respectivamente, os 20 e os 10 por cento;
- Os beneficiários residentes no Concelho de Lisboa revelam possuir menores rendimentos médios do que os do distrito e do país necessitando, por isso, de um apoio pecuniário mais elevado.

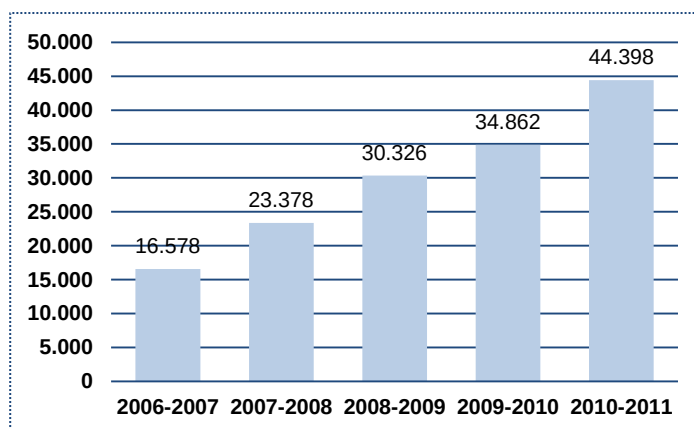
3.1.3 Evolução do Número de Beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Portugal nos últimos anos

Com base nos Relatórios da Comissão Nacional do RSI é possível conhecer a evolução da Medida a nível nacional e distrital entre 2006 e 2011 no que se refere às questões processuais, à caracterização dos beneficiários e aos processos de inserção activados³⁵

Registou-se neste período um aumento regular do número de processos entrados: entre 2006 e o 2º semestre de 2011 registuaram-se mais 406.157 processos (mais 163%), apesar de a taxa de deferimento ter diminuído ao longo destes anos, em simultâneo com o aumento da taxa de suspensão de processos.

Os processos cessados nesse período devem-se, na sua maioria, à alteração de rendimentos. No entanto, é relevante tanto o número de beneficiários que regressam à Medida após suspensão do seu processo, como o permanente aumento percentual que estes casos registam, facto que parece evidenciar a debilidade das situações que conduzem ao abandono da Medida verificando-se, que ao aumento da taxa de cessação (de 26,5% em 2006 para 59% em 2010), contrapõe-se a permanente subida do número de beneficiários regressados. Apenas no 1º semestre de 2011 o número de beneficiários regressados foi de 44.398, correspondentes a 24% dos processos cessados nesse ano, percentagem nunca antes verificada no período em análise.

Gráfico N° 67: RSI - Evolução N° de Beneficiários Regressados (2006-2011)



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

Tabela N° 33: Beneficiários de RSI com Prestações Cessadas

	RSI - Beneficiários com Prestações Cessadas (acumulado)
2006	117.889
2007	199.638
2008	288.478
2009	400.383
2010	587.530
2011	665.964

Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

Tabela N° 32: Beneficiários de RSI Regressados

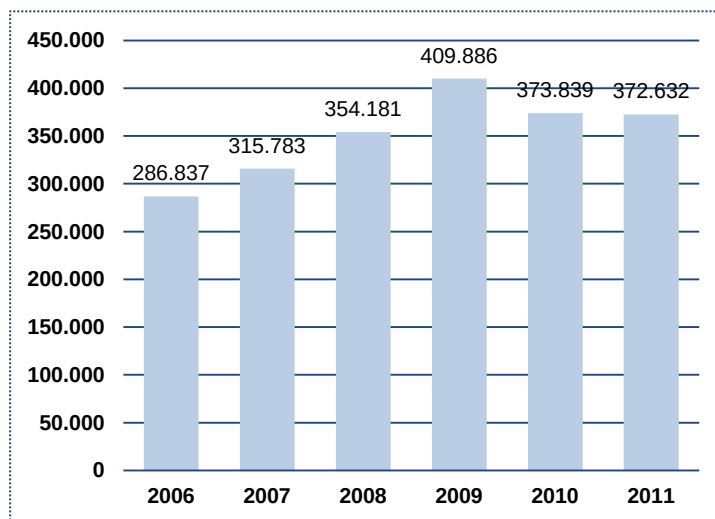
	RSI - Beneficiários Regressados à Medida (acumulado)
2006	12.545
2007	29.123
2008	52.501
2009	82.827
2010	117.689
2011	162.087

Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

³⁵ Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção, relatórios anuais desde 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010. O Relatório de 2011 reporta-se a Junho desse ano reunindo os dados referentes ao 1º semestre.

O aumento de processos e de beneficiários activos até 2009 foi interrompido em 2010, ano em que se verificou uma acentuada quebra, se bem que mantendo valores ligeiramente superiores aos de 2008. O Instituto de Segurança Social aponta para a existência de 7.024 requerimentos cessados naquele ano (não especificando o número de beneficiários atingidos) por consequência directa da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, em vigor desde Agosto desse ano.

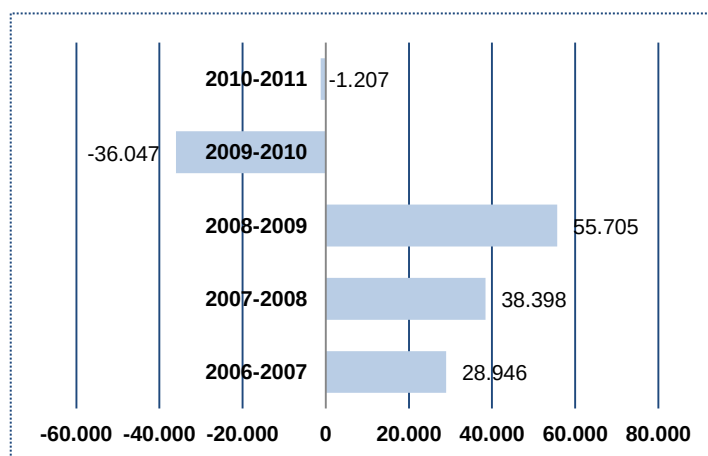
Gráfico N° 68: Beneficiários Activos (2006-2011)



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

Um facto é que entre 2006 e 2009 o número de beneficiários conheceu um aumento de 123.049 pessoas, para registar uma quebra de 36.047 beneficiários em apenas um ano (entre 2009 e 2010), perdendo ainda cerca de 1.200 beneficiários em 2011. Note-se, no entanto, que nos primeiros dois meses de 2012 ingressaram na Medida mais 5.559 beneficiários.

Gráfico N° 69: Evolução N° Beneficiários Activos (2006-2011)



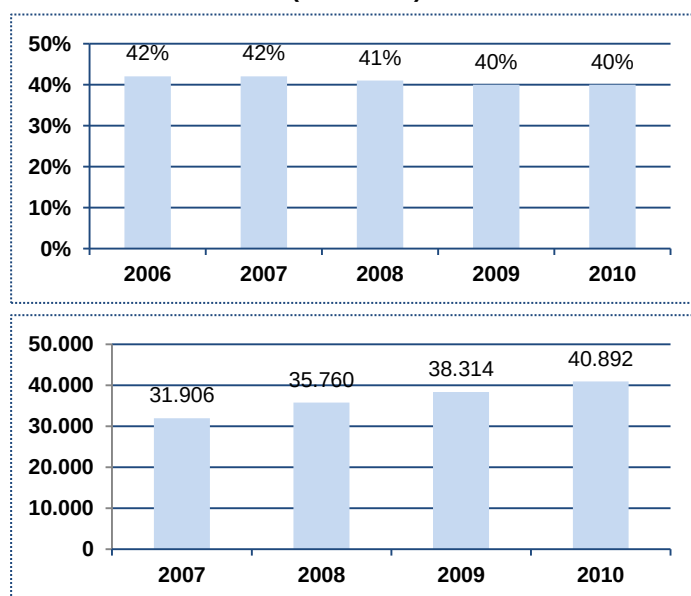
Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (cálculo OLCPL)

Esta quebra dever-se-á, em boa parte, ao facto do Decreto-Lei 70/2010 ter alterado as condições de acesso e manutenção dos apoios sociais com base na alteração da “condição de recursos”³⁶ entre outras medidas que, na prática, restringem o acesso ao RSI, como a redefinição do conceito de “agregado familiar”. Este Decreto-Lei alterou também as regras de ponderação da capitação dos rendimentos retirando da Medida famílias que anteriormente estavam abrangidas por ela. Deste modo, esta alteração legislativa provocou a saída de beneficiários em número difícil de contabilizar, mas que poderão ter atingido cerca de 25% das famílias³⁷, em particular aquelas que possuem crianças, as quais constituem a maioria das famílias apoiadas.

De facto, no decurso destes anos é recorrente o facto de os beneficiários com idade igual ou inferior a 18 anos serem sempre os mais representados, com percentagens próximas dos 40%, facto que ilustra bem a importância desta Medida para crianças e jovens de famílias de baixos recursos o que, porventura, contraria a imagem que alguma opinião publicada veicula sobre os beneficiários do RSI.

Também o número de beneficiários do RSI que possuem rendimentos do trabalho tem sido pouco reconhecido. De facto, estas pessoas representam entre 9% a 10% dos beneficiários do RSI activos, ultrapassando desde 2008 os 35.000 beneficiários, chegando mesmo a superar os 40.000 em 2009.

Gráfico Nº 70: RSI - Beneficiários com 18 ou Menos Anos (2006-2010)



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

O facto de uma percentagem elevada de beneficiários possuir menos de 15 anos, não podendo ter rendimentos de trabalho, realça ainda mais a importância da percentagem de beneficiários com rendimentos de trabalho, reflectindo bem a presença no nosso país de trabalhadores pobres, em percentagem pouco comum noutros países europeus. Estes trabalhadores, quer pelo valor absoluto dos seus rendimentos, quer pela dimensão e composição do seu agregado familiar, não possuem meios suficientes para assegurarem “recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social e profissional”³⁸, implicando que, sempre que tal não seja assegurado pelos rendimentos dos próprios e pelos sistemas

³⁶ A condição de recursos é o conjunto de condições que o agregado familiar deve reunir para poder ter acesso a subsídios e apoios do Estado, entre os quais o RSI.

³⁷ Ver RODRIGUES, Carlos Farinha (2012), “Minimum Income in Portugal – changing the rules in time of crisis”, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Economics Department, Working Paper nº 5/2012/DE/CEMAPRE, pp 1-14

³⁸ Artigo 1.º da Lei n.º 19-A/96 de 29 de Junho.

de protecção social já existentes, se garanta um “rendimento mínimo” que permita o acesso a esse direito.

Esse rendimento mínimo tem sido assegurado por prestações do RMG/RSI cujo valor médio por família era em 2008 de 246,27€, baixando para 243,00€ em 2011, correspondente a um valor médio por beneficiário de 75,47€ em 2006 e de 88,00€ em 2010.

Tabela Nº 34: RSI - Valor das Prestações (2010)

PRESTAÇÕES RSI 2010 (€)		
Localidade	Valor Médio por Família	Valor Médio por Beneficiário
Portugal	243,00	88,00
Distrito de Lisboa	254,99	88,31
Concelho de Lisboa	269,16	98,97

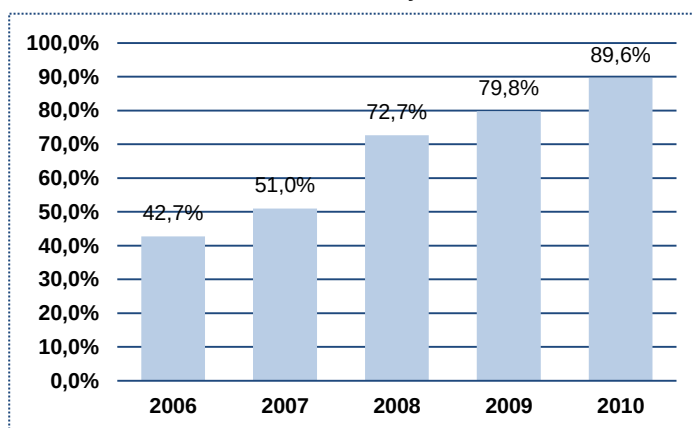
Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

Os beneficiários residentes no Concelho de Lisboa revelam possuir menores rendimentos médios do que os do Distrito e do País necessitando, por isso, de um apoio pecuniário mais elevado.

Ao longo dos anos aqui analisados as mulheres foram sempre a maioria dos titulares dos pedidos, se bem que se registre um ligeiro declínio de 6% no seu peso percentual no total dos titulares (de 71%, em 2006 para 65% no 1º semestre de 2011).

Em relação ao tipo de famílias realça-se um forte peso das constituídas por apenas uma pessoa (cerca de 27% em 2011) e das monoparentais (cerca de 20%), sobretudo tendo em conta o peso percentual deste tipo de famílias no País no qual estas percentagens não chegam a atingir, respectivamente, os 20 e os 10 por cento. As famílias nucleares com e sem filhos apresentam percentagens claramente inferiores às registadas na população do País.

Gráfico Nº 71: RSI – Beneficiários Abrangidos por Acordos de Inserção



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção

No que se refere aos Acordos de Inserção, um dos aspectos mais inovadores desta Medida quando da sua implementação, regista-se ao longo destes anos uma constante subida da percentagem de

beneficiários envolvidos por este mecanismo, que abrangia 335.000 beneficiários em 2011. Os Acordos de Inserção, no entanto, não podem ser avaliados no que se refere à sua qualidade com base nos dados disponibilizados nos relatórios de execução anuais, tanto no que se refere à negociação que se pressupõe existir, como em relação à adequação das medidas definidas bem como aos seus efeitos.

3.1.4 Os Beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Lisboa

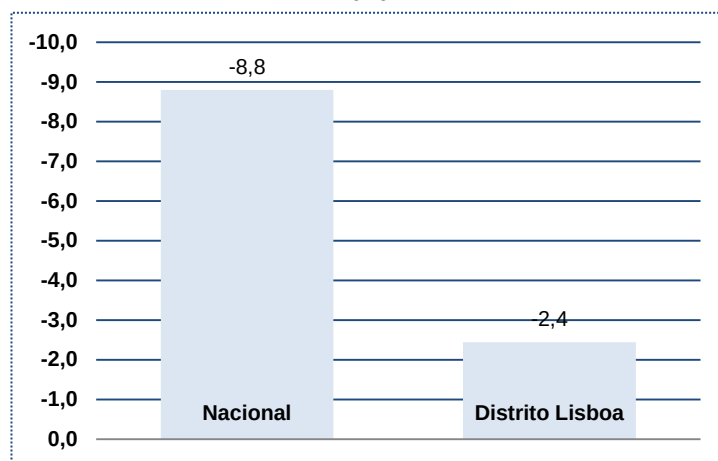
3.1.4.1 Evolução do número de beneficiários do rendimento social de inserção

De acordo com o relatório anual de execução do RSI de 2010 o número de beneficiários no Distrito de Lisboa cifrou-se nesse ano em 14.271 pessoas, sendo que, dos titulares dos processos, 65% eram do sexo feminino, tal como se registava a nível nacional.

Aliás, o peso que o Distrito de Lisboa possui (a par do Distrito do Porto) nos dados nacionais leva a que se verifiquem diferenças pouco relevantes nestes Distritos em relação ao desempenho nacional, no que respeita a grande parte dos indicadores.

Também no Distrito de Lisboa, tal como no País, existem mais beneficiários do RSI em 2010 do que aqueles que existiam em 2006, apesar da já referida quebra registada em 2010.

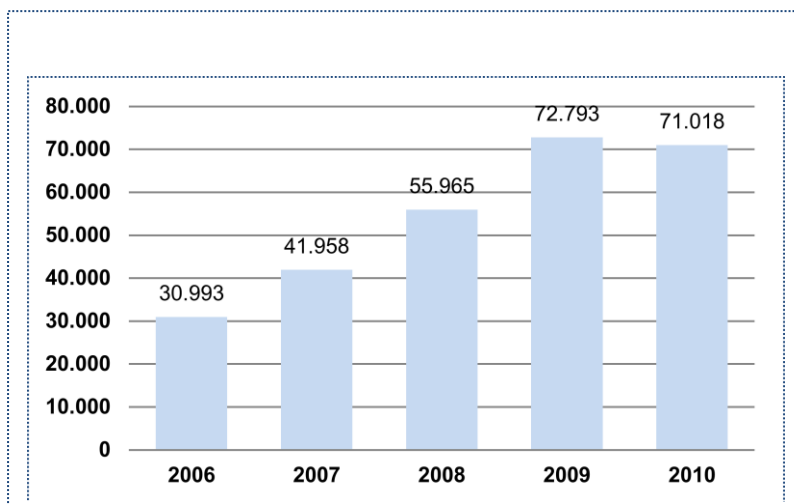
Gráfico N° 72: RSI - Beneficiários Activos - Variação 2009-2010



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social

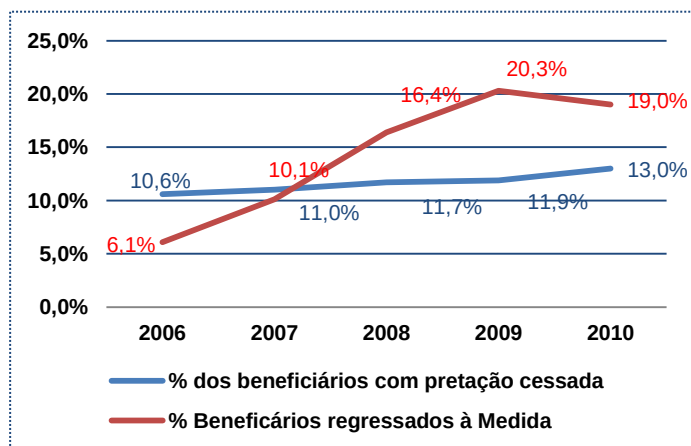
No Concelho, no entanto, esta quebra foi percentualmente inferior à registada no País, verificando-se mesmo um aumento no 1º semestre de 2011, de 9,4% em relação a 2010, ao contrário do que sucedeu a nível nacional em que o número de beneficiários continuou a decrescer, diminuindo em relação ao ano anterior em 2,4%. Também no Distrito de Lisboa o número de beneficiários com processamento aumentou entre 2006 e 2010.

Gráfico N° 73: RSI - Beneficiários com Processamento



Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social

Gráfico N° 74: RSI – Beneficiários com Prestação Cessada e Beneficiários Regressados à Medida – Distrito Lisboa (%)



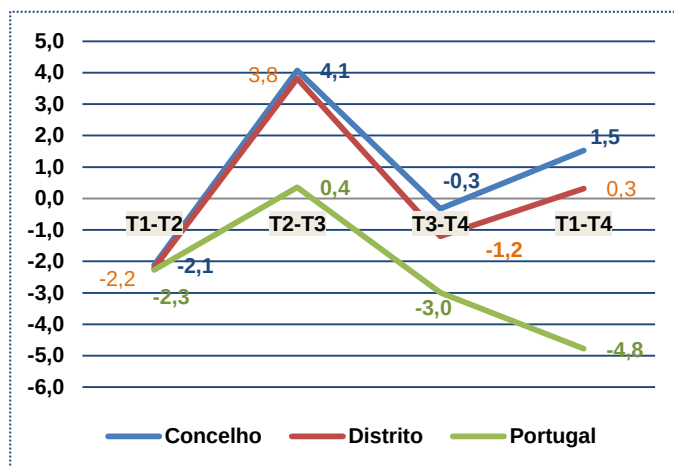
Fonte: Relatórios da Comissão Nacional do Rendimento Social (cálculos OLCPL)

No Distrito, tal como no País, à medida que foi aumentando a percentagem de beneficiários com prestações cessadas, foi também subindo a percentagem de regressados ao RSI, passando de cerca de 761 pessoas regressadas, em 2006, para 14.271 em 2010, o que parece indiciar, como atrás referido, a reversibilidade de situações frágeis que estes beneficiários conheceram quando abandonaram, por iniciativa própria ou por imposição, a Medida.

Os dados relativos à idade dos beneficiários, ao tipo de famílias e aos acordos de inserção, disponibilizados nos relatórios de execução, revelam não existirem diferenças relevantes entre os dados nacionais e os referentes ao Distrito.

No Concelho de Lisboa, por sua vez, verificou-se entre 2010 e 2011 um decréscimo de 6,4% do número de beneficiários com processamento, passando de 28.328 para 26.525 pessoas. No entanto, durante 2011, entre o 1º e 4º trimestres, registou-se um aumento de 1,5%, contra uma diminuição a nível nacional no mesmo período.

Gráfico N° 75: RSI - Evolução trimestral 2011



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

Nesse ano, o Concelho de Lisboa acompanhou as oscilações, positivas e negativas, verificadas no Distrito, no entanto, sempre que se registaram descidas o Concelho diminuiu menos do que o Distrito, e sempre que se conheceram subidas registou um aumento superior ao do Distrito. Do 3º para o 4º trimestre verifica-se uma queda de 3% a nível nacional, enquanto a queda é muito menor no Distrito e ainda mais diminuta no Concelho.

Se atendermos à evolução verificada entre o 1º e o 4º Trimestre, constata-se mesmo que o Distrito e o Concelho, sobretudo este (com um acréscimo de 1,5%), registaram um aumento do número de beneficiários, enquanto a nível nacional esse número diminuiu em cerca de 17.000 pessoas (menos 4,8%). Este facto merece uma atenção especial e uma análise mais aprofundada já que, entre outros motivos, estes dados poderão indiciar a existência de casos de profunda intensidade de pobreza nesta região, o que, aliás, também o valor das prestações médias por família e por beneficiário indiciam.

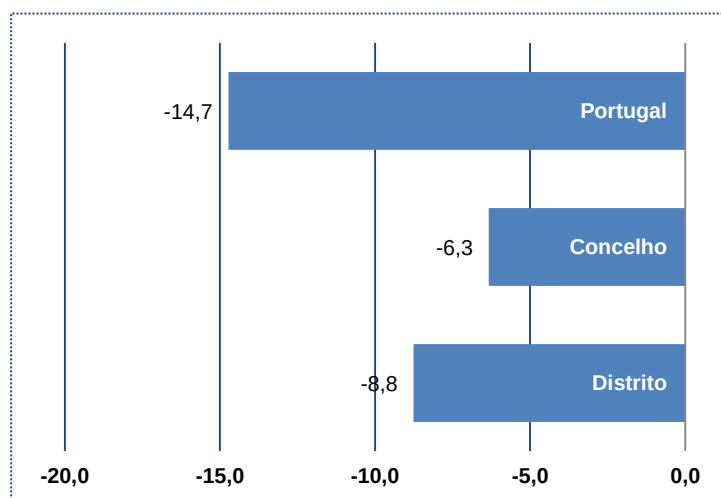
Tendo em conta a situação por freguesia, regista-se que dezassete das freguesias do Concelho de Lisboa conheceram aumentos superiores a 10% do número de beneficiários entre o início e o final de 2011. Em relação a Alvalade, freguesia que conheceu maior aumento percentual, é de realçar que, apesar disso, o número de beneficiários nela residentes representa apenas 0,7% da sua população, longe do que se regista no Concelho em que os beneficiários desta Medida correspondem a cerca de 4% dos seus habitantes.

Tabela Nº 35: Proporção Beneficiários/População Freguesias Lisboa

Beneficiários RSI 2011			
Freguesias	Benef. RSI	Beneficiários/	Evolução
	Dez. 2011	População (%)	1ºT - 4º T
Alvalade	66	0,7	34,7
São Nicolau	20	1,6	33,3
Madalena	13	3,3	30,0
Santiago	13	2,1	30,0
São Francisco Xavier	29	0,4	20,8
São João de Brito	130	1,1	18,2
Penha de França	351	2,7	14,7
Lapa	82	1,0	13,9
Graça	241	4,2	13,1
São Jorge de Arroios	490	2,7	11,9
São Sebastião da Pedreira	97	1,5	11,5
Campo Grande	472	4,5	11,1
Socorro	349	11,4	10,8
São João de Deus	83	0,8	10,7
São Paulo	94	3,4	10,6
Alto do Pina	407	3,9	10,3
Campolide	382	2,5	10,1

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

**Gráfico N° 76: Famílias com Processo Activo RSI
Variação 2010-2011**



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

As oito freguesias nas quais residem mais de 1.000 beneficiários são, só por si, responsáveis por perto de 60% do total dos beneficiários registados em todo o Concelho, totalizando 13.000 pessoas.

Tabela N° 36: RSI – Freguesias com mais de 1.000 Beneficiários (2011)

Freguesias	Nº Benef. 2011	Acumulado Nº Beneficiários	Acumulado % RSI Concelho
Marvila	3.084	3.084	13,7
Santa Maria dos Olivais	2.079	5.163	23,0
Ameixoeira	1.637	6.800	30,3
Benfica	1.391	8.191	36,5
Lumiar	1.270	9.461	42,2
Charneca	1.258	10.719	47,8
Carnide	1.172	11.891	53,0
Ajuda	1.111	13.002	58,0

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

As freguesias que apresentam maior percentagem de beneficiários face à população residente deverão merecer atenção particular face à gravidade da situação vivida por estas comunidades, entre as quais se destacam a Ameixoeira (13,8%), Charneca (12,7%) e Socorro, esta última pelo facto de registar, para além da percentagem face à população (11,4%) um aumento do número de beneficiários de 10.8%.

Existem 14 freguesias da cidade em que 5% ou mais da sua população residente é beneficiária do RSI, se bem que nalgumas delas tenha havido uma regressão percentual de beneficiários entre o início e o final do ano. Outras, no entanto, conheceram um agravamento dessa situação, destacando-se a freguesia do Socorro com um aumento de beneficiários próximo dos 11%.

Tabela Nº 37: RSI – Beneficiários/População Variação Trimestral 2011

Freguesias	Residentes 2011	Beneficiários Dez. 2011	% face à População	Variação 1ºT - 4º T
Ameixoeira	11.863	1.637	13,8	3,3
Charneca	9.935	1.258	12,7	0,6
Socorro	3.065	349	11,4	10,8
São Miguel	1.531	152	9,9	2,0
Santa Justa	891	74	8,3	0,0
Marvila	38.102	3.084	8,1	-0,4
Beato	12.429	966	7,8	-3,8
São Cristóvão e São Lourenço	1.341	100	7,5	6,4
Ajuda	15.584	1.111	7,1	-6,2
Santo Estêvão	1.511	97	6,4	-2,0
São José	2.746	157	5,7	3,3
Anjos	9.358	513	5,5	5,6
São João	15.187	768	5,1	9,4
Carnide	23.316	1.172	5,0	-2,1

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Se bem que no Concelho o número de homens e mulheres esteja muito próximo (50,7% são mulheres) existe grande disparidade entre géneros nos beneficiários residentes nas diversas freguesias, umas em que as mulheres não chegam a atingir os 40% e outras em que ultrapassam os 60%.

Tabela Nº 38: Beneficiários de RSI por Género - Freguesias de Lisboa

Freguesias	2011 % Fem	2011 % Masc
São José	34,8	65,2
Sacramento	35,6	64,4
Anjos	39,4	60,6
Coração de Jesus	39,5	60,5
(...)	(...)	(...)
Lapa	60,2	39,8
Santiago	64,3	35,7

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

3.1.4.2 *Rendimento social de inserção e estrutura familiar*

Em relação às famílias beneficiárias do RSI verifica-se um decréscimo de perto de 15%, a nível nacional, no seu número entre 2010 e 2011, muito superior à verificada no Distrito e no Concelho de Lisboa.

Em 2011 o número de famílias beneficiárias do RSI no Concelho era de 11.833, menos 800 do que no ano anterior. Como seria de esperar as freguesias nas quais há maior decréscimo do número de famílias são as de maior dimensão, mas algumas dessas conhecem reduções altas em termos percentuais, com destaque para o Lumiar e Ajuda que reduziram em mais de 15% as famílias beneficiárias ali residentes.

Tabela Nº 39: Freguesias de Lisboa com Maior Redução de Famílias Beneficiárias de RSI

Freguesias com Maior Redução de Famílias Beneficiárias RSI				
Freguesias	2010	2011	Dif. Nº	Dif. %
Marvila	1669	1517	-152	-9,1
Lumiar	637	539	-98	-15,4
Benfica	781	683	-98	-12,5
Ajuda	521	438	-83	-15,9
Carnide	611	546	-65	-10,6
Beato	642	581	-61	-9,5
Santa Maria dos Olivais	1114	1054	-60	-5,4
Ameixoeira	673	632	-41	-6,1
Charneca	557	521	-36	-6,5
Alcântara	307	282	-25	-8,1

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Em relação ao número de famílias isoladas³⁹ beneficiárias, que totalizam 3.729 pessoas no Concelho de Lisboa, verifica-se o aumento entre 2010 e 2011 de 1,9% destacando-se, no entanto, grande disparidade na evolução deste indicador entre as 53 freguesias do Concelho, algumas com aumentos superiores a 20% e outras com regressões de 10% ou mais. A nível nacional verificou-se um decréscimo destas famílias de 6,2% e de 0,7% no Distrito de Lisboa.

³⁹ Famílias Isoladas: agregado familiar constituído por uma só pessoa

Tabela Nº 40: Variação das Famílias Isoladas Beneficiárias RSI

Famílias Isoladas Beneficiárias RSI	
Freguesias	Variação 2010-2011
São João de Deus	40,9
São Sebastião da Pedreira	38,5
São Cristóvão e São Lourenço	38,1
São Francisco Xavier	28,6
Socorro	28,6
Santa Justa	25,0
São João	21,5
São João de Brito	20,5
Coração de Jesus	20,0
(...)	(...)
Sé	-10,0
São Domingos de Benfica	-12,1
Alcântara	-14,0
Castelo	-14,3
Santa Isabel	-15,6
Prazeres	-18,2

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Quanto ao número de famílias monoparentais, que em 2011 totalizam 8.302 famílias no Concelho, registou-se desde o ano anterior uma diminuição de 4,1%, um decréscimo inferior ao registado a nível nacional (11,3%), e a nível do Distrito de Lisboa (9,9%).

3.1.4.3 População imigrante e rendimento social de inserção

O ano 2011 é aquele que regista maior número de população estrangeira a beneficiar do Rendimento Social de Inserção constatando-se que é entre 2008 e 2009 que a variação é mais elevada.

O Concelho de Lisboa é dos territórios aqui analisados aquele que regista maior variação percentual (88,1%), situação que se mantém no período 2010-2011 de modo bem destacado (20,5% face a 1,3% de Portugal).

Face ao total de imigrantes que recebem o Rendimento Social de Inserção em território nacional, 63,1% residem na Área Metropolitana de Lisboa, 45,9% encontram-se na Grande Lisboa e 7% no Concelho de Lisboa.

Tabela Nº 41: Beneficiários Rendimento Social de Inserção Variação %

	Beneficiários Rendimento Social de Inserção - Variação %		
	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Portugal	79,0	35,4	1,3
AML	76,0	33,3	3,5
Grande Lisboa	79,2	32,9	5,3
Concelho de Lisboa	88,1	29,3	20,5

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

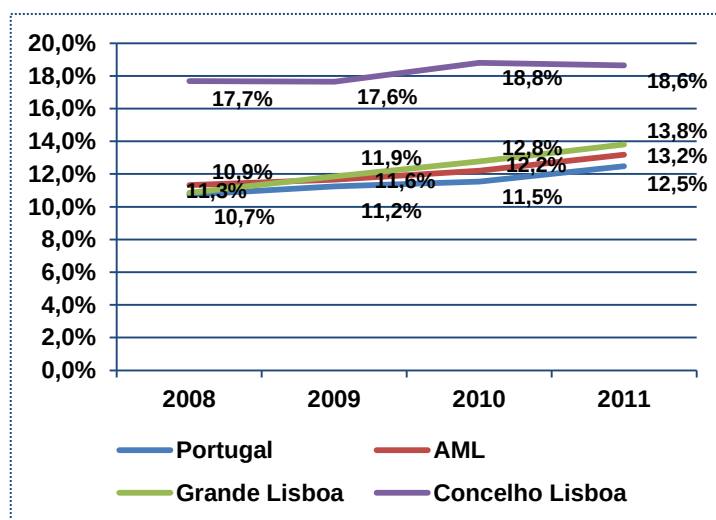
Entre 2008 e 2011 registou-se um aumento gradual e muito significativo do número de população estrangeira beneficiária do RSI pertencente a famílias isoladas.

Em relação ao total da população estrangeira beneficiária do RSI em 2011, em Portugal, 12,5% pertence a uma família isolada, enquanto no Concelho de Lisboa este valor sobe para os 18,6%.

O Concelho de Lisboa destaca-se de todas as restantes unidades territoriais em todos os anos por possuir uma percentagem mais elevada de famílias isoladas a receber o Rendimento Social de Inserção.

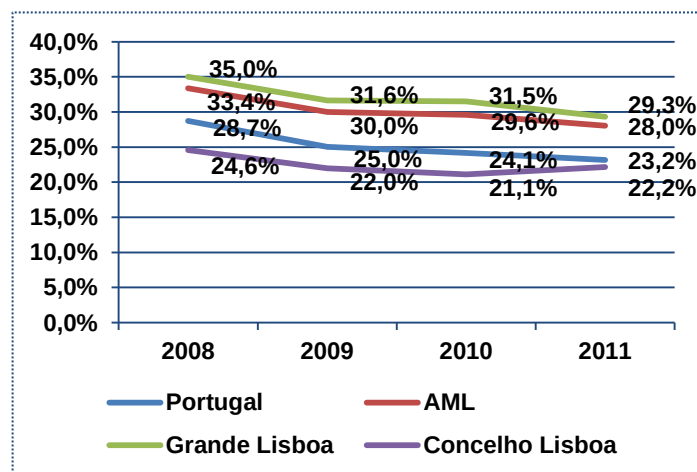
Entre 2008 e 2011, este número mais do que duplicou em Portugal e na Área Metropolitana de Lisboa e triplicou na Grande Lisboa e no Concelho. Este forte crescimento ficou a dever-se às variações registadas entre 2008 e 2009, que em todos os territórios ultrapassou os 80%, chegando mesmo a Grande Lisboa a atingir 95,6%. O Concelho de Lisboa destaca-se também no período 2010-2011 face a Portugal por registar uma diferença em relação ao país de quase 10% ao registar uma variação percentual positiva de 19,5%.

Gráfico N° 77: Relação entre o Total da População Estrangeira Beneficiária do RSI e Famílias Isoladas



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Gráfico N° 78: Relação entre o Total da População Estrangeira Beneficiária do RSI e Famílias Monoparentais



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

A proporção das famílias monoparentais estrangeiras face ao total de população estrangeira beneficiária do RSI em Portugal em 2011 é de 23,2%, enquanto no total da população este valor ronda os 20%.

Na Grande Lisboa e na Área Metropolitana o peso das famílias monoparentais é superior, com 29,3% e 28%, respectivamente enquanto na cidade de Lisboa esse valor é inferior ao nacional (22,2%).

A análise comparativa entre 2008 e 2011 permite constatar, tal como aconteceu com as famílias isoladas, um aumento do número de famílias monoparentais beneficiárias do RSI.

Tabela Nº 42: Beneficiários Rendimento Social de Inserção Famílias Isoladas - Variação %

	Beneficiários Rendimento Social de Inserção – Famílias Isoladas -Variação %			
	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2011
Portugal	87,5	38,8	9,6	185,2
AML	81,1	39,6	11,9	183,0
Grande Lisboa	95,6	43,2	13,8	218,6
Concelho de Lisboa	87,6	37,7	19,5	208,8

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Este crescimento foi notório em todos os territórios aqui analisados, contudo, é o Concelho de Lisboa que se destaca com uma variação de 164,3%, mais do que duplicando o número de famílias monoparentais beneficiárias.

Tabela Nº 43: População Estrangeira Beneficiária do RSI - Família Monoparental - Variação %

	População Estrangeira com Família Monoparental Beneficiária do RSI - Variação %			
	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2011
Portugal	56,0	30,6	-2,8	98,1
AML	58,3	31,4	-1,9	104,1
Grande Lisboa	61,9	32,4	-2,0	110,0
Concelho de Lisboa	68,2	24,2	26,5	164,3

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

De realçar também que, entre 2010 e 2011, o número de famílias monoparentais imigrantes beneficiárias o RSI diminuiu a nível nacional e na região de Lisboa, com excepção do Concelho, que viu a variação ser superior ao período anterior.

3.1.5 Conclusões e Recomendações

Os dados disponíveis demonstram que, apesar das restrições que desde meados de 2010 vêm sendo impostas ao acesso e/ou manutenção no Rendimento Social de Inserção, consequência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho, o número dos seus beneficiários aumentou a nível nacional desde 2006 cerca de 30%. No Distrito de Lisboa este aumento mais do que duplicou (aumento de 129%). De realçar que os últimos dados de 2012, referentes a Fevereiro deste ano, apontam para a entrada de mais de 5.000 novos beneficiários, o que parece consolidar a tendência para o seu aumento, apesar das políticas restritivas implementadas, indício da intensidade e extensão das situações de pobreza que vivemos actualmente.

No que diz respeito à população estrangeira residente em Portugal, a tendência é a mesma, tendo o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção em Portugal registado uma variação percentual de 145% entre 2008 e em 2011, correspondendo a mais 13.343 pessoas. No Concelho de Lisboa, no mesmo período o aumento percentual foi de 193%. Dos dados relativos à população imigrante também foi relevante perceber que muitas das famílias que se encontram beneficiárias do RSI são compostas por um elemento (tipologia designada “famílias isoladas” ou possuem apenas um progenitor (tipologia designada “família monoparental”). No conjunto, estas tipologias correspondem a 40,8% de famílias que recebem o Rendimento Social de Inserção.

Recorde-se que o Decreto-Lei referido fragilizou as famílias mais carenciadas, não apenas pelas restrições impostas no acesso ao RSI através das novas regras de ponderação da capitação dos rendimentos, como pelo facto de a nova “condição de recursos” aplicar-se também a diversos outros apoios do Estado entre os quais, a acção social escolar e as bolsas do Ensino Superior, comparticipação de medicamentos e taxas moderadoras, comparticipação aos utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, apoios sociais à habitação. Estes vários apoios, abrangendo áreas extremamente sensíveis, em particular para famílias de baixos rendimentos, penaliza-as não apenas com a cessação do RSI, mas também com a de outros apoios até aí assegurados. Este Decreto-Lei reduziu, assim, os custos suportados pelo Estado mas fragilizou ainda mais as famílias de menores recursos.

As restrições na manutenção dos apoios concedidos pelo RSI acarretou também o aumento progressivo da Taxa de Cessação acompanhado, no entanto, pelo também progressivo aumento dos beneficiários regressados à Medida que representavam apenas 10% em 2006 para atingirem a casa dos 20% a partir de 2009, inclusive.

Tanto o aumento do número de beneficiários como o aumento da percentagem e do número daqueles cuja prestação é, em determinada altura, suspensa para mais tarde ser reactivada, parecem indiciar tanto a intensidade e extensão das situações de pobreza vividas como a reversibilidade de situações frágeis que estes beneficiários conheceram quando abandonaram a Medida, por iniciativa própria ou por imposição da regulamentação.

A inserção no mercado de trabalho não garante só por si um rendimento mínimo que satisfaça as necessidades básicas destas famílias, como atesta a percentagem de beneficiários que declaram rendimentos do trabalho (9% a 10% dos beneficiários activos). Aliás, é sintomático da fragilidade das remunerações auferidas por estes trabalhadores o facto de no ano em que se sentiu fortemente as consequências das restrições impostas (2010) o número de beneficiários com rendimentos do trabalho ser o mais elevado desde 2006 (40.892 pessoas). Isto apesar de este ano ter registado uma quebra de cerca de 36.000 beneficiários em relação ao ano anterior.

Estes factos apontam para a necessidade de avaliar melhor os processos que conduzem à cessação das prestações, definindo condições de sustentabilidade da nova situação do beneficiário bem como repensar as restrições impostas, no sentido de aferir se estão a ser excluídas da Medida pessoas e famílias cujos rendimentos, efectivamente, não são suficientes para a satisfação das suas necessidades mínimas.

A situação no Concelho de Lisboa, face ao comportamento da evolução do número de beneficiários por comparação com o Distrito e com o País, carece de melhor explicação. No entanto, tendo em conta este comportamento e o facto de no Concelho se verificar um valor mais elevado das prestações médias, por família e por beneficiário (comparativamente com o Distrito e o País), podem ser indícios não apenas da extensão, mas também da intensidade da pobreza em Lisboa.

As freguesias que apresentam maior percentagem de beneficiários face à população residente deverão merecer atenção particular face à gravidade da situação vivida por estas comunidades. Existem 14 freguesias da cidade onde 5% ou mais da sua população residente é beneficiária do RSI, se bem que nalgumas delas tenha havido uma regressão percentual de beneficiários entre o início e o final do ano. Outras, no entanto, conheceram um agravamento dessa situação, havendo 17 freguesias que registaram um aumento de mais de 10% em relação ao número de beneficiários ao longo de 2011. ***Existem 10 freguesias cujo número de beneficiários se aproxima ou ultrapassa as 1.000 pessoas, as quais deverão ser particularmente acompanhadas justificando, eventualmente, programas próprios de intervenção direccionados para o combate às causas da situação de grave carência em que estas pessoas vivem.***

Uma das características mais inovadoras da Medida desde o seu início, os Acordos de Inserção, continuam a ser um dos aspectos menos transparentes no que se refere à sua avaliação, tanto no que diz respeito à negociação entre beneficiários e serviços, ao acompanhamento da sua execução e avaliação da sua pertinência, à articulação com outras medidas e políticas e à cooperação interinstitucional e, por fim, aos resultados obtidos, aspecto que o OLCPL dedicará atenção.

3.2 Subsídio de Desemprego

3.2.1 Introdução

O Subsídio de Desemprego surgiu em 1975 como uma das medidas públicas de protecção no desemprego⁴⁰. As evoluções verificadas desde a sua implementação mantêm o objectivo presente na sua génese constituindo um valor pecuniário destinado a compensar a perda da remuneração de trabalho devida ao desemprego involuntário.

Os destinatários desta medida são os trabalhadores com contrato de trabalho e com descontos para a segurança social ou outro regime obrigatório de protecção social, sendo o valor mensal atribuído variável de acordo com a idade e a carreira contributiva.

Fora do acesso a esta prestação social encontram-se os trabalhadores independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual), bem como, administradores, directores e gerentes de empresas.

Nas situações a que não é atribuível o subsídio de desemprego, pelo facto de os requisitos necessários de acesso não serem preenchidos, pode ser activado o Subsídio Social de Desemprego.

Se a situação de desemprego se mantiver e o direito à concessão do Subsídio de Desemprego cessar, poderá ser requerido o Subsídio Social de Desemprego Subsequente mediante apresentação da condição de recursos.

Estas medidas funcionam como instrumentos de suporte social e económico, sendo o garante de estabilidade necessário às situações de fragilidade e vulnerabilidade que o desemprego provoca.

⁴⁰ O IV Governo Provisório, criou com carácter experimental, um subsídio de desemprego a atribuir à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem desempregados - (D.L. nº 169-D/75, de 31 de Março)

Neste sentido, neste capítulo vamos analisar os seguintes indicadores:

Lista de Indicadores:

Desempregados com Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego (Nº e %)

Evolução do Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego (Subsequente)

Beneficiários do Subsídio de Desemprego

Evolução Trimestral por Género 2011

Beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de subsídio de desemprego

Idade dos beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de subsídio de desemprego

Beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de subsídio social de desemprego

Género dos beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de subsídio social de desemprego

Idade dos beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de subsídio social de desemprego

3.2.2 Pontos de Destaque

- Entre 2008 e 2011 (dados de Dezembro de cada ano) o número de desempregados com subsídio de desemprego aumentou perto de 28.000 pessoas;
- No mesmo período, e tendo em conta os dados relativos a Dezembro, o número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego decresceu cerca de 31%;
- Se for considerado o conjunto de beneficiários dos dois subsídios, após um forte aumento em 2009 e uma acentuada quebra em 2010, o seu número volta a subir em 2011 ultrapassando os 316.000 beneficiários, mais 22.618 do que em 2008;
- Entre 2008 e 2011 inverteu-se a proporção entre géneros, verificando-se o aumento da percentagem de homens em 3 pontos percentuais passando a constituir, desde 2009, a maioria dos beneficiários deste apoio (em número de 9.496);
- De realçar em 2011 a forte subida do número de subsídios de desemprego registada no último trimestre do ano, tanto no Distrito como no Concelho de Lisboa onde ultrapassou as 60.300 pessoas no final do ano;
- O aumento permanente do peso percentual das mulheres verificou-se tanto no Distrito como no Concelho de Lisboa no decorrer do ano 2011.

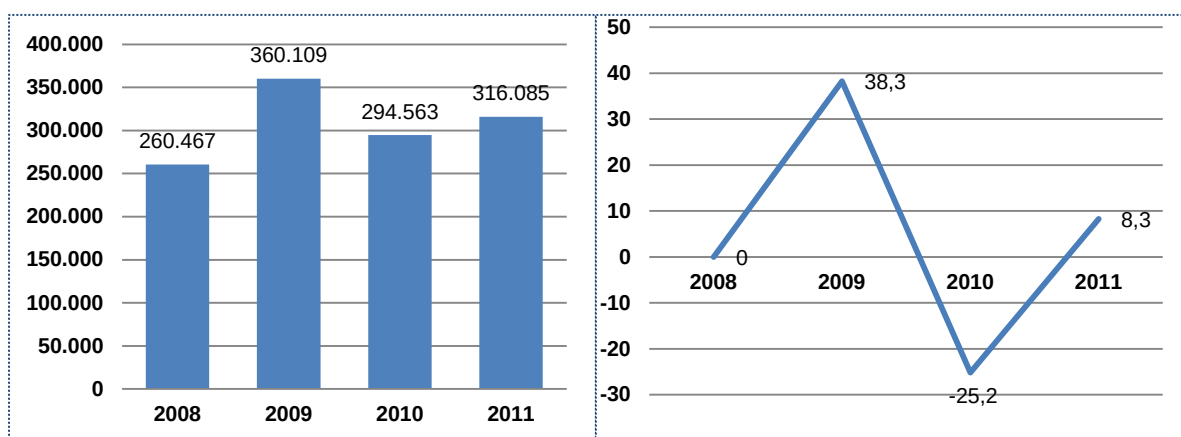
3.2.3 Evolução do Número de Beneficiários de Subsídio de Desemprego (2008-2011)

Entre 2008 e 2011 (dados de Dezembro de cada ano) são mais cerca de 28.000 os desempregados com subsídio de desemprego, o que corresponde a um aumento de 44%, apesar de uma quebra registada em Dezembro de 2010 por referência ao ano anterior.

No mesmo período, e tendo em conta os dados relativos a Dezembro, o número de beneficiários do Subsídio Social de Desemprego decresceu cerca de 31%, abrangendo no último ano 56.019 pessoas, apesar de em 2009 este número ter ultrapassado os 100.000 beneficiários.

Se for considerado o conjunto de beneficiários dos dois subsídios, após um forte aumento em 2009 e uma acentuada quebra em 2010, o seu número volta a subir em 2011 ultrapassando os 316.000 beneficiários, mais 22.618 do que em 2008.

Gráfico N° 79: Desempregados com Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego (N° e %)

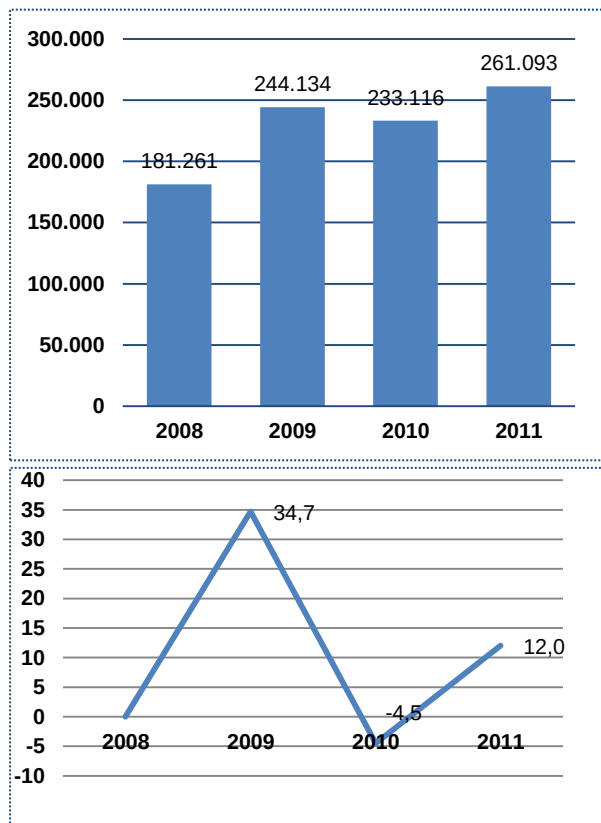


Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

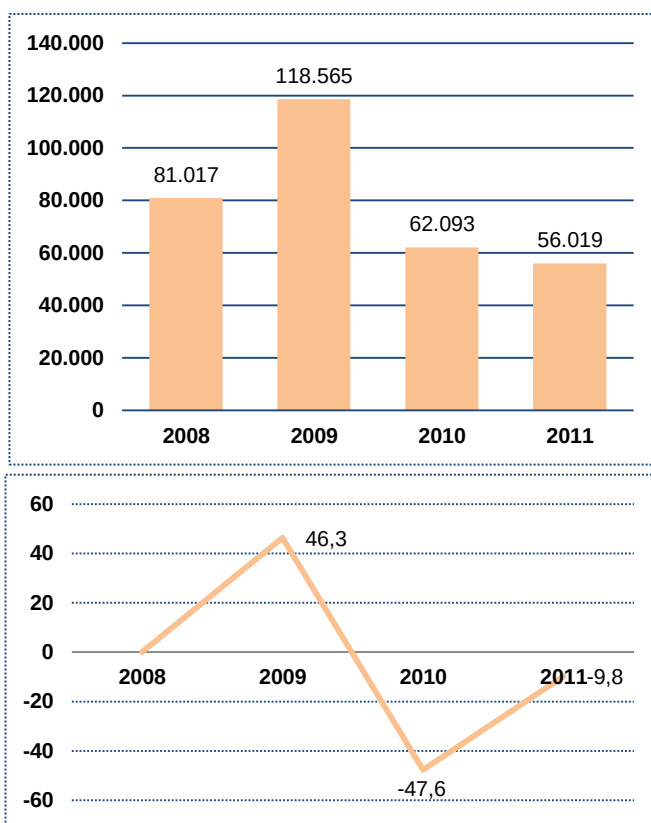
Este crescimento do número de beneficiários deve-se claramente ao forte aumento dos beneficiários do Subsídio de Desemprego em mais de 78.900 pessoas (mais 44% do que em 2008) e ao acentuado decréscimo dos desempregados abrangidos pelo Subsídio Social, menos 106.000 beneficiários do que os existentes em 2008.

Gráfico N° 80: Desempregados com Subsídio de Desemprego (Dez.) - Portugal



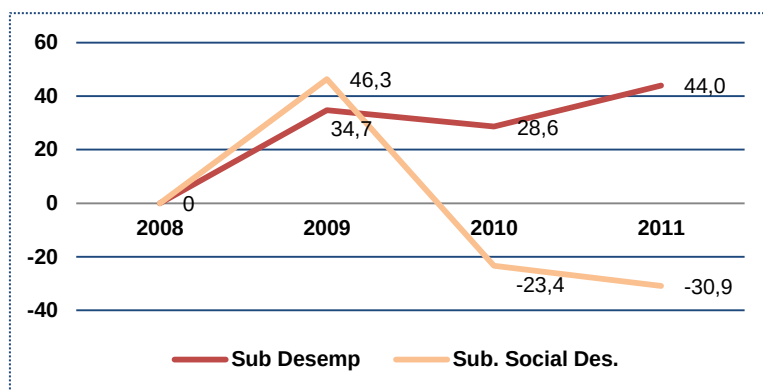
Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Gráfico N° 81: Desempregados com Subsídio Social de Desemprego (Dez.) - Portugal



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Gráfico N° 82: Evolução do Sub. Desemprego e Sub. Social de Desemprego – 2008-2011 (%)



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

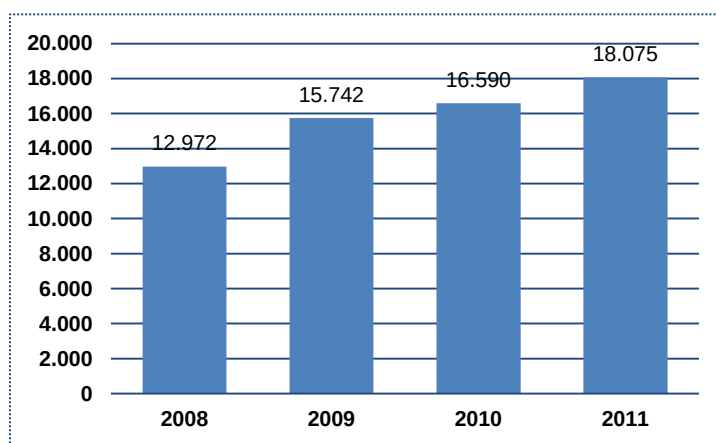
3.2.4 Evolução do Número de Beneficiários com Subsídio de Desemprego no Concelho de Lisboa

A evolução do número de desempregados com direito a subsídio de desemprego no Concelho de Lisboa entre 2008 e 2011 conheceu um acréscimo de 5.000 pessoas, um aumento de 39%, abrangendo cerca de 18.000 pessoas entre as 25.471 inscritas nos Centros de Emprego em Dezembro de 2011.

Ao longo destes quatro anos inverteu-se a proporção entre géneros, verificando-se o aumento da percentagem de homens em 3 pontos percentuais passando a constituir, desde 2009, a maioria dos beneficiários deste apoio (em número de 9.496).

Entre as freguesias da cidade aquelas que apresentam maior número de beneficiários deste subsídio são, naturalmente, as de maior dimensão. No entanto, as freguesias que conheceram maior aumento percentual destes beneficiários entre 2008 e 2011 são de pequena dimensão, nalguns casos aumentando para o dobro o número de beneficiários, se bem que representando apenas, no seu conjunto, 320 pessoas.

Gráfico N° 83: Beneficiários Subsídio Desemprego (2008-2011) - Concelho Lisboa

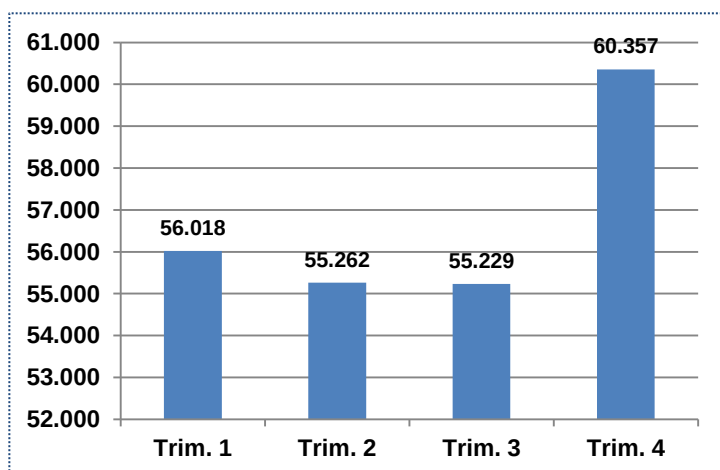


Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

De realçar em 2011 a forte subida do número de subsídios de desemprego registada no último trimestre do ano, tanto no Distrito como no Concelho de Lisboa. No Distrito registaram-se neste período mais 5.128 beneficiários, mais 9,3% do que no trimestre anterior, o que levou a que o número de desempregados com subsídio de desemprego ultrapassasse no final do ano as 60.300 pessoas. O aumento percentual entre o 1º e o 4º trimestre do ano verificado no Distrito está muito próximo daquele que, no mesmo período de tempo, ocorreu no Concelho de Lisboa.

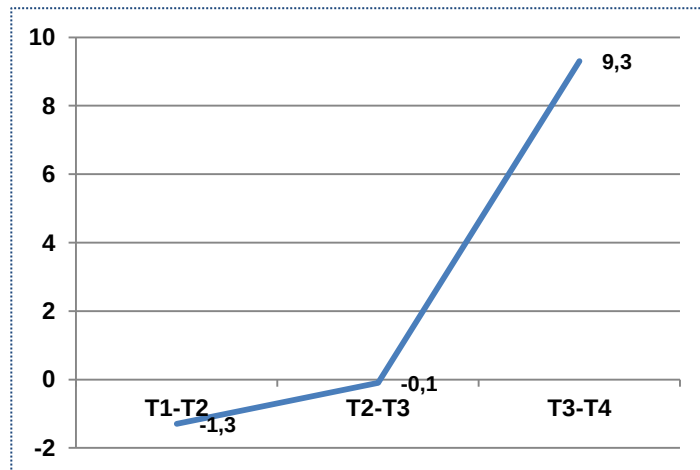
De facto, em 2011 registou-se também no Concelho uma forte subida do número de subsídios de desemprego no último trimestre do ano, traduzido num aumento de perto de 9% em relação ao trimestre anterior e de 10,4% em relação ao 1º trimestre de 2011 (mais 1.164 beneficiários). Note-se que entre o 1º e o 4º Trimestres desse ano o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego residentes na cidade de Lisboa sofreu um aumento de 10%, correspondente a 2.000 pessoas⁴¹.

Gráfico N° 84: Subsídio de Desemprego - Distrito de Lisboa - Evolução Trimestral 2011



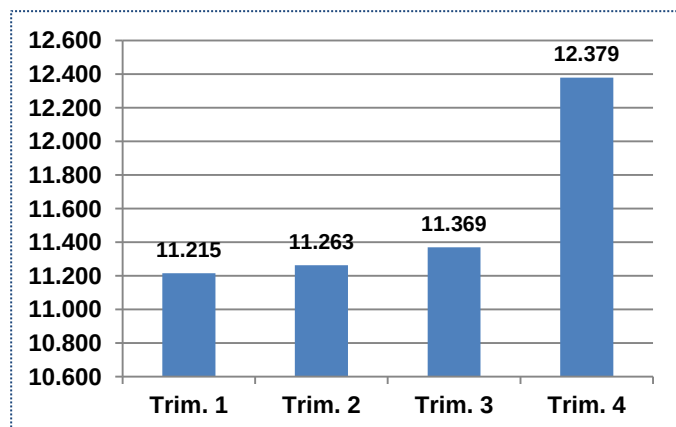
Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Gráfico N° 85: Subsídio de Desemprego 2011 - Distrito de Lisboa - Variação %



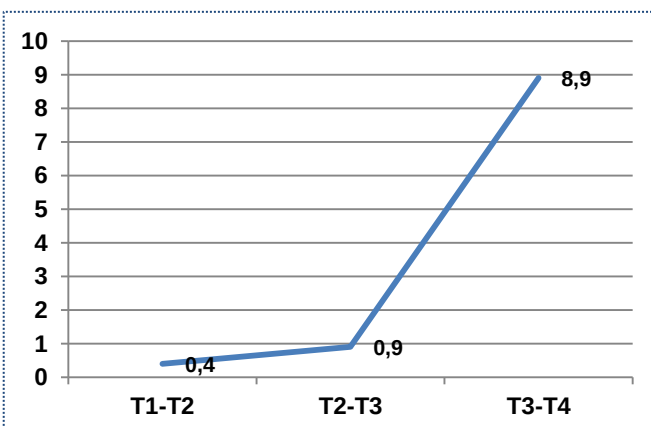
Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Gráfico N° 86: Subsídio de Desemprego Concelho - Evolução Trimestral 2011



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Gráfico N° 87: Subsídio de Desemprego Concelho - Variação %



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

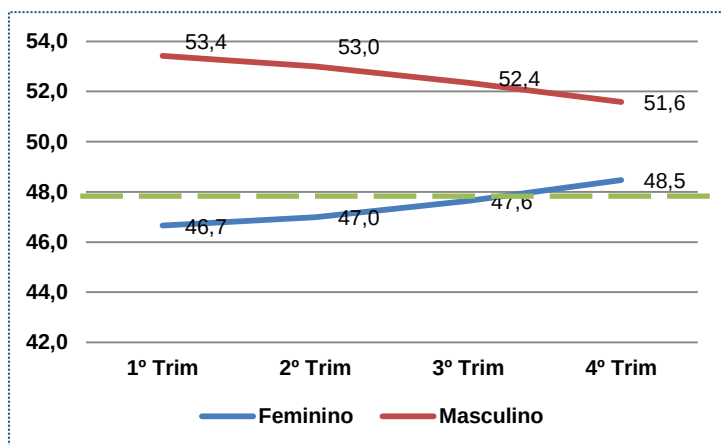
No que se refere ao género, contrariamente à tendência que se registou nos anos atrás considerados, ao longo de 2011 o Distrito registou um gradual aumento percentual de mulheres com subsídio de desemprego, que em Dezembro desse ano totalizavam 29.324, mais 10.7%, do que no início do ano.

O aumento permanente do peso percentual das mulheres verificou-se também no Concelho de Lisboa no decorrer do ano 2011.

⁴¹ Ver Ponto Desempregados inscritos nos centros de emprego – 2011, pág. 76.

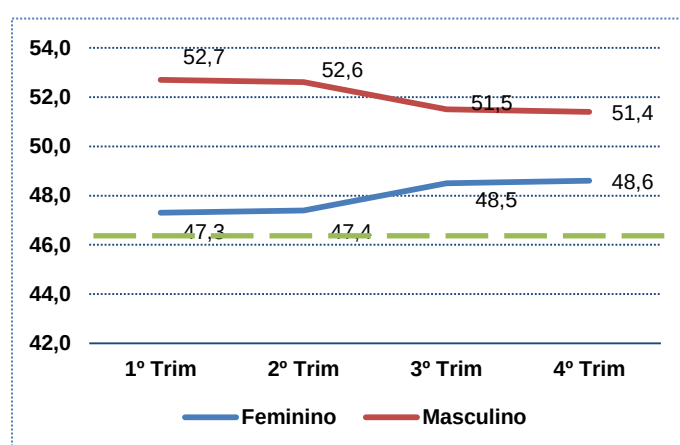
Entre o 1º e o 4º Trimestres de 2011 o número de mulheres que auferiam subsídio de desemprego aumentou 14,7%, somando 6.000 beneficiárias, quase igualando o número de homens na mesma situação (6.300) cujo número aumentou no mesmo período 6,6%. Em valores absolutos, no final do ano 2011 registavam-se mais 768 mulheres e mais 395 homens do que no início do ano.

Gráfico Nº 88: Beneficiários do Subsídio de Desemprego - Evolução Trimestral por Género 2011 - Concelho de Lisboa



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

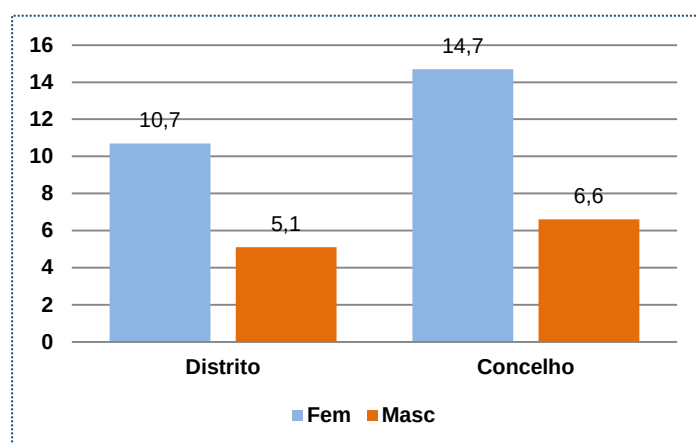
Gráfico Nº 89: Beneficiários Subsídio Desemprego por Género - Evolução 1º e 4º Trimestres 2011



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

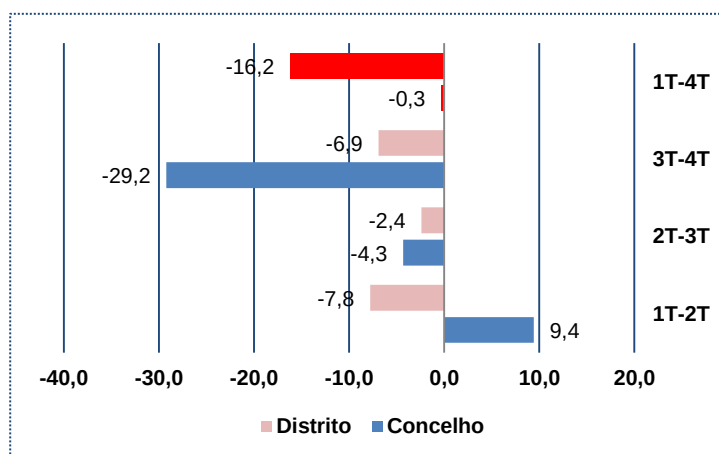
O aumento do número de beneficiários registados no Concelho não se verificou em todas as suas freguesias, existindo mesmo treze delas que em Dezembro de 2011 mantinham o mesmo número de beneficiários registado no primeiro trimestre do ano, e outras em que esse número decresce mas que, pela sua dimensão, totalizam uma diminuição de apenas 55 pessoas. No polo oposto, destacam-se dez freguesias com aumentos superiores a 15%, totalizando um acréscimo de 449 beneficiários, destacando-se a Freguesia de Marvila que, se bem que não seja a que apresente maior aumento percentual, é a que regista maior crescimento em termos de valores absolutos (com mais 163 beneficiários).

Gráfico Nº 90: Beneficiários do Subsídio de Desemprego Evolução Trimestral por Género 2011 (%) - Distrito de Lisboa



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Gráfico N° 91: Subsídio Social de Desemprego - Evolução Trimestral (%) - Distrito e Concelho de Lisboa (2011)



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Em relação ao Subsídio Social de Desemprego este registou durante 2011 uma diminuição de número de beneficiários, tal como registado a nível nacional, mas de forma muito desigual entre o Distrito e o Concelho. Enquanto o Distrito registou uma diminuição de beneficiários ao longo de todo o ano, o Concelho conheceu uma subida do número de beneficiários do 1º para o 2º trimestre em mais de 9% e uma forte quebra do 3º para o 4º trimestre, sendo a variação entre Março e Dezembro de 2011 quase nula: menos 0,3%, o que corresponde a uma diminuição de 22 beneficiários. O baixo número de beneficiários deste Subsídio no Concelho (apenas 63 em Dezembro de 2011) não justifica uma análise por freguesia.

Tabela Nº 44: Idade dos Beneficiários de Nacionalidade Estrangeira com Processamento de Prestação de Subsídio de Desemprego - Concelho Lisboa

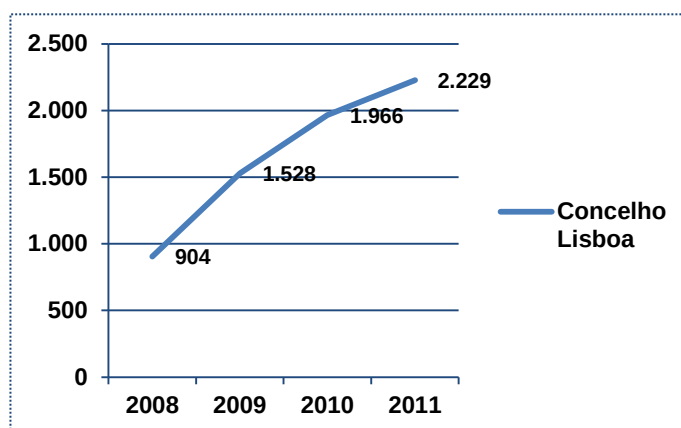
Idade dos Beneficiários de Nacionalidade Estrangeira com Processamento de Prestação de Subsídio de Desemprego - Concelho de Lisboa				
	2008	2009	2010	2011
15 a 19 anos	3	0	0	0
20 a 24 anos	38	91	117	127
25 a 29 anos	126	248	321	299
30 a 34 anos	158	275	398	439
35 a 39 anos	150	262	295	386
40 a 44 anos	135	210	276	295
45 a 49 anos	106	176	229	281
50 a 54 anos	108	165	188	218
55 a 59 anos	48	67	100	126
60 a 64 anos	24	29	36	54
65 a 69 anos	8	5	6	4
>= 70 anos	0	0	0	0
Total	904	1.528	1.966	2.229

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

3.2.4.1 População imigrante e subsídio de desemprego

No Concelho de Lisboa, em 2011, o número de imigrantes Beneficiários do Subsídio de Desemprego (2.229) correspondia a cerca de 12% do total de desempregados com acesso a esse subsídio (18.075). Em 2008 essa percentagem era de 7%, crescendo sempre ao longo da série de anos aqui considerada.

Gráfico N° 92: N° Imigrantes Beneficiários do Subsídio de Desemprego



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Aliás, o número de imigrantes desempregados com direito a receber a prestação do subsídio de desemprego, e que são residentes no Concelho de Lisboa, aumentou nos quatro anos aqui em análise, sendo os imigrantes do sexo masculino quem mais beneficia desta prestação. Portugal e a restante região de Lisboa seguem a mesma tendência do Concelho de Lisboa.

É no período entre 2008 e 2009 que se regista a variação mais elevada, sendo neste último ano que se verifica um maior aumento de imigrantes beneficiários do subsídio de desemprego, comparativamente aos restantes anos aqui analisados. O Concelho de Lisboa é aquele que se destaca neste e nos outros períodos por apresentar variações mais elevadas.

Esta população é fundamentalmente jovem. Entre 2008 e 2011 o grupo etário situado entre os 30 e os 34 anos é aquele que predomina. É de salientar também o posicionamento de destaque que as faixas etárias dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 39 anos ocupam.

Tabela N° 45: Beneficiários Subsídio de Desemprego - Variação %

	Beneficiários Subsídio Desemprego - Variação %		
	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Portugal	56,0	26,1	7,2
AML	56,9	25,7	8,7
Grande Lisboa	61,7	26,8	10,3
Concelho de Lisboa	69,0	28,7	13,4

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCLP)

Sendo o Subsídio Social uma medida subsequente ao Subsídio de Desemprego, a relação entre estas duas medidas permite perceber a percentagem de imigrantes que, após beneficiar do Subsídio de Desemprego, ainda se mantém desempregados. Curiosamente, 2011 é o ano em que menos população imigrante passou a receber este subsídio subsequente. O período 2010-2011 é singular comparado com os restantes, por apresentar uma variação percentual negativa em todos os territórios aqui analisados. Tendo em consideração que a situação económico-financeira do país se degradou sobretudo em 2011, este dado leva-nos a ponderar a hipótese que tal se deveu sobretudo à saída do país de população imigrante tanto pelo retorno como pela procura de outros destinos (e não à sua integração no mercado de trabalho). Contudo, esta hipótese só poderá ser validada quando estiverem disponíveis os dados referentes ao número da população imigrante residente em Portugal em 2011.

Tabela Nº 46: Beneficiários Subsídio Social de Desemprego Subsequente - Variação %

	Beneficiários Subsídio Social de Desemprego Subsequente - Variação %		
	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Portugal	47,8	14,5	-16,1
AML	53,7	16,3	-19,2
Grande Lisboa	56,9	15,1	-19,1
Concelho de Lisboa	61,9	6,0	-16,3

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

No que diz respeito à distribuição por género, os imigrantes beneficiários do Subsídio Social de Desemprego do Concelho de Lisboa e da Grande Lisboa, nos quatro períodos apresentados, são maioritariamente homens.

A nível nacional em 2008, e na Área Metropolitana de Lisboa nos anos 2008 e 2009, foram as mulheres quem mais usufruiu deste subsídio: 56,9% e 51,2%, respectivamente.

Salienta-se o peso que os mais jovens possuem nestes beneficiários. Por exemplo, em 2011 constata-se que na cidade de Lisboa a faixa etária onde a incidência deste apoio é maior é a dos 30 aos 34 anos (157 beneficiários), seguida do intervalo de idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos (133 beneficiários) e dos 25 aos 29 anos (123 beneficiários).

3.2.5 Conclusões e Recomendações

Vive-se uma situação de deterioração das condições económicas do país, com taxas de desemprego históricas e previsões pouco optimistas.

A revisão em baixa do crescimento da economia portuguesa e o agravamento da situação do mercado de trabalho efectuado pelo Banco de Portugal⁴², que prevê a perda de cerca de 170 mil postos de trabalho em 2012 e 33 mil em 2013, exige um alerta especial e a elaboração de medidas extraordinárias, nomeadamente para aqueles que possuem maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, vulneráveis a situações de pobreza e exclusão social.

Este cenário deixa prever o agravamento das situações de desemprego, nomeadamente de longa duração, ***exigindo o reforço dos apoios sociais aos desempregados tendo em conta que as situações de desemprego tenderão a ser mais prolongadas e a atingir mais do que um membro do agregado familiar deixando em situação de grave carência económica um número muito elevado de famílias.***

Para além das medidas de fomento da economia, ***urge reforçar as acções de apoio aos desempregados através das medidas já existentes e a criação de novas medidas adequadas às características de desempregados como um novo perfil⁴³***

O OLCPL irá continuar a acompanhar a evolução trimestral dos números dos beneficiários do subsídio de desemprego e subsídio social no País e no Concelho de Lisboa e dedicar especial atenção àquelas freguesias onde este fenómeno se regista com maior incidência, bem como a possíveis alterações que se venham a verificar e as suas causas.

⁴² Previsões Banco de Portugal – Boletim de Primavera 2012

⁴³ Ver Ponto2.2 Desemprego - Conclusões e Recomendações, pág. 89.

3.4 Complemento Solidário para Idosos

3.4.1 Introdução

Criado em 2005, o Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação monetária para pessoas com baixos recursos com 65 ou mais anos de idade, prestação complementar à pensão (pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada), de forma assegurar que o rendimento total seja equivalente ao limiar da pobreza definido para esse ano (entendido como 60% da mediana do rendimento disponível).

A atribuição da prestação também tem em conta a existência de outras fontes de rendimento que não a pensão, pretendendo garantir assim o princípio da justiça social no combate à pobreza.

Podem candidatar-se ao CSI pessoas com idade igual ou superior a 65 anos e residentes em Portugal há pelo menos 6 anos seguidos à data em que faz o pedido

Mensalmente é pago 1/12 da diferença entre os recursos anuais do beneficiário e o valor de referência do complemento. No máximo, em 2011, cada idoso poderia receber € 5.022,00 por ano ou seja, € 418,50 por mês, durante 12 meses.

Lista de Indicadores:

Beneficiários com processamento de CSI (2010-2011)

Evolução número de beneficiários (2008-2011) - Concelho de Lisboa

Proporção dos Beneficiários CSI na população com 65 anos ou mais - Concelho de Lisboa

Variação % CSI (2008-2011)

Beneficiários com processamento de CSI – Evolução Trimestral 2011

3.4.2 Pontos de Destaque

- A nível nacional, o Complemento Solidário para Idosos totalizou, em 2011, 248.761 beneficiários. Mais 2.105 pessoas do que em 2010;
- Em 2010 e 2011, é a população do sexo feminino que predomina com largo distanciamento face aos homens, representando cerca de 74% dos beneficiários;
- No Concelho de Lisboa este apoio registou um crescimento de 19,5%, entre 2008 e 2009, sendo que nos anos subsequentes o aumento foi muito inferior;
- O número de beneficiários do CSI registou um decréscimo ao longo de 2011 (evolução trimestral), tanto em Portugal como no Concelho de Lisboa, no qual a diminuição foi de 3,5%;
- No concelho de Lisboa, no ano 2011, 7,2% da população com 65 ou mais anos é beneficiária do apoio Complemento Solidário para Idosos.

3.4.3 Complemento Solidário para Idosos nos últimos 2 anos

A nível nacional, em 2011, este apoio monetário para pessoas com 65 anos ou mais totalizou 248.761 beneficiários, mais 2.105 pessoas do que em 2010, o que percentualmente representa 12,3% da população nesta faixa etária.

Este aumento deveu-se ao facto de mais 2.445 mulheres passarem a beneficiar deste apoio, enquanto os beneficiários do sexo masculino registaram uma redução de 340 pessoas face a 2010.

Aliás, tanto em 2010 como em 2011, é a população do sexo feminino que predomina com largo distanciamento face aos homens, representando em 2011 cerca de 74% dos beneficiários, o que não se explicará apenas pela diferença entre o número de homens e de mulheres nesta faixa etária.

Tabela Nº 47: Beneficiários com Processamento de CSI - Portugal

	Beneficiários com Processamento de CSI - Portugal		
	Total	Feminino	Masculino
2010	246.656	165.225	81.431
2011	248.761	167.670	81.091

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

A relação percentual face à população demonstra isto mesmo, sendo 14,3% das mulheres portuguesas com 65 ou mais anos beneficiárias desta medida, face aos 9,5% dos homens.

Para percebermos as razões desta diferença entre géneros temos que recuar no tempo e analisar a sociedade portuguesa há cerca de 40/50 anos. O mercado de trabalho feminino era muito restrito, sendo dominado sobretudo pelos homens e de difícil entrada para as mulheres. Estas exerciam essencialmente funções domésticas e, por isso, não remuneradas, ou possuíam trabalhos informais, em qualquer dos casos sem descontos para a Segurança Social. Aquelas que tinham uma profissão, devido às baixas qualificações que a maioria possuía, exerciam trabalhos com baixas remunerações.

Esta situação fez com que essas mulheres possuíssem carreiras contributivas mais curtas do que a sua efectiva vida profissional e com uma base de incidência menor, originando baixos valores das pensões.

Note-se que em 1974 da população activa⁴⁴ (3.910,1), 60,6% eram homens e 39,4% eram mulheres. Em 2011 as percentagens por género aproximam-se mais: 53% homens e 47% mulheres.

No que concerne ao ganho médio⁴⁵, e analisando a evolução por décadas, constata-se uma desigualdade de ganho médio por género, que em 1985 correspondia a 29,7% e em 2009 a 23,2%, sendo esta diferença sempre favorável aos homens.⁴⁶

⁴⁴ Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (metainformação – INE)

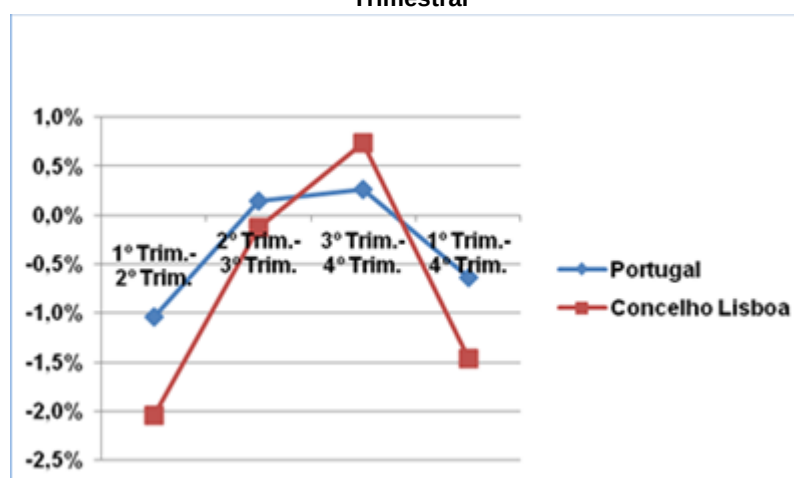
⁴⁵ Montante ilíquido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas mas não efectuadas (férias, feriados e outras ausências pagas). (metainformação – INE)

⁴⁶ Dados disponíveis no PORDATA, portal que disponibiliza dados estatísticos sobre Portugal, regiões e municípios portugueses e Europa. Publicada sob a forma de séries cronológicas, a informação incide sobre um longo período, que se inicia, sempre que

A este facto associa-se a maior esperança de vida feminina e, consequentemente, a maioria de casos de viuvez. Sem o rendimento proveniente dos maridos, as mulheres ficam assim com uma capacidade económica mais frágil reforçando uma vez mais a maior vulnerabilidade económica e social a que estão expostas.

Comparando os dados de Portugal com os do Concelho de Lisboa referentes ao Complemento Solidário para Idosos, podemos afirmar que cerca de 3,8% dos beneficiários (nos 4 trimestres de 2011) residem no concelho de Lisboa. Nestes quatro trimestres, o cenário entre Portugal e o Concelho de Lisboa difere já que, se atendermos à diferença entre o 1º e o 4º trimestre, verificarmos que tanto em Portugal como no concelho de Lisboa o número de beneficiários do CSI teve um decréscimo, mas no concelho de Lisboa este foi superior ao verificado a nível nacional: enquanto em Portugal diminuiu 0,6%, no concelho de Lisboa diminuiu 1,5%.

Gráfico Nº 93: Beneficiários com Processamento de CSI - Evolução Trimestral

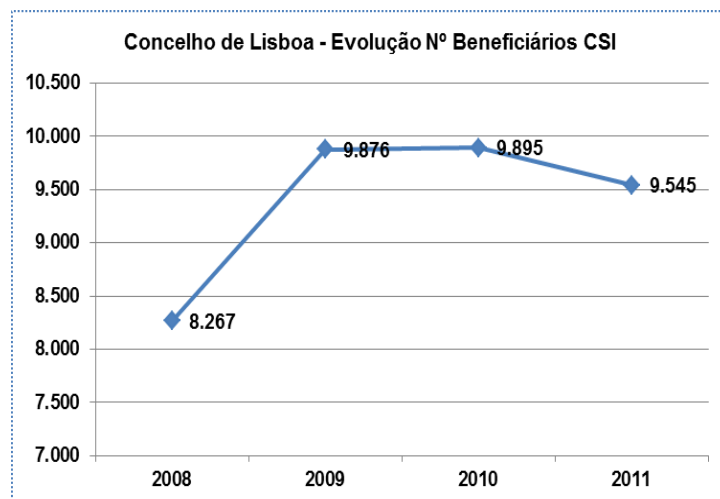


Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

3.4.3.1 O complemento solidário para idosos no concelho de Lisboa

No Concelho de Lisboa regista-se uma evolução positiva de 15,5% no número de beneficiários do Complemento Solidário para Idosos entre 2008 e 2011. Este facto deve-se sobretudo ao crescimento que este apoio registou de 2008 para 2009 (19,5%), sendo que nos anos subsequentes o aumento foi muito inferior: entre 2009 e 2010 apenas 0,2%, chegando no último ano a registar-se uma redução de 3,5% no número de beneficiários desta medida.

Gráfico N° 94: Evolução Beneficiários CSI - 2008- 2011



Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Tabela N° 48: Complemento Solidário para Idosos - Variação %

	Complemento Solidário para Idosos (CSI) - Variação %			
	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2011
Concelho de Lisboa	19,5	0,2	-3,5	15,5

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

Na cidade de Lisboa, em 2011, 7,2% da população com 65 ou mais anos foi beneficiária do Complemento Solidário para Idosos, valor inferior ao registado a nível nacional (12,3%). Contudo, verificamos que existem seis freguesias do concelho que ultrapassam o valor nacional: Santa Justa (21,7%), Socorro (16%), Encarnação (14,8%), Santiago (14,8%), Charneca (13,5%) e Ameixoeira (13,3%).

Tabela Nº 49: Beneficiários do CSI e População com 65 ou mais anos

	População => 65 anos vs Beneficiários CSI		
	2011		
	População => 65 anos	Beneficiários CSI	População => 65 anos vs Beneficiários CSI (%)
Concelho de Lisboa	132.054	9.545	7,2
Santa Justa	166	36	21,7
Socorro	677	108	16,0
Encarnação	587	87	14,8
Santiago	216	32	14,8
Charneca	1.381	187	13,5
Sé	216	29	13,4
Ameixoeira	1.778	237	13,3
Sacramento	151	19	12,6
São José	671	80	11,9
São Cristóvão e São Lourenço	353	42	11,9

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculos OLCPL)

3.4.4 População Estrangeira e Complemento Solidário para Idosos (CSI)

Os beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de Complemento Solidário para Idosos, correspondeu apenas a 1% do total de beneficiários.

No conjunto dos beneficiários estrangeiros a nível nacional, a Área Metropolitana de Lisboa representa 76,7%, a Grande Lisboa 49% e o Concelho de Lisboa 9,5%. Em todos estes territórios o número de imigrantes beneficiários deste apoio cresceu entre 2008 e 2011. Foi a nível nacional que este crescimento se verificou mais intensamente (62,3).

Tabela Nº 50: População Estrangeira com Processamento de Prestação de CSI

	Imigrantes Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos				Variação %			
	2008	2009	2010	2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2011
Portugal Continental	819	1.157	1.261	1.329	41,3	9,0	5,4	62,3
AML	643	898	969	1.020	39,7	7,9	5,3	58,6
Grande Lisboa	452	620	643	651	37,2	3,7	1,2	44,0
Concelho de Lisboa	98	127	133	126	29,6	4,7	-5,3	28,6

Fonte: Instituto de Informática, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (cálculo OLCPL)

Confirmando a tendência registada no conjunto dos beneficiários do CSI, são as mulheres quem mais beneficiam do apoio Complemento Solidário para Idosos, em todas as unidades territoriais em análise.

Os beneficiários de nacionalidade estrangeira com processamento de prestação de Complemento Solidário para Idosos, correspondeu apenas a 1% do total de beneficiários.

No conjunto dos beneficiários estrangeiros, a Área Metropolitana de Lisboa representa 76,7%, a Grande Lisboa 49% e o Concelho de Lisboa contribui com 9,5%.

Confirmando a tendência registada no conjunto dos beneficiários do CSI, são as mulheres imigrantes quem mais beneficia do apoio Complemento Solidário para Idosos, em todas as unidades territoriais em análise.

3.4.5 Conclusões e Recomendações

Em 2011, 12,3% da população portuguesa com 65 ou mais anos é beneficiária do Complemento Solidário para Idosos (248.761 pessoas). Não sendo efectivamente uma medida de combate à pobreza, o CSI vem assegurar que o rendimento total seja equivalente ao limiar da pobreza definido para esse ano. Significa portanto que sem o acesso a este recurso em 2011, pelo menos 12,3% dos idosos em Portugal, viveria abaixo do limiar da pobreza

Existem, no entanto, razões para crer que mesmo com este apoio esta população continue em risco de pobreza.

De facto, se tivermos em conta que o limite de pobreza estabelecido para cada ano é referente aos dados de rendimento disponíveis de um ou dois anos antes, o valor do limiar da pobreza tem sido mais elevado que o estabelecido anualmente. Por exemplo, em 2006, o Executivo fixou o limite de pobreza em 4.200 euros anuais, enquanto o limite efectivo foi de 4.538 euros (diferença de 338€, 8%). Em relação a 2007 esta diferença foi ainda maior: 4.338 euros contra 4.878 euros (diferença de 541€, 12,5%).⁴⁷

Por conseguinte, as pessoas abrangidas pelo CSI não são retiradas da zona de pobreza e, em simultâneo, existirão mais pessoas em situação de pobreza monetária que não são abrangidas pela medida, pelo que a vulnerabilidade neste grupo etário será certamente superior à que efectivamente é contabilizada.

No Concelho de Lisboa 7,2% dos idosos beneficiam do CSI. Contudo existem freguesias que apresentam valores superiores ao de Portugal (12,3%), quatro delas geograficamente localizadas na baixa da cidade e duas na zona norte.

Tanto a nível nacional como em Lisboa, as mulheres são quem, no grupo dos idosos, mais beneficia desta medida (74%).

Sendo um apoio criado no ano 2005, e com as posteriores alterações introduzidas, o crescimento do número de beneficiários que se registou nos anos subsequentes pode ser considerado como expectável, sendo também de esperar a progressiva diminuição dos seus beneficiários à medida que, por razões naturais, diminua o número de pessoas mais idosas e que ingressem no grupo dos reformados e pensionistas pessoas com carreiras contributivas mais longas e com contribuições mais elevadas.

O OLCPL irá continuar a acompanhar a evolução trimestral dos números dos beneficiários do Complemento Solidário para Idosos no País e no Concelho de Lisboa, bem como os estudos sobre o verdadeiro impacto desta medida.

⁴⁷ Rodrigues, Carlos F., Efficacy of anti-poverty and welfare programs in Portugal: the joint impact of the CSI and RSI, 2009, ISEG

3.5 Pensões da Segurança Social

3.5.1 Introdução

Devido ao baixo valor monetário da média das pensões auferidas pelos pensionistas da Segurança Social, nomeadamente os idosos, estes são considerados como um dos grupos mais vulneráveis da sociedade portuguesa. Por o rendimento proveniente das pensões ser para muitos deles o único rendimento, encontram-se expostos a um maior risco de pobreza. A estes há que juntar os pensionistas por invalidez, que pelos valores baixos de pensão, inferiores ao salário mínimo nacional, e incapacidade para trabalhar, vivem situações de carência grave.

Apesar de os avanços que Portugal alcançou nas últimas três décadas no sistema de protecção social, as pensões mínimas de velhice e de invalidez são apenas marginalmente superiores às de 1975. Descontado o valor da inflação, estas corresponderiam em 2010 a 235€, face aos 202€ que os pensionistas recebiam há 35 anos⁴⁸.

Neste capítulo será abordada a evolução do número de pensionistas do regime geral da Segurança Social⁴⁹ e da Caixa Geral de Aposentações⁵⁰ desde 2009 até 2011, desagregando os pensionistas da Segurança Social por tipologia de pensões⁵¹. Também será abordado o valor médio anual praticado nas pensões da Segurança Social desde 2008 até 2010.

Lista de Indicadores:

Número de Pensionistas - Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (Variação %)

Evolução do Número de Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

Evolução do Número de Pensionistas por Tipologia de Pensão

Valor Médio Anual das Pensões da Segurança Social

Valor Médio Anual das Pensões da Segurança Social por Tipologia de Pensão

48 Dados do PORDATA.

49 Conjunto dos regimes de segurança social de cariz contributivo. Inclui o regime dos trabalhadores por conta de outrem, regime dos trabalhadores independentes e o regime do seguro social voluntário.

50 Criada em 1929, tendo a seu cargo a gestão do regime de segurança social dos funcionários públicos e trabalhadores equiparados admitidos até 2005-12-31 em matéria de pensões de aposentação, de reforma (forças armadas e GNR), de sobrevivência e de outras de natureza especial, designadamente pensões de preço de sangue e pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados à Pátria. Os subscritores da CGA são fundamentalmente funcionários e agentes administrativos (civis e militares) da Administração Pública Central, Local e Regional, professores do ensino particular e cooperativo e trabalhadores de algumas empresas públicas e sociedades anónimas de capitais públicos (ex-empresas públicas). (ver <http://www.cga.pt/atribuicoes.asp>)

51 Pensão por Invalidez: Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente, definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão; Pensão por Velhice: Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários com o objectivo de os proteger na situação de velhice, substituindo as retribuições de trabalho; Pensão por Sobrevivência: Prestação pecuniária mensal cujo objectivo é o de proteger a família do beneficiário por morte deste.

3.5.2 Pontos de Destaque

- A Região de Lisboa representa 28% do total de pensionistas a nível nacional, sendo a Grande Lisboa responsável por 20% e o Concelho por 8%;
- Face à população residente com 15 e mais anos no concelho de Lisboa os pensionistas têm um peso de 40%, superior ao registado a nível nacional (33%);
- A pensão por velhice tem maior peso junto dos pensionistas lisboetas (69%);
- O concelho de Lisboa entre 2009 e 2011 assistiu a um decréscimo de 4.973 pensionistas, correspondendo a uma variação negativa de 1,7%;
- Comparativamente com o País, o Concelho de Lisboa regista um valor médio anual das pensões da Segurança Social superior em 1.441€. O valor médio mensal das pensões no Concelho de Lisboa equivale a 436€, mais 103€ do que o valor nacional;
- No que respeita à pensão por invalidez, o concelho de Lisboa regista um valor médio mensal de prestação inferior face ao que é praticado na restante região de Lisboa e no País.

3.5.3 Pensionistas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

3.5.3.1 Evolução do número de pensionistas por tipologia de pensão

Em 2011 existiam 3.535.422 pensionistas no território nacional, correspondendo a 33% do total da população residente com 15 e mais anos. No conjunto dos pensionistas, 83% pertenciam ao regime da Segurança Social e 17% ao sistema contributivo da Caixa Geral de Aposentações.

**Tabela Nº 51: Total de Pensionistas da Segurança Social
(2008-2010)**

	Total de Pensionistas - Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações		
	2009	2010	2011
Portugal	3.423.324	3.473.392	3.535.422
AML	931.527	945.844	962.910
Grande Lisboa	696.910	705.081	715.273
Concelho de Lisboa	292.832	290.069	287.859

Fonte: Pordata

Dos pensionistas da Segurança Social, a maioria auferia em 2011 a pensão por condição de idade (66%), 10% por questão de invalidez e 24% por sobrevivência.

A Região de Lisboa representa 28% do total de pensionistas a nível nacional, sendo a Grande Lisboa responsável por 20% e o Concelho por 8%.

No concelho de Lisboa, a população pensionista, representando 40% do total da população residente com 15 e mais anos, tem um peso superior ao do registado a nível nacional. Apesar de as diferenças serem mais atenuadas, também são os pensionistas da Segurança Social que predominam (67%) face aos da Caixa Geral de Aposentações (33%), sendo a pensão por velhice a mais relevante (69%) junto dos pensionistas lisboetas.

Tabela Nº 52: Total de Pensionistas -Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações - Variação %

	Total de Pensionistas - Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações (Variação %)		
	2009-2010	2010-2011	2009-2011
Portugal	1,0%	1,8%	3,3%
AML	1,0%	1,8%	3,4%
Grande Lisboa	1,0%	1,4%	2,6%
Concelho de Lisboa	1,0%	-0,8%	-1,7%

Fonte: Pordata, (cálculos OLCPL)

Tabela Nº 53: Pensionistas da Segurança Social por Tipologia (%)

	Pensionistas da Segurança Social - Tipologia de Pensões								
	Velhice			Invalidez			Sobrevivência		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Portugal	65,2%	65,7%	66,3%	10,4%	10,0%	9,6%	24,4%	24,3%	24,1%
AML	67,2%	67,9%	68,7%	9,4%	8,7%	8,2%	23,4%	23,3%	23,2%
Grande Lisboa	67,7%	67,1%	69,2%	8,9%	8,2%	7,6%	23,4%	23,3%	23,2%
Concelho de Lisboa	67,8%	68,7%	69,4%	8,8%	7,8%	7,0%	23,4%	23,5%	23,5%

Fonte: Pordata, (cálculos OLCPL)

A nível nacional, de 2009 a 2011, o número de pensionistas registou uma variação positiva de 3,3%, equivalente a mais 112.098 beneficiários.

A Área Metropolitana e a Grande Lisboa acompanham este crescimento, com 3,4% e 2,6%, respectivamente. Contrariamente, o concelho de Lisboa entre 2009 e 2011 assistiu a um decréscimo de 4.973 pensionistas, correspondendo a uma variação negativa de 1,7%, consequência da redução do número de pensionistas da Segurança Social, sobretudo da diminuição do número de pensionistas de pensões por invalidez. Tal como em Portugal e restante região de Lisboa, também no concelho o sistema da Caixa Geral de Aposentações viu o número de pensionistas crescer entre 2009 e 2011.

3.5.3.2 Valor médio anual das pensões da segurança social

Em 2010 o valor médio anual das pensões em Portugal equivalia a 4.665 euros por cada pensionista, uma variação positiva de cerca de 7% relativamente a 2008⁵².

Comparativamente com o País, e a par com a Grande Lisboa, o Concelho de Lisboa regista um valor médio anual das pensões da segurança social superior em 1.441€. O valor médio mensal das pensões (valor médio anual/ 14 meses de prestação) no concelho de Lisboa é de 436€, mais 103€ do que o valor nacional.

Tabela Nº 54: Valor Médio Anual das Pensões (€)

	Valor Médio Anual das Pensões Invalidez (€)			Valor Médio Anual das Pensões de Velhice (€)			Valor Médio Anual das Pensões de Sobrevivência (€)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Portugal	4.315	4.383	4.445	5.093	5.288	5.441	2.518	2.617	2.689
AML	4.789	4.804	4.860	6.616	6.845	7.038	3.069	3.200	3.299
Grande Lisboa	4.656	4.667	4.735	6.794	7.024	7.222	3.143	3.279	3.385
Concelho de Lisboa	4.166	4.184	4.302	6.763	6.999	7.202	3.259	3.402	3.531

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos

Avaliando a variação nestes três períodos verifica-se que de todas as dimensões territoriais aqui analisadas é em 2009 que o valor médio anual das pensões sofre maior aumento.

Na Grande Lisboa e no Concelho os valores médios anuais das pensões de velhice e de sobrevivência eram em 2010 superiores aos da Área Metropolitana de Lisboa aos registados a nível nacional. Por exemplo, a prestação da pensão por velhice na Grande Lisboa chega a ser mais 1.781€ e no Concelho, mais 1.761€ anuais face ao País. Mensalmente, a pensão por velhice no Concelho corresponde a um valor pecuniário de 514€, equivalendo a mais 126€ do que o registado a nível nacional (389€).

No que respeita à pensão por invalidez, a situação inverte-se e o concelho de Lisboa regista um valor médio mensal de prestação inferior ao verificado na restante região de Lisboa e no País. A diferença maior verifica-se face à Área Metropolitana de Lisboa, onde anualmente a diferença chega a ser de 558€.

⁵² Anuários Estatísticos do Instituto Nacional de Estatística.

3.5.5 Conclusões e Recomendações

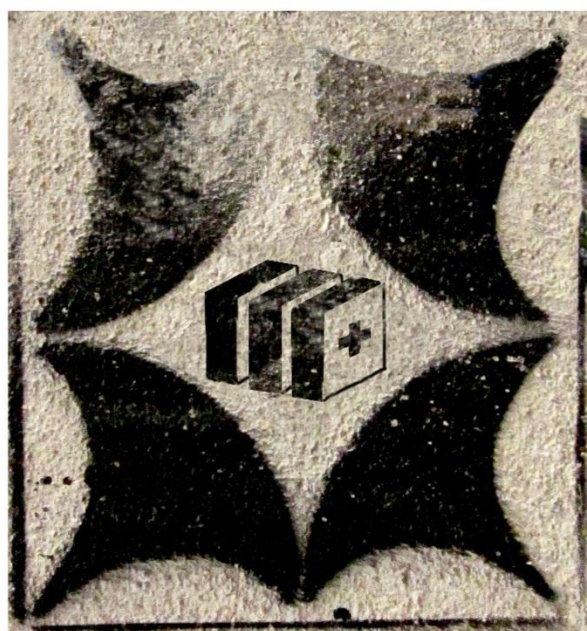
A tipologia de pensão predominante em todas as unidades territoriais aqui em análise, corresponde à pensão por velhice, possuindo o concelho de Lisboa a percentagem mais elevada de pensionistas nesta categoria, comprovando assim a relevância que este grupo etário desempenha na estrutura demográfica da cidade.

Constata-se que em 2010 o valor médio anual das pensões em Portugal equivalia a 4.665€ por cada pensionista, uma variação positiva de cerca de 7% relativamente a 2008. Porém, o valor ainda se situava abaixo do limiar de pobreza que em 2009 foi calculado em 5.207€, demonstrando a privação económica em que se encontram os pensionistas.

Apesar de no concelho de Lisboa o valor médio anual das pensões corresponder a mais 1.441€ do que o valor nacional, ultrapassando assim o limiar de pobreza delineado em 2009, a análise à luz deste indicador tem que ser relativizado. Por um lado, porque o valor estabelecido tendo sido calculado com base nos dois anos anteriores, não retrata a realidade actual do país, e, por outro, porque estar ligeiramente acima do valor de limiar da pobreza não significa que não se viva em contexto de precariedade e privação.

A diferença de valores a favor dos pensionistas lisboetas por si só quer dizer que estes se encontram menos vulneráveis que os pensionistas do resto do país. Correndo o risco de serem retiradas conclusões que não correspondem à realidade, esta leitura não pode ser feita de modo isolado e linear, sendo necessário ter em conta uma série de factores inerentes às especificidades do território, tais como custo de vida, rede de equipamentos, rede familiar, entre outras.

Actualmente, e como consequência das medidas de restrição económica e financeira que foram implementadas, os pensionistas viram acentuada a sua vulnerabilidade. Os níveis de privação a que estão expostos são elevados. Sendo o valor pecuniário da pensão para a maioria dos pensionistas a sua única fonte de rendimentos, impõe-se como prioritário uma intervenção direccionada no sentido de atenuar e prevenir situações de ainda maior fragilidade social.



EQUIPAMENTOS SOCIAIS

4. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

4.1.1 Introdução

Os equipamentos sociais apresentam-se como elementos centrais de protecção social e do contrato social entre o Estado e os cidadãos.

Se a existência de uma rede de serviços sociais ajustados se revela fulcral para a qualidade de vida das populações, a cobertura eficaz assegurada por essa rede de carácter público também se torna essencial sobretudo para as pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade.

Saber quais as respostas sociais tipificadas, o número de respostas efectivamente existentes no concelho de Lisboa, o número de equipamentos e a sua capacidade total, bem como o número de utentes a que dá resposta é o que apresentamos neste capítulo.

Para isso, baseámos a nossa análise nos dados disponibilizados *online* pela Carta Social⁵³. Tendo em conta que a actualização desta base de dados é efectuada com o contributo das diversas entidades que possuem equipamentos e respostas sociais, através da disponibilização de dados sobre as suas instituições, a informação disponibilizada poderá não corresponder com a máxima exactidão à oferta e procura efectivamente existentes até pela desactualização dos dados e recentes evoluções no sector.

Lista de Indicadores:

Número de Equipamentos Sociais por Áreas de Actuação no Concelho de Lisboa

Número de Respostas Sociais no Concelho de Lisboa

Capacidade dos Equipamentos do Concelho de Lisboa

Número Total de Utentes dos Equipamentos do Concelho de Lisboa

⁵³ A Carta Social consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da Rede de Serviços e Equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia/concelho. A actualização da informação traduz-se num processo dinâmico (on-line), assente na participação das entidades que desenvolvem respostas sociais do âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos e na colaboração dos serviços do Instituto de Segurança Social, IP, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Casa Pia de Lisboa.

4.1.2 Pontos de Destaque

- O distrito de Lisboa é um dos distritos onde se regista maior concentração de respostas sociais;
- Dos equipamentos sociais existentes no distrito, 36% encontram-se no concelho de Lisboa;
- É sobretudo para a população idosa e crianças que se concentram a maioria das respostas no concelho de Lisboa;
- Tanto o Apoio Domiciliário dirigido à população idosa, como os Lares e os Centros de Dia existentes no concelho de Lisboa correspondem cada um a cerca de 30% da oferta presente no distrito;
- Das creches existentes no distrito 29% situam-se no concelho de Lisboa;
- As áreas sociais que apresentam menos equipamentos são as dirigidas a população com problemas específicos: deficiência e/ou dependência; doença de foro mental/psiquiátrico; doenças infecto-contagiosas; dependências e sem-abrigo;

4.1.3 Os Equipamentos Sociais na cidade de Lisboa

De acordo com o Relatório 2010 da Carta Social, o distrito de Lisboa continua a demonstrar uma maior dinâmica no que diz respeito à criação de novos equipamentos, sendo um dos distritos, a par de alguns do litoral, com uma maior concentração de respostas.

De acordo com os dados disponíveis existem na cidade de Lisboa cerca de 834 equipamentos sociais categorizados pelas áreas da Infância e Juventude, População Adulta, Família e Comunidade e Grupo Fechado que apresentam respostas específicas dirigidas a vários grupos alvo, nomeadamente, crianças e jovens, idosos, família e comunidade em geral.

Tabela Nº 55: Equipamentos Sociais na cidade de Lisboa (Carta Social)

Resposta Social	Número de Equipamentos	Capacidade Total	Total de Utentes
Infância e Juventude			
Crianças e Jovens	218	13.909	12.652
Crianças e Jovens com Deficiência	12	552	528
Crianças e Jovens em Situação de Perigo	91	8.164	7.582
População Adulta			
Idosos	306	16.310	13.238
Situação de Dependência	25	1.013	829
Deficiência	61	2.758	2.361
Pessoas Doença Foro Mental/Psiquiátrico	14	216	220
Pessoa sem-abrigo	6	2.107	3.466
Família e Comunidade			
Família e Comunidade em Geral	81	22.589	22.434
Pessoas com VIH/Sida	13	1.111	1.678
Pessoas Toxicodependentes	4	226	1.288
Pessoas Vítimas de Violência Doméstica			
Grupo Fechado			
Grupo Fechado	3	266	270
TOTAL	834	69.221	66.546

Fonte: Carta Social

Dos equipamentos sociais existentes no distrito, 36% encontram-se no concelho de Lisboa.

Algumas das respostas existentes pretendem responder a problemas específicos, tais como, deficiência, situações de dependência, doença de foro mental/psiquiátrico, sem-abrigo, VIH/Sida, Toxicodependência.

Dos equipamentos existentes no concelho, é sobretudo para a população idosa e crianças que se concentram a maioria das respostas, bem como a existência de acordos de cooperação.

Existem 306 equipamentos, entre as sete respostas identificadas, destinados à população mais velha, sendo sobretudo o Serviço de Apoio Domiciliário, os Lares de Idosos e os Centros de Dia, as valências onde existe mais oferta de serviços.

Tabela Nº 56: Respostas Sociais Dirigidas a Idosos

Resposta Social	Número de Equipamentos	Capacidade Total	Total de Utentes
Idosos			
Acolhimento Familiar Pessoas Idosas	-	-	-
Centro de Convívio	25	1.149	1.048
Centro de Dia	73	4.703	3.514
Centro de Noite	-	-	-
Lar de Idosos	95	3.665	3.325
Residência	14	386	301
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	99	6.407	5.050
Total	306	16.310	13.238

Fonte: Carta Social

Tanto o Apoio Domiciliário dirigido a população idosa, como os Lares e os Centros de Dia existentes no concelho de Lisboa, correspondem cada um, a cerca de 30% da oferta presente no Distrito.

No que diz respeito às crianças, as quatro respostas referenciadas correspondem a 218 equipamentos, com prevalência da Creche. Analisando o número de creches existentes no concelho face ao distrito, constatamos que 29% se situam no concelho de Lisboa.

Tabela Nº 57: Respostas Sociais Dirigidas a Crianças

Resposta Social	Número de Equipamentos	Capacidade Total	Total de Utentes
Crianças e Jovens			
Ama	-	-	-
Ama (Creche Familiar)	-	-	-
Centro de Actividades de Tempos Livres	46	6.029	5.417
Creche	172	7.880	7.235
Total	218	13.909	12.652

Fonte: Carta Social

As freguesias do Lumiar, São Domingos de Benfica, Carnide, Marvila, freguesias situadas na zona periférica de Lisboa sendo as menos envelhecidas e de maior dimensão, são os locais que apresentam maior percentagem de estabelecimentos, por oposição às freguesias do Castelo, Madalena, Sacramento, Santiago, Santa Justa e Santiago, que não registam qualquer creche no seu território.

As áreas sociais que apresentam menos equipamentos são as que são dirigidas a populações com problemas específicos, nomeadamente relacionados com casos de deficiência e/ou dependência; doença de foro mental/psiquiátrico; doenças infecto-contagiosas, como é o caso do VIH/Sida; dependências e situação de sem-abrigo. São nestas problemáticas que se detecta um *deficit* em termos de capacidade de resposta.

Nesta situação destacam-se as Equipas de Rua destinadas às Pessoas sem-abrigo que excedem a sua capacidade em 1.615 utentes. Na área da Família e Comunidade em Geral, as respostas de Atendimento/Acompanhamento Social, os Centros de Alojamento Temporário, os Centros de Apoio à Vida e as Comunidades de Inserção também apresentam sobrelotação em relação à sua capacidade. Para as Pessoas com VIH/Sida, os Centros de Atendimento são a resposta que se destaca como

excedendo largamente a sua capacidade e, na área da Toxicodependência, a equipa de intervenção directa com capacidade total de 154 utentes, dá resposta a 1.221 pessoas.

Tabela Nº 58: Respostas Sociais com *déficit* de Capacidade de Resposta

Resposta Social	Número de Equipamentos	Capacidade Total	Total de Utentes
Equipa de Rua para Pessoas sem-abrigo	3	1.569	3.184
Atendimento/Acompanhamento Social	21	7.935	8.139
Centro de Alojamento Temporário	10	964	1.097
Centro de Apoio à Vida	6	141	266
Comunidade de Inserção	10	2.327	2.988
Equipa de Intervenção Directa (toxicodependentes)	1	154	1.221
Centro Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (VIH/Sida)	9	992	1.551

Fonte: Carta Social

Contudo, o contrário também acontece e há equipamentos sociais cuja capacidade total se encontra ainda por atingir, como é o caso, na área das Crianças e Jovens, dos Centros de Actividades de Tempos Livres e das Creches, que têm menos 612 e 645 utentes respectivamente face à sua capacidade. Nos Idosos, os Centros de Dia e os Serviços de Apoio Domiciliário têm, cada resposta, capacidade para mais de 1000 utentes, sendo que os Lares de Idosos também não excedem a sua lotação, apesar de registarem um valor inferior às anteriores respostas (340). Há outras áreas que também registam excesso de resposta, tal como, os Centro de Atendimento/Acompanhamento dirigidos à deficiência, os Atelier's Ocupacionais para a população sem-abrigo, os centros comunitários, os refeitórios/cantinas sociais e a ajuda alimentar a carenciados.

Por outro lado, há respostas sociais que, apesar de estarem tipificadas na Carta Social, não surgem referenciadas como respostas existentes. Na área da Infância e Juventude, destacamos a resposta de transporte de pessoas com deficiência, acolhimento familiar de crianças e jovens e equipa de rua; nos Idosos, a resposta de acolhimento familiar e centros de noite; na área da Deficiência, o acolhimento familiar; nas Pessoa com Doença de Foro Mental/Psiquiátrico, unidades de vida apoiada; no Grupo Fechado, apoio domiciliário para guarda de crianças, escola de cães guia, imprensa braile e quinta pedagógica.

No caso da Violência Doméstica, a não identificação de respostas, como as Casas Abrigo e os Centros de Atendimento, está relacionada unicamente com questões de sigilo derivado ao seu âmbito de intervenção.

Relativamente aos acordos de cooperação, em 2011 existiam no concelho de Lisboa cerca de 524 equipamentos, abrangendo 22 tipos de respostas sociais. Estas respostas sociais destinam-se a 12 tipos de subgrupos, tendo como referência as pessoas a quem se destinam, num total de perto de 24.500 pessoas, entre as quais se destacam as crianças e jovens e as pessoas idosas.

4.1.4 Conclusões e Recomendações

A informação disponibilizada na Carta Social é referente a informação que as próprias instituições facultam, estando por este facto limitada aos dados fornecidos. No entanto, e alertando para algum desfasamento que possa existir, os dados disponíveis permitem de uma maneira geral conhecer as redes de respostas sociais existentes na cidade de Lisboa.

Sendo Lisboa uma cidade predominantemente envelhecida, não é de estranhar que a maioria dos equipamentos sociais identificados seja destinada à população idosa, através da disponibilização de respostas como Apoio Domiciliário, Lar de Idosos ou Centros de Dia. Contudo, e analisando a informação disponibilizada pela Carta Social, verificamos que estes equipamentos não cobrem a sua capacidade total indicando o desajuste que existe, seja ele derivado ao excesso de ofertas, da desadequação de respostas ou da área de abrangência/influência que poderá também ela estar desajustada, ou devido a qualquer outro impedimento que exista nas condições de acesso que faz com que as vagas não sejam preenchidas.

O mesmo acontece no que respeita às Creches e aos Centros de Actividade de Tempos Livres, que também apresentam excesso de oferta face à procura.

Deste modo, torna-se fulcral que as causas desta situação sejam devidamente compreendidas.

Por um lado, que seja analisada a distribuição territorial destes serviços confrontando-a com a evolução demográfica, de modo a perceber se há situações de carência passíveis de serem absorvidas pelo excesso de oferta de freguesias contíguas, assim como o inverso. Por outro lado, também é importante perceber quais são as reais necessidades da população e que potenciais ajustes devem ser feitos.

Não seria de estranhar a existência de respostas sublotadas numa determinada zona da cidade em contraste com a sobrelotação da mesma resposta noutro local e, mesmo, com o facto de aí existirem pessoas sem acesso a essa resposta. ***Daí ser imperioso a realização de um levantamento exaustivo da oferta e da procura e da eventual redefinição de áreas de influência dos diversos equipamentos. No seguimento do que foi feito para a área da Infância, nomeadamente, para os equipamentos de creche em Lisboa⁵⁴, revela-se fundamental a criação de um documento de orientação estratégica para as restantes áreas de equipamentos sociais do concelho de Lisboa, no sentido de identificar as necessidades e as carências de cobertura, de modo a avaliar a organização geográfica da rede de equipamentos sociais existentes e proceder às alterações necessárias.***

Com base nestes documentos de orientação estratégica será igualmente importante melhorar os mecanismos de avaliação da qualidade das respostas sociais nas suas diversas áreas.

Sem colocar em causa a existência das respostas já existentes, torna-se cada vez mais premente estudar outras alternativas que estejam melhor adequadas às novas situações e necessidades. É o caso da criação de Centros de Noite e de Unidades de Cuidados Continuados Integrados, dirigidos à população idosa que não existem no concelho de Lisboa.

Com a situação de crise social que Portugal apresenta e a que o concelho de Lisboa não é alheio, acreditamos que estes dados não correspondem ao que se vive actualmente. Aliás, dados disponibilizados pelo Banco Alimentar de Lisboa reflectem o aumento gradual do número de famílias e de pessoas beneficiárias da ajuda alimentar no concelho de Lisboa (em 2011 são apoiadas 5.824 famílias, correspondendo a 15.919 pessoas), demonstrando o crescimento das situações de carência. Por outro lado, a criação de novas cantinas sociais (46 no distrito de Lisboa), integrado no Programa de Emergência Social, também vem demonstrar o aumento da procura desta resposta, acreditando-se que

⁵⁴ Foi elaborado pelo Departamento de Acção Social em conjunto com o Departamento de Planeamento Estratégico, em 2009, o documento designado por “Orientações Estratégicas, Equipamentos Sociais – Infância”, que foi aprovado em reunião da CML de 31 de Julho de 2009 (Proposta n.º 775/CM/2009)

pelo facto de as condições de acesso terem sofrido alterações, deixando de ser obrigatório a pessoa identificar-se para ter direito às refeições, reforçará ainda mais este incremento.

O Observatório continuará a acompanhar a evolução do número de famílias e pessoas apoiadas pelo Banco Alimentar de Lisboa e cantinas sociais.

Outro dado a destacar é a pouca abrangência de equipamentos em algumas áreas relacionadas com problemas específicos, sendo aquelas onde também se detecta uma maior procura face à oferta, reflectindo as diversas lacunas existentes e o desfasamento face à realidade. Sendo a população destinatária aquela que, devido à sua situação (deficiência, doença de foro mental/psiquiátrico, VIH/Sida, situação de sem-abrigo) se encontra mais vulnerável, a prestação de apoio através da criação de mais vagas e de mais respostas torna-se indispensável.

O actual contexto de crise económica e social faz com que novos desafios surjam, seja pelo agravamento da situação das pessoas mais vulneráveis, seja pelo surgimento de novos casos, exigindo uma maior eficácia e eficiência na organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais a nível local, bem como, uma melhor cobertura, sem nunca descurar a questão da qualidade.

Para isto, e no âmbito da sua política social, torna-se essencial uma boa articulação, potenciando sinergias, competências e recursos, entre administração central e local e todas as entidades, sejam elas de carácter público ou privado, de modo a garantir a existência de uma rede de equipamentos optimizada, eficaz e eficiente, que responda às reais necessidades da população. Tendo em conta a finalidade e génese de criação das Redes Sociais em território nacional, consideramos que este papel de articulação poderá vir a ser garantido pela Rede Social de Lisboa.

B. CADERNO TEMÁTICO

- *HABITAÇÃO*

- *EDUCAÇÃO*



HABITAÇÃO

1. HABITAÇÃO⁵⁵

1.1 Introdução

A Habitação na sua relação com a pobreza foi o tema a que o Observatório se dedicou especificamente ao longo de 2011, consciente de que o direito à Habitação é um dos pilares fundamentais de combate à pobreza e exclusão social.

A Constituição da República Portuguesa menciona, no seu capítulo II - Direitos e Deveres Sociais, mais precisamente no Art.º 65.º - Habitação e Urbanismo -, que “...*todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.*”

De acordo com o mesmo diploma, é da responsabilidade do Estado assegurar este direito. Para tal deverá:

- “a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;
- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;
- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;
- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.”

Deverá o Estado ainda adoptar “uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.”

Apesar da clareza com que o direito à Habitação é mencionado na Constituição, a questão do acesso e da qualidade sempre se apresentou como um problema para os grupos sociais mais vulneráveis. Por um lado, porque a oferta pública é limitada e condicionada a requisitos específicos e, por outro, porque o acesso ao mercado privado, seja através da compra ou do arrendamento, nomeadamente em Lisboa, rege-se por uma política de preços muito elevados, inacessíveis a muitas famílias.

Actualmente, e tendo em conta o contexto de crise económica que se vive, é de prever que a dificuldade de acesso à habitação se venha a agudizar ainda mais junto destes grupos e que atinja outros que até ao momento não eram afectados por este problema. Dados de 2011 vêm confirmar esta constatação: foram entregues aos bancos, em resultado de incumprimento no pagamento dos créditos, cerca de 7.000 casas⁵⁶ (entre famílias e promotores imobiliários), prevendo-se que em 2012 este cenário se venha a agravar ainda mais.

Dados disponibilizados pela Associação DECO⁵⁷ reiteram este cenário: em 2012, entre Janeiro e Março, 27.822 famílias não conseguiram pagar os créditos, o que em média corresponde a 306 casos por dia. Já a APEMIP⁵⁸ refere que apenas no primeiro trimestre foram entregues à banca 2.300 imóveis, mais 74% que em igual período de 2011. A gravidade da situação é inquestionável seja para aqueles que foram afectados pelas consequências da actual crise económico-financeira, seja para

⁵⁵ O presente capítulo, em virtude de pretender partilhar trabalho realizado ao longo de 2011 pelo Observatório seguirá uma lógica distinta dos diversos capítulos. São apresentados alguns dados de caracterização do parque habitacional, efectua-se um enquadramento das várias medidas e políticas de habitação adoptadas a nível nacional e a nível local na cidade de Lisboa, sendo também apresentados os resultados dos Encontros do Observatório realizados no decorrer de 2011.

⁵⁶ Dados da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP).

⁵⁷ Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor.

⁵⁸ Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal.

quem, independentemente de questões conjunturais, sempre esteve afastado de um direito que tem que ser salvaguardado.

1.2 Pontos de Destaque

- A cidade de Lisboa possui um parque habitacional envelhecido e degradado (13% dos actuais edifícios encontram-se em ruína e mau estado);
- Desconhecimento de quem são os proprietários dos edifícios degradados;
- 15% dos alojamentos na cidade de Lisboa estão vagos, sendo que em todas as freguesias houve um aumento do número de alojamentos vagos;
- Pouca dinâmica do mercado de construção e dificuldades no processo de reabilitação;
- Mudança de comportamento do mercado a partir de 2006, aumentando a procura de habitação para arrendar;
- O preço de arrendamento de habitação em Lisboa é superior ao do país, tendo em 10 anos (2001-2011) a percentagem de alojamentos com rendas mais elevadas sofrido um aumento;
- A maioria dos arrendatários em Lisboa tem 60 ou mais anos e vivem sozinhos ou com mais um elemento no agregado;
- Lisboa é a cidade no conjunto do país que tem mais casas com renda social apoiada (14%), apesar de em 10 anos o seu número ter sofrido um decréscimo.

1.3 Políticas e Programas Nacionais de Habitação

1.3.1 Principais programas de âmbito nacional implementados até à década de 90

O acesso à habitação a todos os cidadãos faz parte de um enorme quadro legislativo presente em diferentes diplomas que foram sendo aprovados ao longo dos sucessivos governos, dando corpo a programas e políticas específicas. Contudo, Portugal ainda não dispõe de legislação que defina as bases, quer da política de habitação, quer da política de reabilitação urbana, faltando uma visão coerente que permita articular entre si os diferentes regimes e programas de habitação pública ou publicamente apoiada⁵⁹.

Não querendo ser exaustivos na apresentação das políticas de habitação existentes, realçamos aqui os principais programas de âmbito nacional implementados antes e depois do 25 de Abril de 1974.

A urbanização tardia que Portugal viveu, resultado de um processo de industrialização também ele tardio e lento, teve repercussões nas dinâmicas habitacionais existentes até 1974, caracterizando o parque habitacional existente por ser essencialmente privado com evidente peso da autoconstrução, muitas vezes clandestina. O “problema” da habitação era visto como sendo responsabilidade da própria família, merecendo pouca intervenção do sector público. Contudo, até esta data foram existindo algumas políticas que merecem destaque.

A partir de 1940, devido ao avanço da industrialização em Portugal e ao começo do fluxo migratório do interior para o litoral, foram promovidas várias políticas públicas de habitação social como o programa “Casas Económicas em Propriedade Resolúvel (1933); Casas para Famílias Pobres (1945); Casas de Renda Económica (1945), Casas de Renda Limitada (1947); Autoconstrução (1962).

Contudo, foi sobretudo com o Fundo de Fomento de Habitação (FFH), em 1969, que a acção do Estado se tornou mais visível através da construção directa de habitação como resposta à proliferação de barracas e casas clandestinas, que se iam expandindo nas áreas urbanas, com especial incidência na região de Lisboa.

Esta proliferação de habitação precária e clandestina veio agudizar-se ainda mais depois de 1974, incrementada pelo crescente movimento migratório tanto da população com baixos recursos vinda do interior do país, como das famílias provenientes das antigas colónias, dando agravando ainda mais as carências habitacionais e infraestruturais existentes.

A chegada massiva de população às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, nas décadas de 70 e 80, veio criar um cenário de habitacional profundamente degradado na sua qualidade, visível através da propagação de bairros de barracas, construção clandestina e sobrelotação.

De acordo com o documento “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013”⁶⁰, estimava-se nas décadas de 70 e 80 a existência de cerca 50 mil barracas onde viviam cerca de 150 mil pessoas (16.585 famílias na AML), 40% de construção não licenciada e 300 mil fogos sobrelotados.

Apesar de terem sido promovidas algumas iniciativas para alterar o panorama existente, como o (re) lançamento do movimento cooperativo (Cooperativas de Habitação Económica - 1974); a promoção privada de habitação a custos controlados (Contratos de Desenvolvimento de Habitação); a iniciativa local (Serviço de Apoio Ambulatório Local - S.A.A.L.), a promoção da habitação pelo Estado pré e pós revolução, nunca foi muito significativa nem surtiu grandes efeitos.

Em 1981 a promoção da habitação dirigida a famílias mais vulneráveis é transferida do Estado para os municípios, passando estes a ter um papel crescente na execução das políticas locais de habitação, em muitos dos casos através de uma acção concertada com o Estado central.

Contudo, o Estado mantém a sua intervenção directa através da Política de Bonificação do Crédito que decorre desde os anos 80 até 2002, reforçando o estímulo à aquisição de casa própria. Esta política de

⁵⁹ Ver 1º Relatório do Plano Local de Habitação de Lisboa (vol.1), Câmara Municipal de Lisboa, Abril 2009

⁶⁰ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, CET-ISCTE/IRIC/A. Mateus e Associados.

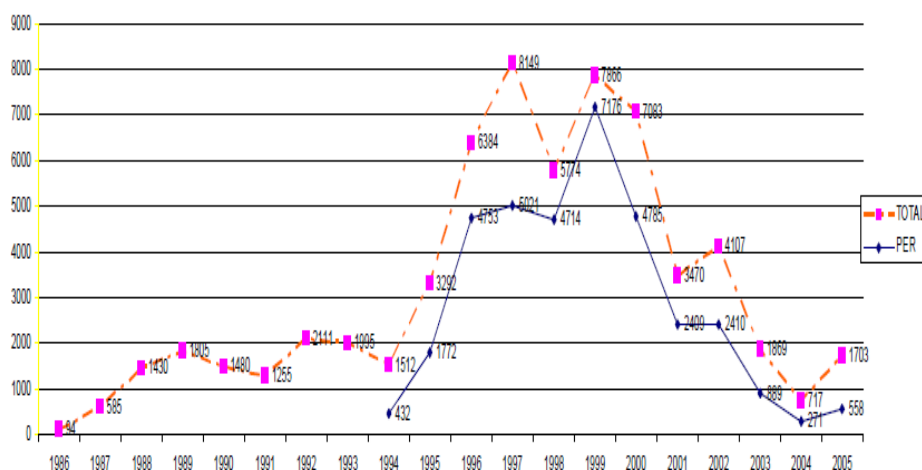
habitação bonificada veio criar várias alterações no mercado de habitação, nomeadamente, o crescimento da oferta de habitação privada e aumento crescente de famílias proprietárias fazendo com que Portugal, no conjunto dos países da União Europeia, apresente uma das mais altas taxas de detentores de casa própria.

Após a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, foi criado o Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) em 1987, que projectava o realojamento de famílias residentes em habitações precárias. Legislado em 1987 (DL 226/87 de 06/06/1987) este Plano deu origem, à construção de 9.698 fogos até 1993⁶¹.

Neste ano surgiu o Programa Especial de Realojamento (PER), executado a partir de protocolos celebrados entre os municípios e o Instituto Nacional de Habitação e que tinha como objectivo principal a erradicação das barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e o realojamento dos seus habitantes em alojamentos de custos controlados.

Estes dois programas num período de 19 anos foram responsáveis pelo alojamento de mais de 60.000 famílias, sendo o PER o programa de habitação social do século XX com mais expressão tendo sido responsável pela construção de 31 mil fogos entre 1994 e 2005.

Gráfico Nº 95: Número de Fogos de Habitação Social para Arrendamento Contratualizados entre 1986-2005



Fonte: Contributos para o Plano Estratégia de Habitação 2008/2013 – Diagnóstico de Dinâmicas de Carências Habitacionais (Relatório 2)

Aliado à construção de novas habitações o PER também tinha o propósito, muitas vezes secundarizado, de promover a inserção social das comunidades envolvidas nos processos de realojamento. De acordo com o Decreto de Lei nº 163/93: *"Complementarmente à resolução do problema habitacional, é oferecido aos municípios ou instituições particulares de solidariedade social um programa alargado de inserção social das comunidades envolvidas, visando a criação de condições a uma plena integração destas populações na comunidade e combatendo os problemas de criminalidade, prostituição e toxicodependência, entre outros, a que a exclusão social motivada pela falta de condições habitacionais condignas as deixou votadas."*⁶².

Em 1996, e como extensão do PER, surge o PER Famílias cuja diferença reside no facto de serem as próprias famílias a candidatarem-se directamente ao apoio disponibilizado pelo Programa, apresentando para isso uma solução para a sua própria situação habitacional. Ou seja, não são os

⁶¹ Segundo Pinheiro, Magda, "Biografia de Lisboa", Lisboa, Esfera dos Livros, 2011.

⁶² DL 163/93 de 7 de Maio DR, I Série - A nº 106 07/05/1993: 2381.

municípios que apresentam uma oferta às famílias, mas são estas que tentam encontrar uma alternativa que responda melhor às suas necessidades e aspirações. Contudo, o PER Famílias teve uma adesão bastante diminuta face ao PER, correspondendo a apenas 1.877 fogos.

1.3.2 PROHABITA

O Programa de Financiamento de Acesso à Habitação (PROHABITA), iniciado em 2004 e reconfigurado em 2007, veio substituir o DL 226/87 e o PER, fazendo com que os Acordos de Colaboração assinados naqueles programas de realojamento pudessem transitar para este último.

O PROHABITA, tal como o DL 226/87 encontra-se permanentemente aberto (contrariamente ao PER), cobre todo o país e estabelece uma relação contratual entre a administração central e a local materializada nos “Acordos de Colaboração”.

No entanto, existem também aspectos que fazem com que estes programas se diferenciem, nomeadamente, pela abrangência do conceito “Carência Habitacional” que no PROHABITA não reside apenas nos casos de barracas, alargando a sua intervenção para a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares; e também pela ênfase dada à reabilitação e ao incentivo ao arrendamento. A este objectivo, em 2007 juntou-se um segundo: o da requalificação de bairros sociais degradados ou desprovidos de equipamentos.

Quanto ao incentivo ao arrendamento, podemos afirmar que a intervenção pública neste aspecto se baseou em lógicas de tipo financeiro especificadas em vários subsídios, como o subsídio subjacente à definição de renda apoiada ou social (habitação social); subsídio de renda previsto no Novo Regime do Arrendamento Urbano e Porta 65 Jovem que veio substituir o antigo Incentivo ao Arrendamento Jovem, consistindo num suplemento de renda para jovens baseando-se nos seus rendimentos.

1.3.3 Programas de Reabilitação Urbana

A preocupação com a reabilitação, que foi pautando as medidas tomadas, está presente na diversa legislação dos seguintes Programas de Reabilitação Urbana:

- **RECRIA (1988)** – Regime Especial na Comparticipação de Imóveis Arrendados – “ (...) *programa exclusivamente vocacionado para a reabilitação de fogos arrendados ocupados/edifícios (rendas antigas), pressupondo normalmente edifícios em propriedade vertical (...)*”⁶³
- **RECRIPH (1996)** – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal – “ (...) *programa que prevê um apoio financeiro à realização de obras em edifícios de propriedade horizontal, mas apenas nas componentes dos espaços comuns, sendo que o apoio às fracções autónomas, ainda que previsto, assume a forma de empréstimo bonificado.*”⁶⁴
- **REHABITA (1996)** – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Antigas – “ (...) *tem uma escala de intervenção mais urbanística e de promoção municipal. (...) Ao pressupor uma operação municipal de reabilitação urbana ainda que exclusivamente aplicável ao núcleos urbanos históricos declarados áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística põe a tónica na questão do planeamento e na responsabilidade pública. Funciona como uma extensão do RECRIA e do PER.*”⁶⁵
- **SOLARH (1999-2001)** – Primeiro designado Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação, passou em 2001, a chamar-se Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitações reflectindo uma alteração no seu âmbito de acção. “ (...) *Quando concebido dirigia-se fundamentalmente aos*

⁶³ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas de Habitação, pág. 106

⁶⁴ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas de Habitação, pág. 107.

⁶⁵ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas de Habitação, pág. 108

proprietários insolventes por via de um apoio financeiro (empréstimo sem juro) à reabilitação de fogos em regime de propriedade. Tendo sido explicitamente pensada para os idosos, apesar do factor idade não ter qualquer character eliminatório. (...) Esta medida viria a ter um impacto significativo nos meios rurais até então desprovidos de qualquer programa de reabilitação adequado (porque não pressupõe arrendamento e inclui propriedade). A alteração introduzida em 2001 alarga o objecto de elegibilidade aos fogos devolutos. Apresenta-se assim como uma resposta ao problema da desertificação humana das cidades, ao crescimento dos fogos vagos e ao desejo de reanimação do mercado de arrendamento.”⁶⁶

SRU (2004) - Regime Jurídico Excepcional de Reabilitação de Zonas Históricas e Áreas Críticas de Recuperação e Reconversão Urbanística “(...) *reenquadramento jurídico e institucional de intervenção pública municipal em matéria de reabilitação urbana. Não disponibiliza qualquer apoio financeiro para além dos já existentes.*”⁶⁷

1.3.4 Plano Estratégico de Habitação 2008-2013

A proposta mais recente na área da habitação é o **Plano Estratégico de Habitação 2008-2013** da responsabilidade do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU). Este documento efectua um diagnóstico das carências e dinâmicas habitacionais em Portugal nas últimas décadas, apresentando uma retrospectiva das políticas de habitação implementadas e definindo o caminho estratégico a seguir.

Tendo em conta um mercado onde prevalece o acesso à propriedade, onde o arrendamento é pouco dinâmico e a opção pela construção em detrimento da reabilitação é generalizada, as propostas vão no sentido de ⁶⁸:

- **Dinamização do Mercado de Arrendamento:** “ (...) *para a concretização deste eixo pretende-se estimular a inserção no mercado de arrendamento de fogos disponíveis, vagos ou devolutos, com valores de renda equilibrados (e até mais vantajosos) face à despesa dos agregados com a opção de aquisição e conservação.*”
- **Dinamização da Habitação a Custos Limitado:** “ (...) *aumento de uma quota de participação pública na oferta habitacional*”
- **Reabilitação do Parque Habitacional Privado e Público:** “ (...) *assegurar que a degradação física dos imóveis não arraste novos factores de exclusão dos segmentos socioeconómicos mais fragilizados. Abranger os processos de renovação ou regeneração de áreas peri-urbanas nascidas com défices de serviços essenciais ainda não resolvidos e onde com frequência os problemas de degradação não residem necessariamente nas habitações mas nas condições de vida social ou do ambiente urbano — no habitat.*”
- **Adequação e Inovação na Habitação:** “ (...) *experimentação de novas soluções e conceitos habitacionais e adequação dos alojamentos a necessidades especiais e emergentes.*”

Um aspecto importante, realçado no Plano Estratégico, é o papel do Estado no campo específico das políticas de habitação, o qual deve deixar de ser progressivamente o de um agente provisor directo, para assumir mais fortemente funções de subsidiário e regulador. Por exemplo, no que concerne à habitação social, mais do que providenciar, deverá reforçar os apoios ao acesso à habitação. Contudo também é reforçado o papel do Estado como parceiro fundamental dos restantes agentes (autarquias, organizações sociais, cooperativas, privados) na execução das medidas, reforçando as funções de planeamento, regulação, fiscalização, monitorização e avaliação.

⁶⁶ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas de Habitação, pág. 107 e 108.

⁶⁷ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Documento Políticas de Habitação, pág. 109.

⁶⁸ Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013 – Estratégia e Modelo de Intervenção, págs. 37, 39, 43 e 54.

Para a sua implementação, este Plano aponta para a necessidade de elaboração de Programas Locais de Habitação, de âmbito municipal ou intermunicipal, onde os próprios interessados definirão para o seu local uma visão estratégica das intervenções na área da habitação, cruzando diversas políticas, com realce para a reabilitação e reconversão urbanas, fixando os objectivos da política de habitação local para 4 a 5 anos.

1.3.5 Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU)

A constatação da necessidade de dinamizar o mercado de arrendamento fez com que o regime de arrendamento urbano sofresse algumas alterações.

A principal medida associada ao Novo Regime de Arrendamento Urbano diz respeito à actualização do valor das rendas, sobretudo das referentes a períodos anteriores a 1990, caracterizadas por serem muito baixas.

A prática de rendas sem qualquer correspondência com o valor de mercado veio, na opinião de muitos, contribuir para o actual estado de degradação do nosso parque habitacional pois não potenciava a manutenção física do edificado.

A nova Lei contempla a questão da reabilitação urbana ao afirmar que só é permitido o aumento de renda nos casos em que o imóvel não está degradado, pretendendo com isto incentivar a realização de obras de conservação e recuperação dos imóveis. A existência de prédios devolutos será penalizada em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), premiando uma vez mais a opção por não deixar degradar os imóveis até à sua inabitabilidade ou mesmo à ruína.

Pretende-se assim requalificar o património edificado e dinamizar o mercado de arrendamento, aumentando a oferta.

1.3.6 Programa de Emergência Social

Mais recentemente e inscrito nas linhas de acção do Governo, o Plano de Emergência Social foi criado em 2011 com o intuito de dar respostas excepcionais a situações urgentes. O Governo pretende com esta iniciativa ajudar as famílias nas despesas de habitação e contrariar o sobreendividamento.

Uma das acções previstas direccionada para o sector da habitação é a criação e dinamização de um Mercado Social de Arrendamento sendo seu princípio básico a colocação de casas que estejam desocupadas no mercado de arrendamento a preços inferiores aos praticados no mercado tradicional (20% a 30% mais baixos). Esta medida é direccionada a famílias, que pelos seus níveis de rendimento, estão excluídas da oferta de habitação social, mas que não conseguem suportar os preços do mercado privado de arrendamento.

Este programa pretende promover parcerias que envolvam o Governo, Municípios, e Bancos e a expectativa é de, num primeiro momento, conseguir uma parceria que envolva cerca de 1.000 casas disponíveis em 100 concelhos, cobrindo cerca de 30% do território nacional.

A adopção desta medida surge num contexto económico-financeiro muito frágil, onde as regras no sector do crédito à habitação são cada vez mais restritivas provocando dificuldade crescente das famílias no acesso ao crédito destinado a habitação própria.

1.3.7 Políticas e Programas de Habitação no Município de Lisboa

A questão da habitação é um tema de particular relevância na cidade de Lisboa, tanto pela degradação do edificado (mau estado de conservação e edifícios abandonados) como pelo custo elevado, tanto do arrendamento como da compra de casa.

Neste sentido, as grandes linhas e políticas urbanísticas municipais estão direccionadas para estratégias de reabilitação urbana, promoção de habitação a custos acessíveis, intervenção nos Bairros de Intervenção Prioritária / Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) e Regeneração de Bairros Municipais.

Estas linhas estratégicas estão presentes em vários documentos como o Plano Director Municipal (PDM), o Programa Local de Habitação (PLH), a Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024, a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2011, pretendendo-se que todos tenham uma articulação entre si.

1.3.7.1 Plano Director Municipal (PDM)

De acordo com o PDM o investimento público e privado tem vindo a beneficiar os concelhos limítrofes da cidade de Lisboa, conseguindo atrair para esses concelhos população e actividades, enquanto Lisboa perde residentes e emprego, facto associado à degradação do edificado e à desqualificação do espaço público. Daí a Revisão do PDM de Lisboa definir, entre outros, os seguintes objectivos: mais famílias a residirem em Lisboa, mais empresas e mais empregos, mais reabilitação e melhor aproveitamento do edificado e da infra-estrutura existente.

A reabilitação do edificado e do património e requalificação de áreas urbanas e da cidade consolidada deverá ser assegurada através do aproveitamento da infra-estrutura existente, da reocupação dos fogos devolutos e da reconversão dos grandes espaços desactivados com novas funções urbanas criando condições para atrair população e actividades e, deste modo, atenuar a dinâmica demográfica dual de Lisboa, traduzida pela regressão demográfica das freguesias centrais e o crescimento das freguesias periféricas.

Para a prossecução destes objectivos é proposto um sistema de incentivos que visa premiar a reabilitação urbana na cidade consolidada, canalizando investimento para o centro.

1.3.7.2 Programa Local de Habitação de Lisboa (PLH)

Foi com base no Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2008-2013 que a Câmara de Lisboa deliberou elaborar o seu Programa Local de Habitação (PLH) definindo a política de habitação para Lisboa e suas prioridades num horizonte temporal de 4 a 5 anos.

O PLH de Lisboa foi elaborado com base em três programas fundamentais para a Área Metropolitana de Lisboa que elegem a temática da habitação e da requalificação urbana como preocupação central: o Programa Operacional Regional de Lisboa 2007- 2013, a “Estratégia Regional Lisboa 2020” (ambos no quadro do QREN - 2007-2013), sintonizada com a chamada “Agenda de Lisboa” e o Plano Regional de Ordenamento do Território da AML. A articulação com estes programas foi vista como fundamental pelo facto de o “problema” da habitação na cidade de Lisboa e a sua resolução não poder ser isolado do contexto da área metropolitana.

Do diagnóstico efectuado as principais conclusões que serviram de base para a estruturação do PLH de Lisboa foram as seguintes:

- a perda de população que Lisboa tem vivido nas últimas décadas poderá resultar também da dificuldade de acesso a habitação, provocando o afastamento das camadas mais jovens e das famílias.
- as disfunções do mercado de arrendamento conduziram à degradação de muitos edifícios e à existência de mais de 40.000 alojamentos vazios, segundo dados dos Censos de 2001 (em 2011 o número de alojamentos vazios na cidade de Lisboa corresponde a mais de 50.000)
- a existência de um tão grande *stock* de casas vazias pode transformar-se numa oportunidade de renovação e repovoamento para Lisboa

Tendo em conta estas questões, e seguindo o Plano Estratégico de Habitação, o PLH de Lisboa estruturou-se em 5 eixos de intervenção:

- dinamização do mercado de arrendamento
- dinamização da habitação a custos limitados
- reabilitação do parque habitacional privado e público
- adequação e inovação da habitação
- implementação e monitorização das políticas de habitação

De acordo com o PLH de Lisboa, estas medidas, de uma forma geral, pretendem promover a reabilitação e o arrendamento de edifícios, em detrimento da construção de raiz de imóveis para aquisição definitiva. Isto, através de uma parceria activa entre actores públicos e privados, na óptica do desenvolvimento sustentável.

Das acções desenvolvidas no âmbito do PLH destaca-se a elaboração da Carta dos BIP/ZIP onde se procedeu à identificação dos bairros e zonas onde se acentuam carências sociais, casas degradadas e espaço urbano abandonado delimitando-os como Zonas de Intervenção Prioritária. Foram sinalizados 67 bairros e Zonas de Intervenção Prioritária com uma população estimada em 141.126 pessoas. Desta Carta, surgiu o **Programa BIP/ZIP** que se destina a apoiar actividades e projectos a desenvolver nos bairros referidos. Este programa prevê o apoio a projectos de intervenção pontual, projectos de serviços à comunidade e projectos de pequenos investimentos e acções integradas.

Em 2011 houve 77 candidaturas ao BIP/ZIP, das quais foram aprovados 30 projectos em 34 bairros da cidade num total de 1,2 milhões de euros.

1.3.7.3 Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024

A **Carta Estratégica de Lisboa 2010-2024** define os objectivos estratégicos prioritários para Lisboa, entre os quais consta a reabilitação, nomeadamente:

- Reabilitar e valorizar o património construído, incluindo a requalificação dos bairros e a integração e reorganização dos vazios urbanos.
- Requalificar os bairros da cidade, promovendo a reabilitação urbana do edificado público e privado, a recuperação e melhoria do espaço público, e a recuperação e valorização do património.

Em função destes objectivos definidos na Carta Estratégica surge a **Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024**.

Articulando-se com as restantes políticas municipais, este documento defende uma separação clara de responsabilidades entre o sector público e o sector privado, sendo a reabilitação um dever dos proprietários – Estado, Município e particulares.

Esta Estratégia prevê também que o Governo promova a agilização do processo de reabilitação, tornando mais atractivo o investimento na reabilitação do edificado, de modo a dinamizar o mercado de arrendamento urbano e, conseqüentemente, o desenvolvimento económico, a competitividade e a sustentabilidade das cidades; do Município pretende que este seja um parceiro activo e dinamizador do processo.

Não esquecendo a dimensão social do problema e constatando que o Município não tem os meios financeiros e técnicos para se substituir aos privados na reabilitação do seu património, a Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa afirma a necessidade de olhar a reabilitação numa óptica de mercado.

Para isto há que tornar o investimento na reabilitação atractivo, de modo a que os investidores privados, com maior ou menor capacidade de investimento, se mobilizem.

Relativamente à reabilitação urbana de Lisboa, os objectivos gerais sintetizam-se nas seguintes sete ideias:

- Reabitar a cidade, aumentar a coesão social, rejuvenescer o centro de Lisboa, atrair novas famílias, fixar empresas e emprego.
- Reocupar e reutilizar o edificado existente, compactar a cidade consolidada aumentando a qualidade ambiental e a eficiência energética.
- Dar prioridade à conservação periódica do edificado.
- Reabilitar o edificado degradado atendendo ao risco sísmico e de incêndio.
- Manter a memória da cidade, restaurar o património histórico, arquitectónico e paisagístico de Lisboa.
- Manter, recuperar, valorizar e requalificar os equipamentos colectivos e o espaço público.
- Regenerar os Bairros de Intervenção Prioritária/Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP).

1.3.8 Caracterização do Parque Habitacional

Para compreender a adopção das medidas e dos programas referidos é fundamental conhecer melhor as principais características do parque habitacional do Concelho o que é possível recorrendo a dados do INE, incluindo os dados dos Censos 2011 (dados pré-provisórios e provisórios).

Tendo em conta o âmbito de actuação do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, faremos um enfoque especial no concelho de Lisboa e nas suas freguesias. Sempre que possível esta caracterização será enriquecida com uma análise comparativa face aos dados dos censos anteriores a 2011.

1.3.8.1 Edifícios

1.3.8.1.1 Número Total de Edifícios

Enquanto em Portugal as últimas quatro décadas são sinónimo de crescimento constante em termos de edificado, no concelho de Lisboa esta evolução positiva apenas se verificou entre 1981 e 1991 (mais 4.462 edifícios).

A quebra mais acentuada registou-se entre 1991 e 2001 (menos 8.654 edifícios, ou seja, menos 3,9%) muito provavelmente relacionada com os programas de realojamento que foram implementados no sentido de deslocar as famílias que residiam em barracas e casas ilegais.

Tabela Nº 59: Número de Edifícios (1981-2011)

	Nº de Edifícios			
	1981	1991	2001	2011
Portugal	2.507.706	2.861.719	3.160.043	3.543.595
AML	-	660.238	394.520	448.720
Grande Lisboa	-	217.181	249.649	277.201
Concelho de Lisboa	57.579	62.041	53.387	52.485

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

A última década confirma esta tendência. Contrariamente a Portugal e à região de Lisboa (Área Metropolitana e Grande Lisboa), que registaram um crescimento do número de edifícios na ordem dos 11% a 14% entre 2001 e 2011, no concelho de Lisboa o número total de edifícios em 2011 sofreu um decréscimo face a 2001, registando uma variação negativa de 1,7%, o que corresponde, em números absolutos, a menos 902 edifícios.

Esta perda deve-se sobretudo aos edifícios “*principalmente não residenciais*” (até 49%), que assinalaram uma diminuição face a 2001 de 22,8%, e aos “*principalmente residenciais*” (de 50% a 99%) com menos 7,4%. Todavia, os edifícios “*exclusivamente residenciais*” tiveram um acréscimo de 0,4%, o que corresponde a 181 novos edifícios.

A distribuição por freguesia permite verificar que existem 26 freguesias onde houve um acréscimo do número de edifícios e outras 26 que registaram um decréscimo. Destas, 8 tiveram perdas acima da centena, sendo a freguesia de Santo Condestável a que aparece no primeiro lugar com menos 843 edifícios, seguida do Lumiar (menos 313) e Ajuda (menos 253). Surgem como as freguesias

que registaram um maior acréscimo no número total de edifícios Santa Maria dos Olivais (380), São Vicente de Fora (259) e Prazeres (203).

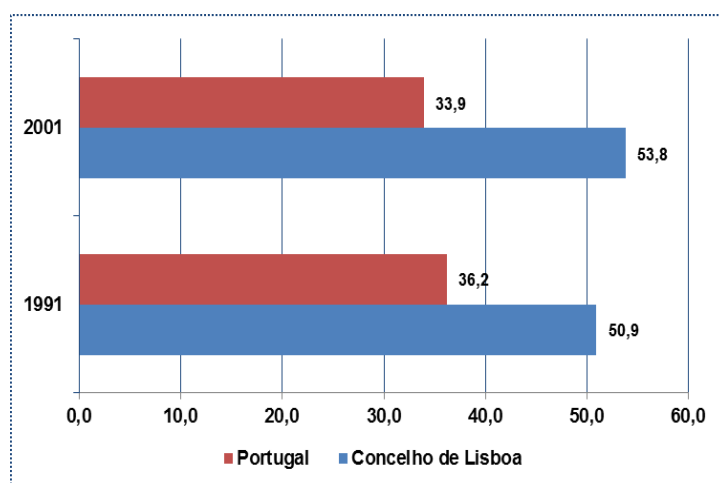
1.3.8.1.2 Idade Média dos Edifícios

A média de idade dos edifícios no concelho de Lisboa revela maior envelhecimento do parque habitacional da cidade face a Portugal e à restante região. Com uma média de idade de construção que ronda, em 2001, os 53 anos, o parque habitacional de Lisboa é constituído na sua maioria por edifícios construídos na década de 40 demonstrando a pouca dinâmica do mercado da construção desde há muitas décadas.

Este é um fenómeno que ocorre por toda a cidade, mas é sobretudo na zona histórica do centro da cidade (Baixa, Bairro Alto, Castelo) que este facto se intensifica, chegando a média de idades a ser de 90 anos (Freguesia de Santiago).

Lumiar e Ameixoeira são as freguesias que possuem um parque habitacional mais jovem, com uma média de idades entre os 26 e os 29 anos, reflexo da construção que recentemente ali surgiu, tanto da iniciativa privada como pública (habitação social).

Gráfico N° 96: Idade Média dos Edifícios

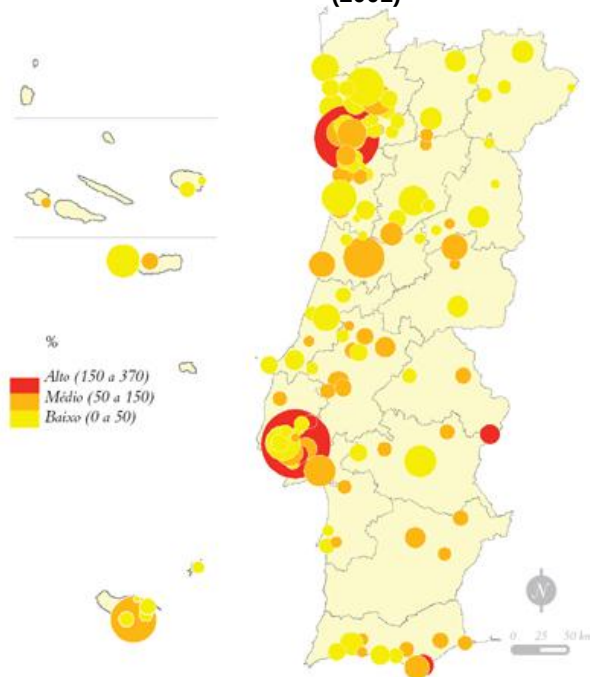


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

1.3.8.1.3 Índice de Envelhecimento dos Edifícios

O “Índice de Envelhecimento dos Edifícios” apresenta os seus valores mais elevados no Porto e em Lisboa, como é bem visível no seu mapeamento.

Ilustração 4: Índice de Envelhecimento do Edificado (2001)



Fonte: Atlas de Portugal, IGEO,
www.igeo.pt/atlas/Cap2d_p114_2_image.htm

Em 2001 este índice na cidade de Lisboa correspondia a 581,3⁶⁹, um valor impressionante quando comparado com o índice que Portugal registava (98,7) e os valores da região de Lisboa: Área Metropolitana (85,0) e Grande Lisboa, (116,8). Calculando o índice com base no número de edifícios construídos até 1960 face aos edifícios construídos após 2001, o índice de envelhecimento na cidade de Lisboa continua a ser superior (9 vezes) ao registado nas outras unidades territoriais aqui analisadas.

⁶⁹ Afirmar que o índice da cidade de Lisboa é igual a 581,3 significa que foram construídos 581,3 edifícios antes de 1945 por cada 100 edifícios construídos após 1991.

1.3.8.1.4 Imóveis em Ruína/Mau Estado e Devolutos no Concelho de Lisboa

Associado ao envelhecimento do edificado na cidade de Lisboa está o problema da sua degradação. Dados da Câmara Municipal de Lisboa referem que 13%, cerca de 52.485, dos edifícios encontram-se actualmente em ruína ou mau estado, equivalendo a 7.085 edifícios e 42.379 alojamentos, sendo 9% devolutos, o que em número absoluto corresponde a 4.681 edifícios e 11.702 alojamentos.

A distribuição de imóveis devolutos (total ou parcialmente) indica que este não é um problema que se concentre apenas numa zona da cidade mas, pelo contrário, afecta todo o território.

Todas as freguesias da cidade de Lisboa possuem edifícios devolutos, sendo 21 as freguesias onde existem mais de uma centena de edifícios nestas condições.

São três as freguesias com edifícios “*totalmente devolutos*” que alcançam e chegam a ultrapassar a centena: Ajuda (112), Santa Maria dos Olivais (105) e Santa Maria de Belém (103). Quando aos “*parcialmente devolutos*” são nove as freguesias que se destacam: Prazeres (199), São Domingos de Benfica (189), São João de Brito (132), Graça (129), Marvila (122), Lapa (121), Santo Estevão (108), São José (105) e Santa Isabel (102).

O levantamento realizado no âmbito da actividade fiscalizadora do Município de Lisboa demonstra que a maioria destes edifícios - 65% - pertence a entidades privadas (particulares ou empresas). Apesar de muito distanciadas desta percentagem, existem muitas outras entidades que também são detentoras de edifícios que se encontram neste estado de degradação, como o Município, o Estado, Instituições Sem Fins Lucrativos, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

É de destacar a elevada percentagem de edifícios degradados sobre os quais não se tem informação sobre a identificação do proprietário – 32,3% - o que revela bem o grau de desconhecimento existente sobre esta realidade.

O relatório da 1ª fase do Plano Local de Habitação revela que, de acordo com os Censos 2001, os edifícios no concelho de Lisboa com necessidade de grandes reparações são cerca 8% do total dos edifícios do concelho, estando distribuídos por toda a zona consolidada.

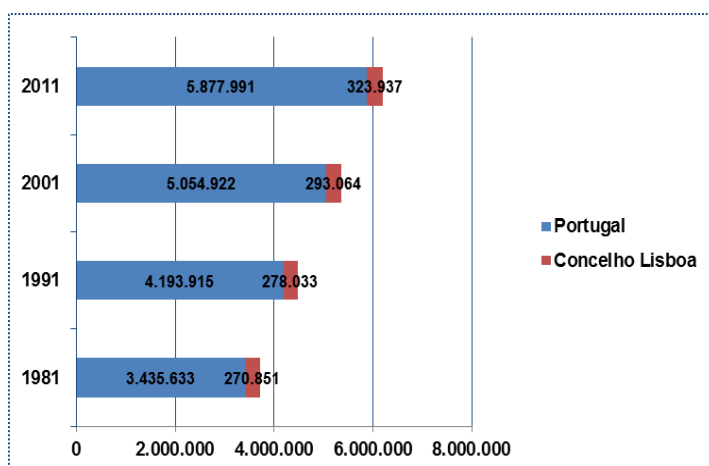
Os edifícios muito degradados encontravam-se sobretudo no centro, sendo as freguesias de São Miguel, Castelo, Mártires, São Paulo e Santiago as que em termos percentuais, variando entre 33% e 18%, apresentam os valores mais elevados. Em números absolutos, é a zona de Campo de Ourique - Alcântara que possuía o maior número de edifícios em estado muito degradado.

1.3.8.2 Alojamentos

1.3.8.2.1 Número Total de Alojamentos, Tipo e Forma de Ocupação e Contratos de Arrendamento

Nestas últimas quatro décadas Portugal registou um crescimento de 71,1% do número total de alojamentos. Lisboa acompanhou este crescimento de um modo muito mais moderado apresentando uma variação positiva de 19,6%.

Gráfico N° 97: Número Total de Alojamentos (1981-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

O concelho de Lisboa registou, entre 2001 e 2011, um aumento no número de alojamentos (10,5%) inferior aos valores verificados em Portugal (16,3%), na Área Metropolitana de Lisboa (14,8%) e na Grande Lisboa (14,2%).

Na cidade de Lisboa este incremento deveu-se unicamente ao número de alojamentos familiares clássicos, tendo os alojamentos familiares não clássicos e os alojamentos colectivos sofrido uma redução bastante significativa (contrariamente ao que se passou a nível nacional e na Área Metropolitana).

Tabela N° 60: Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares

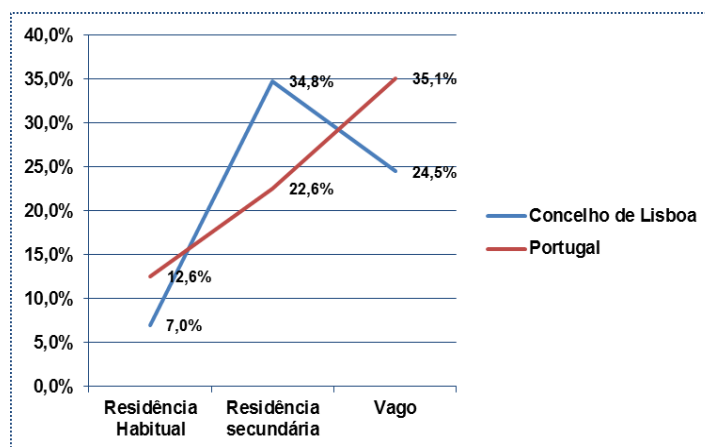
	Alojamentos Familiares e Forma de Ocupação 2011 (%)		
	Residência Habitual	Residência Secundária	Vago
Portugal Continental	68,2	19,3	12,5
AML	16,0	2,4	3,4
Grande Lisboa	77,2	10,1	12,8
Concelho de Lisboa	73,5	11,0	15,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

A forma de ocupação dos alojamentos no território nacional e também em Lisboa em 2011 destina-se fundamentalmente à residência habitual (73,5%), um valor superior ao registado a nível nacional. No entanto, e no que diz respeito ao posicionamento da residência secundária e dos alojamentos vagos, a tendência que se regista na cidade de Lisboa difere do panorama nacional, sendo os alojamentos vagos os que surgem em segundo lugar, com uma importância de 15,5%, aparecendo os alojamentos de residência secundária em último, representando apenas 11% dos alojamentos familiares.

Todavia a variação entre 2001 e 2011 indica que o aumento do número de alojamentos fica a dever-se sobretudo às residências secundárias e aos alojamentos vagos (designadamente para venda e para arrendamento): 34,8%. e 24,5%, respectivamente, face aos 7% da residência habitual.

Gráfico Nº 98: Forma de Ocupação Alojamentos Familiares
Variação % (2001-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

Quanto às residências habituais, verifica-se que existe um equilíbrio no número de freguesias que registaram uma variação positiva face a 2001 (25 freguesias) e variação negativa (26 freguesias). As freguesias da Charneca (46%), Carnide (43%), Ameixoeira (36%), Lumiar (25%) e Santa Maria dos Olivais (21%) foram as que registaram um aumento percentual positivo mais significativo no número de residências habituais.

Um dado interessante é o facto de várias freguesias da baixa da cidade terem conhecido um crescimento positivo no número de alojamentos familiares de residência habitual no período 2001-2011. Encontram-se nesta situação a freguesia dos Mártires, que surge como a quarta freguesia com uma variação percentual mais elevada (29%), e Socorro (15%) na oitava. As freguesias de Santa Justa (9%), São Miguel (7%), Madalena (6%), Santa Catarina (1%) e Santa Engrácia (1%) também registaram uma variação positiva, apesar de menos acentuada.

No entanto, das freguesias com uma variação negativa mais acentuada, fazem parte as restantes e a maioria das freguesias da zona histórica de Lisboa, como é o caso das freguesias do Castelo com a variação negativa mais elevada (-29%); Sé (-20%), Encarnação (-19%), Pena (-18%), Santo Estevão (-17%), São Cristóvão e São Lourenço (-15%), Santiago (-14%), São Paulo (-14%), Sacramento (-9%).

Em relação aos alojamentos vagos, de acordo com os dados disponíveis nos Censos 2011, a totalidade das freguesias da cidade de Lisboa registou um aumento do seu número. No entanto, é nas freguesias do centro da cidade que este facto predomina, sendo vinte e duas as freguesias que

registam valores acima dos 20%. A título de exemplo, 50% dos alojamentos familiares existentes e identificados nos censos 2011 na freguesia de São Nicolau encontram-se vagos. Valores semelhantes registam-se também na freguesia da Madalena (48%), da Sé (42%) e de Santa Justa (42%).

1.3.8.2.2 Contratos de Arrendamento

Através da análise de dados dos Censos de 2001 e 2011⁷⁰, verifica-se que o número de alojamentos familiares clássicos de residência habitual arrendados ou subarrendados sofreu uma diminuição neste período de 10 anos. Em valores absolutos são menos 8.784 alojamentos, o que em termos de variação percentual corresponde a uma diminuição de 8,2%.

Tabela Nº 61: Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, Arrendado ou Subarrendado

	Alojamentos Familiares Arrendados e Subarrendados	
	2001	2011
Concelho de Lisboa	107.768	98.984

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos

Os dados disponibilizados permitem concluir que foi sobretudo a partir de 2006 que as famílias portuguesas optaram pela modalidade de arrendamento como alojamento em detrimento da compra de habitação com recurso a empréstimo bancário, como até então era comum.

Apesar de se ter registado uma diminuição do número de alojamentos arrendados ou subarrendados entre 2001 e 2011, constata-se que a partir de 2006 existem mais famílias (no País e em Lisboa) optaram pela modalidade de arrendamento em detrimento da compra. De facto, tanto em Lisboa como a nível nacional é o período entre 2006 e 2011 que regista um valor mais elevado do número de contratos de arrendamento, seguindo-se o período anterior a 1975.

⁷⁰ O nível de desagregação máximo disponibilizado pelo INE no que diz respeito aos dados do arrendamento até ao momento em que este relatório foi concluído refere-se ao nível concelhio.

Tabela Nº 62: Alojamentos Familiares - Época de Contrato

	Época do Contrato (%)					
	Antes 1975	Entre 1975 e 1986	Entre 1987 e 1990	Entre 1991 e 2000	Entre 2001 e 2005	Entre 2006 e 2011
Portugal Continental	18,8	10,8	3,4	8,4	11,6	46,9
AML	23,2	12,0	3,1	7,4	9,7	44,6
Grande Lisboa	23,2	11,7	3,1	7,8	10,4	43,8
Concelho de Lisboa	27,1	12,9	3,3	9,5	11,2	36,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

O aumento do número de contratos de arrendamento registado a partir de 2006 poderá estar relacionado com vários factores, como o aumento de taxas de juros que se registou neste período, a restrição de crédito por parte das entidades bancárias e com a crise económica e financeira que já se aproximava.

1.3.8.2.2.1 Valor da Renda

Em 2011, tanto a nível nacional como da região de Lisboa, a maioria das rendas insere-se na categoria de “300€ a 399.99€” a qual representa 20% das rendas praticadas, enquanto no Concelho este valor é inferior, representando 15% do valor das rendas existentes.

Enquanto em Portugal o segundo escalão mais frequente é o compreendido entre os “200€ e os 299.99€”, na cidade de Lisboa são as rendas cujo valor se situa entre os “650€ ou mais” que ocupam este lugar, representando 13% dos arrendamentos.

Outra divergência que podemos verificar é nas duas últimas categorias com escalão mais elevado (“de 500€ a 649.99€” e “650€ ou mais”). Com um peso de 5% cada no valor das casas arrendadas no País, na região de Lisboa e, especificamente na cidade, a percentagem destes escalões chega a duplicar face ao valor nacional posicionando-se, respectivamente, em terceiro e segundo lugares.

Tendo em conta a evolução desta variável no período 2001-2011 no que respeita ao concelho de Lisboa, constata-se uma clara alteração de cenário: enquanto em 2001 predominavam as rendas baixas (71% das rendas situava-se no escalão “14.96€-99.57€” e apenas 29% na categoria “99.76€-399.04€”), em 2011 apenas 30% dos alojamentos praticavam rendas que variavam entre os 20€ e os 99€, passando a ser os alojamentos com rendas entre os “300€ a 649.99€” a prevalecer (31%).

1.3.8.2.2.2 Escalão Etário do Representante da Família

Outra variável que contribui para a caracterização dos arrendatários é o escalão etário do “Representante da Família”. Efectuando uma análise comparativa com o país e a região de Lisboa em 2011, verificamos que é o concelho de Lisboa que possui os arrendatários mais velhos. Analisando as duas categorias com maior representação verifica-se que 49% dos representantes de famílias que arrendam casa na cidade de Lisboa possui 60 ou mais anos e que a segunda categoria onde a incidência é maior (15%) corresponde às idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos. Ou seja, 64% dos “representantes das famílias” em Lisboa têm 50 ou mais anos.

Este cenário difere do país e da restante região de Lisboa já que, se bem que a categoria mais representada seja a mesma (60 ou mais anos) esta possui um peso percentual ligeiramente maior na cidade, do que na restante região de Lisboa (42%) e em Portugal (36,8%).

Tabela Nº 63: Alojamentos Familiares - Escalão Etário do Representante da Família

	Escalão Etário do Representante da Família 2011 (%)					
	Menos de 20 anos	De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	De 50 a 59 anos	60 ou mais anos
Portugal Continental	0,3	11,2	17,6	17,0	17,0	36,8
AML	0,3	10,3	16,3	14,9	15,8	42,3
Grande Lisboa	0,3	10,4	16,5	14,9	15,8	42,1
Concelho de Lisboa	0,2	9,4	13,9	12,4	14,8	49,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

1.3.8.2.2.3 Dimensão da família clássica principal

Os dados disponíveis indicam que quem arrenda casas no concelho de Lisboa são preferencialmente pessoas que vivem sozinhas (36%) ou cujo agregado familiar é composto por 2 pessoas (33%). Já na restante região de Lisboa e no País são famílias compostas por 2 pessoas que surgem como aquelas que preferencialmente vivem num alojamento arrendado, seguindo-se as unipessoais. A nível nacional e da região de Lisboa as famílias com agregados familiares de 3 ou mais pessoas apresentam valores mais elevados comparativamente com a cidade de Lisboa.

Tabela Nº 64: Alojamentos Familiares - Dimensão da Família (2011)

	Alojamentos Familiares - Dimensão da Família 2011 (%)				
	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 Pessoas ou +
Portugal Continental	26,5	32,7	21,2	12,1	7,4
AML	29,9	33,9	18,7	10,4	7,2
Grande Lisboa	30,3	33,7	18,4	10,3	7,3
Concelho de Lisboa	35,5	33,4	15,9	8,7	6,5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculo OLCPL)

1.3.8.2.2.4 Tipo de Contratos: importância das Rendas Sociais e Apoiadas.

A informação sobre o tipo de contratos é interessante para perceber a importância e a evolução da presença das *Rendas Sociais e Apoiadas* no conjunto dos contratos de arrendamento que incluem os contratos a *Prazo Certo*, por *Duração Indeterminada* ou por *Subarrendamento*.

Os contratos relacionados com as rendas sociais e apoiadas, em 2011, têm um significado residual face aos restantes. No entanto, no concelho de Lisboa a presença deste tipo de contrato, que se trata de um apoio social, é mais significativa representando perto de 14%.

Tabela Nº 65: Alojamentos Familiares - Tipo de Contrato (2011)

	Alojamentos Familiares - Tipo de Contrato 2011 (%)			
	Prazo Certo	Duração Indeterminada	Renda Social ou Apoiada	Subarrendamento
Portugal	33,5	56,5	8,2	1,8
AML	35,9	54,0	8,5	1,5
Grande Lisboa	36,0	53,7	8,9	1,5
Concelho de Lisboa	32,4	52,6	13,8	1,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

1.3.8.2.2.5 Condições de Habitação

Entendendo as condições de habitação como condições básicas de habitabilidade, tais como água canalizada, sistema de drenagem de águas residuais, instalação de banho e duche, a análise comparativa entre 2001 e 2011 permite constatar que houve uma evolução bastante positiva em todas estas variáveis, chegando a quase 100% os alojamentos nacionais e também do concelho de Lisboa a possuírem estas infraestruturas.

Contudo, no que se refere aos alojamentos com água canalizada, a análise por freguesia permite verificar que em 2011 ainda existem alojamentos familiares em 28 freguesias em que tal condição não se verifica. As freguesias que surgem com uma percentagem mais elevada de alojamentos sem água canalizada são Campolide (20,7%) e Marvila (14,3%). São estas freguesias que também surgem no topo daquelas que não possuem sistema drenagem de águas residuais.

1.4 Habitação Social

Os dados sobre habitação social em Portugal revelam diversas insuficiências não permitindo conhecer a situação em termos quantitativos e qualitativos do parque e respectivos alojamentos no que diz respeito às formas de utilização e ocupação.

Perante este desconhecimento, o Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana (OHRU) procedeu em 2008 ao levantamento nacional do património habitacional social⁷¹ dirigindo um questionário às principais entidades detentoras de património público (Câmaras Municipais, Regiões Autónomas, Segurança Social, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), no sentido de reunir informação relevante para o conhecimento do parque habitacional de âmbito social.

1.4.1 Caracterização do Parque Habitacional de Habitação Social

Da identificação de 17.000 edifícios com funções de habitação social, 8% situam-se na Área Metropolitana do Porto e 42% na Área Metropolitana de Lisboa.

Cerca de 90% dos municípios não têm edifícios de habitação social anteriores a 1946, representando a construção neste período apenas 3%, sendo a época de construção dos edifícios predominantemente posterior a 1995 (40%).

As informações relativamente ao regime de ocupação dos fogos, o valor das rendas e as taxas de incumprimento não foram conclusivas pelo facto de as respostas a este grupo de questões terem sido reduzidas, concluindo o OHRU que tal facto se deve ao deficiente conhecimento de alguns conceitos apresentados.

Com os dados obtidos foi possível concluir que:

- em Portugal Continental os valores médios mensais das rendas apoiada e social são inferiores a 100 €;
- cerca de 7% dos fogos propriedade das Câmaras Municipais não são referenciados como estando ocupados, podendo depreender-se que ou estão disponíveis, para venda ou arrendamento, ou desconhece-se a sua forma de ocupação, podendo tratar-se de ocupações irregulares;
- em 2007, o valor médio nacional dos encargos com obras de conservação e reabilitação do parque habitacional social rondou 1,4 milhões de Euros por município;
- 14 municípios indicaram dispor de Empresas Municipais de Gestão do Património de Habitação Social;
- 32 municípios têm mais de 100 edifícios de habitação social que são na sua totalidade municipais, destacando-se Lisboa com 4.044 edifícios;
- a proporção entre os edifícios de habitação social de propriedade municipal e o total de edifícios é mais elevada em Lisboa (9%) do que nos outros municípios;
- os fogos de habitação social propriedade municipal arrendados em Lisboa (24.516) correspondem a cerca de 10% do total de fogos arrendados no país;
- destacam-se 5 municípios com as maiores percentagens de fogos municipais destinados a habitação social: Porto (9,6%), Lisboa (8,6%), Oeiras (5%), Gondomar (4,3%);
- em Portugal Continental, dos fogos de habitação social de propriedade municipal, cerca de 12% recai nas tipologias T0 e T1; 80% nas tipologias T2 e T3, 8% na tipologia T4 ou mais;

⁷¹ Património Público de Habitação Social, 2009, Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

- apenas 12,5% dos municípios incluídos na amostra procederam à venda de património sendo que 83% dos fogos de habitação social alienados em 2007 pertenciam ao município do Porto;
- a reabilitação do parque de habitação social implica custos elevados para os municípios. Em 2007, Lisboa despendeu 17 M€, valor apenas superado pelos municípios do Porto (19,9M€) e Amadora (19,6M€).

1.4.1.1 Parque habitacional social na cidade de Lisboa

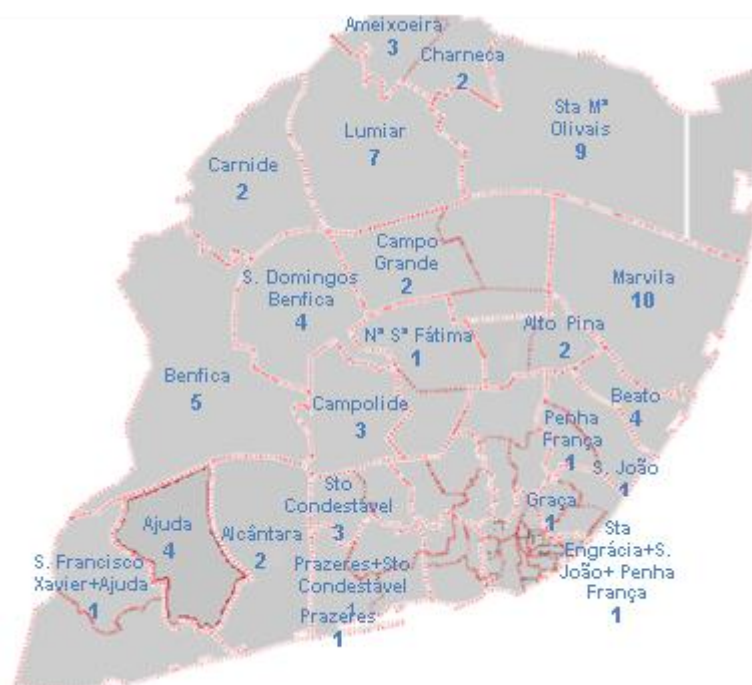
Na cidade de Lisboa existem 79 Bairros Sociais compostos por 6.272 edifícios e 24.610 fogos. Destes bairros, 70 são municipais, correspondendo a 4.618 edifícios distribuídos por 24 Freguesias. As freguesias de Marvila, Santa Maria dos Olivais e Lumiar são as que têm uma concentração maior de bairros (respectivamente, 10, 9 e 7).

Dos bairros municipais existentes, 66 são geridos pela empresa municipal Gebalis que tem como missão a sua gestão social e patrimonial, e estão divididos em cinco zonas (Ocidental, Norte Ocidental, Norte Oriental, Sul e Oriental), num total de 23.268 fogos onde habitam 61.787 residentes.

Destes bairros, 35 foram incluídos na Carta dos BIP/ZIP (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa) por apresentarem indicadores sociais, ambientais e urbanísticos que lhes conferem uma especial prioridade na intervenção municipal nos próximos 10 anos (2011-2020).

Até ao momento já foram alienados 7.870 fogos em bairros municipais. Cerca de 12.000 fogos destes bairros ainda têm ónus de inalienabilidade pendentes devido ao facto de os fogos terem sido construídos com financiamento público e não poderem ser alienados até esse ónus terminar.

Ilustração 5: Distribuição Geográfica dos Bairros Sociais - Concelho de Lisboa



Fonte: Gebalis, Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa

De acordo com a Câmara Municipal de Lisboa, a renda média mensal dos fogos municipais é de 82,58€. Em 2010 foram apresentados pedidos de redução de renda que representaram 1,6M€, valor que no primeiro trimestre de 2011 correspondeu a mais de 800.000€. Cerca de 22% dos agregados

não conseguem pagar a renda no prazo estipulado, denotando os efeitos da crise em populações vulneráveis, com rendimentos instáveis e precários⁷².

Analisando a antiguidade dos bairros municipais, constata-se que a maioria é de construção relativamente recente. No entanto, e de acordo com dados da Gebalis, existem problemas relacionados tanto com a fragilidade da construção como com a manutenção do edificado e dos espaços comuns, que fazem com que muitos dos edifícios necessitem de intervenção.

De acordo com a Gebalis: “*Alguns dos bairros municipais, ou parte deles, carecem de investimentos urbanísticos específicos, nomeadamente, ao nível de vias de comunicação e transportes, de modo a contrariar, se não mesmo impedir os fenómenos de isolamento que hoje se manifestam (por exemplo, na Ameixoeira, Alta de Lisboa e Bairro 2 de Maio). Estes fenómenos são muitas vezes acompanhados de uma maior frequência de actos de vandalismo ou criminalidade com o consequente agravamento da sensação de insegurança entre os residentes e visitantes. Verificam-se também problemas graves de relacionamento e vizinhança, por vezes associados a conflitos inter e intra étnicos que agravam a falta de coesão social e dificultam a emergência de vivências comunitárias. Intervenções ao nível do espaço público e dos equipamentos desportivos e de proximidade podem constituir uma ferramenta importante na melhoria da coesão do bairro, que não dispensa contudo uma actuação visando o desenvolvimento social com os moradores e os parceiros locais*”⁷³

Tabela Nº 66: Antiguidade dos Bairros Municipais de Lisboa

Antiguidade	
0 a 15 anos	49,4%
16 a 25 anos	24,7%
26 a 35 anos	12,7%
> 36 anos	13,3%

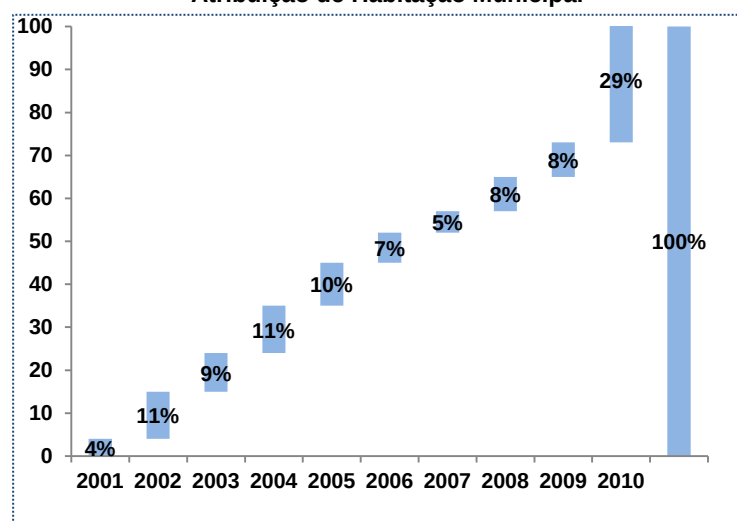
Fonte: Gebalis, Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa (cálculo OLCLP)

⁷² In Debate Bairros Municipais, intervenção da Vereadora da Habitação “Casas para quem precisa”, 2011, organização Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais.

⁷³ Ver Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais – Intervenção Física, pág. 3.

Apesar de ter existido um decréscimo de 26% no número de alojamentos de renda social ou apoiada entre 2001 e 2011, como vimos anteriormente, o número de pedidos para atribuição de habitação municipal aumentou fortemente em 2010. Este aumento deveu-se seguramente á entrada em vigor do novo Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal (RRAHM) que pretende regular de forma clara e objectiva as condições de acesso e os critérios de selecção para atribuição de habitação.

Gráfico N° 99: Evolução do Número de Pedidos de Atribuição de Habitação Municipal



Fonte: Relatório de Caracterização da Procura de Habitação Social, Câmara Municipal Lisboa (cálculo OLCLP)

De acordo com o relatório de caracterização da procura de habitação municipal da Câmara Municipal de Lisboa relativo a 2010, o volume de pedidos recebidos superou em muito o dos anos anteriores, tendo chegado às 5.414 candidaturas, sendo que a média anual dos pedidos de habitação municipal nos 10 anos anteriores era de 1891 pedidos.

Tabela N° 67: Distribuição Etária dos Candidatos

Distribuição dos Candidatos Segundo o Escalão Etário - 2010	
< 20 anos	251
21 a 30 anos	1.225
31 a 40 anos	674
41 a 50 anos	713
51 a 60 anos	614
> 61 anos	255
Total	3.732

Fonte: Relatório de Caracterização da Procura de Habitação Social, Câmara Municipal Lisboa(cálculo

A maioria dos requerentes em 2009 e 2010 é do sexo feminino (68% em 2009 e 70% em 2010), de nacionalidade portuguesa (71% em 2009 e 86% em 2010), solteiros (43% em 2009 e 49% em 2010), pertencentes a famílias monoparentais, integrados no mercado de trabalho (47% em 2009 exerce profissão remunerada e 46% em 2010) ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção (24% em 2009 e 30% em 2010).

A diferença que se destaca mais entre os candidatos destes dois anos diz respeito à idade dos requerentes. Enquanto em 2009 as idades dos candidatos se concentram sobretudo nos escalões etários superiores a 40 anos, em 2010 as candidaturas dizem respeito a indivíduos com idades inferiores, nomeadamente, entre os 21 e os 30 anos, o que pode evidenciar o efeito das novas regras de acesso, nomeadamente, no que se refere aos desdobramentos.

De facto, e de acordo com as observações dos responsáveis do Departamento de Gestão de Habitação Municipal – Divisão de Gestão Social, muitos destes candidatos já eram coabitantes em fogos municipais. Com a entrada em vigor do novo Regulamento, os desdobramentos são sujeitos agora a candidatura, algo que não sucedia anteriormente.

1.5 Encontros do Observatório

Em 2011 foram realizados vários encontros de reflexão e debate sobre o tema da Habitação, cumprindo o objectivo do Observatório em conhecer a realidade através de uma análise participada envolvendo vários actores na discussão de temas e problemáticas prementes e actuais na sociedade portuguesa e, particularmente, na cidade de Lisboa, procurando abordar os diferentes problemas de forma multidimensional.

Neste sentido, foram promovidos quatro Encontros que tiveram como enquadramento principal a articulação entre as políticas sociais e as políticas de habitação. Nestes Encontros, onde se pretendeu fomentar a discussão e a reflexão com o objectivo de recolher contributos e conceber recomendações, estiveram presentes investigadores, representantes de organizações, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social e entidades responsáveis pela definição de políticas para a cidade de Lisboa.

Os subtemas que serviram de mote para a discussão nos encontros foram: (1) Habitação e Pobreza, (2) Habitação e Reabilitação Urbana, (3) Habitação e Exclusão Social e (4) Habitação e Integração Sócio Urbanística.

Havendo um enfoque especial para a apresentação de soluções e propostas de actuação, pretendeu-se, discutir particularmente as seguintes questões:

- (1) As transformações sociais e a crise económico-social vão recolocar o problema da habitação de forma associada à pobreza. O Estado tem que reconfigurar o seu papel? Que outros agentes poderão ou deverão emergir?
- (2) A tendência para o reforço da participação dos privados no processo de reabilitação urbana do centro da cidade de Lisboa poderá acentuar as práticas de afastamento das camadas sociais com baixos recursos do centro da cidade. Que meios utilizar para contrariar esta eventual tendência?
- (3) Existe uma desarticulação entre as diversas políticas sociais e as políticas de habitação, bem como das entidades nelas envolvidas, quer ao nível da sua definição, como da execução. Quais são as evidências desta afirmação? Que mecanismos deverão existir que permitam uma articulação plena a nível da definição e execução dessas políticas?
- (4) Como promover uma intervenção sócio-urbanística sustentável e integrada junto de comunidades e territórios que vivem numa situação de exclusão e segregação sócio-espacial?

Face às questões apresentadas identificaram-se nos quatro Encontros alguns problemas, para os quais foram adiantadas propostas de reflexão e intervenção:

Problema 1 - Articulação entre políticas e papel do Estado:

- *Descoordenação e desarticulação das políticas, medidas e entidades, impedindo a existência de uma intervenção realmente integrada e uma definição clara de responsabilidades;*
- *Divórcio entre políticas de habitação e políticas sociais, provocando a inexistência de uma efectiva política social de habitação;*
- *Falta de políticas de habitação específicas fora das dinâmicas do imobiliário.*

Propostas/Reflexões:

- *Sendo a habitação um direito constitucional, o Estado não se pode coibir de investir nesta área. O Estado tem que reconfigurar o seu papel a nível do planeamento, regulação, facilitação e implementação.*

Ao nível da regulação deve, por exemplo:

- Criar um quadro legal que implique a reabilitação com uma percentagem de fogos dedicada ao arrendamento social em edifícios nos quais tal seja economicamente possível para os proprietários/promotores. Estas quotas podem ser dirigidas a habitação social, mas também poderão atrair jovens ou pessoas com menos recursos mas que não têm acesso a políticas públicas de habitação;
- Regular o preço das rendas;
- Fomentar um processo fiscalizador para evitar a especulação imobiliária;
- Criar políticas de arrendamento para diferentes públicos;
- Criar legislação que impeça a existência de casas vazias para contrariar a especulação imobiliária;
- Criar condições para uma articulação mais integrada entre as instituições, nomeadamente, entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto de Segurança Social (ISS) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a conseguir-se resultados mais relevantes no que diz respeito à inclusão social;

Ao nível da facilitação/mediação deve, por exemplo:

- “Influenciar” a banca para negociar o pagamento dos empréstimos à habitação quando a família se encontra numa situação de incapacidade de cumprimento das prestações, em substituição da penhora e do despejo ou, nos casos em que o despejo se efectuou, promover o aluguer com rendas controladas das casas penhoradas
- Incentivar a criação de cooperativas de reabilitação para dinamização do património privado
- Fomentar o arrendamento a preços controlados junto dos proprietários dos edifícios reabilitados mediante a concessão de benefícios fiscais

Problema 2 - Acesso e qualidade da habitação na cidade de Lisboa

- *Existência de um elevado número de casas devolutas (da CML, SCML e privados) que se encontram fora do mercado;*
- *Mercado de arrendamento polarizado entre rendas baixas, (na sua maioria casas com más condições de habitabilidade) e rendas muito elevadas;*
- *Existência de uma camada da população que não tem capacidade financeira para aceder ao mercado de habitação privado nem reúne condições para aceder a habitação social;*
- *Afastamento dos jovens da cidade para a periferia;*
- *Sobrelotação das casas;*
- *Parque habitacional muito degradado e com más condições de acessibilidade no centro da cidade;*
- *Baixa da cidade dominada pelo comércio e serviços, diminuída da sua função habitacional;*
- *Intervenção dos privados na reabilitação da zona histórica com consequências na criação de um mercado que se dirige a pessoas com maiores rendimentos, muitas vezes sem qualquer enraizamento local e sem envolvimento com a comunidade.*

Propostas/Reflexões:

O Poder Local deveria promover a:

- Colocação no mercado de arrendamento do património municipal fixando as rendas de acordo com o rendimento dos locatários;
- Agilização dos serviços e desburocratização dos mecanismos existentes, complicados para os pequenos proprietários, normalmente com baixa capacidade financeira;
- Responsabilização mútua negociada por parte dos proprietários e inquilinos na recuperação da casa;
- Fiscalização e penalização dos proprietários, procedendo à sua expropriação no caso de não efectuarem obras no edificado;
- Promoção do espírito cooperativo e associativo através, por exemplo, da criação de cooperativas para a recuperação dos edifícios;
- Promoção de maior autonomia, com mais responsabilidades e meios das Juntas de Freguesia de modo a responderem com mais rapidez às situações de degradação da habitação;
- Consciencialização dos promotores da mais-valia que a diversidade dos bairros históricos lisboetas tem na rentabilização dos seus empreendimentos. Caso estes se descaracterizem, pelo facto de os moradores autóctones já não residirem neles, a procura e o interesse por estas zonas irá decrescer.

O Estado Central deveria:

- Criar condições que transmitam segurança e confiança aos proprietários para que coloquem as suas casas no mercado de arrendamento;
- Envolver a Banca e os Seguros no sentido de colocarem o património que possuem no mercado social de arrendamento;

- Articular com o IHRU no sentido de serem estudadas alternativas de financiamento para a reabilitação do edificado público e privado de entidades que não tenham capacidade financeira para proceder à sua recuperação, nomeadamente, a CML e a SCML;
- Delimitar zonas de intervenção fazendo intervenções piloto, replicando o processo em áreas da cidade urbanisticamente degradadas;
- Fomentar o cooperativismo e a negociação entre proprietários e inquilinos no sentido de assegurar a recuperação / conservação do património.

Problema 3 - Habitação Municipal

- *Critérios de atribuição de casas municipais demasiado restritivos e desadequados da realidade, bem como insuficiência do parque habitacional disponível face à procura existente;*
- *Degradação do parque habitacional municipal;*
- *Dificuldade de inserção dos bairros de habitação social na cidade.*

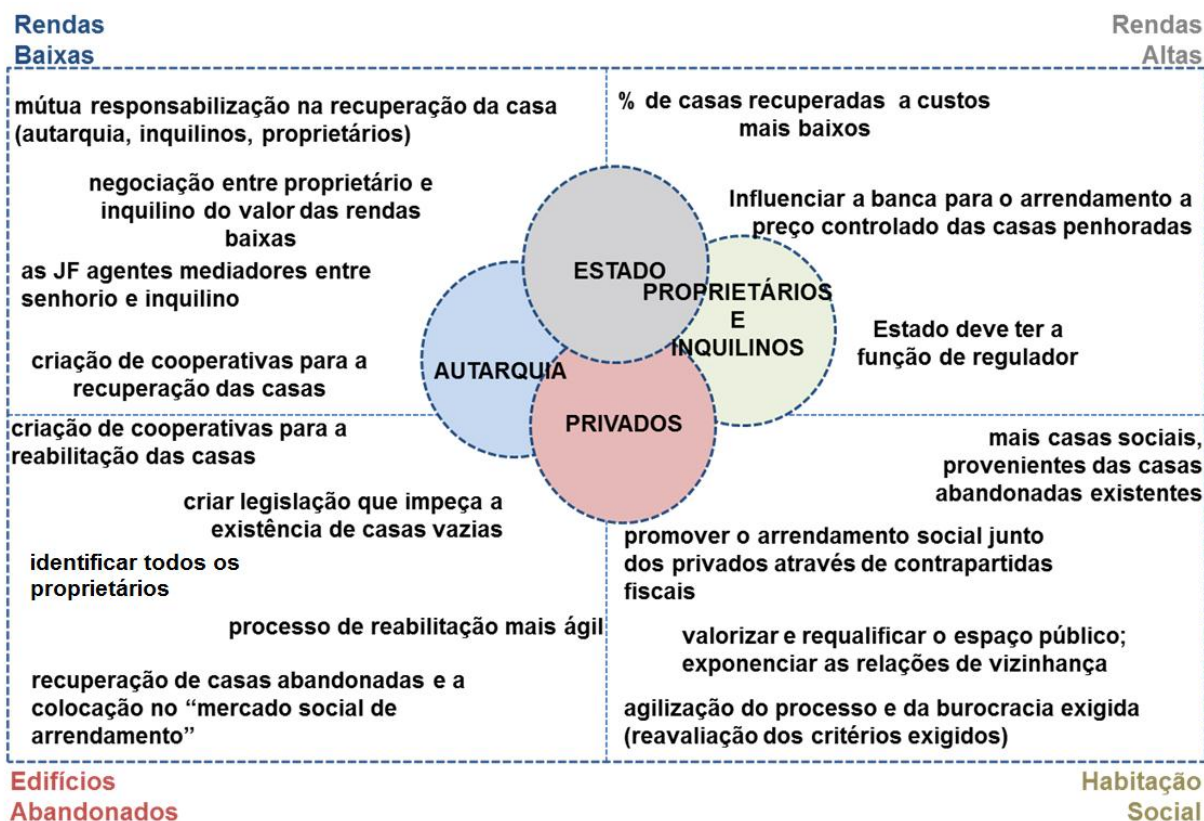
Propostas/Reflexões:

- Disponibilizar mais casas sociais evitando a construção de mais bairros, pois estes geram segregação e guetização da população. A opção será a recuperação de prédios/casas abandonadas existentes na cidade de Lisboa e a sua colocação no mercado de arrendamento social;
- Agilizar o processo burocrático exigido para o acesso a casas sociais e reavaliação dos critérios existentes;
- Estudar a possibilidade de o valor gasto pelo Estado num processo de realojamento ser entregue à família de modo a que esta opte pela solução que julgue mais conveniente, sem estar sujeita à habitação pública disponível;
- Promover a dispersão das pessoas socialmente mais fragilizadas de modo a evitar a sua concentração em bairros sociais já existentes e, consequentemente, o surgimento e/ou agravamento de problemas sociais;
- Disponibilizar espaços de comércio e de serviços a baixos preços e promover a construção de equipamentos/actividades de interesse público nos bairros municipais;
- Desenvolver e apoiar o comércio local adequado às necessidades da população e às suas especificidades culturais;
- Identificar e divulgar os recursos locais existentes;
- Promover o associativismo e a participação;
- Reabilitar os bairros municipais, valorizando e requalificando o espaço público;
- Melhorar a articulação e cooperação entre as várias instituições que trabalham para a população dos bairros, rentabilizando recursos, estabelecendo prioridades de acção e dando respostas efectivas às necessidades da população;
- Envolver os executores na definição e tomada de decisão;
- Capacitar as instituições e co-responsabilizar os moradores.

Quadro Resumo 1:



Quadro Resumo 2:



1.6 Conclusões e Recomendações

No mercado de habitação em Portugal prevalece o acesso à propriedade, com um mercado de arrendamento pouco dinâmico e com a generalização da presença da construção em detrimento da aposta na conservação e reabilitação do edificado.

Este cenário é também reflexo da falta de políticas públicas de habitação que corrijam as disfunções e as falhas de mercado e pode ser considerado como a causa de muitos dos problemas habitacionais existentes.

Na cidade de Lisboa a questão da habitação é um tema de particular relevância. Esta é uma cidade com um parque habitacional envelhecido e degradado devido à pouca construção existente e ao pouco interesse, ou dificuldades, que a reabilitação tem conhecido.

Contudo, os últimos programas existentes para a cidade de Lisboa (PLH e Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa) mencionam claramente a prioridade que deverá ser dada à reabilitação do edificado como “trunfo” de revitalização da cidade.

Medidas dirigidas à reabilitação do edificado lisboeta permitirão a revitalização do mercado imobiliário (de venda e arrendamento), e promoverão também, com certeza, uma maior dinâmica demográfica. Uma cidade que sente fortemente a fuga da população para os concelhos periféricos, não pode deixar de ver a reabilitação como uma oportunidade para poder fixar população e atrair novos moradores.

No entanto, as preocupações de reabilitação não poderão ser dissociadas das preocupações sociais.

Como referenciado por vários autores⁷⁴, a recuperação de zonas degradadas no centro da cidade poderá iniciar o processo de gentrificação. Ou seja, o embelezamento e as boas condições dos edifícios antigos no centro das cidades, de elevado valor, são atractivos para novos residentes de estratos sociais mais elevados que valorizam o ambiente urbano do centro das cidades. Mas repelem as populações de menores recursos ou jovens no início da vida activa.

Este fenómeno, que já ocorreu em diversas cidades anglo-saxónicas, levanta várias questões: Os programas de reabilitação promovidos são destinados a quem e a quê? À cidade exclusivamente e à sua melhoria arquitectónica? À atracção de novos habitantes com mais poder económico, ou para os actuais habitantes, facultando-lhes melhores condições de habitabilidade? Ou para ambos?

Não menosprezando os interesses de mercado provenientes da reabilitação urbana, o processo de reabilitação que vai ocorrer na cidade de Lisboa deve ter uma atenção especial aos que têm menos recursos e não podem pagar a valorização do preço das casas, não os negligenciando e fazendo com que se mantenham a residir nos “seus” bairros.

A reabilitação urbana não pode ter como destinatários apenas aqueles que têm mais recursos económicos, como tem sido maioritariamente o seu propósito. A reabilitação tem de ser desenvolvida numa perspectiva sustentada, garantindo preços acessíveis de habitação de modo a que Lisboa seja uma cidade para todos.

O peso dos alojamentos vagos deve também ser alvo de reflexão. Em 2011, todas as freguesias, sobretudo as do centro histórico, registaram um aumento no número de alojamentos vagos face a 2001. Estes alojamentos poderão ser habitações que estão disponíveis no mercado, para venda ou arrendamento, mas também existe um número grande de alojamentos que se encontram em situação de ruína e/ou mau estado e, por isso, sem condições de habitabilidade.

Em Lisboa existe um número muito elevado de casas (54.081) que não estão no mercado de arrendamento ou venda por se encontrarem devolutas ou em condições de mau estado e ruína.

A existência de um número elevado de imóveis devolutos, juntamente com outras condicionantes, está a restringir a oferta de alojamento contribuindo para o desequilíbrio entre oferta e procura,

⁷⁴ Ex: Sharon Zukin e Ruth Glass

inflacionando fortemente os preços tanto de arrendamento como de venda. Assim sendo, a colocação destes imóveis devolutos no mercado poderia ajudar a equilibrar oferta e procura, dinamizando o mercado de reabilitação com consequências benéficas para o acesso à habitação mas também para a economia local.

Reconhecemos o esforço que está a ser desenvolvido nos últimos anos pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Santa Casa da Misericórdia na área da reabilitação urbana da cidade. No entanto, o grande desconhecimento que ainda existe sobre quem são os proprietários privados dos edifícios degradados existentes impede a necessária eficácia de actuação. Portanto, é urgente conhecer quem são os proprietários de Lisboa e saber quais os impedimentos existentes para que se inicie um processo mais definido e estratégico de reabilitação urbana.

Apesar de os dados de 2011 demonstrarem uma tendência para um maior equilíbrio no mercado de arrendamento em Lisboa, verifica-se a existência de uma polarização entre um mercado “velho”, com uma persistência significativa de rendas com valores baixos, e um mercado “novo” onde o valor das rendas chega a ultrapassar claramente os 650€.

Estando os preços baixos associados a contratos de arrendamento antigos, muitos dos seus inquilinos serão idosos com uma situação física e monetária frágil, muitos deles em situação de vulnerabilidade extrema, o que sublinha a necessidade imperiosa de acompanhamento destas famílias, muitas delas unipessoais, pois o aumento do preço da renda que se antevê com a nova lei do arrendamento poderá vir a agudizar ainda mais a sua situação de fragilidade.

A polarização do valor das rendas no mercado de arrendamento em Lisboa implica outra questão: o facto de existir uma lacuna na oferta de habitações a um preço “equilibrado”.

A oferta no mercado privado de arrendamento na cidade de Lisboa caracteriza-se, por um lado, pela polarização entre preços altos e baixos (estes em casas com poucas condições de habitabilidade), e, por outro, pela oferta limitada de habitação social face à procura existente, com regras de acesso bastante restritivas, sendo uma alternativa associada a grupos sociais vulneráveis e, por isso, “estigmatizada” e “estigmatizante”.

A questão que se coloca será então a de procurar respostas para aqueles que não têm nem acesso ao mercado privado de habitação, por os preços praticados excederem as suas possibilidades financeiras, nem a uma habitação de cariz social por os seus rendimentos ultrapassarem os limites estabelecidos pelas regras existentes.

Definitivamente, Lisboa é uma cidade que vive um grave problema com a degradação do edificado, com consequências nefastas diversas para a qualidade de vida na cidade.

Reavivar as cooperativas de habitação em moldes adequados às necessidades actuais; estimular a participação e envolvimento da comunidade mobilizando-a para encontrar soluções negociadas; envolver todos os agentes institucionais e não institucionais recordando a necessidade de partilha de responsabilidades; agilizar os processos de reabilitação urbana são acções que têm que ser reforçadas de modo a tornar Lisboa numa cidade melhor.



EDUCAÇÃO

2. EDUCAÇÃO

2.1 Introdução

Sendo certo que a pobreza não pode ser explicada apenas por uma causa, é também seguro que, como diversos estudos demonstram, existe uma forte relação entre a pobreza e o nível de instrução sendo a sua incidência tendencialmente maior nas famílias menos qualificadas e escolarizadas, facto que tende a reproduzir-se entre gerações.

Como referido no Boletim Económico / Primavera 2009 do Banco de Portugal, “O número de anos de educação do representante surge como uma variável importante na identificação da incidência da pobreza em Portugal. De facto, a taxa de pobreza diminui consistentemente à medida que aumenta o número de anos de escolaridade completa do representante. Esta relação é observada de forma robusta em todas as medidas de despesa e rendimento.”⁷⁵

A luta contra a pobreza passa, assim, necessariamente pelo combate em defesa do direito à Educação, pelo que o Observatório dedicará permanentemente atenção a este tema.

Acresce que as políticas na área da Educação tornaram-se centrais nas últimas décadas em Portugal, desempenhando papel determinante nos processos de democratização e de modernização do País, fundamentais no combate à pobreza de modo sustentado e duradouro.

De facto, apesar de, ao longo dos anos, Portugal ficar aquém de resultados obtidos por outros países europeus, é notável o caminho percorrido nas últimas décadas no que se refere à escolarização da população portuguesa, sob o impulso da instauração da democracia.

A partir dessa época verifica-se uma evolução positiva em todos os graus de Ensino: o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, que em 1960 tinham uma Taxa Real de Escolarização de 5%, em 2007 atinge uma taxa de cerca de 90%; a Educação Pré-Escolar e o Ensino Secundário que em 1960 registaram taxas de escolarização de apenas 1%, passados 47 anos atingem, respectivamente, 78% e 60%.

As políticas de educação adoptadas aos longos dos vários anos permitiram reduzir a taxa de analfabetismo, que em 1960 era de 40%, para 9% em 2001.

Os dados que apresentamos em seguida permitem conhecer esta evolução, ao longo das várias décadas e até ao momento presente, tanto em Portugal como na região de Lisboa.

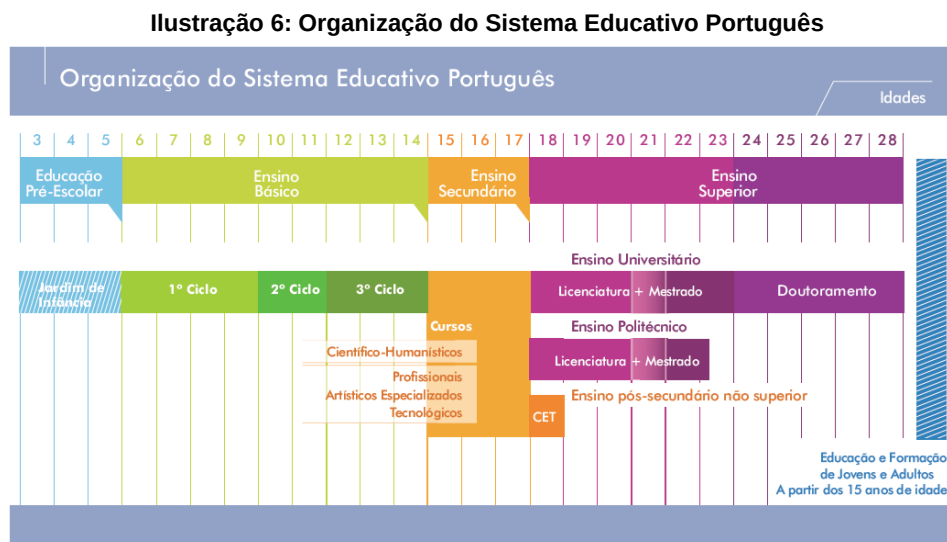
⁷⁵ “Novos factos sobre a Pobreza em Portugal”, Nuno Alves, Boletim Económico / Primavera 2009, Vol. 15 nº.1, Banco de Portugal, pág. 125.

2.2 Pontos de Destaque

- A maioria da população portuguesa (69%) possui qualificações ao nível do Ensino Básico, sendo sobretudo o 1º e 2º Ciclos a abranger as percentagens mais elevadas de alunos: 19,4% e 27,8% respectivamente. A população do Concelho de Lisboa possui um nível de escolarização mais elevado do que o verificado a nível nacional: 27,4% concluiu o Ensino Superior e 13,7% o Secundário;
- Houve um grande aumento de qualificação da população portuguesa nas últimas décadas. É sobretudo no Ensino Superior que a variação entre 2001 e 2011 é mais surpreendente, chegando a atingir a nível nacional uma variação positiva de 97,3%. É no sexo feminino que esta variação se faz sentir com mais força tendo um acréscimo de 95,5% face a 2001, retratando o enorme salto positivo da qualificação escolar das mulheres. Continuam, no entanto, a haver mais mulheres do que homens, que possuem apenas o 1º Ciclo;
- O Ensino Secundário também registou grandes alterações em 10 anos tendo a taxa de retenção e desistência em Portugal, entre 2000 e 2010, sofrido uma redução de cerca de 20%. A taxa de transição/conclusão do Ensino Secundário, neste período, passou de 60,6% para 80,7%;
- Contrariamente a Portugal, em Lisboa prevalece a oferta de estabelecimentos privados em todos os graus de Ensino (com exceção do 3º ciclo do Ensino básico onde existe um equilíbrio entre oferta pública e privada). No Ensino Pré-escolar a oferta privada chega a 70%.

2.3 Sistema Educativo Português

A organização do actual sistema educativo português compreende a Educação Pré-escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e o Ensino Superior.



Fonte: GEPE, Gabinete de Estudos e Planeamento – Ministério da Educação

O ensino pré-escolar é facultativo, destinado a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. Aos 5 anos a entrada no sistema educativo é obrigatória através da frequência do Ensino Básico que se estrutura em três ciclos, com uma duração de quatro, dois e três anos, cada um.

O Ensino Secundário é composto por três anos lectivos que, de acordo com o tipo de ensino escolhido (científico-humanístico, profissional, artístico especializado ou tecnológico) permite dar seguimento aos estudos ou à integração laboral.

O prosseguimento dos estudos poderá ser feito através da frequência do ensino pós-secundário não superior, que se caracteriza por possuir cursos de especialização tecnológica (CET), ou do ensino superior.

A obtenção de certificação escolar e/ou profissional também é possível para jovens e adultos que se encontram fora do sistema de ensino e que possuem baixos níveis de qualificação, permitindo através da continuação dos estudos ou da avaliação de competências adquiridas, equivalências ao nível do Ensino Básico e Secundário, bem como, qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3.

2.4 Educação nos dias de hoje...

Portugal foi um dos países que mais progrediu em matéria e educação e formação, segundo o Relatório da Comissão Europeia sobre Educação e Formação relativo a 2010-2011⁷⁶, nomeadamente no que diz respeito:

- à redução do abandono escolar em 11 pontos percentuais nos últimos 6 anos, nunca se tendo antes verificado uma melhoria tão expressiva e tão rápida;
- ao acréscimo de 10% no número de jovens entre os 20 e 24 anos que concluíram o Ensino secundário;
- ao aumento, entre 2005 e 2009, de 10 para 15 em cada mil habitantes do número de jovens diplomados em Matemática, Ciência e Tecnologia, ultrapassando a média europeia (14/1000),
- ao aumento da frequência de jovens com 20 anos no Ensino Superior de 30% em 2005 para 37%), ultrapassando a média europeia (35%).

Contudo, apesar destes bons indicadores, o mesmo relatório da Comissão Europeia refere que Portugal tem ainda um caminho exigente a percorrer face aos objectivos para 2020 no domínio da educação, indicando cinco valores de referência para esse ano:

- taxa de abandono precoce do ensino e da formação ser inferior a 10%, significando (com base na taxa actual de 14,4%), pelo menos, 1,7 milhões de abandonos escolares a menos;
- percentagem de pessoas com idades entre os 30 e os 34 anos que concluíram o Ensino Superior ser pelo menos 40% (com base na taxa actual de 32,3%, tal significa um acréscimo de 2,6 milhões de diplomados);
- percentagem de pelo menos 95% das crianças entre os quatro anos e a idade de início do Ensino Primário obrigatório participarem no Ensino Pré-Escolar (alcançar esta meta significa aumentar em mais de 250 mil as crianças neste grau de ensino);
- a quota de jovens dos 15 anos com competências insuficientes em Leitura, Matemática e Ciências ser inferior a 15% dos valores actuais (alcançar este objectivo significa menos 250 000 alunos com fraco aproveitamento);
- pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64 anos) participar na aprendizagem ao longo da vida (a quota actual é de 9,3%). Atingir esta meta significa 15 milhões de adultos no Ensino e na Formação)."

Muitas destas questões, como o Abandono Escolar, a Educação Pré-Escolar e o Ensino Secundário, são temas que têm vindo a estar em foco tanto no círculo europeu através do *Quadro Estratégico de Cooperação Europeia em matéria de Educação e Formação (EF2020)*, como na cooperação latino americana, através, por exemplo, do *Projecto Metas Educativas 2021* Portugal ao participar activamente em ambos os programas juntou-se às preocupações sentidas pelos diferentes países no que concerne à área da educação e comprometeu-se em alcançar metas comuns de modo a reforçar a eficácia do seu sistema de educação e formação.

A Estratégia Europeia 2020⁷⁷ definia metas bem claras aos países membros no que dizia respeito à área da educação e formação, nomeadamente:

- no domínio da educação pré-escolar, com o objectivo de aumentar a oferta de educação pré-escolar, em 2020 frequentarem o pré-escolar pelo menos 95% das crianças entre os 4 anos e a idade de início da escolaridade obrigatória.
- no domínio do abandono precoce da educação e da formação, diminuir para 10% até 2020 a percentagem de alunos que abandonam o Ensino e a Formação.

⁷⁶ Relatório "Progress towards the common European objectives in education and training (2010/2011) - Indicators and benchmarks", 2011, European Commission.

⁷⁷ Programa 2020 – Programa Nacional de Reformas.

- no domínio do Ensino Secundário assegurar que, até 2021, entre 60% a 90% de jovens terminem o ensino secundário.⁷⁸

Com a entrada em vigor das medidas definidas e acordadas entre o Governo Português e a União Europeia/FMI (vulgo Troika) , os princípios acordados na Estratégia Europeia 2020 são reiterados no Programa de Assistência Económica e Financeira, nomeadamente, no que diz respeito à universalização da frequência da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

Todavia, as metas quantitativas que eram bem definidas na estratégia 2020 relativamente ao combate à baixa escolaridade e ao abandono escolar precoce, com o intuito de aumentar o número de jovens qualificados, não estão especificados no Memorando do Programa de Assistência Económica e Financeira.

⁷⁸ In Programa Educação 2015, Ministério da Educação do XVIII Governo Constitucional, págs. 11 e 12

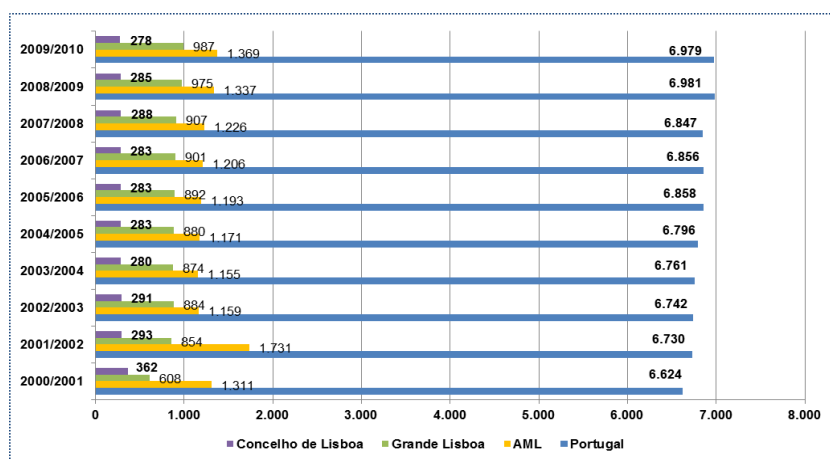
2.5 Indicadores de Educação Nacional e Região de Lisboa

2.5.1 Número de Estabelecimentos de Ensino

Em Portugal, bem como na Área Metropolitana de Lisboa e na Grande Lisboa, os estabelecimentos pré-escolares registaram um aumento contínuo desde 2000 até ao último ano lectivo de que temos registos (2009/2010), verificando-se na Grande Lisboa um aumento superior ao verificado a nível nacional (mais 379 novos estabelecimentos pré-escolares).

Relativamente ao concelho de Lisboa o cenário é inverso. Enquanto no ano lectivo 2000/01 existiam 362 pré-escolas, em 2009/10 eram 278, havendo, num período de 10 anos, uma diminuição de 84 estabelecimentos.

Gráfico N° 100: Estabelecimentos de Educação/Ensino Pré-Escolar



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação

Assim, este decréscimo do número de estabelecimentos no Concelho (que perde 23,2% dos estabelecimentos) contrasta com a variação positiva que a Grande Lisboa regista (aumento de 62,3%), o que estará seguramente relacionado com a evolução demográfica desta Região⁷⁹.

Tabela N° 68: Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar
Variação %

	Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar Variação %		
	Total	Público	Privado
Portugal	5,4	1,6	13,1
AML	4,4	-40,9	0,9
Grande Lisboa	62,3	31,7	11,6
Concelho de Lisboa	-23,2	-67,2	-4,0

Fonte: GEPE (cálculo OLCPL)

As escolas do pré-escolar da Área Metropolitana representam no ano lectivo de 2009/10, 19,6%, as da Grande Lisboa 14,1% e as da cidade de Lisboa 4,0%.

⁷⁹ Ver Ponto 1.1.3, Evolução da População em Portugal, pág. 12.

No que se refere ao Ensino Básico constata-se nos três ciclos que o compõem, a redução do número de estabelecimentos de Ensino no período de tempo em análise, um facto verificado em todas as unidades territoriais em análise, exceptuando o Ensino básico do 3º ciclo a nível nacional que, apesar de registar oscilações nos vários períodos analisados (positivas ou negativas consoante os anos), tem em 2009/10 mais 92 escolas do que as que tinha no ano lectivo 2000/01 (variação positiva de 6,4%).

**Tabela Nº 69: Estabelecimentos de Educação/Ensino Básico
Variação %**

	Estabelecimentos de Educação Ensino Básico Variação %		
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo
Portugal	-39,3	-19,1	6,4
AML	-52,5	-30,3	-24,0
Grande Lisboa	-4,1	4,9	-0,4
Concelho de Lisboa	-15,8	-2,3	-9,3

Fonte: GEPE (cálculo OLCPL)

O panorama difere no Ensino Secundário que neste período apresenta mais estabelecimentos de Ensino em funcionamento e ao dispor da população. Apenas a Área Metropolitana de Lisboa segue a tendência de perda de estabelecimentos, com uma variação negativa de 13,2%.

Neste nível de Ensino tanto a cidade de Lisboa como a Grande Lisboa destacam-se do País com variações positivas mais elevadas: 7,4% e 7,9%, respectivamente.

Tabela Nº 70: Estabelecimentos de Educação/Ensino Secundário Variação %

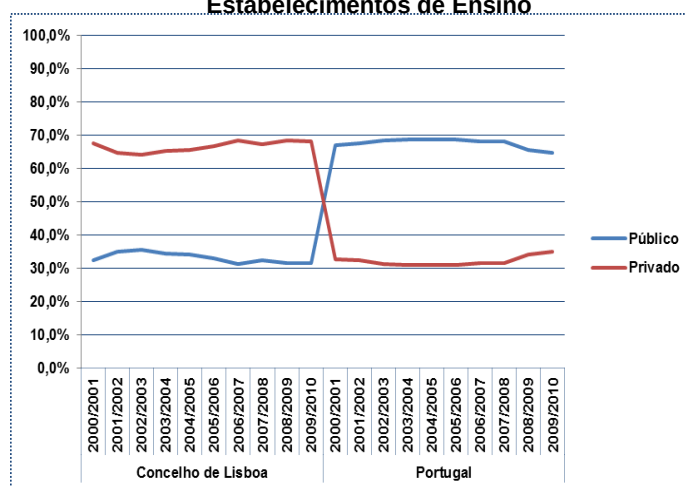
	Estabelecimentos de Educação Ensino Secundário - Variação %
Portugal	5,2
AML	-13,2
Grande Lisboa	7,9
Concelho de Lisboa	7,4

Fonte: GEPE (cálculo OLCPL)

2.5.1.1 Natureza Institucional dos Estabelecimentos de Ensino

Existe uma distinção clara entre a realidade vivida no conjunto do País, onde a oferta pública de ensino em todos os níveis de ensino é sempre superior à oferta privada, e a realidade do Concelho de Lisboa, onde a prevalência de estabelecimentos privados de ensino em todos os graus, com excepção do 3º ciclo do Ensino Básico onde existe um equilíbrio entre oferta pública e privada.

Gráfico N° 101: Natureza Institucional dos Estabelecimentos de Ensino



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação

No que diz respeito à cidade de Lisboa e restante região, este facto é mais relevante sobretudo no pré-escolar onde, desde o ano lectivo 2000/2001 até 2009/2010 a oferta privada de Ensino foi sempre superior, chegando as percentagens a rondar os 70%. Contrariamente, em Portugal cerca de 70% de oferta de Ensino pré-escolar é de cariz público.

Com base nestes dados, podemos concluir que a região de Lisboa e, nomeadamente, a cidade de Lisboa apresenta uma grande lacuna no que diz respeito às respostas públicas de 1ª infância e que a falta de oferta se tem vindo a intensificar, obrigando as famílias, com recursos para o fazer, a recorrerem à oferta privada.

Destaca-se a variação negativa que o concelho de Lisboa apresentou entre 2000/01 e 2009/2010, devendo-se este facto sobretudo à perda de estabelecimentos públicos de ensino (menos 67,2%), e a variação positiva registada na Grande Lisboa que se verificou pelo aumento de estabelecimentos públicos (31,7%) e privados (11,6%) pré-escolares.

**Tabela N° 71: Estabelecimentos de Educação/Ensino Pré-Escolar
Variação %**

	Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar - Variação %		
	Total	Público	Privado
Portugal	5,4%	1,6%	13,1%
AML	4,4%	-40,9%	0,9%
Grande Lisboa	62,3%	31,7%	11,6%
Concelho de Lisboa	-23,2%	-67,2%	-4,0%

Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação,
Ministério da Educação (cálculos OLCLP)

2.5.2 Número de Alunos Matriculados por Grau de Ensino

Neste período de 10 anos a Área Metropolitana de Lisboa foi o único território em análise que registou uma redução do número de alunos matriculados em todos os graus de Ensino, sendo o 1º ciclo aquele que teve uma redução mais significativa de alunos neste período de tempo: menos 32.124 alunos entre os anos lectivos 2000/01 e 2009/10, o que corresponde a uma variação negativa de 19,3%.

Contrariamente, a Grande Lisboa assinalou uma evolução positiva do número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino aqui retratados. O Ensino Secundário e o 3º ciclo do Ensino Básico foram os graus em que esta tendência se registou com maior incidência, apresentando aumentos de, respectivamente, 35,4% e 30,5%, valores largamente acima dos nacionais.

A cidade de Lisboa segue a tendência nacional, ou seja, ganhou alunos em todos os graus de ensino com excepção do 1º ciclo do Ensino Básico. Exceptuando o Ensino Pré-Escolar, onde a variação foi positiva mas inferior à nacional, nos restantes níveis de escolaridade as variações registadas são sempre mais elevadas que os verificados no conjunto do País. Ou seja, quando existe uma perda de alunos, Lisboa perde sempre menos e quando existe um ganho, a variação é sempre superior ao de Portugal.

O Ensino Secundário e o 3º ciclo do Ensino Básico, bem como o Pré-Escolar são os graus de ensino que obtiveram um maior crescimento no número de alunos matriculados em Lisboa.

Apesar deste crescimento no número de alunos regista-se, no entanto, uma redução no número de estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (-23,3%) e 3º ciclo do Ensino Básico (-9,3%).

Tabela Nº 72: Alunos Matriculados 2000/01-2009/10
Variação %

	Alunos Matriculados 2000/01-2009/10 - Variação %				
	Educação Pré-Escolar	Ensino Básico 1º Ciclo	Ensino Básico 2º Ciclo	Ensino Básico 3º Ciclo	Ensino Secundário
Portugal	16,5	-10,5	0,5	21,1	17,0
AML	-3,5	-19,3	-13,3	-4,6	-2,3
Grande Lisboa	26,2	4,6	13,9	30,5	30,8
Concelho de Lisboa	12,3	-6,5	0,8	24,0	35,4

Fonte: GEPE (cálculos OLCPL)

2.5.3 Número de Alunos Matriculados por Tipo de Ensino

Entre os anos lectivos de 2004 até 2009 as várias políticas de educação estabelecidas foram privilegiando um ou outro modelo de ensino, reflectindo-se estas decisões no número de alunos por tipo de ensino.

Neste período de tempo a obtenção de um nível de ensino poderia ser conseguido através de várias modalidades, permitindo uma certificação escolar e/ou profissional através da frequência do ensino regular, no caso dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei, ou do acesso a uma das várias modalidades de educação existentes para jovens e adultos que por algum motivo tiveram que interromper o seu percurso escolar normal, frequentando o Ensino Recorrente⁸⁰, Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)⁸¹, Cursos de Educação e Formação (CEF)⁸², Formações Modulares⁸³ ou através do Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências escolares e/ou profissionais adquiridas ao longo da vida, conhecidos como RVCC⁸⁴.

Como em Portugal, também no concelho de Lisboa o número de alunos no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico diz essencialmente respeito ao ensino regular, chegando a alcançar em alguns anos lectivos valores muito próximos dos 100%. Nestes dois níveis de ensino, a opção pelas restantes modalidades de ensino é quase inexpressiva, surgindo com valores muito residuais as opções do ensino recorrente, os cursos EFA e o sistema de validação e reconhecimento de competências.

Também no 3º ciclo do Ensino Básico e no Secundário, e ao longo do período aqui analisado, o ensino regular prevalece, tanto em território nacional como em Lisboa. Contudo este predomínio começa a esbater-se começando as outras formas de ensino a ganhar mais expressão. É sobretudo nestes dois graus de ensino que quem se encontra fora do sistema dito “normal” procura alternativas que lhes permita obter equivalência académica.

No que diz respeito à obtenção do 3º ciclo, o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), os Cursos de Educação e Formação (CEF) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) são aqueles que foram ganhando mais destaque, em detrimento do ensino recorrente e dos cursos profissionais que viram o número de alunos matriculados diminuir muito consideravelmente.

Esta situação reflecte as políticas educativas adoptadas no que se refere às modalidades de educação/formação orientadas para adultos, tendo os processos de Reconhecimento, Validação e

⁸⁰ Ensino Recorrente: Modalidade de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do ensino básico e do ensino secundário. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

⁸¹ Oferta integrada de educação e formação, com dupla certificação escolar e profissional, destinada a adultos, maiores de 18 anos, que não possuam a escolaridade básica de 9 anos, sem qualificação profissional, empregados ou desempregados, inscritos nos Centros de Emprego do IEFP, ou indicados por outras entidades, como empresas, ministérios, sindicatos e outros. Conferem certificação escolar equivalente ao 1.º, 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico e certificação profissional de nível 1 ou 2.

⁸² Oferta integrada de educação e formação destinada preferencialmente a jovens com idades iguais ou superiores a 15 anos, em risco de abandono escolar ou que já abandonaram o sistema educativo antes da conclusão da escolaridade de 12 anos, bem como àqueles que, após a conclusão de 12 anos de escolaridade, não possuindo uma qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mercado de trabalho. Confere qualificação de nível 1, 2 ou 3 e certificação de conclusão dos 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade, respectivamente.

⁸³ As formações modulares destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, que não tenham concluído o ensino básico ou secundário. As formações modulares são capitalizáveis para a obtenção de uma ou mais qualificações constantes do Catálogo Nacional de Qualificações, e permitem a criação de percursos flexíveis de duração variada, caracterizados pela adaptação a diferentes modalidades de formação, públicos-alvo, metodologias, contextos formativos e formas de validação.

⁸⁴ O Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências permite aos adultos com idade igual ou superior a 18 anos reconhecer, validar e certificar os conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida em contextos formais, informais e não-formais. O processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências é desenvolvido em Centros Novas Oportunidades. Podem aceder a este processo candidatos que não tenham concluído o 1.º, 2.º ou 3.º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário, ou que não tenham uma dupla certificação de nível não superior.

Certificação de Competências (RVCC) e os Cursos de Educação e Formação de Adultos substituído gradualmente o ensino recorrente.

Ao contrário do verificado no 3º ciclo, os cursos profissionais ganharam no secundário uma importância gradual muito significativa no País e no Concelho de Lisboa, correspondendo em 2009/10 a 23% dos estudantes.

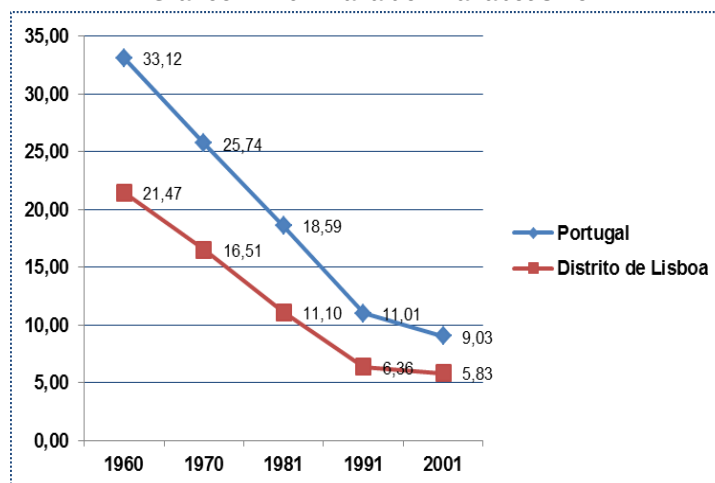
Percentagem semelhante possui também o sistema RVCC, tanto em Lisboa como em Portugal, correspondendo no ano lectivo 2009/10 a 86.956 e 7.381 matrículas, respectivamente. Simultaneamente verificou-se uma quebra progressiva no número de inscritos no ensino recorrente. No concelho de Lisboa, por exemplo, no ano lectivo 2004/05, 20,5% das matrículas encontravam-se no ensino recorrente, enquanto em 2009/10 correspondiam a 5,7% do total de alunos inscritos.

2.5.4 Taxa de Analfabetismo e Abandono Escolar

As taxas de analfabetismo, de abandono escolar, de escolarização, de retenção e desistência e de transição e conclusão, permitem verificar o “estado da nação” no que se refere à escolarização da população.

Como já foi referido anteriormente, Portugal apresenta uma evolução muito positiva ao longo dos anos no que respeita aos indicadores acima referidos, sendo o reflexo das políticas e medidas tomadas no que respeita à melhoria dos níveis de educação da população.

Gráfico N° 102: Taxa de Analfabetismo

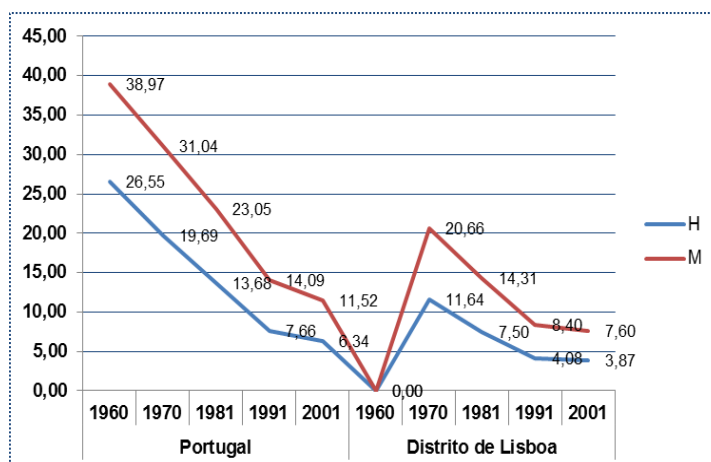


Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

A taxa de analfabetismo em Portugal, entre 1960 e 2001, sofreu uma redução de cerca de 24%: de 33,1% em 1960, passou para 9% em 2001. O distrito de Lisboa face ao resto do país durante estes 40 anos sempre registou valores mais favoráveis, registando em 2001 uma Taxa de Analfabetismo de 5,8%.

No País e no Distrito a maioria dos analfabetos são mulheres, apesar da diferença entre géneros nesta matéria se ter atenuado ao longo dos anos. A verdade é que em 2001, em Portugal, 11,5% das mulheres eram analfabetas, face aos 6,3% dos homens. No distrito de Lisboa o cenário mantém-se e a percentagem de mulheres analfabetas em 2001 (7,6%) é superior à dos homens.

Gráfico N° 103: Taxa de Analfabetismos por Género



Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística

A nível concelhio e por freguesias, os dados da taxa de analfabetismo indicam que o concelho de Lisboa tanto em 1991 como em 2001 apresenta melhores resultados que a nível nacional, 6% em 2001

face aos 9% de Portugal, indicando que há menos pessoas iletradas a residir na cidade de Lisboa. Contudo, há um dado que se destaca e que será interessante confirmar com os resultados dos Censos 2011: houve um ligeiro aumento da taxa de analfabetismo no Concelho de Lisboa em 2001 face a 1991, contrariando a redução da taxa de analfabetismo que se verifica no restante território.

Tabela Nº 73: Taxa de Analfabetismo por Local de Residência (1991-2001)

	Taxa de Analfabetismo por Local de Residência 1991-2001 (%)		Variação %
	1991	2001	1991/2001
Portugal	11,0	9,0	-18,0
AML	6,2	5,7	-7,4
Grande Lisboa	5,6	5,3	-5,4
Concelho de Lisboa	5,7	6,0	5,8

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística, Censos (cálculos OLCPL)

Foram 33 as freguesias que contribuíram para este aumento da taxa de analfabetismo. Aquelas que ultrapassaram uma variação de 30% foram as de São Sebastião da Pedreira, Santa Justa, Pena, Coração de Jesus, São João de Brito, São Miguel, Ameixoeira, Charneca.

Outro indicador que revela os bons resultados de Portugal no que respeita à escolarização é a Taxa de Abandono Escolar que, entre 1991 e 2001, registou uma diminuição considerável em todas as unidades territoriais aqui analisadas. Em 1991 em Portugal esta taxa corresponde a 12,6% enquanto em 2001 era de 2,7%.

O Concelho de Lisboa registou uma taxa de abandono escolar superior à Área Metropolitana de Lisboa e à Grande Lisboa, contudo, inferior aos valores indicados para Portugal. São apenas cinco as freguesias onde houve mais pessoas a abandonar o sistema de Ensino em 2001 do que em 1991. São elas São Nicolau, Castelo, Graça, Sacramento e São Vicente de Fora.

As restantes freguesias do concelho de Lisboa registaram diminuição na taxa de abandono escolar.

Tabela Nº 74: Taxa de Abandono Escolar por Local de Residência (1991-2001)

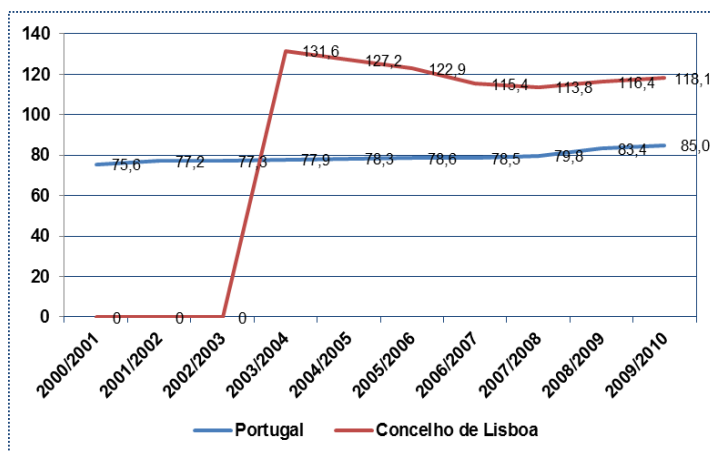
	Taxa de Abandono Escolar por Local de Residência 1991-2001 (%)		Variação %
	1991	2001	1991/2001
São Nicolau	2,7	7,1	167,4
Castelo	5,7	12,5	120,8
Graça	3,5	5,2	45,9
Sacramento	5,4	7,4	37,0
São Vicente de Fora	4,8	4,9	2,3

Fonte: INE, Instituto Nacional de Estatística (cálculos OLCPL)

2.5.5 Taxa Bruta e Real de Escolarização⁸⁵

Relativamente à taxa bruta de pré-Escolarização, Portugal demonstra uma evolução positiva ao longo da última década, tendo registado um crescimento de cerca 10 pontos percentuais, contabilizando no ano lectivo 2009/2010 uma taxa bruta de pré-escolarização de 85%.

Gráfico N° 104: Taxa Bruta de Pré-Escolarização



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação e Anuários Estatísticos Região Lisboa

A cidade de Lisboa, apesar de a partir de 2003 ter vindo a diminuir os valores referentes à taxa bruta de pré-escolarização, significando que há menos crianças “fora da idade normal” inscritas no Ensino pré-escolar, em 2009 encontra-se 33% acima do valor nacional, apresentando uma taxa bruta de 118,1%⁸⁶.

De notar que a existência de uma taxa bruta de escolarização elevada num dado ano e num dado nível de Ensino não significa necessariamente ter elevados níveis de retenção, mas poderá significar a capacidade em captar alunos que já se encontram fora do sistema e, por isso, com idade superior à considerada “normal” ou “ideal” para frequentar aquele grau de Ensino.

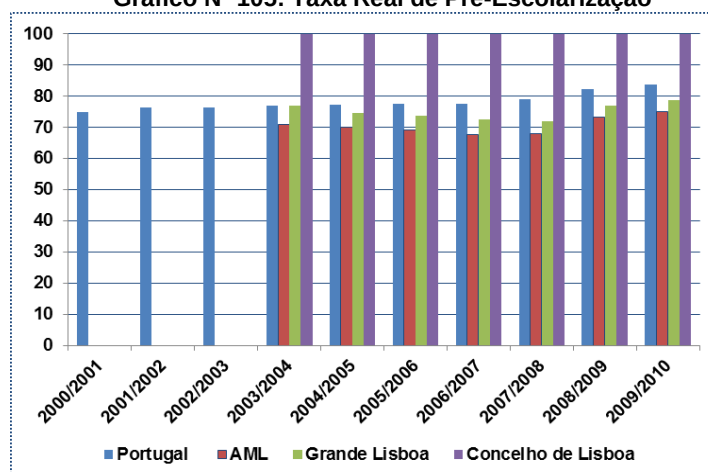
Contudo, o sucesso ou insucesso da escolarização da população não podem ser unicamente lidos através da taxa bruta de escolarização, mas deverão ser complementados com a leitura da taxa real de escolarização

A taxa real de pré-escolarização no concelho de Lisboa, desde o ano lectivo 2003/2004, indica que todas as crianças em idade pré-escolar se encontram inseridas num estabelecimento de ensino, sendo o único território aqui analisado onde isso acontece. Portugal e a restante região de Lisboa (Área Metropolitana e Grande Lisboa) apresentam uma evolução positiva no decorrer do período analisado, sendo a taxa real de pré-escolarização em Portugal sempre superior aos valores da Área Metropolitana e da Grande Lisboa.

⁸⁵ A Taxa Bruta de Escolarização diz respeito à relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudo. A Taxa Real de Escolarização mede a relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários

⁸⁶ Os valores acima dos 100% são explicados pelo número de alunos que estão fora do limite de idade estabelecido para frequentar este nível de Ensino, mas que por algum motivo, permanecem inscritos.

Gráfico N° 105: Taxa Real de Pré-Escolarização



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação e Anuários Estatísticos Região

O Concelho de Lisboa garante a integração da totalidade das crianças com idade pré-escolar no ensino, mas a Região de Lisboa e o País estão mais longe de alcançar o objectivo estabelecido na Estratégia 2020 de pelo menos 95% das crianças entre os quatro anos e a idade de início do ensino primário obrigatório participarem no ensino pré-escolar.

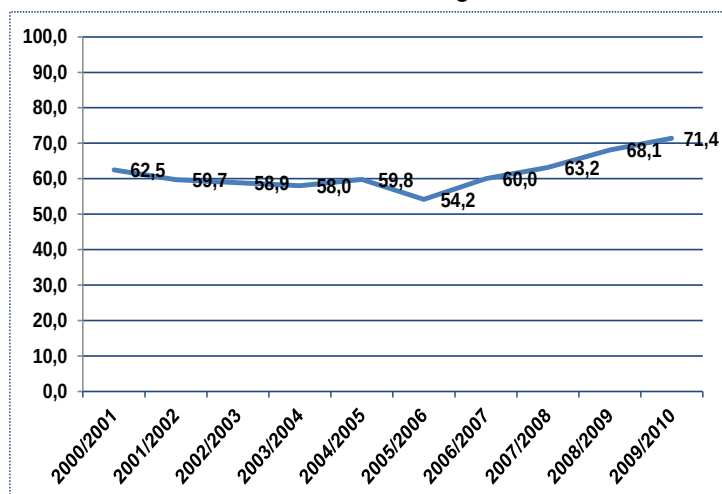
Quando observamos os valores da taxa bruta de escolarização referente ao Ensino Básico e a taxa real, constatamos que os valores de escolarização aumentam face ao pré-escolar, sendo a taxa real de escolarização do Ensino Básico em Portugal, no ano lectivo 2009/10, de 94,4%. Este valor elevado deve-se sobretudo ao 1º ciclo do Ensino Básico que apresenta taxas de escolarização de 100%. A comparação entre a taxa real e a bruta permite concluir que 32,7% dos alunos inscritos no Ensino Básico em Portugal não se enquadram nas faixas etárias consideradas “normais” de frequência.

Para a Grande Lisboa e Concelho de Lisboa apenas possuímos dados relativos à taxa bruta de escolarização. Estes dados permitem verificar que tanto a Grande Lisboa como a cidade desde o ano lectivo 2004/05 foram registando valores crescentes, ultrapassando sempre os 100%.

No ano lectivo 2009/10, bem como em todos os restantes, Lisboa apresentou valores de taxa de escolarização bruta superiores ao do país (186,7%).

Tendo em conta que o valor máximo da taxa real de escolarização é 100%, e se consideramos a suposição que Lisboa atingiu esse valor máximo, pelo menos cerca de 86,7% dos alunos inscritos no Ensino básico ultrapassaram a idade considerada regular para frequentar este grau de Ensino.

Gráfico N° 106: Taxa Real de Escolarização no Ensino Secundário - Portugal

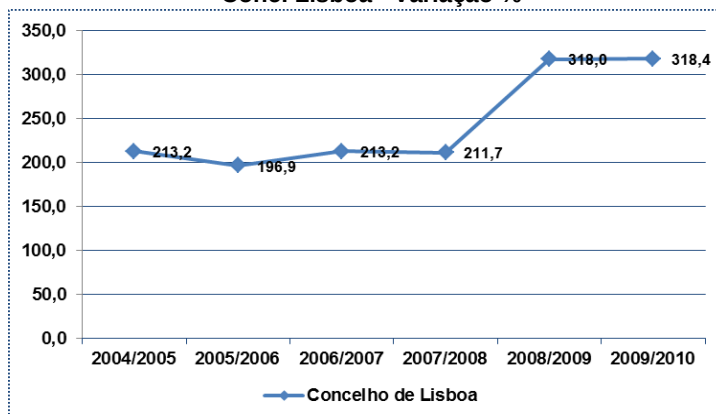


Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação e Anuários Estatísticos Região Lisboa (INE)

Dos três graus de Ensino referidos neste relatório (pré-escolar, básico e secundário) é este último que em comparação com os restantes apresenta valores inferiores de taxa de escolarização, tanto em termos de taxa bruta como real, significando que há menos pessoas que atingem este nível de Ensino. No ano lectivo de 2009/10 a taxa real de escolarização no Ensino secundário em Portugal era de 71,4%, tendo registado uma evolução de 8,9% face ao ano 2000/01.

Relativamente à cidade de Lisboa verifica-se que o número de inscritos entre 2004/05 e 2009/10 aumentou consideravelmente, chegando a alcançar no último período o valor de 318,4%, mais 172,2% que os dados nacionais. Assim, há proporcionalmente muitas mais pessoas inscritas no Ensino Secundário na cidade de Lisboa do que no resto do país e, por outro, há em Lisboa mais alunos inscritos fora das idades limite.

Gráfico N° 107: Número de Inscritos no Ensino Secundário Conc. Lisboa - Variação %



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, Ministério da Educação e Anuários Estatísticos Região Lisboa (INE), (cálculos OLCPL)

2.5.6 Taxa de Retenção e Desistência

Regista-se uma evolução positiva da taxa de retenção e desistência no período de 10 anos, tanto no Ensino Básico como no Secundário, sendo a taxa de sucesso mais elevada no primeiro. Contudo, foi no Ensino Secundário que se registaram maiores transformações nestes 10 anos, tendo a taxa de retenção e desistência em Portugal entre 2000 e 2010 sofrido uma redução de cerca de 20%. No concelho de Lisboa, entre 2003 e 2010, este valor atingiu os 14,8%.

Verifica-se, assim, que tanto em Portugal como na região de Lisboa a retenção e desistência de alunos têm vindo a decrescer, apresentando Portugal no ano lectivo 2009/10 um valor mais positivo no Ensino Básico (7,9%), face ao concelho de Lisboa (8,8%) e restante região. Por sua vez, no que se refere ao Ensino Secundário a cidade de Lisboa exibe um melhor resultado face ao panorama nacional (18,7% em 2009/10).

Valor semelhante ao registado em Portugal, mas com orientação positiva, verificou-se na taxa de transição/conclusão do Ensino Secundário que entre 2000 e 2010 passou de 60,6% para 80,7%, o maior crescimento registado comparando com os outros níveis de Ensino, permitindo afirmar a existência de uma aumento no grau de escolarização da população portuguesa muito substancial.

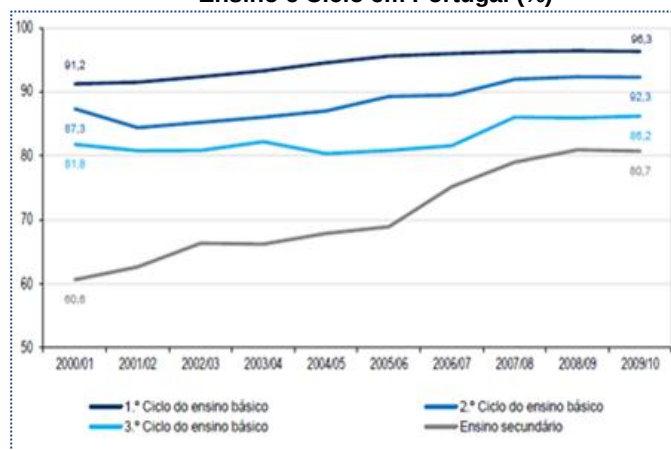
Apesar de para o concelho de Lisboa apenas possuímos dados a partir do ano lectivo 2007/2008 até 2009/2010, constata-se um acompanhamento da evolução ocorrida a nível nacional, ultrapassando em todos os anos os valores de Portugal e da restante região de Lisboa.

Tabela Nº 75: Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário

	Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário		
	2007/2008	2008/2009	2009/2010
Portugal	79,0	80,9	80,7
AML	76,5	78,5	78,1
Grande Lisboa	77,0	79,1	78,2
Concelho de Lisboa	79,8	81,8	81,3

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos Região Lisboa

Gráfico Nº 108: Taxa de Transição/Conclusão por Nível de Ensino e Ciclo em Portugal (%)



Fonte: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento, Ministério da Educação

2.5.7 População Residente por Nível de Escolaridade mais Elevado Completo

Tendo em conta os dados disponibilizados pelos Censos 2011⁸⁷ constata-se que a população do concelho de Lisboa possui um nível de escolarização mais elevado do que o verificado a nível nacional. Também uma percentagem mais elevada da população de Lisboa (27,4%) concluiu o Ensino Superior e 13,7% possui habilitações académicas a nível do Secundário. Por outro lado, 52% dos residentes em Lisboa possui apenas o Ensino Básico, mais concretamente, o 1º e 2º ciclos (19,4% cada) e o 3º ciclo (13,2%).

Já no que diz respeito ao país, constata-se que a maioria da população (69%) possui qualificações a nível do Ensino Básico sendo sobretudo o 1º ciclo e 2º ciclos a abarcarem as percentagens mais elevadas de população: 19,4% e 27,8%, respectivamente. Apenas cerca de 12% da população a nível nacional finalizou o Ensino Secundário e o Ensino Superior, o que evidencia que, apesar dos esforços efectuados, das medidas tomadas ao longo das várias décadas e dos seus efeitos positivos, a população portuguesa ainda possui baixos níveis de instrução.

Do caminho percorrido para melhorar as habilitações em Portugal ressalta o aumento do número de mulheres no ensino, realçando-se o facto de serem maioritárias no Secundário e no Superior e, no concelho de Lisboa, também no 3º ciclo.

Em relação ao Ensino Superior, Portugal apresenta a percentagem mais elevada de população feminina (60,6%), valor superior à Área Metropolitana de Lisboa, à Grande Lisboa e ao Concelho de Lisboa. Pelo contrário, o número de licenciados do género masculino é superior na cidade de Lisboa, comparativamente com Portugal e restante região.

Os valores negativos, de variação percentual, entre o ano de 2001 e 2011, dos 1º e 2º ciclos e a variação positiva registada nos ciclos e graus de Ensino subsequentes, demonstram bem o aumento de qualificação da população portuguesa. É sobretudo no Ensino Superior que a variação entre 2001 e 2011 é mais surpreendente, chegando a atingir a nível nacional 87,3%. Uma vez mais é no sexo feminino que esta variação se faz sentir com mais força registando um acréscimo de 95,5% face a 2001, retratando de forma inequívoca o salto positivo no que concerne à qualificação das mulheres.

Tabela Nº 76: População Residente por Local de Residência e Nível de Escolaridade mais Elevado – 2001-2011

	População Residente (nº) por Local de Residência e Nível de Escolaridade - Variação 2001-2011 (%)					
	Nenhuma	Básico 1º Ciclo	Básico 2º Ciclo	Básico 3º Ciclo	Secundário	Superior
Portugal	-26,0	-7,0	-1,9	18,3	19,2	87,3
Concelho de Lisboa	-21,9	-17,4	-2,2	-10,5	-17,5	54,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011 (cálculos OLCPL)

No concelho de Lisboa a variação é negativa em todos os graus de Ensino, com excepção do Ensino Superior. Este facto dever-se-á a uma diminuição da sua população residente mais jovem, em simultâneo com a posição que assume perante o restante País no seu se refere ao Ensino Superior, exercendo uma forte atracção de jovens universitários oriundos de Concelhos mais distantes que buscam residência em Lisboa de modo a prosseguirem aí os seus estudos.

⁸⁷ Na análise da população residente por nível de escolaridade mais elevado não será tida em conta a categoria “nenhum” pelo facto de a contabilização ter sido efectuada tendo por base o total da população e, por esse motivo, contar as pessoas que ainda não têm idade para entrar no sistema educativo.

2.6 Conclusões e Recomendações

Devido às medidas e políticas adoptadas pelos vários governos depois de 1974 até à actualidade, Portugal conseguiu melhorar claramente os níveis de educação da sua população.

A análise do conjunto dos indicadores apresentados neste capítulo sobre educação permite confirmar o aumento da qualificação da população portuguesa, reflectido nas melhorias sentidas em todos os graus de Ensino.

Resumindo:

- Em 1960, 40% da população era analfabeta, enquanto em 2001 era 9%
- Os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, que em 1960 tinham Taxas Reais de Escolarização de 5%, em 2010 chegam a atingir taxas de cerca 90%
- A Educação Pré-Escolar e o Ensino Secundário, que em 1960 tinham Taxas de Escolarização de 1%, em 2010 atingem 85% e 71,4%
- A Taxa de Transição/Conclusão do Ensino Secundário é, em 2010, de 80,7%
- A variação percentual, entre 2001 e 2011, do número de alunos no Ensino Superior é de 97,3%

Contudo, apesar dos esforços efectuados ao longo das várias décadas e da mudança conseguida, a verdade é que a maior parte da população portuguesa ainda possui baixos níveis de instrução (69% possui qualificações a nível do Ensino Básico).

Lisboa difere um pouco deste cenário. Apesar de 52% da população possuir o Ensino Básico (repartido pelos vários ciclos de Ensino: 1º e 2º ciclo, 19,4%; 3º ciclo, 13,2%), é em Lisboa que se verifica a percentagem mais elevada de população com o Ensino Superior (27,4%).

A cidade de Lisboa também se distingue do país no que concerne à natureza institucional dos estabelecimentos de Ensino e à evolução do número de escolas.

Assim, enquanto em Portugal a oferta de Ensino Público é sempre superior à oferta de Ensino Privado, em todos os níveis de Ensino, em Lisboa é a natureza privada dos estabelecimentos que prevalece.

Este é um aspecto que as entidades responsáveis deverão priorizar na sua intervenção de modo a promover a coesão social do território.

No que respeita ao número de escolas, sobretudo do pré-escolar, Lisboa é o único território aqui analisado que regista em dez anos (2000-2010) uma redução (menos 30,2%), apesar de ter registado um aumento no número de alunos e uma Taxa Real de Pré-Escolarização de 100%.

A análise por género retrata um país onde há maior percentagem de analfabetismo entre as mulheres. Em 2001, 11,5% das mulheres portuguesas não sabe ler nem escrever, face aos 6,3% de homens, sendo também maioritárias no 1º ciclo do Ensino Básico. No entanto, é também nos dois níveis de Ensino mais elevados, Secundário e Superior, que as mulheres se destacam tendo existido, entre 2001 e 2011, uma variação de 95,5% no Ensino Superior.

Apesar de o concelho de Lisboa, tanto em 1991 como em 2001, apresentar Taxas de Analfabetismo mais baixas que Portugal (6% em 2001, face aos 9% em Portugal), a verdade é que em 10 anos registou um ligeiro aumento, contrariando a redução sentida no resto do território. Este é um dado que é necessário acompanhar com os resultados dos Censos 2011, de modo a averiguar a sua tendência e encontrar as suas causas. ***De qualquer modo, este dado realça a necessidade de continuar a apostar na alfabetização da população adulta de modo a não permitir qualquer reversão na tendência positiva que se vinha realizando.***

ANEXOS

ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	PAG.
Gráfico Nº 1: Estrutura da População por Idades (1981-2011)	13
Gráfico Nº 2: Índice de Envelhecimento por NUT 2 2011	13
Gráfico Nº 3: Índice de Dependência NUT II 2011	13
Gráfico Nº 4: Índice de Sustentabilidade Potencial.....	14
Gráfico Nº 5: População Idosa que vive sozinha ou com outros Idosos (% face ao total de idosos).....	14
Gráfico Nº 6: Variação da População Idosa que Vive Sozinha 2001-2011 (%)	14
Gráfico Nº 7: Famílias Clássicas por Dimensão em Portugal 2011.....	16
Gráfico Nº 8: Variação Famílias Institucionais 2001-2011 (%)	16
Gráfico Nº 9: Evolução da Imigração em Portugal (1980-2010).....	17
Gráfico Nº 10: Evolução População Lisboa (Nº	22
Gráfico Nº 11: Evolução População 2001-2011 (%)	22
Gráfico Nº 12: Peso Relativo do Concelho de Lisboa na AML (%)	23
Gráfico Nº 13: Freguesias de Lisboa com Evolução mais Negativa (%)	23
Gráfico Nº 14: Variação População Lisboa 1981-2011 (%).....	24
Gráfico Nº 15: Variação População 2001-2011 - Freguesias com Evolução Positiva (%)	24
Gráfico Nº 16: Variação da População por género Freguesias do Centro de Lisboa (2001-2011) (%) ..	25
Gráfico Nº 17: Variação População Masculina nas Freguesias do Centro de Lisboa (2001-2011) (%) ..	25
Gráfico Nº 18: População de Lisboa por Grupos Etários (%)	26
Gráfico Nº 19: Agravamento do Índice de Dependência de Idosos (2001-2011) (%)	29
Gráfico Nº 20: Evolução dos Residentes e do Índice de Envelhecimento em Santa Justa	30
Gráfico Nº 21: Famílias Clássicas por Dimensão	33
Gráfico Nº 22: Dimensão Famílias no Concelho de Lisboa Variação % (2001-2011).....	33
Gráfico Nº 23: Evolução do número de trabalhadores no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)	48
Gráfico Nº 24: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por Sexo (%) - (2003-2009)	49
Gráfico Nº 25: Trabalhadores de Portugal e do Concelho de Lisboa por nível de habilitações (%) (2003-2009)	50
Gráfico Nº 26: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por Escalões Etários (2003-2009) - (%).....	51
Gráfico Nº 27: Trabalhadores do Concelho de Lisboa por dois Escalões Etários (%) (2003-2009)	51
Gráfico Nº 28: Evolução do ganho médio mensal em Portugal e no Concelho de Lisboa (Euros) (2003-2009)	52
Gráfico Nº 29: Evolução do Rácio S80/S20 no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009).....	53
Gráfico Nº 30: Evolução do Ganho Médio Mensal em Portugal e no Concelho de Lisboa por Sexo (Euros) (2003-2009).....	53
Gráfico Nº 31: Evolução do Número de Estabelecimentos no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003 - 2009)	55
Gráfico Nº 32: Evolução da Dimensão Média dos Estabelecimentos (número de trabalhadores) no Concelho de Lisboa e em Portugal (2003-2009)	56
Gráfico Nº 33: Estabelecimentos por CAE e Trabalhadores por CAE no Concelho de Lisboa (%) (2003)	57
Gráfico Nº 34: Estabelecimentos por CAE e Trabalhadores por CAE no Concelho de Lisboa (%) (2009)	57
Gráfico Nº 35: Ganho Médio Mensal dos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009).....	59
Gráfico Nº 36: Dimensão Média dos Estabelecimentos (nº de trabalhadores) nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)	60
Gráfico Nº 37: Importância das CAE nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009)	61
Gráfico Nº 38: Percentagem de Ganho Auferida pelos Quintis e S80/S20 nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009).....	62
Gráfico Nº 39: Sexo dos Trabalhadores nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009).....	62
Gráfico Nº 40: Habilitações dos Trabalhadores nos Clusters e no Concelho de Lisboa (2009)	63
Gráfico Nº 41: Nacionalidade dos Trabalhadores (português/estrangeiro) nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009).....	64
Gráfico Nº 42: Nacionalidade dos Trabalhadores Estrangeiros nos Clusters e no Concelho de Lisboa (%) (2009).....	65
Gráfico Nº 43: Ganho Médio nos Clusters e no Concelho de Lisboa por Nacionalidade (Euros) (2009) ..	66
Gráfico Nº 44: Taxa de Desemprego Portugal (2000-2011)	70
Gráfico Nº 45: Variação da Taxa de Emprego por Género.....	71
Gráfico Nº 46: Taxa de Emprego por Nível de Escolaridade – 2011 (%)	72
Gráfico Nº 47: Taxa de Desemprego por Nível de Escolaridade – 2011 (%)	72

Gráfico Nº 48: Taxa de Emprego por Escalões Etários (2011)	73
Gráfico Nº 49: Taxa de Desemprego 1º Ciclo Ensino Básico por Escalões Etários e Género - 2011	73
Gráfico Nº 50: Taxa de Desemprego Nenhum Nível de Ensino por Escalões Etários e Género - 2011	74
Gráfico Nº 51: Taxa de Emprego por Género – 2011.....	74
Gráfico Nº 52: Nº de Desempregados Inscritos no IEFP 2010 e Trimestres de 2011 (Concelho de Lisboa).....	76
Gráfico Nº 53: Desempregados por Nível de Escolaridade – Dezembro 2011	78
Gráfico Nº 54: Freguesias com Maior % de Desempregados com Ensino Superior.....	79
Gráfico Nº 55: Desempregados com < 1º ciclo no Concelho de Lisboa - 2011	79
Gráfico Nº 56: Desempregados por Escalão Etário – 4º Trimestre 2011 (%)	80
Gráfico Nº 57: Evolução dos Desempregados por Escalão Etário – Concelho Lisboa (1º e 4º Trimestre)	81
Gráfico Nº 58: Desempregados por Género - 2011.....	81
Gráfico Nº 59: Evolução Nº Desempregados 1º Emprego - 2011	82
Gráfico Nº 60: Desempregados à Procura 1º Emprego- Idades - 4º Trimestre 2011.....	82
Gráfico Nº 61: Desempregados à Procura 1º Emprego por Habilitações – Dez 2011 (%)	83
Gráfico Nº 62: Desempregados de Longa Duração por Género – Dez. 2011 (%)	84
Gráfico Nº 63: Desempregados de Longa Duração por Habilitações Literárias – Dez. 2011 (%).....	84
Gráfico Nº 64: Desempregados de Longa Duração por Escalão Etário – Dez. 2011 (%).....	85
Gráfico Nº 65: Síntese do Desemprego no Concelho de Lisboa 2011 (%)	85
Gráfico Nº 66: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011)	86
Gráfico Nº 67: RSI - Evolução Nº de Beneficiários Regressados (2006-2011)	93
Gráfico Nº 68: Beneficiários Activos (2006-2001).....	94
Gráfico Nº 69: Evolução Nº Beneficiários Activos (2006-2011)	94
Gráfico Nº 70: RSI - Beneficiários com 18 ou Menos Anos (2006-2010)	95
Gráfico Nº 71: RSI – Beneficiários Abrangidos por Acordos de Inserção	96
Gráfico Nº 72: RSI - Beneficiários Activos - Variação 2009-2010	97
Gráfico Nº 73: RSI - Beneficiários com Processamento	98
Gráfico Nº 74: RSI – Beneficiários com Prestação Cessada e Beneficiários Regressados à Medida – Distrito Lisboa (%)	98
Gráfico Nº 75: RSI - Evolução trimestral 2011	99
Gráfico Nº 76: Famílias com Processo Activo RSI	101
Gráfico Nº 77: Relação entre o Total da População Estrangeira Beneficiária do RSI e Famílias Isoladas	106
Gráfico Nº 78: Relação entre o Total da População Estrangeira Beneficiária do RSI e Famílias Monoparentais.....	106
Gráfico Nº 79: Desempregados com Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego (Nº e %)...	113
Gráfico Nº 80: Desempregados com Subsídio de Desemprego.....	114
Gráfico Nº 81: Desempregados com Subsídio Social de Desemprego (Dez.) - Portugal	114
Gráfico Nº 82: Evolução do Sub. Desemprego e Sub. Social de Desemprego – 2008-2011 (%).....	114
Gráfico Nº 83: Beneficiários Subsídio Desemprego (2008-2011) - Concelho Lisboa	115
Gráfico Nº 84: Subsídio de Desemprego - Distrito de Lisboa - Evolução Trimestral 2011.....	116
Gráfico Nº 85: Subsídio de Desemprego 2011 - Distrito de Lisboa - Variação %	116
Gráfico Nº 86: Subsídio de Desemprego Concelho- Evolução Trimestral 2011	116
Gráfico Nº 87: Subsídio de Desemprego Concelho - Variação %	116
Gráfico Nº 88: Beneficiários do Subsídio de Desemprego - Evolução Trimestral por Género 2011 - Concelho de Lisboa.....	117
Gráfico Nº 89: Beneficiários Subsídio Desemprego por Género - Evolução 1º e 4º Trimestres 2011 ..	117
Gráfico Nº 90: Beneficiários do Subsídio de Desemprego	117
Gráfico Nº 91: Subsídio Social de Desemprego - Evolução Trimestral (%) - Distrito e Concelho de Lisboa (2011)	118
Gráfico Nº 92: Nº Imigrantes Beneficiários do Subsídio de Desemprego	120
Gráfico Nº 93: Beneficiários com Processamento de CSI - Evolução Trimestral	126
Gráfico Nº 94: Evolução Beneficiários CSI - 2008- 2011.....	127
Gráfico Nº 95: Número de Fogos de Habitação Social para Arrendamento Contratualizados entre 1986-2005.....	151
Gráfico Nº 96: Idade Média dos Edifícios.....	159
Gráfico Nº 97: Número Total de Alojamentos (1981-2011)	162
Gráfico Nº 98: Forma de Ocupação Alojamentos Familiares	163
Gráfico Nº 99: Evolução do Número de Pedidos de Atribuição de Habitação Municipal	172

Gráfico Nº 100: Estabelecimentos de Educação/Ensino Pré-Escolar	187
Gráfico Nº 101: Natureza Institucional dos Estabelecimentos de Ensino	189
Gráfico Nº 102: Taxa de Analfabetismo	194
Gráfico Nº 103: Taxa de Analfabetismos por Género	194
Gráfico Nº 104: Taxa Bruta de Pré-Escolarização	196
Gráfico Nº 105: Taxa Real de Pré-Escolarização	197
Gráfico Nº 106: Taxa Real de Escolarização no Ensino Secundário - Portugal	198
Gráfico Nº 107: Número de Inscritos no Ensino Secundário	198
Gráfico Nº 108: Taxa de Transição/Conclusão por Nível de Ensino e Ciclo em Portugal (%)	199

ÍNDICE DE TABELAS..... PAG.

Tabela Nº 1: Dinâmica de Crescimento 2001-2011	12
Tabela Nº 2: Famílias Institucionais 2011	16
Tabela Nº 3: Evolução da Imigração em Portugal (1980-2010).....	18
Tabela Nº 4: População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa (2006-2010)	20
Tabela Nº 5: Principais Nacionalidades da População Estrangeira Residente no Distrito de Lisboa (2010)	20
Tabela Nº 6: Evolução da População Residente Região de Lisboa (1981-2011)	22
Tabela Nº 7: Escalões Etários - Concelho de Lisboa	26
Tabela Nº 8: Idosos que Vivem Sós ou com Outros Idosos. Alojamentos Só com Idosos - Concelho de Lisboa	27
Tabela Nº 9: Freguesias em que Idosos Isolados ou que Vivem com Outros Idosos representam 70% ou mais dos Idosos Residentes	27
Tabela Nº 10: Freguesias em que Idosos que Vivem Sós ou com outros Idosos ultrapassa os 20%	27
Tabela Nº 11: Idosos que Residem Sós ou com Outros Idosos	28
Tabela Nº 12: Índice de Dependência de Idosos	29
Tabela Nº 13: Índice de Dependência de Jovens	29
Tabela Nº 14: Freguesias com Redução do Índice de Dependência de Idosos (2001-2011).....	30
Tabela Nº 15: Evolução IDJ nas Freguesias com Aumento de Residentes (2001-2011)	31
Tabela Nº 16: Variação IDJ e IDI por Freguesias	32
Tabela Nº 17: População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente	35
Tabela Nº 18: População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente - Variação %	36
Tabela Nº 19: Tipos de Situação como Sem-Abrigo.....	42
Tabela Nº 20: Diferença do Ganho Médio entre Homens e Mulheres (€ e %) (2003-2009)	54
Tabela Nº 21: Freguesias do Concelho de Lisboa segundo a Tipologia de Estabelecimentos	59
Tabela Nº 22: Taxa de Desemprego em Portugal por Género	71
Tabela Nº 23: Taxa de Emprego em Portugal por Género (2000-2011)	71
Tabela Nº 24: Percentagem Acumulada de Desemprego por Freguesia Concelho de Lisboa - 2011 ...	77
Tabela Nº 25: Tabela 3. Freguesias com Evolução Superior a 14% do Nº de Desempregados - 2011.	77
Tabela Nº 26: Nº Desempregados por Escolaridade – 2011	78
Tabela Nº 27: Desempregados por Escalão Etário	80
Tabela Nº 28: Desempregados à Procura 1º Emprego - Género - 2011	82
Tabela Nº 29: Desempregados de Longa Duração por Género Trimestres 2011	84
Tabela Nº 30: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011) e Variação %	86
Tabela Nº 31: Imigrantes Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego (2008-2011).....	87
Tabela Nº 32: Beneficiários de RSI Regressados	93
Tabela Nº 33: Beneficiários de RSI com Prestações Cessadas.....	93
Tabela Nº 34: RSI - Valor das Prestações (2010)	96
Tabela Nº 35: Proporção Beneficiários/População Freguesias Lisboa	100
Tabela Nº 36: RSI – Freguesias com mais de 1.000 Beneficiários (2011)	101
Tabela Nº 37: RSI – Beneficiários/População Variação Trimestral 2011	102
Tabela Nº 38: Beneficiários de RSI por Género - Freguesias de Lisboa.....	102
Tabela Nº 39: Freguesias de Lisboa com Maior Redução de Famílias Beneficiárias de RSI	103
Tabela Nº 40: Variação das Famílias Isoladas Beneficiárias RSI	104
Tabela Nº 41: Beneficiários Rendimento Social de Inserção Variação %	105
Tabela Nº 42: Beneficiários Rendimento Social de Inserção Famílias Isoladas - Variação %.....	107
Tabela Nº 43: População Estrangeira Beneficiária do RSI - Família Monoparental - Variação %	107

Tabela Nº 44: Idade dos Beneficiários de Nacionalidade Estrangeira com Processamento de Prestação de Subsídio de Desemprego - Concelho Lisboa.....	119
Tabela Nº 45: Beneficiários Subsídio de Desemprego - Variação %	120
Tabela Nº 46: Beneficiários Subsídio Social de Desemprego Subsequente - Variação %	121
Tabela Nº 47: Beneficiários com Processamento de CSI - Portugal	125
Tabela Nº 48: Complemento Solidário para Idosos - Variação %	127
Tabela Nº 49: Beneficiários do CSI e População com 65 ou mais anos	128
Tabela Nº 50: População Estrangeira com Processamento de Prestação de CSI.....	129
Tabela Nº 51: Total de Pensionistas da Segurança Social.....	133
Tabela Nº 52: Total de Pensionistas -Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações - Variação %	134
Tabela Nº 53: Pensionistas da Segurança Social por Tipologia (%)	134
Tabela Nº 54: Valor Médio Anual das Pensões (€).....	135
Tabela Nº 55: Equipamentos Sociais na cidade de Lisboa (Carta Social)	140
Tabela Nº 56: Respostas Sociais Dirigidas a Idosos	141
Tabela Nº 57: Respostas Sociais Dirigidas a Crianças	141
Tabela Nº 58: Respostas Sociais com <i>déficit</i> de Capacidade de Resposta.....	142
Tabela Nº 59: Número de Edifícios (1981-2011)	158
Tabela Nº 60: Forma de Ocupação dos Alojamentos Familiares	162
Tabela Nº 61: Alojamentos Familiares Clássicos de Residência Habitual, Arrendado ou Subarrendado	164
Tabela Nº 62: Alojamentos Familiares - Época de Contrato	165
Tabela Nº 63: Alojamentos Familiares - Escalão Etário do Representante da Família.....	166
Tabela Nº 64: Alojamentos Familiares - Dimensão da Família (2011)	167
Tabela Nº 65: Alojamentos Familiares - Tipo de Contrato (2011)	168
Tabela Nº 66: Antiguidade dos Bairros Municipais de Lisboa	171
Tabela Nº 67: Distribuição Etária dos Candidatos	172
Tabela Nº 68: Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	187
Tabela Nº 69: Estabelecimentos de Educação/Ensino Básico	188
Tabela Nº 70: Estabelecimentos de Educação/Ensino Secundário Variação %	188
Tabela Nº 71: Estabelecimentos de Educação/Ensino Pré-Escolar.....	190
Tabela Nº 72: Alunos Matriculados 2000/01-2009/10.....	191
Tabela Nº 73: Taxa de Analfabetismo por Local de Residência (1991-2001).....	195
Tabela Nº 74: Taxa de Abandono Escolar por Local de Residência (1991-2001)	195
Tabela Nº 75: Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário	199
Tabela Nº 76: População Residente por Local de Residência e Nível de Escolaridade mais Elevado – 2001-2011	200

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	PAG.
Ilustração 1: Densidade Populacional por Município - 2011.....	12
Ilustração 2: Distribuição Geográfica da População Estrangeira Residente em Portugal (2010)	19
Ilustração 3: Tipologia dos Estabelecimentos nas Freguesias do Concelho de Lisboa (2009)	58
Ilustração 4: Índice de Envelhecimento do Edificado (2001)	160
Ilustração 5: Distribuição Geográfica dos Bairros Sociais - Concelho de Lisboa	170
Ilustração 6: Organização do Sistema Educativo Português	184

BIBLIOGRAFIA

Livros

- CAPUCHA, Luís Manuel (coord.) (1998), *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- CARMO, Renato Miguel do (org.) (2010), *Desigualdades Sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- PINHEIRO, Magda, (2011), *Biografia de Lisboa*, Lisboa, Esfera dos Livros
- RODRIGUES, Carlos Farinha (2011), *Desigualdade em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos
- ROSA, Maria João V., CHITAS, Paulo (2010), *Portugal: os Números*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos

Publicações

- GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (2011), “Regiões em Números 2009/10: Volume III - Lisboa”, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
- GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (s/d), “Educação em Números - Portugal 2011”, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
- GEPE - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009), “50 anos de Estatísticas de Educação”, Lisboa, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1984), “XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – resultados definitivos 1981”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (1996) “Censos 91: Resultados Definitivos Portugal”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2002) “Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009), “Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2008”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2010), “Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2009 Lisboa”, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011) “Censos 2011: Parque habitacional - Resultados pré-Provisórios”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011), “Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2010”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P., Lisboa INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011), “Censos 2011 – Resultados Provisórios”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.

- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2011), “Indicadores Sociais 2010”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012), “Anuários Estatísticos da Região de Lisboa 2011”, Lisboa, INE - Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- ISS - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2012), “Guia Prático Complemento Solidário para Idosos”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2012), “Guia Prático Pensão de Velhice”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2012), “Guia Prático Subsídio de Desemprego”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2012), “Guia Prático Subsídio Social de Desemprego, Inicial ou Subsequente ao Subsídio de Desemprego”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.

Programas/Planos Estratégicos

- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2011), “Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2014”
- CONSELHO DE MINISTROS (2011), “Portugal 2020 - Programa Nacional de Reformas”
- GEBALIS - Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EEM, (2011), “Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais”
- GIMAE – Grupo Interinstitucional de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (2010), “Estratégia Nacional para a Integração da Pessoa Sem-Abrigo – Prevenção, Intervenção e Acompanhamento 2009-2015”
- INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (s/d), “Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008/2010”, Lisboa
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2011), “Programa Educação 2015”
- REDE SOCIAL DE LISBOA (2009), “Diagnóstico Social de Lisboa”

Working Papers/Comunicações

- ALVES, Nuno, “Novos factos sobre a Pobreza em Portugal”, Boletim Económico/Primavera 2009, Vol. 15 nº 1, Lisboa, Banco de Portugal, pp 125-154
- COSTA, Nuno Marques, (2004), “Dispersão Urbana e Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa”, V Congresso da Geografia Portuguesa, Universidade do Minho, Guimarães, 14 a 16 de Outubro de 2004
- RODRIGUES, Carlos Farinha (2009), “Efficacy of Anti-poverty and Welfare Programs in Portugal: the Joint Impact of the CSI and RSI”, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, *Working Paper nº42/2009/DE*, pp 1-25
- RODRIGUES, Carlos Farinha (2012), “Minimum Income in Portugal – changing the rules in time of crisis”, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, *Working Paper nº 5/2012/DE/CEMAPRE*, pp 1-14
- ROSETA, Helena, (2011), “Casas para quem precisa”, Debate Bairros Municipais, Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, Lisboa, 19 de Novembro de 2011

- XEREZ, Romana (2008), “Dinâmicas do Território: Centralidades e Gentrificação na Área Metropolitana de Lisboa”, VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, 25 a 28 de Julho de 2008

Relatórios/Estudos

- ATAÍDE, João (Coord.) *et al* (2011), “Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo – 2010”, Lisboa, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Departamento de Planeamento e Formação
- BANCO DE PORTUGAL, (2012), “Boletim Económico - Primavera 2012”, Volume 18, nº 1, Lisboa, Banco de Portugal – Departamento de Estudos Económicos
- BARANDAS, Cristina, TERESO, Célia, (2011), “Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal – Relatório Anual 2010”, Lisboa, Direcção Municipal de Habitação Divisão de Estudos, Programação e Gestão Realojamentos - Câmara Municipal de Lisboa
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, (2009), “Orientações Estratégicas - Equipamentos Sociais – Infância, Rede Pública de Creches”, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa - Departamento de Acção Social e Departamento de Planeamento Estratégico
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, “1º Relatório do Plano Local de Habitação de Lisboa (vol.1)”, Lisboa
- CARMO, Renato (Coord.), CARVALHO, Margarida, (2011), “Desigualdade de Remuneração nas Freguesias do Concelho de Lisboa (2003-2009)”, Lisboa, Observatório das Desigualdades
- CASTRO, Alexandra (Coord.), (2011), “Barómetro de Pessoas que se encontram em situação vulnerável”, Lisboa, Dinâmia/CET
- CROWLEY, Denis (coord.), *et al*, (2011), "Progress towards the common european objectives in education and training - Indicators and benchmarks, 2010/11", Commission of the European Communities
- GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO/MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL (s/d), “Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório 2010”, Lisboa, Ministério da Solidariedade e Segurança Social
- GONÇALVES, Alda, PALMA, Carlos, (2009), “Rendimento Social de Inserção – Relatório Anual 2008”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- GONÇALVES, Alda, PALMA, Carlos, (2010), “Rendimento Social de Inserção – Relatório Anual 2009”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, (2009), “Património Público de Habitação Social”, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana - Observatório da Habitação e da Reabilitação Urbana
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, (2004), “A Estratégia de Lisboa: Portugal no Contexto da União Europeia, análise da evolução à luz dos indicadores estruturais”, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- ISS - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (2005), “Estudo dos Sem-Abrigo”, Lisboa, Instituto Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, (2007), “Rendimento Social de Inserção – Relatório Anual de Execução 2006”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, (2010), “Rendimento Social de Inserção – Relatório Semestral - 1º Semestre”, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS - INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL, (2011), “Rendimento Social de Inserção – Relatório Semestral – 1º Semestre 2011”, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.

- GUERRA, Isabel, MATEUS, Augusto, PORTAS, Nuno (2008), “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação, Diagnóstico e Proposta para uma Estratégia de Habitação 2008/2013”, Lisboa
- GUERRA, Isabel, MATEUS, Augusto, PORTAS, Nuno (2008), “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação: 2008/2013 – Relatório 1 – Diagnóstico de Dinâmicas e Carências Habitacionais
- GUERRA, Isabel, MATEUS, Augusto, PORTAS, Nuno (2008), “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação: 2008/2013 – Relatório 2 – Políticas de Habitação”
- GUERRA, Isabel, MATEUS, Augusto, PORTAS, Nuno (2008), “Contributos para o Plano Estratégico de Habitação: 2008/2013 – Relatório 3 – Estratégia e Modelo de Intervenção”
- GTME - Grupo de Trabalho Motivação e Encaminhamento (2007), “Relatório Anual do Plano de Monitorização e Avaliação 2007”
- CASTRO, Alexandra e GUERRA, Isabel (Coord.), *et al*, (2010), "Os caminhos da Pobreza - Perfis e Políticas Sociais na Cidade de Lisboa", Santa Casa Misericórdia de Lisboa

Decretos de Lei:

- D.L. 163/93 de 7 de Maio DR, I Série – A nº 106 07/05/1993: 2381
- D.L. nº 169-D/75 de 31 de Março
- Lei nº.19-A/96 de 29 de Junho
- Lei Orgânica nº.2/2007 de 17 de Abril
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, DR 85 SÉRIE I de 03- -05 – 2007 aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes

Sites Web:

- Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (<http://www.apemip.pt/>) acedido em Abril
- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (<http://www.deco.proteste.pt/>) acedido em Abril
- Caixa Geral de Aposentações (<http://www.cga.pt/atribuicoes.asp>) acedido em Abril 2012
- Carta Social (<http://www.cartasocial.pt>) acedido em Abril
- Eurostat (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal>) acedido em Fevereiro, Março, Maio
- INE (www.INE - Instituto Nacional de Estatística .pt) acedido em Janeiro, Fevereiro, Março, Abril
- Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (<http://www.igfse.pt>) acedido em Março 2012
- Instituto Geográfico Português (www.igeo.pt/atlas/cap2d_p114_2_image.htm) acedido em Março 2012
- Pordata (www.pordata.pt) acedido em Março e Abril de 2012
- SEFSTAT Portal de Estatística (<http://sefstat.sef.pt/>) acedido em Março 2012



uma iniciativa_



com o apoio_



www.observatorio-lisboa.eapn.pt